

Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015



Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015

Porto Alegre
Stampa
2015

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre – 2015

Presidente	Mauro Pinheiro (PT)
1º Vice-Presidente	Paulo Brum (PTB)
2º Vice-Presidente	Jussara Cony (PCdoB)
1º Secretário	Delegado Cleiton (PDT)
2º Secretário	Waldir Canal (PRB)
3º Secretário	Paulinho Motorista (PSB)

Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, nº 255 – Centro Histórico
CEP 90.013-901 – Porto Alegre – RS
Telefone: (51) 3220.4100 – Site: www.camarapoa.rs.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH

3º andar, sala 304 – Telefone: (51) 3220.4343
E-mail: cedecondh@camarapoa.rs.gov.br

Projeto e design Gráfico

Stampa Comunicação Corporativa – www.stampacom.com.br
stampa@stampacom.com.br – (51) 3023.4866

Impressão

Gráfica: Pallotti
Tiragem: 1.000 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação: Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

M297 Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015. / Organizado por Fernanda Melchionna e Nina Becker, colaboração de Raquel Matos e Lara Nasi. – Porto Alegre: Stampa Comunicação, 2015.

200p.:il. 14,8x21cm.
Contém mapas, gráficos e infográficos.

ISBN 978-85-99242-07-0

1. Direitos humanos. 2. Direito à Cidade. 3. Segurança pública. 4. Mapa. I. Fernanda, Melchionna; org. II. Becker, Nina; org. I. Título.

CDD 120



Capa: A obra da capa possui um universo pessoal, de pensamentos e maneiras de conviver na sociedade e suas normas e leis, contendo diversos ícones da segurança pública, transpondo ao expectador todos anseios e riscos contemporâneos.

Fundado em 2007, o Núcleo Urbanoíde é um coletivo de artistas responsável pelo desenvolvimento de diversos projetos importantes na cena brasileira de arte urbana. O Projeto é um atelier coletivo aberto a artistas urbanos, que já levou arte a muitos lugares, como comunidades, presídios, escolas e fábricas, locais que hoje convivem com cores e formas. A cada ação feita, o Núcleo Urbanoíde proporciona um legado positivo para as gerações que estão crescendo e se desenvolvendo através das artes urbanas, contribuindo para a desconstrução de preconceitos.

Para saber mais as ações do Núcleo: www.nucleourbanoide.com.br
www.facebook.com/nucleo.urbanoid – nucleourbanoide@gmail.com

PRODUÇÃO



Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH)
Câmara Municipal de Porto Alegre
Presidente: Mauro Pinheiro



Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPoa)
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Prefeito: José Alberto Reus Fortunati

CEDECONDH
Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana

Fernanda Melchionna (PSOL)
Presidente da CEDECONDH

Alberto Kopittke (PT)
Vice-Presidente da CEDECONDH

João Bosco Vaz (PDT)

Mônica Leal (PP)

Paulinho Motorista (PSB)

Prof. Alex Fraga (PSOL)

Assessoria Técnica: Nina Becker

Secretárias:
Janice Conceição Bernardes da Câmara e Renata Beatriz Mariano

Coautores:
Bernardo Alves Corrêa, Inez Rocha Zacarias,
Marcus Vinícius Martins Vianna e Samir Rosa de Oliveira

Sumário

Prefácio – Mauro Pinheiro	06
Apresentação – Fernanda Melchionna	07
Palavra dos Vereadores	09
Metodologia	13
Capítulo 1 – Gentrificação Social e Direitos Humanos em Porto Alegre	15
Capítulo 2 – Direitos sociais, Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade: características da urbanização de Porto Alegre	47
Capítulo 3 – Grupos vulneráveis	71
3.1 Crianças e Adolescentes	72
3.1.1 Violência Escolar	88
3.2 Idosos	96
3.3 LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.....	102
3.4 Mulheres	110
3.5 Negros e Negras	119
3.6 População em situação de rua	128
Capítulo 4 – Segurança Pública em Números	145
Recomendações	177
Referências	185
Infográficos	187

Prefácio

Enquanto nossa sociedade desperta para um novo sentido de vida e acomodação em cidades, as estatísticas de segurança mostram avanços na criminalidade. São idiosincrasias de um sistema cujo modelo está longe de ser concluído, está em plena construção. De um lado evoluímos na pluralidade, nas questões de urbanismo, na atenção ao bem viver e acolhemos a ânsia de uma nova geração que imputa valores diferenciados para projetos de futuro. Do outro lado temos ainda um sistema penitenciário falido, políticas de segurança pública discutíveis e políticas públicas de diminuição das desigualdades que precisam avançar.

Nossa sociedade está em movimento e observar e traçar planos coletivos para este crescimento como população são alguns dos papéis dos gestores públicos e desafios da Câmara Municipal de Porto Alegre. Por isso, anualmente, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, da Câmara de Vereadores, em parceria com o Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) e da Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG), elabora o “Mapa de Direitos Humanos e Segurança Pública de Porto Alegre”.

Este mapa traz perspectivas para a cidade, com indicadores sociais que permitem um acompanhamento e leitura do tema de direitos humanos e segurança pública de Porto Alegre. A edição de 2015 consolida o mapeamento iniciado no ano passado e passa a ser uma importante ferramenta de gestão em segurança pública para a nossa cidade.

Esperamos que os dados nos permitam traçar projetos, programas e ações que dignifiquem a vida, que elevem o respeito ao próximo e, sobretudo, nos mantenham em pleno desenvolvimento como sociedade em Porto Alegre.

**Vereador Mauro Pinheiro – Presidente
Câmara Municipal de Porto Alegre**

Apresentação

A publicação que o leitor tem em mãos foi fruto dos trabalhos da Comissão de Defesa do Consumidor, Segurança Urbana e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Porto Alegre. O presente Mapa busca dar sequência ao trabalho iniciado em 2014, com a publicação do *Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre*, visando apresentar os indicadores das violações contra os grupos vulneráveis e os indicadores da violência social.

Neste ano, nos desafiamos a uma análise sobre a gentrificação social, trazendo à tona o importante debate sobre o direito à cidade e as consequências da expulsão das famílias pobres e trabalhadoras dos centros urbanos no incremento às taxas de insegurança e violação de direitos. Por meio do cruzamento entre os Índices de Desenvolvimento Humano, Bem-Estar Urbano, Vulnerabilidade Social e Renda por Bairros, buscamos estabelecer uma configuração socioespacial da cidade traçando, por assim dizer, uma geografia da desigualdade social de Porto Alegre.

Temos a convicção de que Direitos Humanos, Direito à Cidade e Segurança Pública devem compor um todo. A interposição de problemas relacionados à violação dos direitos humanos, periferação da classe trabalhadora e violência social demonstra que as soluções possíveis a estes três aspectos dramáticos da realidade urbana devem ser estruturais, indo às raízes dos problemas e propondo medidas de ruptura com o ciclo de exclusão que eles engendram. Temas como racismo, LGBT-fobia, machismo, discriminação a pessoas em situação de rua, idosos, crianças e adolescentes formam parte deste conjunto excludente e, como os outros, só podem ser superados por um envolvimento ativo da cidadania organizada e dos movimentos sociais na elaboração das políticas e na mobilização permanente.

No decorrer deste ano de 2015, estamos passando por uma combinação de crise econômica e política, que agudizou as contradições de uma sociedade extremamente desigual. O aumento do desemprego, do custo de vida e o arrocho salarial somam-se a momentos difíceis como o parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais, aumentando ainda mais a sensação de insegurança dos gaúchos e porto-alegrenses.

Com o aumento da violência social, vozes conservadoras se levantam para aprofundar a lógica perpetrada hoje no Brasil de violação e negligência para com os direitos humanos. Lógica permeada pela seletividade penal, de uma falida guerra às drogas que tem assassinado milhares pessoas anualmente, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e, sobretudo, de ataque aos direitos das minorias, que muitas vezes são majorias sociais e minorias em acesso a direitos.

Os dados trazidos pelo capítulo de Segurança Pública desnudarão o resultado desta política implementada no Brasil: em 20 anos, cresceu 400% o número de presos no país, os indicadores mostram mais apreensões, mais atuação das forças policiais e, ao mesmo tempo, a violência só tem aumentado. Grandes temas, por vezes polêmicos, precisam ser tratados para enfrentar este cenário: a regulamentação da maconha para retirar do narcotráfico o que eles têm de mais precioso, que é o poder econômico, que alimenta um mercado ilegal milionário e a escalada de crescimento de grupos criminosos; a necessidade de um círculo completo de segurança, com integração entre os sistemas policiais e entrada única nas instituições; desmilitarização da Polícia Militar, tornando-a uma polícia civil com direitos democráticos e liberdade de organização; a valorização dos agentes de segurança pública e a necessidade de suprir o déficit de vagas; o investimento nas inteligências para garantir a investigação.

É preciso, mais que tudo, entender segurança pública com a complexidade que o tema exige, como resultado das ações anteriores: dos investimentos em educação, assistência social, moradia, emprego e renda, assim como entender o papel das forças de segurança como fundamentais na prevenção, com a constituição de elos com as comunidades. Políticas públicas de segurança se fazem com informação pública e uma perspectiva multidimensional.

Infelizmente, as respostas que vemos à crise por parte dos governos é mais do mesmo. Em 2015 voltou forçosamente à pauta a redução da maioria penal como se os jovens fossem os grandes responsáveis pela violência. Neste livro, como em tantas outras publicações, veremos que os jovens são, sim, as principais vítimas, dados os índices absurdos de homicídios, em sua maioria jovem, negro e das periferias das cidades.

Por fim, gostaria de agradecer a parceria dos seis vereadores da CEDECONDH que se empenharam nas ações cotidianas da Comissão e apoiaram esta publicação, ao Observatório de Porto Alegre pela inestimável contribuição, ao grupo Urbanóides pela realização da arte da capa, aos movimentos sociais que nos inspiram e fortalecem em suas lutas cotidianas em nossa cidade e aos parceiros que nos ajudaram na pesquisa e na escrita do Mapa: aos sociólogos Nina Becker e Bernardo Corrêa, à assistente social Inez Zacarias, ao historiador e professor Marcus Vianna e ao jornalista Samir Oliveira.

Como escreveu Henri Lefevre “*o direito à cidade é como um grito e uma demanda, não pode ser concebido como um simples direito de visita*”, ele veio para ficar, pois ao mudarmos a cidade, mudamos a nós mesmos. Nossa luta por uma cidade destinada às pessoas e sem preconceitos deve ser encarada com a mesma beleza do pôr-do-sol à beira do Guaíba, com a disciplina de acontecer todo dia e saber que a noite pode ser fria e escura, mas só ela traz a certeza do nascimento de um novo dia.

**Vereadora Fernanda Melchionna – Presidenta
Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana
Câmara Municipal de Porto Alegre**

Palavra dos Vereadores

RACISMO – VEREADOR ALBERTO KOPITKE (PT)

O Mapa da Segurança e dos Direitos Humanos chega à sua 2ª edição se afirmando como o mais importante instrumento para a construção de políticas de prevenção à violência e combate a todas as formas de preconceito que ocorrem em nossa cidade.

Uma das piores formas de preconceito que nossa cidade ainda convive é o racismo.

Marca antiga do país último a terminar com a escravidão na América Latina no período colonial, somos marcados pelo racismo em nossas relações sociais. A escravidão africana, no Brasil, solidificou a ideia de que o negro servia apenas para tarefas braçais ou subalternas, ao contrário do branco europeu e “civilizado”. Decorrente disso, a exclusão dos negros ainda está presente diariamente de diversas formas. A miscigenação serviu como uma cortina de fumaça para nos fazer questionar se somos racistas ou não. É o mito da democracia racial, sistematizado por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala”. Mas vale lembrar que a miscigenação não exclui os preconceitos. A realidade mostra que o racismo é um sistema opressor de negação de direitos ao longo de nossa história e, pior do que isso, funciona como um discurso legitimador, como diz Zaffaroni.

Os discursos legitimadores se desenvolvem nas sociedades e servem como justificativa para uma minoria ou maioria que detém o poder, justificar padrões de exclusão ou até mesmo as piores atrocidades. Assim, através de categorias, esses padrões vão se justificando ao longo da história. É o que ocorre hoje com o “traficante”. Por trás dessa palavra se justifica a manutenção das condições carcerárias feudais, até o extermínio de centenas de milhares de jovens negros, sem que o Poder Público implemente uma política efetiva para incidir sobre isso.

A violência que atinge nossa sociedade, e podemos verificar através de diversas pesquisas, tem cor, idade e endereço conhecidos. São os negros, jovens e pobres da periferia os que mais sofrem violências, os que mais morrem. Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 eram jovens entre 15 e 29 anos e, desse total, 77% eram negros. Infelizmente, os altos índices de homicídios dos negros não ganham a merecida atenção das agendas públicas no país.

Nesse sentido, o Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos 2015, produzido pela CEDECONDH, confirma esse problema histórico e como nossa cidade acompanha os dados de criminalidade do país. O extermínio da juventude negra está acontecendo aqui e agora, na nossa cidade, em nossas esquinas. Segundo o Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de 2014, foram 92 jovens negros mortos e 71 brancos em 2013.

De 2014 para 2015 o problema só se agravou e, ao que tudo indica vivemos o ano mais violento da história da cidade, em que as violências e a exclusão de jovens negros só se ampliam.

Diversas políticas públicas foram criadas com o propósito de ajudar no combate ao racismo. As leis 10.639/03 e 11.645/08 obrigam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, a lei 12.288/10 institui o Estatuto da Igualdade Racial e a lei 12.711/11 que garante cotas no ensino superior são alguns exemplos dessas políticas públicas. O problema de algumas é que são implementadas sem a força que o tema merece.

Digno de nota positiva é a nova Lei dos Direitos dos(as) Trabalhadores(as) Domésticos(as), que atacou centralmente antigas relações que muitas vezes escondiam práticas de exploração e subserviência em sua maioria em relação a mulheres negras e que em Porto Alegre deve atingir mais de 30.000 trabalhadoras.

Entre avanços e retrocessos, continuamos perdendo centenas de jovens negros, que poderiam ser cientistas, artistas e esportistas que fariam de Porto Alegre uma cidade mais justa, mais plural e mais diversa, onde todos os espaços fossem ocupados igualmente por todas as raças e etnias.

IDOSOS – VEREADORA MÔNICA LEAL (PP)

O Brasil era um país de jovens, e hoje, os dados do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sinalizam que o Brasil está envelhecendo mais rapidamente do que a média internacional e que este fato está provocando uma mudança na sua pirâmide demográfica.

Em breve o Brasil será considerado uma nação envelhecida, enquadrando-se na classificação dada aos países com mais de 14% da população acima de 60 anos. A expectativa de vida da população brasileira está aumentando, e uma criança nascida em 2015 pode esperar viver 20 anos mais do que se tivesse nascido há 50 anos. Estima-se que em 2050, a população idosa brasileira será 3 vezes maior do que atualmente, enquanto a mundial duplicará.

Mas o que significa isso? Significa que os tempos mudaram, e que por esta razão temos que mudar o conceito de idoso.

Segundo o relatório da OMS, ser idoso não quer dizer ser dependente, como se imaginava antigamente. A evolução da medicina está arrastando o limite da longevidade para patamares cada vez mais distantes. Hoje uma pessoa com 60 anos corre uma maratona. Não seremos um país de velhos problemáticos, mas de pessoas maduras. Vamos trabalhar até os 60, mas viveremos até os 90 anos.

Entretanto, para que o idoso possa viver mais e com qualidade de vida, os governos, as empresas, e as famílias devem se preparar para isso. Devem lançar um olhar especial para esses adultos que gradativamente apresentam fragilidades físicas e emocionais.

A Câmara Municipal de Porto Alegre, por meio da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, está promovendo seminários para discutir a situação do idoso com o objetivo de estruturar um plano municipal que garanta a proteção, a segurança e a saúde dos nossos idosos.

Em 2013 foi criada em Porto Alegre a Secretaria do Idoso. Segundo censo do IBGE/2010, nossa Capital possui 211 mil idosos que necessitam de atendimento diferenciado e especializado.

O Governo Municipal está implementando ações em parceria com instituições de atendimento ao idoso, com a sociedade civil e com as secretarias municipais no sentido de fortalecer as políticas públicas voltadas para o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos. Divulgar o Estatuto do Idoso é fundamental para a garantia dos direitos individuais dessas pessoas.

Entendemos que a população idosa tem o direito de envelhecer com dignidade, contando com amparo institucional, cercada do amor e do carinho de seus familiares, mas principalmente com o respeito, com a valorização e com o reconhecimento de todos sobre o seu importante papel na sociedade. Temos que estender as mãos aos idosos porque, inevitavelmente, nosso dia chegará.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES – VEREADOR PROFESSOR ALEX FRAGA (PSOL)

A maior preocupação da população porto-alegrense na atualidade é, sem sombra de dúvida, o aumento da violência e da criminalidade. Infelizmente, análises estatísticas confirmam seu temor, pois percebemos um aumento significativo dos mais diferentes delitos.

É necessário o enfrentamento ao problema, porém equivoca-se o indivíduo que defende medidas repressivas como forma eficaz de combate ao crime. Nosso país apresenta altíssimas taxas de encarceramento de adultos e medidas de cerceamento de liberdade para adolescentes e jovens infratores, e nem assim conseguimos conter o aumento do número de crimes.

A omissão do poder público em oferecer espaços e propostas qualificadas, que desenvolvam nossas crianças como indivíduos cientes dos seus direitos e deveres, capazes de almejar um futuro digno, facilita demais o aliciamento deles pelo crime organizado, em especial o tráfico de drogas, que oferece poder, dinheiro e prestígio em um curto espaço de tempo.

E as propostas políticas voltadas à educação e cultura vêm sendo desvalorizadas, recebendo investimento proporcionalmente menor, que mal cobre as despesas de manutenção estrutural e de pessoal, não sobrando quantias significativas para projetos de formação e capacitação dos profissionais da educação. Isso tem transformado a escola em um espaço sucateado e pedagogicamente obsoleto, onde currículos escolares há décadas continuam sendo aplicados de forma pouco proveitosa.

Urge a mudança de prioridade para o efetivo controle das taxas de criminalidade na sociedade, pois somente a oferta de melhores perspectivas para as futuras gerações pode livrar nossos jovens da sedução do crime, evitando assim, que sejam futuros agentes, mas principalmente vítimas da violência.

Metodologia

O Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre é a segunda edição de uma contribuição, possivelmente inédita no país, da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública (CEDECONDH) da Câmara Municipal de Porto Alegre. As parcerias com o Observatório da Cidade de Porto Alegre - ObservaPOA e, no decorrer do caminho, da Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre vieram contribuir e qualificar o trabalho que mistura pesquisa, análise e recomendações ao poder público sobre o tema dos direitos humanos e o combate à violência.

Ao longo de 10 meses de trabalho no ano de 2015, a Comissão esteve envolvida na pesquisa teórica dos elementos que contribuem para o mapeamento da situação dos direitos humanos em Porto Alegre, bem como se utilizou de estudos e pesquisas já feitos, de níveis nacionais ou locais, para subsidiar seu trabalho. Quanto aos dados referentes às políticas públicas do município, foram solicitados Pedidos de Informação aos órgãos públicos através de ofícios da CEDECONDH e também por meio de solicitações realizadas por ferramentas online de acesso à informação, tendo por base a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Os dados referentes à Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul foram solicitados da mesma forma, mas não foram disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS), de maneira que recorremos aos dados disponibilizados através da Lei 11.343/99 (Lei Postal) e da Lei 12.954/08 (Lei Stela). Alguns estudos técnicos, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Mapa da Violência, também foram utilizados para realizar o comparativo dos dados nacionais com a realidade local. A contribuição do professor e historiador Marcus Vinicius Martins Vianna acerca da violência nas escolas também é um esforço de observar todos os meandros da violência, nos locais onde mais acontece e muitas vezes segue invisibilizada.

Do *Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014*, mantivemos o trabalho, expresso no capítulo III, em que são apresentados os dados da violação de direitos humanos dos grupos mais vulneráveis à violência. Foram mantidos os seis grupos abordados no ano passado: Crianças e Adolescentes; Idosos; LGBTs; Mulheres; Negros e negras; e População em Situação de Rua. A realização de miniseminários ao longo do ano serviu para a coleta dos dados de cada grupo, bem como para observar a realização das recomendações feitas no Mapa 2014. Para a escrita dos textos, tivemos a colaboração da assistente social Inez Rocha Zacarias e do jornalista Samir Rosa de Oliveira.

O capítulo I é uma contribuição do sociólogo Bernardo Corrêa, que relaciona o conceito de gentrificação com as dinâmicas de urbanização do município. O segundo capítulo apresenta uma análise dos indicadores sociais de Porto Alegre disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, mostrando quais são as regiões da cidade que mais reproduzem as desigualdades.

Por fim, os mapas e infográficos apresentados no final do livro são uma contribuição fundamental da equipe do Observatório da Cidade de Porto Alegre - ObservaPOA, coordenada pelo sociólogo Rodrigo Rodrigues Rangel e pela professora Liane Rose Bayard Germano, que demonstram em imagens os dados apresentados nos outros capítulos.

Capítulo 1

Gentrificação Social e Direitos Humanos em Porto Alegre



A cidade é a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que o homem vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

Robert Park, *On Social Control and Collective Behavior*, 1967.

Capítulo 1

Introdução

A constituição do espaço urbano em Porto Alegre, como em vários centros urbanos, é repleta de contradições. As diferentes facetas das violações de direitos humanos, decorrentes desta característica desigual na constituição do espaço urbano, serão analisadas neste capítulo. Para este propósito, recorreremos ao que alguns autores (GLASS, 1964; HARVEY, 2014) conceituam como *gentrificação social*, uma crescente ocupação de áreas das cidades – que outrora abrigavam famílias trabalhadoras em vilas ou comunidades de convivência – pela especulação imobiliária, as grandes obras e os condomínios de luxo.

Trata-se de uma abordagem na qual as relações desiguais entre as classes sociais são plasmadas no espaço urbano e têm como consequência a crescente expulsão dos pobres das áreas centrais, consideradas mais “valorizadas”, para áreas periféricas das cidades e de suas regiões metropolitanas.

A gentrificação apresenta-se então como decorrência de um processo que responde ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista e sua dinâmica de acumulação. Abordando dessa forma, podemos expandir o significado do conceito, ligando-o a processos específicos de reorganização socioespacial.

Observaremos a cidade de Porto Alegre, sob três aspectos: 1) as dinâmicas espaciais da constituição do espaço urbano em sua história; 2) a estrutura socioespacial de Porto Alegre e suas dinâmicas; 3) a relação entre o Índice de Bem-Estar Urbano Local (IBEU local) e os indicadores de renda familiar de Porto Alegre.

Por meio do cruzamento desses indicadores buscaremos demonstrar que há uma sobreposição de problemas e dimensões de análise relacionada à desigualdade social, à gentrificação e reestruturação urbana e à violação dos direitos humanos. Nossa tentativa é apresentar as interseções de tais dimensões, com vistas a contribuir para conectar a luta pelo direito à cidade com a defesa dos direitos humanos.

Mapear tais elementos é fundamental para que se atue de forma transversal e não focalizada, identificando as causas dos problemas da cidade e, portanto, construindo soluções estruturais por meio da participação e mobilização populares.

A produção do espaço urbano em suas distintas fases

A história do desenvolvimento das cidades se confunde, em grande medida, com a história do modo de produção capitalista. Podemos pensar, muito simplificadamente, em três grandes fases que compõem esta importante relação entre a produção do espaço urbano e a dinâmica de reprodução do capital. Em nível mundial, cabe ressaltar, tais fases apresentam-se de forma desigual e combinada nos diferentes países, cidades e estágios de desenvolvimento das forças produtivas que lhes correspondem.

A *primeira fase* (Europa Ocidental, Séc. XV e XVI) marca o início da construção das cidades, marcada pela expulsão das populações camponesas e a migração forçada às cidades por meio da expropriação violenta de suas propriedades fundiárias.

A *segunda fase* será então inaugurada após a primeira Revolução Industrial, caracteriza um aprofundamento do processo de urbanização que trouxe uma reconfiguração dos investimentos, transformando o espaço urbano em um importante mecanismo de absorção de excedentes do capital. Ela se estende até o início do século XX, no qual as cidades passaram a ser mais do que espaços de concentração da força de trabalho e circulação das mercadorias. Produziram um setor específico direcionado à sua manutenção por meio dos serviços e de uma nova indústria da construção civil. Tornaram-se o espaço, por excelência, de desenvolvimento da indústria moderna, assim como o principal ambiente de negócios e administração.

Após a crise de 1929, as obras públicas absorveram também um excedente de trabalho, servindo como mecanismo de geração de empregos, especialmente nos EUA. O esgotamento de tal ciclo (anos mais

tarde impulsionado pela crise de 1974-75 e o fim das políticas keynesianas) gerou uma nova fase na relação entre o espaço urbano e o desenvolvimento capitalista mundial. Bancos, empreiteiras e empresas multinacionais passaram a hegemonizar o regime de acumulação e seu modo de regulação, estabelecendo o que David Harvey (1992) qualificou de regime de acumulação flexível, no qual a flexibilidade é um elemento transversal, desde o mundo do trabalho até a configuração espacial e a arquitetura das cidades.

Esta *terceira fase*, que se inaugura na segunda metade do século XX, é marcada pela emergência de dois fenômenos importantes: a hegemonia do capital financeiro sobre as atividades econômicas e políticas e sua correspondente mundialização. Tal fase é marcada pela diversificação dos instrumentos financeiros, pela desregulação e por um crescente endividamento público global.

Temos, então, a emergência da especulação imobiliária, proveniente da financeirização mundializada da indústria da construção civil e a da renda imobiliária, em geral, mediadas por mecanismos de renúncia fiscal por parte dos governos e na captura de rendas diferenciais urbanas por grupos dominantes (rentistas do capital financeiro e imobiliário).

A urbanização consolidada e a busca constante por novos investimentos, seja de infraestrutura ou de construções de luxo, promovem uma aceleração de processos de gentrificação social anteriores e inauguram um novo. A metrópole contemporânea passa a apresentar um grau superior de complexidade espacial, no qual o capital imobiliário cria novas periferias, revaloriza os espaços industriais abandonados pela metrópole e constrói novas centralidades.

Verifica-se, neste quadro geral, a emergência de processos de reestruturação metropolitana decorrentes de um novo modelo de desenvolvimento e reestruturação econômica nacional, criando uma nova base econômica metropolitana, a partir das terceirizações, da economia dos serviços e da desconcentração industrial. Também é possível identificar um novo modelo de gestão urbana, assentado na liberalização, flexibilização e nas privatizações. Tais mudanças produzem efeitos sócio-territoriais, tais como a segregação urbana, novos territórios de exclusão e novos centros, munidos de novos artefatos urbanos e ícones arquitetônicos.

Somam-se ainda a promoção de “megaeventos” e a produção de “cidades de exceção”, trazendo à tona novos conflitos em torno da disputa dos espaços públicos, das remoções de populações carentes e do crescimento da favelização nas grandes e médias cidades. De acordo com

Harvey (2014), “essa desproporcionalidade do desenvolvimento urbano pautado por diferenças sociais de classe constitui, de fato, um problema global”. A crise das hipotecas iniciada em 2007-08 nos EUA, que rapidamente contaminou a economia mundial, reforça a hipótese aqui desenvolvida, assim como o surgimento de novos movimentos sociais pelo direito à cidade instiga à busca de soluções.

Os processos de gentrificação social passaram a compor a configuração das cidades brasileiras a partir do início do século XX, com grandes obras portuárias e remodelações urbanas. A urbanização dá um salto nos anos 1950 e propicia uma explosão demográfica entre os anos de 1940 a 1970, neste ano, mais da metade dos brasileiros já vivia nas cidades (55,9%).

No início dos anos 1960, a sociedade brasileira começou um profundo debate sobre a necessidade da reforma urbana, alertando para a necessária regulação do capital privado ligado à construção civil. Com o golpe de 1964, a reforma foi brutalmente preterida.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que surgiu durante a democratização nos anos 1980, arrancou conquistas, mas a hegemonia neoliberal que se impôs na década seguinte, com o enfraquecimento dos movimentos populares, preteriu novamente a reforma urbana. A urbanização desordenada, a favelização das grandes cidades e a especulação imobiliária, durante os anos 2000, cresceram ainda mais. Contudo, ainda é presente a herança do êxodo rural sem reforma agrária e da urbanização desordenada sem reforma urbana, como parte de um problema nacional por resolver-se.

A estrutura socioespacial de Porto Alegre e suas dinâmicas

Segundo Fedozzi e Soares (2015, p.36), no interior da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o município, em 2010, representava 35,6% da população metropolitana. Além disso, na condição de capital do estado, conservou a característica de concentrar as atividades econômicas do setor terciário moderno e avançado, particularmente após o final dos anos 1970. O processo de metropolização institucionalizado em 1974, inicialmente com 14 municípios, hoje abarca 34 municípios e cerca de 4 milhões de habitantes (em 2010). Porto Alegre é um centro urbano, com 1,5 milhões de habitantes e onde reside mais de 40% da população ocupada da RMPA. Segundo Fedozzi e Soares. (2015):

As características centrais da história da RMPA remontam aos finais do século XVIII e inícios do século XIX: centralidade de Porto Alegre para o escoamento dos excedentes agrícolas produzidos pelos colonos açorianos em localidades do seu entorno; formação de novos núcleos a partir da imigração alemã, desde 1824, em São Leopoldo; intenso comércio entre Porto Alegre e as colônias; forte processo de industrialização; criação de vetores de acesso na formação de um eixo da Capital em direção ao norte do estado e forte processo de ocupação urbana.

(FEDOZZI, L.; SOARES, P. 2015, p.33)

No período de 1820 a 1890, foram lançadas as bases da configuração e distribuição do uso residencial do solo urbano da cidade. Segundo Cabral (1982), “acompanhando o espigão da elevação central da cidade, desde seu centro histórico até a expansão pela Av. Independência, se caracteriza o setor leste, articulando espacialmente áreas de qualidade”, a ocupação de tais áreas expressou nitidamente uma relação entre renda e qualidade do espaço físico, mas também se relacionou a atributos simbólicos. O setor principal se organizou em sua origem, no núcleo inicial da cidade (Alto da Bronze / Praça da Matriz), local de vias e elementos paisagísticos importantes. O setor secundário, na direção sul, teve a orla do Guaíba como o principal elemento de organização.

Com a urbanização e a crescente oferta de trabalhadores para a produção industrial, as “Vilas Operárias”, que atraíam e controlavam os trabalhadores, perderam sua função aos capitalistas. Nesse novo cenário urbano, nos anos 1940, foi iniciada uma campanha contra os “cortiços” na maioria das cidades brasileiras. Em Porto Alegre, ela tornou-se efetiva em 14 de julho de 1949, com a remoção da população moradora para novas “vilas” criadas na periferia da cidade e a destruição do comércio vizinho aos cortiços. (PMPA, 1973). As primeiras “malocas” – como ficaram conhecidas à época – apareceram em Porto Alegre em 1946, desencadeadas pela ocupação de terras urbanas desocupadas, geralmente em áreas situadas em banhados ou utilizadas como depósito de lixo.

Após a Segunda Guerra Mundial, a cidade expandiu-se para a periferia norte, especialmente após a construção da BR-116. Desde o final da década de 1940, áreas localizadas ao longo da rodovia e perto de Porto Alegre ofereciam moradias de baixo custo e vantagens para a instalação das indústrias. Com o processo de periferização da classe trabalhadora aparecem grandes “vilas dormitório”, como Rio Branco, Niterói e Mathias Velho no município de Canoas, na atual região metropolitana.

Algumas áreas que abrigavam as classes trabalhadoras foram construídas pelo setor privado próximo às fábricas, como Passo d'Areia, Vila Jardim, Sapiranga e Floresta. Com a expansão do distrito industrial, os bairros ao longo das Avenidas Farrapos e Assis Brasil se desenvolveram. A população de baixa renda passou a ocupar as terras disponíveis próximas às fábricas, em áreas alagadiças e sem infraestrutura onde, até então, depositava-se lixo e queimava-se em fornos municipais. É o caso de áreas onde atualmente se localizam bairros como Humaitá e Anchieta.

Inicialmente, as ocupações se davam de forma pacífica e individual, mas a partir dos anos 1970-80 tornaram-se um fenômeno coletivo, como no caso da Vila União Sarandi, que se constituiu a partir do aterramento de uma área alagada, feita pelos próprios ocupantes. Logo, tendo em vista a repressão que se intensificou a partir do final dos anos de 1960, expandiu-se de forma planejada, organizada e feita por etapas cuidadosamente calculadas pelo movimento dos moradores.

A partir dos anos 1970 já havia uma configuração socioespacial bastante definida em Porto Alegre, tendo a elite assentada nas áreas mais altas e aprazíveis da cidade, em bairros como Bela Vista, Independência, Moinhos de Vento, Higienópolis e Vila Assunção. Foi reforçada pela crescente utilização do transporte individual. As classes médias abastadas localizaram-se em bairros como Santa Cecília, Menino Deus, Ipanema e Cristal. Os trabalhadores da indústria principalmente localizavam-se ao longo das Avenidas Farrapos e Assis Brasil. As classes populares de baixa renda ocupavam as áreas periféricas das áreas privilegiadas, em áreas desocupadas ou sujeitas à inundação como a periferia norte da cidade. Segundo Furtado (2014):

O processo primário de gentrificação em Porto Alegre deve ser relacionado a processos de (re)desenvolvimento urbano, com a intenção de erradicar habitações de baixo custo – favelas – para transformar o uso do solo em uma escala de grandeza que não se restrinja apenas à transformação de um conjunto de habitações inseridas em um quarteirão, mas tenha importância para a transformação do *status* de um bairro ou mesmo um setor urbano.

(FURTADO, C. R., 2014, p. 358)

As primeiras pressões pela gentrificação ocorreram na periferia das áreas centrais, consolidando-se o assentamento das classes populares de baixa renda nas áreas mais baixas da cidade (Vila Teodora, Tio Zeca, Santos Guerra, A.J. Renner). Longe de parecer um movimento natural, a periferização da classe trabalhadora foi decorrência de decisões po-

líticas que remontam aos anos 1950, quando foi criado o Departamento Municipal da Casa Popular (DEMHAB, desde 1965). Em um período de 21 anos, em 1971, o DEMHAB já havia removido 13.303 famílias (mais de 60 mil pessoas) de áreas ocupadas por “malocas”. À medida que aumentou o preço da moradia nas áreas centrais, inviabilizou-se a permanência de camadas de baixa renda nestas áreas.

Porto Alegre passou por um processo de polarização reversa, ou seja, de desconcentração industrial, passando então a um papel de centro regional político e administrativo. A descentralização espacial das atividades industriais da cidade cedeu espaço a uma dinâmica crescente de desindustrialização e terceirização da economia local, isto é, um crescimento do setor de serviços. Tornou-se elemento determinante para socioespacialização da cidade, o crescimento do sistema de transporte público. Tanto a construção do Trensurb, no início dos anos 1980, como a construção da Avenida do Trabalhador foram importantes mecanismos de desenvolvimento das “vilas dormitório” da Região Metropolitana e da capital.

Veremos que a configuração de uso residencial do solo em Porto Alegre se modificou, particularmente após os anos 1980. As classes altas da cidade se espalharam por outros bairros. Se há 30 anos o que valorizava um imóvel era sua proximidade ao centro da cidade e sua área construtiva, hoje o imóvel valoriza-se em função da infraestrutura que oferece, das condições de segurança e uma noção de retiro, associada à tranquilidade. Os condomínios fechados horizontais mais caros da cidade atualmente se localizam em áreas até pouco tempo atrás consideradas muito distantes do centro. Tais fenômenos contemporâneos estão diretamente associados ao processo de metropolização da cidade.

Metropolização e gentrificação em Porto Alegre

Nos últimos 30 anos, Porto Alegre e sua Região Metropolitana foram diretamente afetadas pelo processo de metropolização e suas fases correspondentes à realidade local. De acordo com Mamarella et al. (2015), levando em conta as assimetrias econômicas do território metropolitano gaúcho, de 1980 a 2010:

Porto Alegre se consolida como lugar privilegiado de moradia das elites, tanto dirigentes quanto intelectuais; a proporção elevada de domésticos, catadores, ambulantes, ou seja, população

que se encontra na base social (...), aponta para processos de expansão urbana em direção às periferias (que tanto podem ser bairros como municípios inteiros, como é o caso de Alvorada).

(MAMARELLA et al., 2015, p.151)

Tal constatação aponta para duas facetas de um mesmo movimento contemporâneo: a ocupação de áreas centrais e/ou valorizadas pelo mercado financeiro-imobiliário pelas elites e a expulsão dos pobres que se encontram na base da pirâmide social para territórios periféricos, dentro e fora da cidade. No apanhado de 1980-2010, em Porto Alegre, a categoria que mais sofreu influências com tais mudanças foi o operariado, seja pela reestruturação espacial operada pela economia mundializada, seja pela absorção em espaços de concentração operária mais homogênea, como o Vale dos Sinos (RMPAVale).

Para que possamos, posteriormente, inferir sobre a associação da estrutura social ao território, utilizaremos as categorias do Censo Demográfico (2010). O primeiro passo para avançarmos em uma caracterização da dinâmica socioespacial da cidade é identificar a distribuição sócio-ocupacional da população (ocupada) de Porto Alegre, conforme o quadro a seguir (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 - Distribuição da proporção da população ocupada segundo a estrutura sócio-ocupacional de Porto Alegre (2010)

Categorias sócio-ocupacionais	Porto Alegre (2010) %
Dirigentes	2,7
Grandes Empregadores	1,7
Dirigentes do Setor Público	0,6
Dirigentes do Setor Privado	0,4
Profissionais de Nível Superior	19,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	6,0
Profissionais Empregados de Nível Superior	8,7
Profissionais Estatutários de Nível Superior	1,3
Profissionais de Nível Superior	3,9
Pequenos Empregadores	2,4
Ocupações Médias	32,1
Ocupações de Escritório	11,2
Ocupações de Supervisão	6,3
Ocupações Técnicas	6,6
Ocupações Médias da Saúde e Educação	4,4
Ocupações Segurança Pública, Justiça e Correios	1,9
Ocupações Artísticas e Similares	1,7
Trabalhadores do Terciário Especializado	16,4
Trabalhadores do Comércio	8,6
Prestadores de Serviços Especializados	7,7

Continua na próxima página ➤

Trabalhadores do Setor Secundário	12,8
Trabalhadores da Indústria Moderna	2,4
Trabalhadores da Indústria Tradicional	2,0
Operários de Serviços Auxiliares	3,5
Operários da Construção Civil	4,9
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	13,2
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,9
Trabalhadores Domésticos	5,9
Ambulantes e Biscateiros	1,4
Agricultores	0,7
Total	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A cidade passa a ser, ao mesmo tempo, espaço de moradia das categorias médias (32%) e o espaço mais elitizado da RMPA, no qual se encontra a maior porcentagem de profissionais de nível superior (20%) e dirigentes (3%). Por outro lado, o número de ocupados no setor terciário não especializado é equivalente ao de operários (setor secundário 13%) e ambos somados aos trabalhadores do setor terciário especializado totalizam 42,4% dos ocupados em Porto Alegre.

A identificação de tipos que agreguem espacialmente as categorias sócio-ocupacionais é complexa, e encontraremos perfis mais ou menos homogêneos nas áreas. Entretanto, o trabalho de Mamarella et al. (2015), nos apresenta uma metodologia que propicia um olhar sintético dos processos e mudanças da estrutura socioespacial na RMPA, no qual se pode isolar os dados e agregar os perfis referentes especificamente à cidade de Porto Alegre em cinco “famílias” de tipos de áreas, quais sejam: superiores, médios, operários, populares e agrícolas.

De acordo com essa tipificação, é possível identificar na década de 1980-1990 a ocorrência de um processo particular de elitização em Porto Alegre, com novas áreas de tipo superior em 1991, inexistentes nos anos 1980. Também é possível identificar um processo intenso de segregação socioespacial na mesma década. Em 1980 os moradores das áreas de tipo popular representavam 14,5% do total de ocupados, em 1991 esse percentual era cerca de 30%, por exemplo. “Ao mesmo tempo em que as elites se concentram em áreas e bairros nobres da cidade, ocorre o aumento da periferização da moradia de camadas populares” (MAMARELLA et al., 2015, p.166). Entre 1980 e 1991, houve um aprofundamento das desigualdades socioespaciais e um processo de homogeneização das condições de vida nos tipos extremos (superior e popular).

As áreas de tipo superior podem ser classificadas em quatro grandes grupos: 1) aqueles mais tradicionais que receberam grandes investimentos imobiliários e de infraestrutura a partir da década de 1970 e 80, tais como Independência, Moinhos de Vento, Petrópolis, Mont’ Serrat, Bela Vista, Rio Branco, Bom Fim, Santa Cecília e Higienópolis; 2) aqueles que sofreram processos de elitização como: Centro, Floresta, São João, Azenha, Menino Deus e Jardim Botânico; 3) bairros elitizados da Zona Sul da cidade como Assunção, Tristeza, Vila Conceição, Pedra Redonda, Ipanema, Espírito Santo e Guarujá; 4) aqueles cuja configuração passa por mudanças pós anos 1980, como Três Figueiras, Chácara das Pedras e Vila Jardim, especialmente após a construção do Shopping Iguatemi em 1983, tornando-se territórios de concentração do comércio de padrão alto e moradia da elite e camadas médias abastadas. O bairro Três Figueiras apresenta um perfil relativamente polarizado, combinando um grande número de moradias das camadas superiores e uma participação significativa dos trabalhadores do setor terciário não especializado. É um bairro que vem sofrendo um intenso processo de gentrificação, principalmente após os anos 90.

A análise da década de 1990-2000 corresponde ao início da terceira fase de constituição do espaço urbano sob hegemonia do capital financeiro e com forte presença da especulação imobiliária no Brasil e em Porto Alegre. Nela, identificam-se mudanças significativas no território da cidade. As áreas de tipo superior que até 1991 encontravam-se concentradas em poucos bairros centrais de Porto Alegre, nos anos 2000, se ampliam para a porção sul. Com grande densificação da moradia de dirigentes e profissionais de nível superior, aumenta a demanda por implantação de condomínios residenciais de luxo, intensificando a ação do mercado imobiliário naquela zona.

Este processo se intensificou após a aprovação do novo Plano Diretor, em 1999, que abriu novas possibilidades de negócios a partir da flexibilização de alguns critérios. O mercado imobiliário destinado às classes médias e altas passou a oferecer condomínios com infraestrutura diferenciada: piscinas, quadra de esportes, salão de jogos, salão de festas, playground, academia de ginástica, SPA, sala de cinema, praças e jardins. Os novíssimos condomínios horizontais como Terraville e Alphaville contam com áreas voltadas para o comércio e serviços, como mercado, padaria, escolas de educação infantil e até postos de combustível. De acordo com o Censo de 2010, pudemos notar que a localização das áreas superiores em 2010 segue o padrão de 2000, quer dizer, bairros tradicionais que se consolidaram com o grande aporte imobiliário dos anos de 1980 e bairros elitizados da Zona Sul de Porto Alegre.

A construção dos condomínios de luxo em Porto Alegre tem-se proliferado nos últimos anos, principalmente nos bairros Bela Vista, Petrópolis, Higienópolis, Moinhos de Ventos, Três Figueiras e Mont’ Serrat. São áreas de moradia de camadas superiores de alta renda que buscam uma convivência segura “entre iguais”.

Um indício recentemente mapeado talvez possa influenciar os resultados das pesquisas futuras e identificar novas áreas superiores não contabilizadas no Censo de 2010: a construção de moradias de luxo no Bairro Arquipélago. O bairro é composto por 16 ilhas integrantes do Delta do Jacuí, sendo que a Ilha das Garças pertence ao município de Canoas, e a Ilha das Figueiras, ao município de Eldorado do Sul. A publicação da pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre, *História dos Bairros de Porto Alegre*, resgata sua trajetória socioespacial:

A primeira ocupação das ilhas do Arquipélago, conforme indícios arqueológicos, data do século XVI, e seus primeiros habitantes eram índios guaranis. Com a ocupação do Rio Grande do Sul, os índios obrigaram-se a buscar outras regiões do Estado. Segundo os moradores antigos do Arquipélago, no século XVIII as ilhas Saco do Quilombo, Maria Conga também chamada Ilha do Quilombo (atual Ilha das Flores) e Maria Majolla abrigaram ancestrais escravos. A presença de quilombo nas Ilhas é assunto ainda pendente de estudo aprofundado, porém documentos da Câmara do século XIX comprovam a presença de população negra na Ilha em 1810, e dá indícios que sua ocupação seja anterior a esta data.

(História dos Bairros de Porto Alegre, s.d., p.6)

Apesar de sua longa história, no ano de 2015 é a primeira vez que se faz algum tipo de levantamento e mapeamento de áreas ocupadas irregularmente por casas de luxo. Segundo o Jornal Correio do Povo (27/06/2015), agentes do Consórcio Guaíba que trabalhavam na atualização do RecadastraPoa, observaram novas mansões na Região das Ilhas, que não constavam no levantamento aéreo feito em 2010. Os agentes declararam ser possível observar a transformação do local, que outrora abrigava uma ilha de vegetação nativa e hoje reúne casas de alto padrão, a maioria com marina própria e piscina. De acordo com a reportagem do Correio do Povo:

A supervisora do grupo de fiscalização da Secretaria Municipal da Fazenda (...), diz que os 46 agentes do RecadastraPoa mapearam zonas que nunca tinham sido fiscalizadas. “Pela primeira vez, este tipo de levantamento é feito nas Ilhas. Foram encontradas centenas de propriedades sem cadastro que nunca tinham recolhido IPTU.” Ela apontou outras áreas da Capital, principalmente nas zonas Norte e Sul, onde foi cons-

tatado crescimento informal da cidade. “Essa expansão se deu, inclusive, com a criação de condomínios de luxo e parcelamentos irregulares de área.”

[Jornal Correio do Povo, 27/06/2015]

Tais evidências trazem à tona, além da possível reconfiguração da área em sua estrutura socioespacial, a eminência de conflitos ambientais e tributários. Aliás, algo que se pode concluir acerca da constituição das áreas superiores é que, frequentemente, ela se dá em meio a conflitos que permeiam dimensões ambientais, territoriais e econômicas e é legitimada por mecanismos estatais de financiamento, permissão ou isenção tributária. É a dinâmica socioespacial dessas áreas e negócios que produzem novas centralidades metropolitanas na cidade polo da RMPA. Inicialmente, como vimos, o Moinhos de Vento já nos anos 1970 concentra o comércio de luxo e, nos anos 2000, passa a ter o Moinhos Shopping como novo centro deste tipo de consumo.

A construção dos Shopping Centers, como Iguatemi em 1983, o Shopping Praia de Belas em 1991, o Barra Shopping Sul em 2008 na Zona Sul e o Bourbon Wallig em 2012 na Zona Norte, trouxe novos artefatos urbanos para a cidade. São torres com escritórios empresariais como a Iguatemi Corporate junto ao shopping Iguatemi; as Prime Offices junto ao Praia de Belas; e a Cristal & Diamond Tower junto ao Barra Shopping. São construções que produzem novos territórios de extração da renda diferencial urbana.

Há cerca de 20 aglomerados comerciais considerados shoppings em Porto Alegre. Dentre estes, o Floresta Center Shopping (área de 50 mil metros quadrados) que está em construção e o Shopping Center Arena (área de 28 mil metros quadrados) em fase de projeto. A mais nova centralidade metropolitana localiza-se na Av. Carlos Gomes, onde estão sendo construídos edifícios corporativos e centros empresariais, com ampla valorização do capital imobiliário e conexão com a economia globalizada.

Todavia, os espaços médios abrigam um quarto da população da RMPA e Porto Alegre concentra maior parte dos espaços médios heterogêneos, aqueles onde há presença com igual densidade de camadas médias e trabalhadores do terciário especializados e não especializados (17 das 19 áreas). Frequentemente os espaços médios estão cercados por áreas do tipo popular.

Áreas com características do tipo operário (maior densidade habitacional de trabalhadores do setor secundário) são mais frequentes em outras cidades da RMPA. Apenas o Bairro Sarandi apresentou características do tipo operário moderno e popular, mesclando os dois perfis. Grande parte dos trabalhadores do terciário não especializado e da construção

civil que configuram o tipo popular mora nas periferias das cidades mais próximas e na periferia de Porto Alegre. Conforme demonstra o Quadro 1.2, as áreas de tipo superior concentram 42,3% dos ocupados classificados como dirigentes e 43,9% dos profissionais de nível superior. Por sua vez, as áreas de tipo popular concentram especialmente trabalhadores do terciário não especializado:

Quadro 1.2 - Proporção de população ocupada que compõe os tipos socioespaciais na RMPA distribuída em suas sub-regiões segundo as categorias sócio-ocupacionais em 2010

Categorias Sócio-ocupacionais	Tipo Superior				Tipo Médio				Tipo Operário			
	RMPA	POA	RMPA POA	RMPA VALE	RMPA	POA	RMPA POA	RMPA VALE	RMPA	POA	RMPA POA	RMPA VALE
Dirigentes	51,1	42,3	3,0	5,8	26,1	13,3	9,9	2,9	15,8	-	3,6	12,2
Profissionais de Nível Superior	49,6	43,9	2,1	3,6	31,5	19,8	9,7	2,0	11,4	-	3,5	7,9
Pequenos Empregadores	35,6	29,0	2,0	4,6	30,2	16,3	11,8	2,1	24,8	-	7,1	17,7
Ocupações Médias	21,0	17,1	1,5	2,4	36,0	19,5	14,9	1,6	26,1	-	10,3	15,8
Trabalhadores do Terciário Especializado	11,3	9,5	0,8	1,0	36,0	21,6	13,2	1,2	28,8	-	13,0	15,8
Trabalhadores do Secundário	4,1	3,0	0,4	0,6	24,2	11,8	11,3	1,1	49,5	-	15,9	33,7
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	7,3	6,3	0,4	0,6	33,0	20,8	11,4	0,9	27,8	-	12,3	15,5
Agricultores	3,5	2,7	0,5	0,2	11,9	6,8	4,7	0,4	29,8	-	7,3	22,5
Total das CATs	17,3	14,5	1,1	1,7	31,5	17,8	12,4	1,4	30,6	-	11,3	19,3

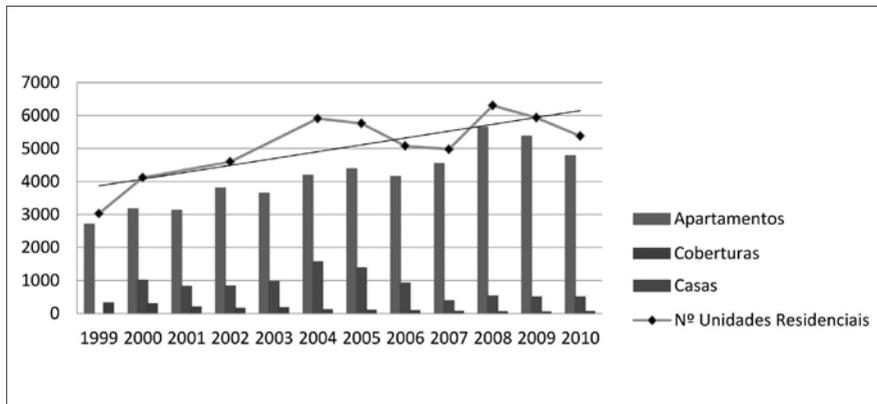
Categorias Sócio-ocupacionais	Tipo Popular				Tipo Agrícola			
	RMPA	POA	RMPA POA	RMPA VALE	RMPA	POA	RMPA POA	RMPA VALE
Dirigentes	4,9	2,0	3,0	-	2,1	-	1,7	0,4
Profissionais de Nível Superior	6,3	2,4	3,9	-	1,2	-	1,0	0,2
Pequenos Empregadores	7,1	2,4	4,8	-	2,2	-	2,0	0,3
Ocupações Médias	14,8	4,7	10,1	-	2,1	-	1,8	0,3
Trabalhadores do Terciário Especializado	21,3	7,8	13,5	-	2,6	-	2,4	0,3
Trabalhadores do Secundário	18,8	5,2	13,6	-	3,4	-	3,0	0,5
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	28,0	9,7	18,3	-	3,9	-	3,5	0,4
Agricultores	16,7	6,6	10,1	-	38,1	-	35,2	2,9
Total das CATs	17,3	5,7	11,7	-	3,2	-	2,9	0,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Características do mercado imobiliário em Porto Alegre

De 1999 a 2010, segundo trabalho de Fagundes e Wartchow (2015), a oferta de apartamentos na capital superou à de casas:

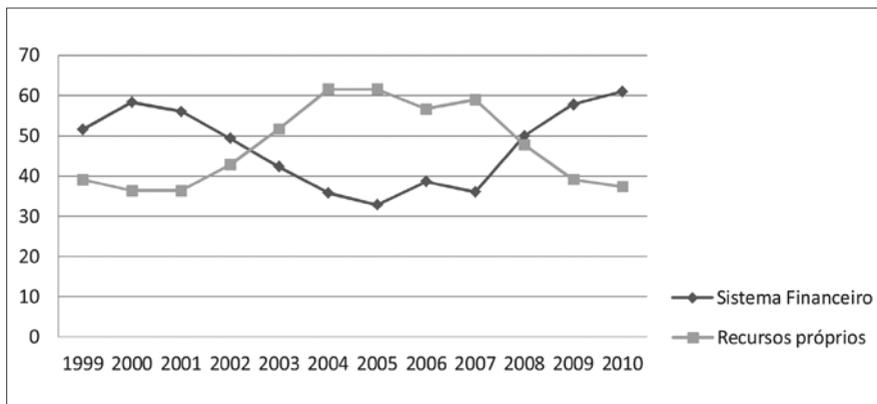
Gráfico 1.3 – Evolução da Oferta Total de Imóveis Residenciais Novos em Porto Alegre e por Tipologia (1999 - 2010)



Fonte: Censos Imobiliários do Sinduscon-RS (1999-2010).

Pelo volume de recursos necessários à construção de apartamentos, tal dinâmica favorece a realização da obra por meio de financiamentos e diminui a quantidade de moradias providas com recursos próprios:

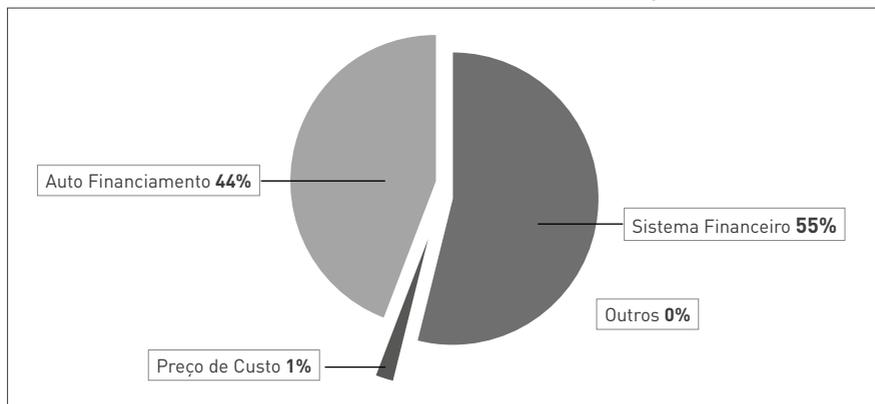
Gráfico 1.4 – Evolução percentual das duas principais fontes de recursos para construção da obra em Porto Alegre (1999-2010)



Fonte: Censos Imobiliários do Sinduscon-RS (1999-2010).

Nota-se um significativo crescimento a partir de 2007 do financiamento das obras via Sistema Financeiro. Em 2008, inverteu-se em favor do sistema financeiro a curva que vinha favorável aos recursos próprios desde 2002. Após 2011, houve uma leve subida no autofinanciamento das obras, mas ainda assim, em 2013, o Sistema Financeiro seguiu sendo a principal fonte de recursos para a construção:

Gráfico 1.5 – Unidades novas em oferta por recurso para construção da obra - Maio/2013



Fonte: DEE/Sinduscon-RS.

De acordo com o 16º Censo Imobiliário do Sinduscon-RS (2013), no ano de 2013, foram identificados 361 empreendimentos em 180 empresas, totalizando 8.291 unidades novas em oferta. Em média, foram cadastrados 2,01 empreendimentos por empresa, com média de 46 unidades em oferta por empresa: 7.661 unidades residenciais (92,40% do total), dentre as quais 7.335 apartamentos (88,47% do total), 326 casas (3,93% do total) e 529 unidades comerciais (6,38% do total).

Dentre as maiores, 50 empresas (27,78% do universo) concentravam 80,46% do total de unidades em oferta, sendo que 31,86% do total de empreendimentos com unidades em oferta concentravam-se em 19 empresas em 2013.

Dentre as menores, 69 empresas (38,33% do universo) possuíam até 10 unidades em oferta, que representam 4% do total em oferta. 39 empresas (21,67% do universo) possuem até 5 unidades em oferta, o que representa 1,22% da oferta. 96 empresas (53,33% do universo) possuem apenas um empreendimento.

A evolução da relação entre unidades ofertadas e número de empresas, de 2010 a 2013, pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 1.6 - Número de unidades em oferta por empresa nos últimos quatro anos

Nº unidades em Oferta	2010		2011		2012		2013	
	Nº Empresas	%						
Até 10	102	52,31	97	50,26	83	45,60	69	38,33
11 a 20	34	17,44	35	18,13	36	19,78	35	19,44
21 a 40	31	15,90	23	11,92	27	14,84	34	18,89
41 a 60	11	5,64	12	6,22	12	6,59	16	8,89
61 a 80	3	1,54	11	5,70	5	2,75	4	2,22
81 a 100	0	0,00	3	1,55	5	2,75	6	3,33
101 ou mais	14	7,18	12	6,22	14	7,69	16	8,89
Total	195	100	193	100	182	100	180	100

Fonte: DEE/Sinduscon-RS.

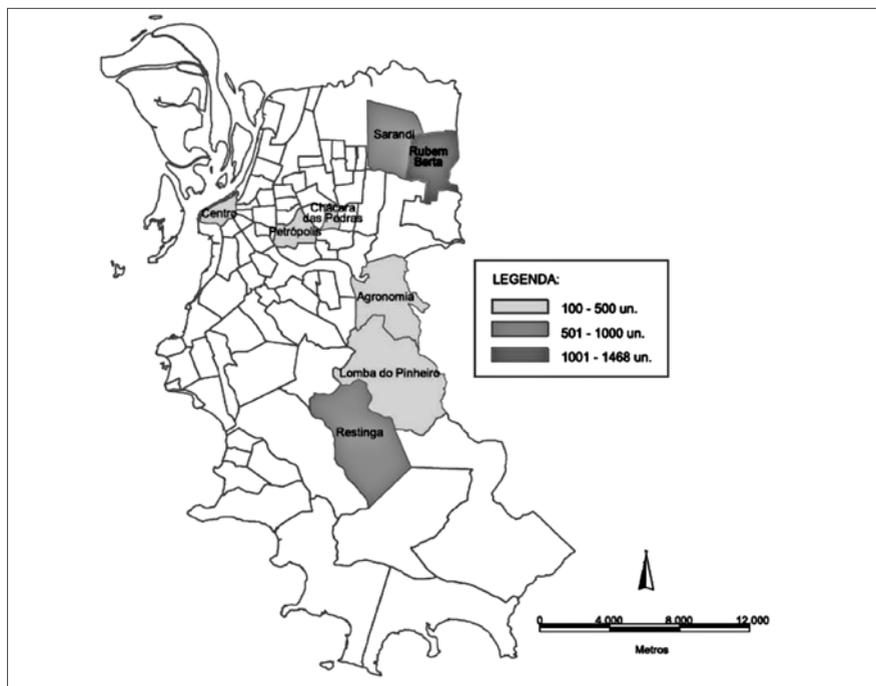
Ainda que em termos absolutos o número de empresas que ofertam até 10 unidades seja maior, em perspectiva é possível notar uma maior concentração da oferta por empresas maiores ao longo do período analisado. De 2010 a 2013, houve uma queda de 14% no número de empresas que ofertavam até 10 unidades. Ao mesmo tempo, verifica-se o crescimento significativo das empresas com 81 a 100 unidades para oferta. Enquanto o número de empresas com menos de 40 unidades em oferta caiu em torno de 17,4%, o número de empresas com oferta acima de 40 unidades cresceu mais de 33%.

Um dos fatores importantes de incidência sobre os dados supracitados foi o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009, pelo Governo Federal. Na primeira década de 2000 houve uma retomada dos investimentos em habitação e infraestrutura por parte do Governo. O aporte de recursos públicos, entretanto, não alterou o modelo de urbanização do país. Por meio de tal programa, ao contrário do que se quer fazer parecer, o mercado imobiliário tornou-se ainda mais protagonista, alçando as empreiteiras a um papel central na política habitacional do país, com a produção de moradia principalmente para os setores de média e baixa rendas, consolidando, cada vez mais uma “ordem urbana produzida pelo mercado” (Fagundes e Wartchow, 2015).

O impacto do programa MCMV, combinado ao crescimento dos condomínios de luxo, teve como saldo um aumento no número de domicílios próprios, especialmente entre os setores de média e alta rendas. Entretanto, em função da oferta residencial para as classes de menor poder de

compra ter aumentado por meio de unidades que apresentam área reduzida, a área média das unidades oferecidas diminuiu. De acordo com Fagundes (2011), a maior concentração de oferta de Imóveis Residenciais na menor faixa de preço se deu no Bairro Rubem Berta (1.468), seguido da Restinga (659) e Sarandi (528), no intervalo de 1999 a 2010. A partir de 2009, com o MCVM, observamos a entrada da Lomba do Pinheiro no mapa de expansão do mercado imobiliário para as classes baixas.

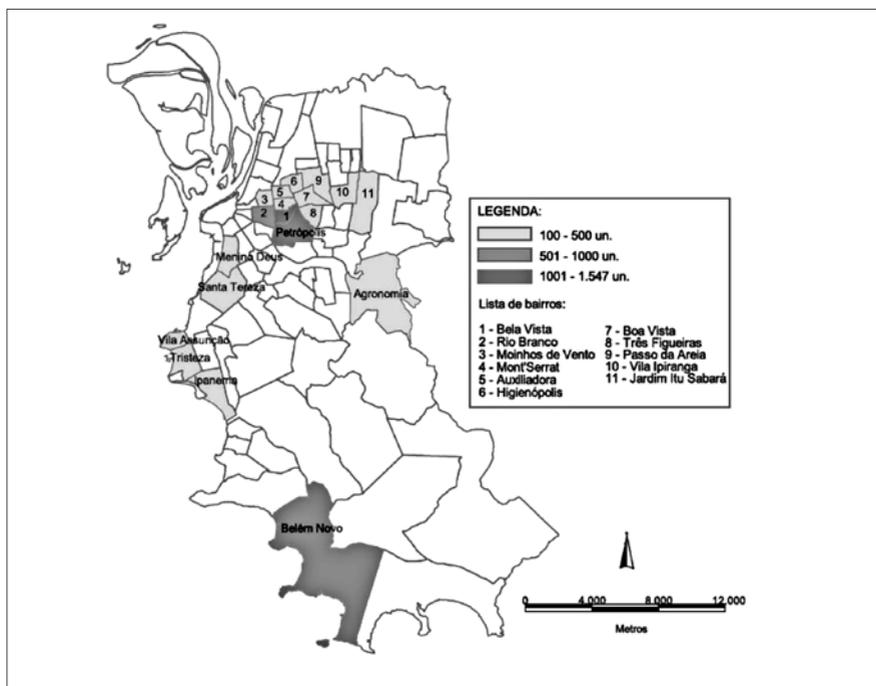
Mapa 1.7 – Distribuição da Oferta de Imóveis Residenciais na Menor Faixa de Valor em Porto Alegre (1999 – 2010)



Fonte: Fagundes (2011), a partir dos Censos Imobiliários do Sinduscon-RS (1999-2010).

As maiores concentrações de condomínios da RMPA são encontradas na capital, mas entre a Vila Assunção e Ipanema, na Zona Sul de Porto Alegre, localiza-se o maior número de condomínios em áreas de tipo superior. Os imóveis ofertados à maior faixa de preço concentram-se em Belém Novo, Petrópolis e Bela Vista. O primeiro bairro destaca-se pela oferta de condomínios fechados e os outros dois pela oferta de apartamentos de 3 ou 4 dormitórios. Cabe ressaltar, porém, que mesmo com as construções de luxo, o bairro Belém Novo segue apresentando a ocupação socioespacial do tipo popular como predominante.

Mapa 1.8 – Distribuição da Oferta de Imóveis Residenciais na Maior Faixa de Valor em Porto Alegre (1999 - 2010)



Fonte: Fagundes (2011), a partir dos Censos Imobiliários do Sinduscon-RS (1999-2010).

Para viabilizar o MCMV, especialmente em sua Faixa 1 (até três salários mínimos), destinada à população de mais baixa renda, o governo municipal concede isenções fiscais, doa terrenos e flexibiliza padrões urbanísticos. Ainda assim, na capital, de 1999 a 2010, a produção de moradias para as classes de maior poder aquisitivo superou a produção de casas para pessoas de baixa renda e, de acordo com o Censo de 2010, a cidade segue com um déficit habitacional de 38 mil unidades domiciliares. Por outro lado, existem 48 mil imóveis desocupados na região central da cidade.

Porto Alegre registrou, em 2013, também o maior estoque médio de imóveis usados para venda em cinco anos. A média mensal de 7.377 unidades disponíveis foi 23% superior à de 2012, conforme dados do Panorama do Mercado Imobiliário, divulgado pelo Secovi-RS. Houve expansão do crédito, o que afetou a demanda.

Logo, o preço dos imóveis usados na cidade aumentou 119% nos 60 meses encerrados em outubro de 2013, enquanto o INCC-M (índice de

custos da construção civil) subiu 38,9% e a inflação do INPC, 30,8. Entre 2012 e 2013, o preço do usado subiu cerca de 10%. Também a inadimplência nas locações ficou em 4,4% nos 12 meses acumulados até novembro de 2013.

Esta dualização crescente da cidade (construção de condomínios de luxo e/ou elitização de bairros e a propensão à fixação da população mais pobre nas periferias) tem trazido cada vez mais conflitos à tona, tais como ocupações urbanas, o surgimento de novos movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e, inclusive, um reflexo nos fóruns do Orçamento Participativo (OP), da Câmara Municipal (CMPA) e do Judiciário. Os conflitos mencionados em 2013, ainda formaram parte das demandas presentes nas manifestações que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho. Somaram-se a outras causas como a defesa das liberdades civis-democráticas, a luta contra a corrupção, a defesa da qualidade dos serviços públicos e contra o aumento do preço das tarifas de transporte público, esta última, o elemento central que desencadeou o levante juvenil e popular que entrou para a história do país.

Expressões posteriores às manifestações denunciam que não houve resposta à altura das reivindicações e as causas seguem latentes. Podemos observar isso no Plano de Investimento (PI) 2014-2015, votado nas assembleias do OP. O problema relacionado à moradia e suas condições perpassa a imensa maioria das 17 Regiões do Orçamento Participativo (ROPs) da cidade. Dentre as prioridades votadas, Saneamento Básico e Habitação são as mais frequentes. “Habitação” é a prioridade que aparece mais vezes (14), sendo quatro vezes em primeiro lugar, nove vezes em segundo lugar e uma vez escolhida como terceira prioridade. Só não apareceu como prioridade nas ROPs 5 (Norte), 13 (Extremo Sul) e 17 (Ilhas).

A prioridade “Saneamento Básico” – nos referimos, para efeitos deste trabalho, aos serviços de esgoto e tratamento de água agregados (Saneamento DEP + Saneamento DMAE) – aparece 12 vezes, sendo onze vezes em primeiro lugar e uma em quarto. Também vinculada às questões de infraestrutura do bem-estar urbano, a prioridade “Pavimentação” apareceu cinco vezes: na ROP 7 – Partenon em segundo lugar; na ROP 9 – Glória e na ROP 14 – Eixo Baltazar, em terceiro lugar e nas ROPs 12 e 13 (Centro-Sul e Extremo Sul, respectivamente) em segundo lugar.

As obras da Copa do Mundo 2014 em Porto Alegre incrementaram ainda mais o ambiente de conflitos em torno da moradia. Deram ainda um novo impulso à gentrificação, por meio de remoções forçadas e práticas que foram internacionalmente qualificadas como ações de violação dos direitos humanos.

Veremos como a realização da Copa 2014 fez emergir contradições latentes, promovendo conflitos no entorno das obras dos estádios de futebol, edificações e vias previstas no projeto. Uma grande quantidade de obras realizadas simultaneamente com vistas a cumprir os prazos estipulados que afetaram a mobilidade urbana e foram tomadas medidas inusitadas do ponto de vista da legislação local, para atender às exigências da Lei Geral da Copa e pré-requisitos da organizadora do megaevento, a FIFA.

A Copa de 2014 e a violação de direitos humanos em Porto Alegre

No que se refere ao problema da moradia, as obras da Copa do Mundo de 2014 foram um incremento aos conflitos supracitados, com remoções de comunidades, reconfigurações de bairros inteiros e um impulso ao mercado financeiro-imobiliário, por meio de isenções fiscais e flexibilização de padrões urbanísticos, conforme veremos a seguir.

Uma das características da terceira fase dos processos de construção do espaço urbano, que consolida a ordem urbana produzida pelo mercado, é a realização de megaeventos, dentre os quais os Jogos Olímpicos e as Copas do Mundo são centrais para a análise, especialmente após os anos 1990.

De acordo com Carvalho (2014) “a expressão megaevento geralmente é utilizada para se referir a grandes eventos culturais de curta duração – nos quais se enquadram os esportivos –, mas com consequências diversas e de longo prazo para suas sedes”. Com tal conceito é possível estabelecer conexões entre as realidades locais e globais que não são apenas de ordem econômica, mas também políticas e sociais, incluindo, a emergência de novos movimentos sociais urbanos em torno de uma busca pelo direito à cidade: ocupações de espaços públicos, de espaços privados ociosos, lutas contra as remoções das famílias residentes das áreas “valorizadas” pelos organizadores, Comitês Populares etc.

Tanto a Copa do Mundo de Futebol quanto as Olimpíadas figuram como megaeventos proeminentes porque o avanço das técnicas de informação permitiu sua divulgação em escala planetária, ensejando amplas possibilidades de negócios para seus organizadores. A Federação Internacional de Futebol (FIFA), no caso da Copa, e o Comitê Olímpico Internacional (COI), no caso dos Jogos Olímpicos, manejam direitos de transmissão, patrocínios e “merchandising”, além de proporcionarem

oportunidades para cidades e países em termos de legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos. Tal operação depende do envolvimento de governos nas candidaturas e organização dos megaeventos esportivos. (Carvalho, 2014)

Ao se desenvolver um aparato normativo técnico, organizacional e jurídico para realizar os torneios, essa organização constrói um cenário de exceção que busca submeter os lugares a uma uniformidade estanque, inflexível, indiferente à realidade local. Para além dos “legados”, os megaeventos esportivos trazem efeitos legislativos importantes e configuram “cidades de exceção” que tem trazido consigo impactos negativos: obras às pressas, repressão policial, privatizações e proibições de circulação, expulsão de populações vulneráveis em determinados espaços públicos e, inclusive, violações de direitos humanos.

A chamada Matriz de Responsabilidade (MR) definiu no Brasil o pacto federativo entre União, Estado e Municípios que sediaram a Copa 2014, assim como as áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades sedes. De maneira geral, discrimina obras e valores, fontes de recurso e responsabilidade de execução. A primeira versão, assinada em janeiro de 2010, foi modificada inúmeras vezes até sua publicação final, em 25 de novembro de 2013. Os eixos definidos inicialmente como prioritários: entorno dos portos, aeroportos e estádios e mobilidade urbana tiveram acrescentados na versão final os eixos turismo e telecomunicações. Além disso, foram excluídas obras do eixo mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre.

Mapa 1.9 – Localização das obras relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre



Continua na próxima página 3

01. Corredor de ônibus da Av. Tronco
02. Corredor de ônibus da 3ª Perimetral
03. Corredor de ônibus Padre Cacique e Av. Beira Rio
04. BRT - Protásio Alves e Terminal Manoel Elias
05. BRT - João Pessoa e Terminal Azenha
06. Corredor de ônibus Av. Voluntários da Pátria e Estação São Pedro
07. Prolongamento da Av. Severo Dullius
08. Complexo da Rodoviária
09. BRT - Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho
10. BRT - Padre Cacique e Terminal Cristal
11. 3 vias Beira-Rio
12. Aeroporto Salgado Filho
13. Aeromóvel
14. Metrô Linha 2
15. Gigante para Sempre
16. Arena do Grêmio
17. Cais Mauá
18. Orla do Guaíba

Fonte: Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2014).

Um exemplo de como se articularam os interesses do mercado imobiliário e a realização da Copa 2014 foi a aprovação na Assembleia Legislativa do PL 178/2010, que destinou uma parte da área ao lado do Jockey Club para ser usada para outras funções alheias ao seu fim. O PL permitia a construção de torres residenciais no local (exploradas pela empresa construtora) e de torres comerciais (alugadas para arrecadação financeira do Jockey). A área cedida, compreendendo 18 hectares e localizada no maior foco de remoções da Copa do Mundo FIFA 2014, poderia resolver boa parte dos problemas fundiários da região, mas não teve este destino.

Entre os legados negativos da Copa, um dos fatores que mais incidiram sobre a violação de direitos humanos foram as remoções realizadas para a execução das obras, segundo o *Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa* (2014):

Se a questão habitacional no Brasil já é grave por si só, a realização da Copa do Mundo 2014 em doze cidades e das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro agrega um novo elemento: grandes projetos urbanos com extraordinários impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais. Dentre estes últimos, sobressai a remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas.

Em Porto Alegre milhares de famílias foram atingidas pelas remoções. O dossiê *Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre*, elaborado pelo Comitê Popular da Copa local, nos apresenta um quadro aproximado das remoções. O Quadro 1.4 demonstra o impacto na moradia de obras e projetos envolvendo o aeroporto, o estádio Beira Rio e a região denominada “entorno do estádio”, tendo em vista que ali se configurou o principal território FIFA (“zonas de exclusão”). O Quadro 1.5 mostra os números de famílias ameaçadas ou já atingidas em seu direito à moradia.

Quadro 1.10 – Famílias atingidas pelas Obras do Aeroporto e adjacências, entorno do estádio e PISA (2014)

Obras	Descrição	Comunidades	Nº de famílias atingidas	Ações públicas
Aeroporto	Ampliação da pista do aeroporto	Vila Dique	1.476	Remoção/reassentamento
Aeroporto	Instalação de equipamento ILS2	Vila Nazaré	1.291	Remoção/reassentamento
Corredor da Avenida Tronco	Ligar o estádio oficial à região central, aeroporto, rodoviária e região hoteleira	Vila Cristal, Vila Divisa, Vila Cruzeiro, Vila Tronco, Gaston Mazon, Vila Maria	1.525	PMCMV, Bônus Moradia, Aluguel Social
Entorno do estádio	Vias de acesso ao estádio oficial	Ocupação, 20 de novembro	50	Bônus Moradia, Aluguel Social
Entorno do estádio	Perímetro de segurança da zona FIFA	Morro Santa Teresa	4.000	Comunidades resistiram ao processo de remoção, foram cadastradas e aguardam a 4 anos a regularização fundiária
Programa Integrado Socio Ambiental (PISA)	Ações para o saneamento como requisito à cidade sede da Copa 2014	Vila Foz, Campo Velho, Pantanal, Upamoroti, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Ângela Corso, Vila Barbosa Neto, Vila Icaraí I, Vila Icaraí II, Vila Hípica	1.680	Remoção/reassentamento, Bônus Moradia, Aluguel Social, Regularização Fundiária

Fonte: Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre.

Quadro 1.11 – Famílias já removidas (2014)

Comunidades	Total de famílias atingidas	Nº de família já removidas/reassentadas	Ações Públicas
Vila Dique	1.476	922	Remoção/reassentamento para o Conjunto Habitacional Porto Novo
Vila Nazaré	1.291	Nenhuma até o momento	Remoção/reassentamento
Atingidas pela duplicação da Avenida Tronco	1.525	420 180 108	Bônus Moradia Aluguel Social Indenizações
Total		708	
Ocupação 20 de novembro	50	50	Bônus Moradia, Aluguel Social
Atingidas pelo Programa Integrado Socio Ambiental	1.680	188 600 122	Remoção/reassentamento Bônus Moradia Regularização Fundiária
Total		910	
Total	6.022	2.590	

Fonte: Dossiê Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre.

Além da visível violação de direitos no que se refere à moradia, outros direitos foram desrespeitados como o direito de ir e vir nas chamadas “zonas de exclusão” da FIFA, violência policial nas remoções, repressão às manifestações contrárias e criminalização de manifestantes.

O ambiente de exceção legislativa e urbanística experimentado pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre teve repercussões importantes no que tange à discussão sobre o processo de gentrificação em curso na cidade e deve ser objeto de reflexão, especialmente, acerca do legado dos megaeventos.

Passaremos, a seguir, ao cruzamento de indicadores sociais e urbanos para estabelecer uma espécie de geografia da desigualdade social na cidade. Para tal, confrontaremos as dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), produzido pelo Observatório das Metrópoles, com a regionalização da renda familiar por meio dos dados disponibilizados pelo Observatório do Trabalho em Porto Alegre, ligado ao DIEESE, com os quais será possível estabelecer a predominância de distintas faixas salariais por bairro.

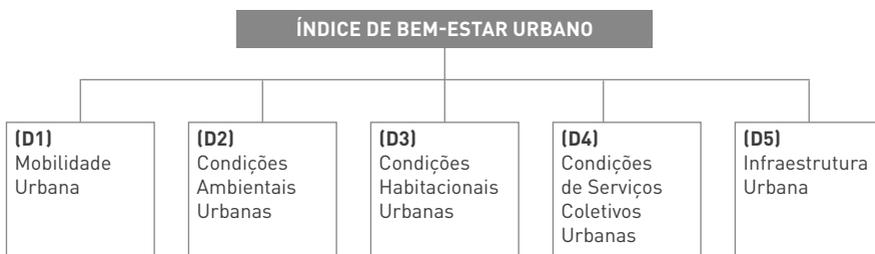
Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU

O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) é relativamente novo e faz-se valer do conceito de “renda real”, formulado por David Harvey, no começo dos anos 70, em seu livro “A justiça social e a cidade”. A Renda Real é a renda monetária propriamente dita e a renda não monetária, aquela que independe da capacidade dos indivíduos. A parcela não monetária possibilita mudanças na renda dos indivíduos em decorrência das mudanças que ocorrem, seja na forma espacial da cidade, seja nas quais se dão nos processos sociais. Segundo o Observatório das Metrôpoles (2013):

A vantagem de utilizar o conceito de renda real para definição de bem-estar urbano se deve ao fato de considerar que os recursos coletivos existentes na sociedade contemporânea, que podem contribuir para a melhoria das condições de vida, são distribuídos de modo desigual na metrópole. Essa distribuição desigual contribui para o aumento de poder daqueles que detêm esses recursos e, por conseguinte, aumento de seu bem-estar e, ao mesmo tempo, redução de poder dos que não o possui e redução de bem-estar. Ou seja, esse conceito nos possibilita avaliar como as condições urbanas favorecem as desigualdades sociais, na medida em que os recursos urbanos são desigualmente distribuídos entre os grupos sociais na cidade.

O IBEU é calculado a partir de cinco dimensões: mobilidade urbana (D1); condições ambientais urbanas (D2); condições habitacionais urbanas (D3); atendimento de serviços coletivos urbanos (D4); infraestrutura urbana (D5).

Figura 1.12 – Dimensões de análise do IBEU



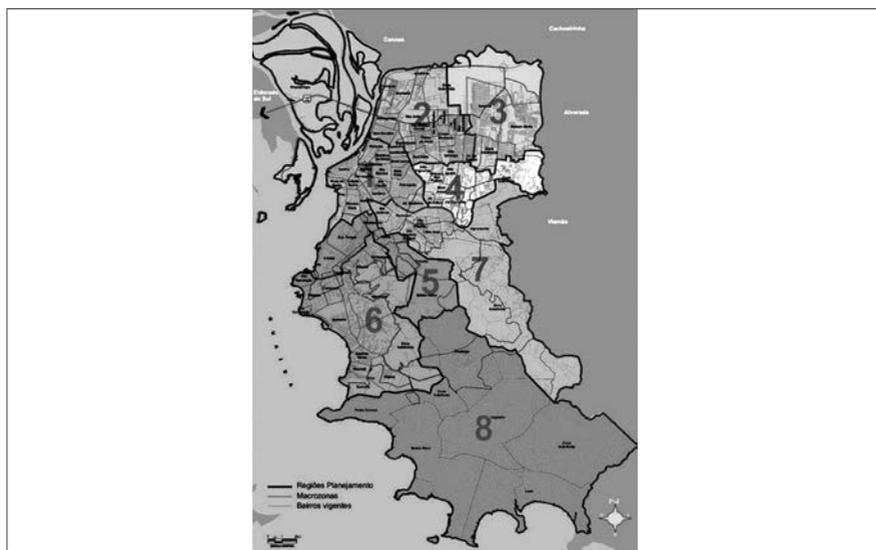
Fonte: Observatório das Metrôpoles.

A *dimensão de mobilidade urbana* (D1) é concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho. A *dimensão de condições ambientais urbanas* (D2) a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acu-

mulado no entorno dos domicílios. A *dimensão de condições habitacionais urbanas* (D3) foi compreendida por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. A *dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos* (D4) a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo. A *dimensão de infraestrutura urbana* (D5) é compreendida por sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros.

O nível intraurbano é alcançado a partir das áreas de ponderação construídas pelo IBGE. Tal nível de análise constitui o IBEU Local, modalidade de análise desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles que nos permite comparar indicadores de cada Região de Gestão e Planejamento da cidade.

Mapa 1.13 – Regiões de Planejamento Porto Alegre



Fonte: PMPA/SMURB.

Ao analisarmos a dimensão “mobilidade urbana” (D1), verificamos que as áreas apontadas como de maior mobilidade urbana na cidade são as mais densas. Estas compreendem toda a Região de Gestão e Planejamento 1 (RGP1), parte da RGP2 (bairros São Geraldo, Higienópolis, Boa Vista, Passo d’Areia e Santa Maria Goretti), Três Figueiras na RGP4, Santa Tereza na RGP5 e Nonoai na RGP6.

A análise da dimensão “condições ambientais urbanas” (D2) mostra que as áreas mais precárias em termos das condições ambientais estão na capital. Considerando apenas as 42 áreas definidas pelo IBGE para Porto Alegre, percebe-se que mais de 19% do total tem condições ambientais muito baixas. Acresça-se a isso as precárias condições verificadas no entorno, em áreas limítrofes de Viamão, Canoas e Alvorada.

Com relação à dimensão “condições habitacionais urbanas” (D3), o município de Porto Alegre apresenta uma grande extensão territorial com condição habitacional muito baixa na divisa com Canoas e Cachoeirinha. Este território, localizado ao norte, corresponde ao Bairro Arquipélago e aos bairros Farrapos, Humaitá, Anchieta e uma parte do bairro Sarandi. A total inadequação habitacional pode ser observada nos bairros Mario Quintana, Protásio Alves, Agronomia, Lomba do Pinheiro, Belém Velho e Vila João Pessoa.

Em toda a área central de Porto Alegre, formada pelo conjunto de Bairros que formam a RP1 e a parte urbanizada da RGP2, o índice é superior a 0,9; a mesma situação ocorre na Zona Sul – RGP6, nas áreas próximas ao Lago Guaíba, onde se localizam a Vila Assunção, Tristeza, Pedra Redonda e Ipanema. Por outro lado, foram observadas condições muito baixas de infraestrutura (menos de 0,5) em áreas periféricas no Extremo Sul – RGP8, especificamente nos Bairros Lageado e Lami; e condições baixas nos bairros Ponta Grossa e Restinga (entre 0,5 e 0,7); já na RGP7-Agronomia e Lomba do Pinheiro têm condições muito baixas e Vila João Pessoa, São José e Protásio Alves, baixas.

O que os dados demonstram é a segmentação no espaço urbano em Porto Alegre sendo um lugar onde existe, simultaneamente, um território de excelência no que diz respeito às condições de vida urbana, e de outro, uma periferia que apresenta as condições mais baixas de bem-estar urbano.

IBEU e Renda familiar em Porto Alegre

Ao compararmos o mapa das faixas salariais com o IBEU Local, podemos notar que, em 2012, o Bairro Arquipélago (ROP 17), em seu conjunto, apresentava uma predominância de faixa salarial mensal entre 1 e 1,5 salário mínimo, sendo também a localidade que apresentou piores índices, com relação à dimensão “condições habitacionais urbanas” (D3) do IBEU. Mesmo que a descoberta de mansões irregulares e sua recomendável regularização e tributação possam elevar as médias e os

índices, é urgente uma política que promova o bem-estar urbano nesta área de habitantes muito pobres da cidade, frequentemente abalada por enchentes, por conta de sua localização e que abriga péssimas condições de vida de seus moradores.

Nas ROPs 13 e 8 (Extremo Sul e Restinga, respectivamente), foi registrado menor IBEU Local, 0,656 (de 0 a 1), pressionado para baixo pelos indicadores referentes às dimensões “Mobilidade Urbana” (D1) e “Infraestrutura Urbana” (D5). Esta porção da cidade também registrou uma predominância de faixas salariais mensais entre 1 e 1,5 salário mínimo, precisamente nos bairros Lami, Restinga, Chapéu do Sol e Lageado.

O bairro Belém Novo, como analisamos anteriormente, apesar de ser uma área de tipo popular, convive com novas construções de luxo próximas à orla do Guaíba e a presença de moradores de alta renda, elevando a média salarial para 2 a 3 salários mínimos, ainda que a distribuição seja, como sabemos, bastante desigual. O bairro Ponta Grossa, na mesma região, registrou, em 2012, preponderância da faixa salarial mensal entre 1,5 e 2 salários mínimos.

Nas ROPs 4 (Lomba do Pinheiro) e 7 (Partenon), o IBEU Local também figura entre os mais baixos (0,663), pressionado para baixo especialmente pelas dimensões “Condições de Serviços Coletivos Urbanas” (D4) e “Infraestrutura Urbana” (D5). Da mesma forma, a predominância da faixa entre 1 e 1,5 SM aparece na maioria dos bairros que compõe a região, quais sejam: Lomba do Pinheiro, Agronomia, Vila João Pessoa e Aparício Borges. Nos bairros São José e Santo Antônio registrou-se a predominância da faixa salarial mensal de 1,5 a 2 salários mínimos e no bairro Partenon de 2 a 3 salários mínimos. As áreas de menor renda localizam-se na porção mais ao leste da capital que faz fronteira com o município de Viamão e avança no sentido noroeste, mais próximo às áreas centrais. Além de infraestrutura habitacional muito baixa, registra-se um déficit de Serviços Públicos para com essas áreas, piorando ainda mais as condições de moradia da população de baixa renda que ali reside.

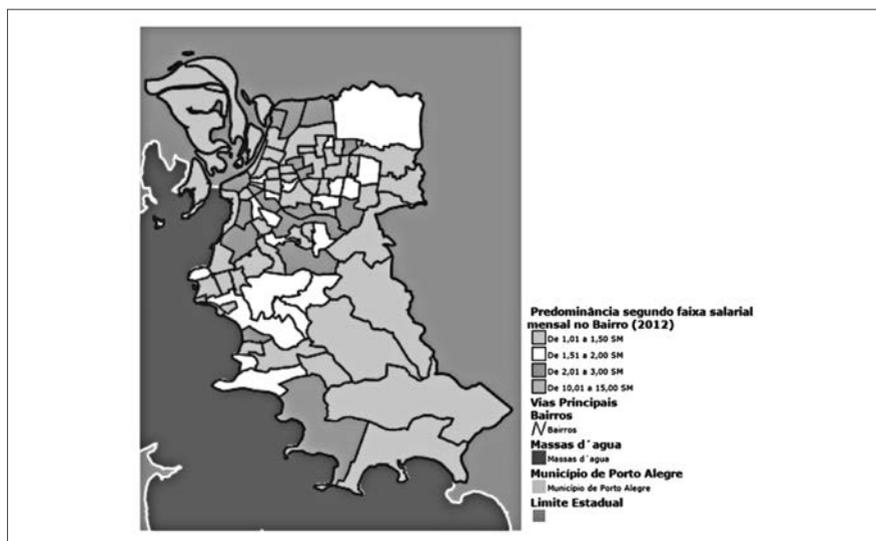
Nas ROP 12 (Centro-Sul) e ROP 15 (Sul) temos um quadro mais heterogêneo. Apesar da predominância da faixa salarial entre 1,5 e 2 salários mínimos em bairros como Assunção, Ipanema, Serraria, Vila Nova e Campo Novo, encontramos bairros como Camaquã, Cavalhada, Nonoai, Jardim Isabel e Hípica a faixa entre 1 e 1,5 salários mínimos. Encontramos também algumas áreas que figuram entre as que predominam rendas de 2 a 3 salários mínimos em parte do bairro Tristeza e no bairro Espírito Santo.

Nas ROPs 5 e 14 (Norte e Eixo Baltazar), envolvendo os bairros Sarandí, Rubem Berta e Passo das Pedras, assim como na fronteira com Via-mão, registraram-se faixas salariais menores, a fronteira com Alvorada tem índices igualmente baixos. O bairro Rubem Berta registra predominância da faixa salarial de 1 a 1,5 salário mínimo. Tanto no Sarandí como no Passo das Pedras registraram-se, em 2012, predominância da faixa salarial entre 1,5 e 2 salários mínimos.

As áreas onde há predominância da faixa de 2 a 3 salários mínimos englobam o centro-norte da cidade. Apenas no bairro Jardim do Salso encontramos uma área com preponderância da faixa salarial mensal superior a 10 salários mínimos.

Bairros como Mário Quintana e Bom Jesus (ROPs 3 e 6) e Vila Cruzeiro, Cascata, Cristal, Glória, Santa Tereza entre outros, onde o IBEU Local é baixo ou muito baixo, encontramos faixas salariais também inferiores.

Mapa 1.14 – Predominância segundo faixa salarial mensal por bairro (2012)



Fonte: Observatório do Trabalho em Porto Alegre/DIEESE.

O que fica evidente neste cruzamento entre Índice de Bem-Estar Urbano e predominância de faixa salarial mensal é a correspondência entre as áreas mais afetadas negativamente (em especial pelas dimensões “Infraestrutura Urbana” – D5 e “Condições Habitacionais Urbanas” – D3) e a população de mais baixa renda. Da mesma forma, as áreas com melhores condições de habitação são ocupadas pelas camadas altas e médias. Tam-

bém é nítida a tendência à periferização das camadas mais baixas tanto dentro da cidade quanto fora, rumo à região metropolitana. Quando observamos as fronteiras entre Porto Alegre, Viamão e Alvorada, identificamos as áreas de menor IBEU e menor renda, além serem áreas de grande vulnerabilidade social, baixo IDHM e índices de criminalidade grandes. Tal combinação configura esta porção da Região Metropolitana de Porto Alegre como um território destinado às camadas mais necessitadas e de violação de direitos humanos, como veremos nos capítulos a seguir.

Considerações finais

Considerando que Porto Alegre faz parte do arranjo global que constitui uma “ordem urbana produzida pelo mercado”, e que esta, em seu interior, produz inúmeras intersecções de problemas relacionados à desigualdade social e sua geografia, por assim dizer. Passamos por uma (re)estruturação urbana que marca a terceira fase de financeirização e globalização dos ativos imobiliários e, com suas devidas proporções, configura paulatinamente as características principais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O processo identificado de elitização das áreas centrais e aprazíveis à orla do Guaíba e a produção de novas centralidades urbanas, com vistas a novos territórios de extração da renda urbana, avança convivendo a sua “contra-cara”: a periferização das classes que compõem a base das pirâmides salarial e social da região. Um caráter cada vez mais dual da cidade, sendo ao mesmo tempo moradia de elites dirigentes – material e intelectualmente – e cidade de serviços que comporta categorias médias e populares sendo afastadas das zonas fundacionais e centrais da cidade. Seja por meio de remoções e reassentamentos (como vimos de forma intensa durante a Copa do Mundo 2014), seja pelas características do mercado imobiliário cada vez mais especulativo, a gentrificação promove, entre os mais pobres, a moradia em ocupações ou áreas irregulares, em áreas periféricas destinadas a pessoas de baixa renda, ou mesmo a emigração e a habitação fora da cidade polo da RMPA em periferias de outras cidades próximas.

Este movimento reproduz piores condições de moradia, baixos índices de bem-estar urbano e frequentemente empurra as classes trabalhadoras de mais baixa renda para territórios de criminalidade e intensa vulnerabilidade socioeconômica. Pelo analisado aqui, é possível afirmar que a geografia da desigualdade social de Porto Alegre é também reveladora da geografia das violações de direitos humanos. A luta pelo direito à cidade, então, combina-se cada vez mais com a defesa dos direitos dos moradores em situação vulnerável afetados pela gentrificação social.

Capítulo 2

Direitos sociais, Desenvolvimento Humano e Vulnerabilidade: características da urbanização de Porto Alegre



A injustiça num lugar qualquer
é uma ameaça à justiça
em toda a parte.

Martin Luther King

Capítulo 2

Introdução

A Constituição Federal brasileira, lei máxima do país, estabelece no Título I, Dos Princípios Fundamentais, Capítulo II, dos Direitos Sociais, que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além destes direitos sociais, que devem ser garantidos por todos os níveis de governos e da sociedade civil, a Constituição garante ainda em seu Artigo 5º os direitos à igualdade e a não discriminação dos direitos e liberdades fundamentais, bem como os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, visando a melhoria de sua condição social em seu Artigo 7º. No âmbito da política urbana, fica estabelecido também que:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Desta forma, temos diretrizes gerais que auxiliam no desenvolvimento urbano com vistas ao fortalecimento da função social da propriedade e da cidade, fundando-se no bem-estar de seus habitantes. O pleno desenvolvimento de uma sociedade só é possível no respeito aos direitos sociais fundamentais, bem como na realização dos direitos humanos inerentes, como preconiza a Declaração Universal dos Direitos

Humanos quando afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

Pensar o planejamento urbano é mais do que expressar o projeto de cidade desejado: o olhar das políticas públicas deve estar ciente não só dos equipamentos e serviços necessários ao bem-estar da população como também deve respeitar o conceito de desenvolvimento social como um todo.

Neste capítulo, analisaremos dois aspectos fundamentais na constituição do desenvolvimento social: 1) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com suas abrangentes dimensões; e 2) o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), descrevendo outras dimensões de exclusão social presentes no município.

Identificar estes elementos é fundamental para que se possa atuar de maneira a sanar os problemas sociais do município, com planejamento e respeito à diversidade e à democracia participativa, ainda por conquistar-se em Porto Alegre por meio da mobilização popular, observação social e respeito aos direitos humanos.

Desenvolvimento Humano em Porto Alegre

O conceito de desenvolvimento humano foi apresentado pela primeira vez em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No relatório, o economista paquistanês Mahbub ul Haq e o economista Amartya Sen apresentaram também a medida deste desenvolvimento, que foi chamado de Índice de Desenvolvimento Humano – ou IDH. O conceito de desenvolvimento humano foi então definido como um processo de ampliação da liberdade de escolhas das pessoas, relacionado às suas capacidades e oportunidades para atingirem a vida que desejam ter ou se tornarem aquilo que desejam ser.

Este conceito se popularizou ao mesmo tempo em que o IDH passou a ser utilizado como medida do grau de desenvolvimento de um país, contrapondo-se à medida utilizada até o momento, o Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque o PIB é um indicador que reflete apenas a dimensão econômica, de quanto uma sociedade produz ou pode produzir, mas não leva em conta o aspecto humano desta sociedade, reproduzindo ou reforçando algumas desigualdades. Para tratar do desenvolvimento traduzido em conquistas concretas para as populações (a melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, a ampliação da participação política, a redução das desigualdades de renda e oportunidades de emprego, por exemplo), então, o conceito de desenvolvimento humano coloca no centro da análise o bem-estar das

pessoas e modifica a maneira como pensamos e lidamos com o desenvolvimento, seja em nível local, nacional ou internacional.

O IDH abrange três dimensões universais, que juntas se tornam as medidas do desenvolvimento humano de uma sociedade. Essas dimensões são:

- Saúde, medida pela expectativa de vida ao nascer;
- Educação ou acesso ao conhecimento, medida em dois indicadores: i) média de anos de estudos da população adulta (com mais de 25 anos) e ii) expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar;
- Padrão de Vida, medida da renda per capita expressa em poder de paridade de compra.

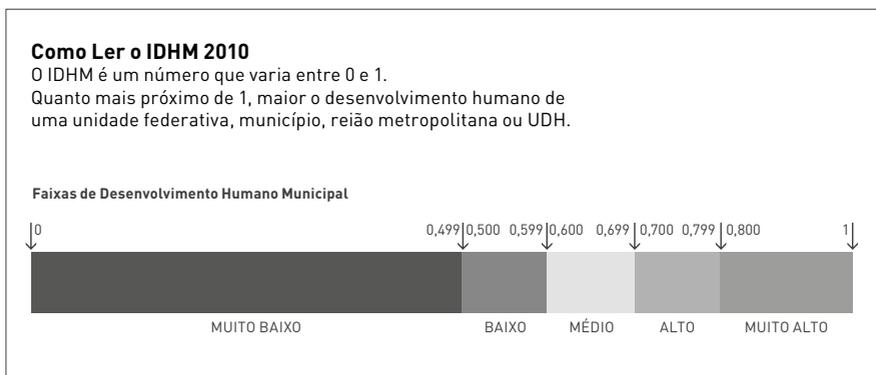
O IDHM

A partir de 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro passaram a calcular o IDH Municipal (ou IDHM), para adequar as diferenças locais dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010.

Mas ainda era necessário compreender as idiossincrasias presentes nos maiores municípios brasileiros, pois a construção de um único índice global acabava por apagar as diferenças existentes entre as menores localidades dentro dos municípios, os bairros ou regiões. As três instituições assumiram então o novo desafio de calcular o IDHM em nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – por meio das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). As UDH, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, “foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, do que as áreas de ponderação do IBGE”. Isto é, elas são construídas para captar as situações relacionadas com o desenvolvimento humano dentro dos espaços municipais, que antes ficavam escondidos ou sobrepostos pelas médias municipais agregadas.

Então o IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda – adequando a metodologia ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. A análise do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas brasileiros se torna mais precisa sobre os mesmos fenômenos estudados em âmbito global.

Figura 2.1 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

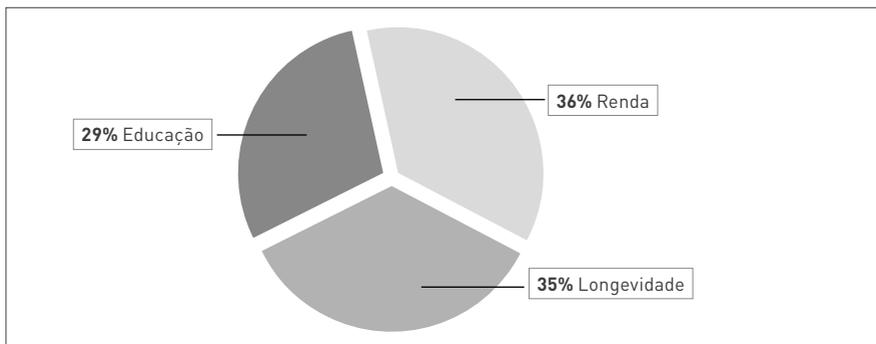


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em <www.atlasbrasil.org.br>

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da RMPA é de 0,762, em 2010, o que situa essa Região Metropolitana (RM) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da RMPA é a Longevidade, com índice de 0,855, seguida de Renda, com índice de 0,797, e de Educação, com índice de 0,649.

Dentro da Região Metropolitana, quando analisamos apenas o município de Porto Alegre, temos o IDHM, em 2010, alcançando 0,805, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). Neste caso, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Renda, com índice de 0,867, seguida de Longevidade, com índice de 0,857, e de Educação, com índice de 0,702. Veja no gráfico a composição:

Gráfico 2.2 - Composição do IDHM 2010 de Porto Alegre



Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Elaboração própria.

Além da regionalização pelas UDHS, Porto Alegre possui uma regionalização própria, feita pelas Regiões do Orçamento Participativo (ROPs). Também é possível analisar por esta regionalização os indicadores presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano. Dentro destas, a Região Centro é a que apresenta o maior IDHM, com 0,935, índice considerado de Desenvolvimento Humano Muito Alto. A Região Nordeste é a que apresenta o menor IDHM, com 0,638, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. A análise dos indicadores individualizados, por Região do Orçamento Participativo e por Unidade de Desenvolvimento Humano, será apresentada adiante neste mesmo capítulo.

O Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Em paralelo à construção do IDHM, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coordenou a construção de um índice de vulnerabilidade social que fosse capaz de dar mais evidência a outros indicadores disponibilizados pela plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano. Assim nasceu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que procura “dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários”.

Uma característica importante da pobreza urbana, por exemplo, consiste na *segregação espacial* como forte condicionante da própria condição de pobreza. O acesso à infraestrutura domiciliar básica, à segurança pública, a disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem-estar de pessoas e famílias e está intimamente ligado às dinâmicas internas dos municípios. Conforme o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros:

Em sua forma extrema, a segregação residencial cria, de um lado, “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinados fatores que as tornam vulneráveis à pobreza e, de outro, áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza.

Deste modo, a construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões que, de maneira complementar ao IDHM, permite mapear a vulnerabilidade e exclusão social dos municípios e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país.

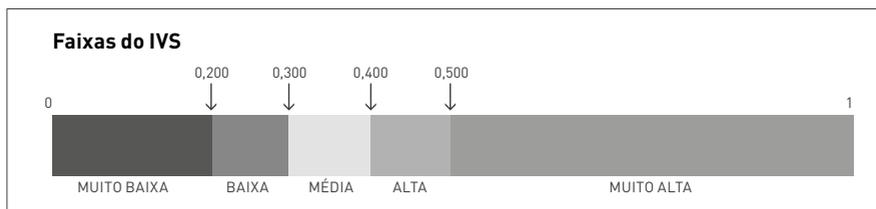
Quadro 2.3 – Dimensões e indicadores utilizados na construção do IVS

Dimensão	Indicador
Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
	Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho.
	Mortalidade até um ano de idade
Capital Humano	Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola
	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola
	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos
	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família
	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
	Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo
Renda e Trabalho	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária
	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo
	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos
	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, 2015. Elaboração própria.

As noções de vulnerabilidade social e exclusão, assim como as de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, precisam estar na agenda política de todos os níveis de governo brasileiros. Estas noções são, antes de tudo, políticas, por mais que muitas vezes se realize um esforço para não percebê-las como tais.

Figura 2.4 - Faixas do Índice de Vulnerabilidade Social



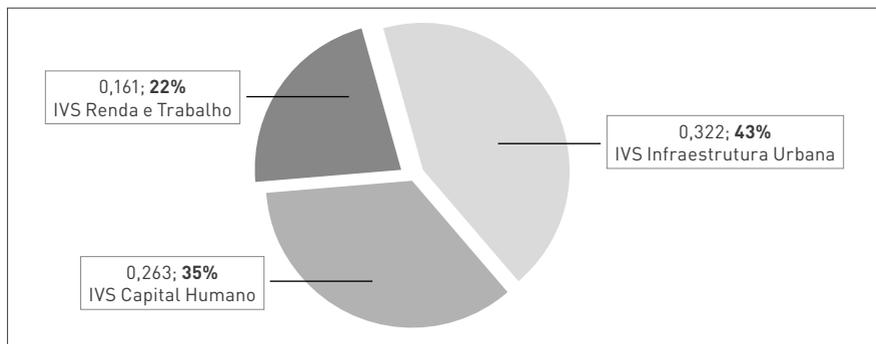
Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, 2015, p. 18.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) apresentou um IVS relativo ao ano de 2010 de 0,270, numa pequena melhora com relação ao índice em 2000, que era de 0,355. Pode-se entender que o IVS passou da faixa de Vulnerabilidade Social Média para Vulnerabilidade Social Baixa, o

que é um avanço. Os conjuntos de indicadores que mais contribuíram para esta mudança foram IVS Renda e Trabalho (2000=0,331 e 2010=0,190, uma diferença de 42,6%) e IVS Capital Humano (2000=0,402 e 2010=0,297, uma diferença de 26,1%). O IVS Infraestrutura Urbana também teve redução, porém mais baixa, de 0,333 em 2000 para 0,322 em 2010.

No município de Porto Alegre (separado da Região Metropolitana), o IVS relativo ao ano de 2010 foi de 0,249, enquadrado na faixa de Vulnerabilidade Social Baixa. Este índice também representou avanço com relação ao resultado analisado para o ano de 2000, que era de 0,324, dentro da faixa de Vulnerabilidade Social Média. Assim como na RMPA, as dimensões que mais contribuíram para a diminuição do índice foram IVS Renda e Trabalho (2000=0,288 e 2010=0,161, uma diferença de 44,1%) e IVS Capital Humano (2000=0,355 e 2010=0,263, diferença de 25,9%). O IVS Infraestrutura Urbana apresentou uma pequena redução, de 0,329 em 2000 para 0,322 em 2010, muito semelhante ao mesmo processo da Região Metropolitana. A análise da composição do IVS de Porto Alegre pode ser conferida no gráfico a seguir:

Gráfico 2.5 - Composição do IVS 2010 de Porto Alegre



Fonte: Ipea. Elaboração própria.

Diferentemente do IDHM, na composição do IVS as dimensões com maior participação são justamente as responsáveis pelo maior indicador de vulnerabilidade e exclusão e sugerem a necessidade de mais atenção e investimento do poder público, para que ajudem a diminuir globalmente o IVS. De qualquer forma, estudar as formas como a vulnerabilidade social está presente nas menores unidades de planejamento urbano, os bairros e regiões, auxilia no combate à desigualdade e exclusão social de forma efetiva e concreta.

Análise dos indicadores de Porto Alegre

Na análise dos indicadores de Porto Alegre por Regiões do Orçamento Participativo (ROPs) e por Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), selecionamos alguns indicadores que fazem parte dos índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e de Vulnerabilidade Social (IVS). É importante lembrar que nem todos os indicadores possuem dados consolidados, o que acaba por dificultar a análise de forma global. Não pretendemos criar uma nova ferramenta de análise, mas observar algumas áreas consideradas críticas para construir políticas de respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

O quadro a seguir mostra os indicadores que serão utilizados neste estudo:

Quadro 2.6 - Indicadores divididos por dimensão e índice relativo

Índice	Dimensão	Indicador
IDHM	Saúde	01. Longevidade
		02. Esperança de vida ao nascer
	Educação	03. Frequência escolar
		04. Escolaridade
	Renda	05. Renda <i>per capita</i>
		06. Índice de Gini
IVS	Infraestrutura urbana	07. Domicílios com banheiro e água encanada
		08. Domicílios com coleta de lixo
		09. Domicílios com energia elétrica
	Capital humano	10. Mortalidade infantil
		11. Crianças de 0 a 5 anos fora da escola
		12. Crianças de 6 a 14 anos fora da escola

Fonte: Elaboração própria.

Análise dos indicadores do IDHM de Porto Alegre

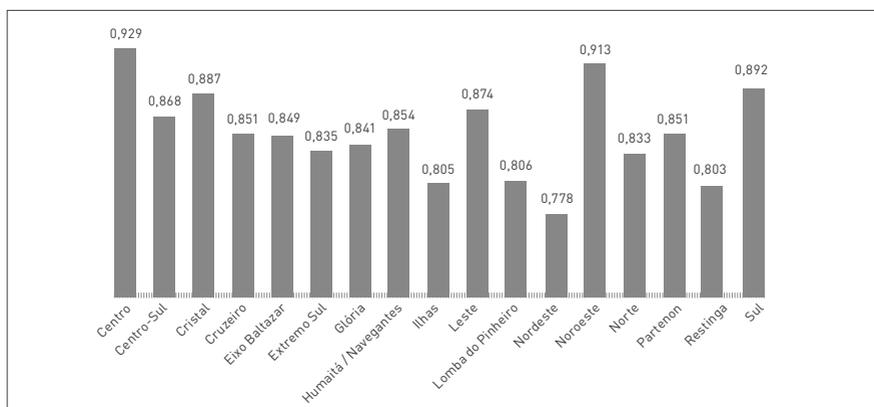
Porto Alegre possui um IDHM de 0,805, superior ao mesmo índice referente à Região Metropolitana de Porto Alegre (0,762), ao estado do Rio Grande do Sul (0,746) e ao Brasil (0,727). Ao passo que estes últimos se situam na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, o município de Porto Alegre, ao superar os 0,800 pontos, atinge a faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto. Ainda assim, a análise de cada um dos indicadores nas regiões e UDHs consegue apresentar um diagnóstico melhor das desigualdades presentes em nível intramunicipal.

O primeiro a ser analisado é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade. No Brasil, o IDHM Longevidade é de 0,816. Em Porto Alegre, o IDHM Longevidade subiu de 0,748 em 1991, passando por 0,811 em 2000 e chegando a 0,857 em 2010, acima da média nacional.

Dentre as regiões do orçamento participativo aquela que apresenta o maior IDHM Longevidade é o Centro, chegando a 0,929. A região que apresenta o menor índice, abaixo inclusive da média nacional, é a região Nordeste, com 0,778. Ao observarmos com mais detalhe as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da cidade, temos o maior indicador empatado em oito (8) unidades (sendo cinco na região Centro, além de uma no bairro Belém Novo, uma no bairro Belém Velho e a região do Parque Germânia, no bairro Vila Ipiranga), com 0,952, e o menor indicador aparece empatado em 21 UDHs (duas nas Ilhas, três no bairro Mário Quintana, três na Restinga, duas no bairro Santa Tereza, duas no bairro Sarandi, três no bairro Vila Nova, além do bairro São Geraldo, Vila Santo André no bairro Humaitá, Loteamento Santa Terezinha no bairro Floresta e Vila Esperança no bairro Belém Novo), todas com 0,763.

A esperança de vida ao nascer é demonstrada pelo número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade do ano de referência. No Brasil, a média de anos é de 73,9 anos, e em Porto Alegre a média chega a 76,4 anos, novamente superior à média brasileira. Dentre as ROPs aquela que apresenta a maior esperança de vida ao nascer é o Centro, com 80,7 anos, e a Região que apresenta a menor, abaixo inclusive da média nacional, é a Nordeste, com 71,7 anos. Dentro das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da cidade, o maior valor do indicador encontra-se empatado nas mesmas oito (8) unidades, com média de 82,1 anos, e o menor valor do indicador é 70,75, presente nas mesmas 21 UDHs descritas no IDHM Longevidade.

Gráfico 2.7 - IDHM Longevidade por Região do Orçamento Participativo de Porto Alegre



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

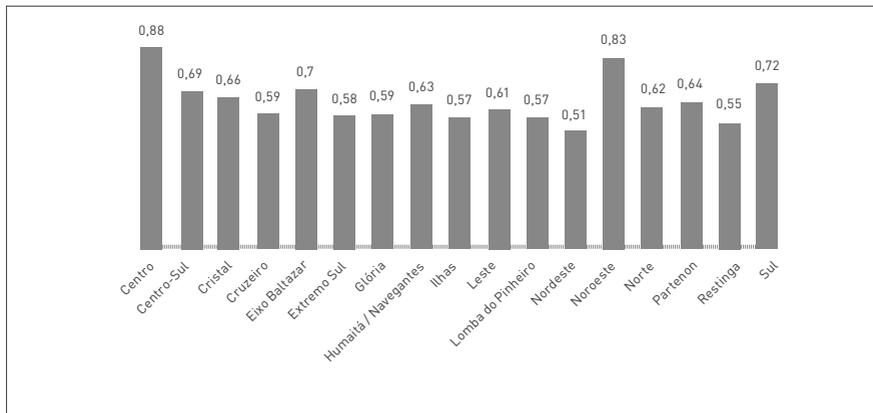
O IDHM Educação é a segunda dimensão analisada, da qual fazem parte dois subíndices: 1) a escolaridade da população adulta e 2) o fluxo escolar da população jovem. No Brasil, este é o componente do IDH que mais avançou entre os anos de 1991 e 2010 em termos absolutos (0,358) e relativos (128%). Esse avanço é fruto, especialmente, do aumento do fluxo escolar de crianças e jovens, que avançou 156% nas duas últimas décadas. Ainda assim, o IDHM Educação é a dimensão que apresenta o menor valor absoluto do IDH brasileiro – 0,637.

Em Porto Alegre acontece o mesmo. O IDHM Educação iniciou a série histórica com 0,494 em 1991, evoluindo para 0,612 em 2000 e finalmente 0,702 em 2010, alcançando a faixa de IDHM Alto. Foi a dimensão do IDH que mais avançou em termos absolutos (0,208) e relativos (42,1%), mas, assim como no cenário nacional, é a dimensão que apresenta o menor valor absoluto do IDHM.

A análise dos subíndices aponta onde está a diferença: enquanto o indicador de frequência escolar que pondera quatro variáveis percentuais (a. população de 5 e 6 anos frequentando a escola; b. população de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; c. população de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; d. população de 18 a 20 anos com ensino médio completo), o indicador de escolaridade da população adulta se referencia apenas no percentual de adultos (acima de 18 anos) que possui o ensino fundamental completo. Na análise dos dados de Porto Alegre é possível perceber uma relação intrínseca entre o segundo indicador e as outras dimensões do IDHM (Longevidade e Renda), enquanto o mesmo não ocorre com o primeiro indicador.

Sobre a frequência escolar temos novamente o melhor valor na ROP Centro, com 0,88, enquanto o pior índice está na ROP Nordeste, com 0,51, este último constando como abaixo da média nacional, que é de 0,69. O valor nacional é, inclusive, superior ao valor da média do município, que se encontra em 0,68. Na análise das UDHS, o melhor valor absoluto apresentado é 0,95, no bairro Cidade Baixa. Empatados na última posição, apresentando o pior valor de 0,46, temos onze UDHS: Vila Biriba no bairro Agronomia; Loteamento Princesa Isabel no bairro Azenha; Vila Cristal; Vila Laranjeiras no Morro Santana; Restinga Velha e Vila Baltimore/Costa Gama/Barro Vermelho na Restinga; Vila Tronco II no Santa Tereza; Vila Dique I no São João; Loteamento do Bosque e Jardim Pôr do Sol/Fraternidade no bairro Sarandi; e Condomínio Cristal II na Vila Nova. Este indicador apresenta resultados mais espalhados pelo município, o que requer um olhar global para as políticas públicas de frequência escolar.

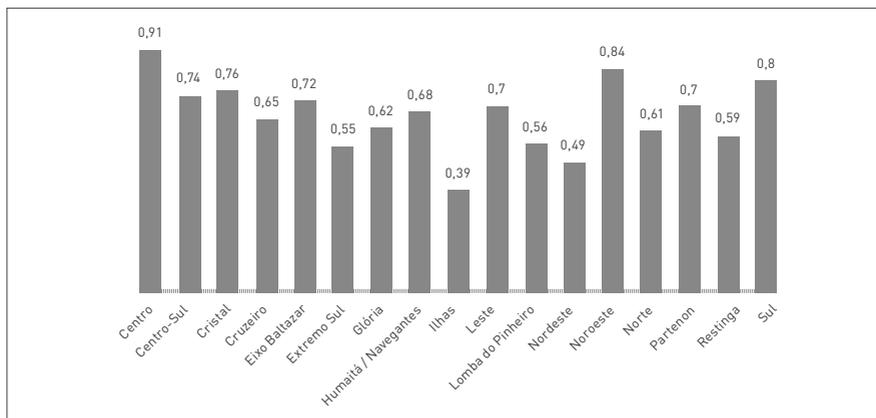
Gráfico 2.8 - Subíndice frequência escolar da população jovem por ROPs de Porto Alegre (2010)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Com relação à escolaridade da população adulta, Porto Alegre tem um índice de 0,75, índice superior ao indicador nacional que aponta 0,55. Dentre as ROPs, novamente o destaque vai para o Centro, com um indicador de 0,91, enquanto o pior valor fica com a ROP Ilhas, com o valor de 0,39, novamente abaixo da média nacional. Observando o indicador através da UDHs, temos seis unidades que apresentam os maiores registros (bairros Boa Vista, Chácara das Pedras, Mont’Serrat, Jardim Isabel, além das unidades Dea Coufal/Parque Residencial Knorr/Jardim do Sol no bairro Ipanema e Av. Ijuí/Grêmio Náutico União no bairro Petrópolis), com 0,95. Entre as piores UDHs encontram-se praticamente as mesmas 21 relacionadas no IDHM Longevidade (duas nas Ilhas, três no bairro Mário Quintana, três na Restinga, duas no bairro Sarandi, três no bairro Vila Nova, além da Vila Nazaré no bairro São Sebastião, Vila Dique I no bairro São João, Vila Santo André no bairro Humaitá, Loteamento Santa Terezinha no bairro Floresta, Vila Chocolate no bairro Praia de Belas, Vila Amazônia no Rubem Berta, Vila Ecológica no Santa Tereza e Vila Esperança no bairro Belém Novo), com um índice de 0,37. É possível perceber a influência da baixa escolarização nas regiões de periferia da cidade.

Gráfico 2.9 - Subíndice escolaridade da população adulta por ROPs de Porto Alegre (2010)



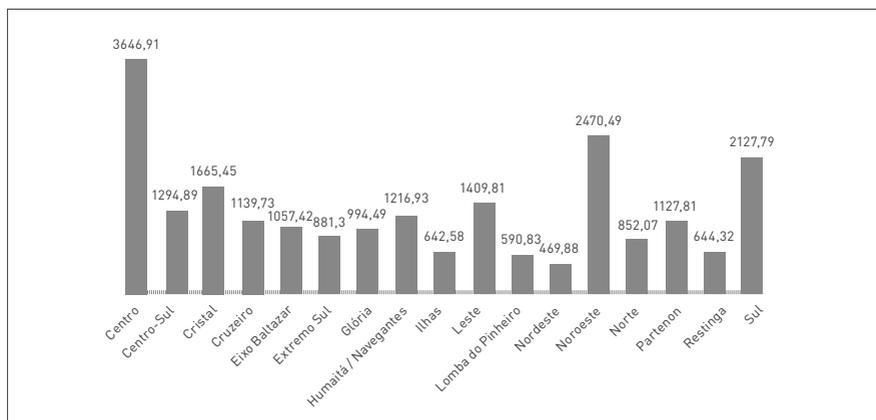
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda, o domínio sobre recursos para garantir um padrão de vida com acesso a necessidades básicas como água, alimento e moradia é medido pela renda mensal *per capita*. O índice pode apresentar variações consideráveis do ano de 2010 para 2015, especialmente por conta da diferença entre os valores praticados dos salários mínimos e da inflação. Em 2010, o município apresentou um valor de 0,867, e foi um dos 620 municípios do país com IDHM Renda superior ao do Brasil (0,739). Na série histórica, Porto Alegre apresentou o IDHM Renda de 0,779 no ano de 1991 e 0,830 no ano 2000, tendo uma taxa de crescimento de cerca de 3% ao ano ao longo das duas últimas décadas.

Observando mais de perto o indicador de renda *per capita*, expresso em Reais (R\$), novamente a ROP Centro apresentou o maior valor, com média de R\$ 3.646,91 em 2010. Novamente também a ROP com o menor valor é a Nordeste, com média de R\$ 469,88 em 2010. O valor da média municipal é de R\$ 1.758,27, enquanto naquele ano a média nacional ficou em R\$ 793,87. Observando as UDHs intramunicipais, vemos que as 21 unidades já citadas anteriormente como tendo os mais baixos indicadores de escolaridade e longevidade se repetem aqui, com uma renda mensal *per capita* de cerca de R\$ 385,91 em 2010. Da mesma forma, as mesmas oito unidades que apresentam maior IDHM Longevidade no município (bairros Bela Vista, Moinhos de Vento, Três Figueiras, além das regiões da rua Mário Carvalho no bairro Belém Novo, André Puente no bairro Independência e...

dência, Ganzo e Visconde do Herval no Menino Deus, IPA no Rio Branco e Iguatemi/Germânia na Vila Ipiranga) apresentam também a maior renda mensal per capita, de R\$ 7.216,42. É possível perceber a relação intrínseca entre a renda e o acesso à saúde e educação, expresso pela conformidade dos indicadores.

Gráfico 2.10 - Renda mensal per capita por ROPs de Porto Alegre



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

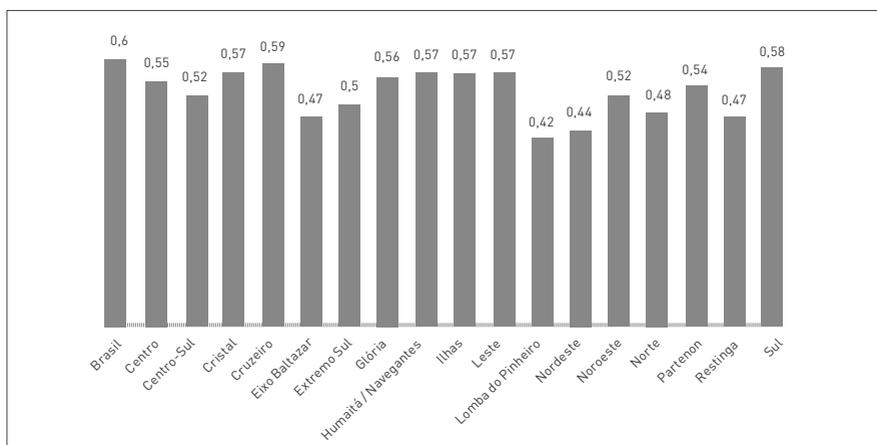
Por fim, analisamos o Índice de Gini para Porto Alegre, à medida que as desigualdades de renda apresentadas no município chegam a uma diferença de 7,7 vezes o menor valor comparado ao maior valor dentro do próprio município. O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de 0 a 1, sendo o menor valor a situação de total igualdade de renda, e o maior valor a completa desigualdade ou concentração. Porto Alegre apresenta o mesmo índice nacional, que é de 0,60.

Na análise intraurbana é necessário confrontar os índices de Gini com a socioespacialização apresentada no capítulo 1, pois áreas mais homogêneas quanto à renda podem apresentar valores mais baixos por concentrarem territorialmente rendas muito altas ou muito baixas, o que necessariamente não representa um indicador positivo quanto à desigualdade social global, dado o processo de periferização das classes que compõem a base da pirâmide social.

A região do OP que apresenta o melhor valor para o indicador é a Lomba do Pinheiro, com 0,42, enquanto a região do OP que apresenta o valor mais alto, ou seja, indica maior desigualdade de renda, é a Cruzeiro, com

0,59. Ainda assim, todas as Regiões do Orçamento Participativo têm um indicador menor do que a média nacional. Observando as UDHS, as oito unidades que contêm a maior renda, acrescidas das unidades dos bairros Medianeira, São Sebastião, Vila Mirim na Vila Jardim, Guaranis e Joaquim Felizardo no bairro Espírito Santo, Jardim Tulipa no Humaitá e São Benedito no Jardim do Salso, estão também entre as que apresentam o maior índice de concentração, com 0,60. Dentre as unidades que apresentam os mais baixos índices de desigualdade de renda estão 13 unidades localizadas nos bairros Serraria (2), Sarandi (3), Teresópolis (1), Cascata (1), Cristal (1), Mário Quintana (1), Navegantes (1), Partenon (1), Restinga (1) e Santa Tereza (1). Esta distribuição mais esparsa, com alguma relevância para a Zona Sul da cidade, parece apontar para as regiões com menos densidade populacional.

Gráfico 2.11 - Índice de Gini por ROPs de Porto Alegre



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

De forma geral, podemos perceber a relação existente entre os indicadores do IDHM dentro do município, relacionando uma maior renda com mais acesso às oportunidades de promoção da saúde e educação; uma maior escolaridade relacionada ao incremento da renda; e a longevidade aumenta onde os demais indicadores também apresentam valores elevados. Esta ligação também está presente na relação da infraestrutura urbana, que analisaremos a seguir: as regiões que apresentem infraestrutura insuficiente e aumento significativo da população merecem mais atenção do poder público. Este é o caso da Região Nordeste, que apresentou os piores indicadores em cinco de sete analisados até agora.

Ainda sobre o IDHM, vale ressaltar que dentro do município de Porto Alegre vinte e uma (21) Unidades de Desenvolvimento Humano apresentaram os piores índices – 0,593, valor considerado na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano – e também merecem mais atenção do poder público no intuito de sanar os problemas existentes. Listamos estas UDHS a seguir, com a referência também da Região do Orçamento Participativo:

Quadro 2.12 - UDHS com o pior IDHM de Porto Alegre em 2010, por ROP

Unidade de Desenvolvimento Humano	Região do OP	IDHM (2010)
Arquipélago: Ilha Grande dos Marinheiros	Ilhas	0,593
Arquipélago: Ilhas do Pavão e dos Marinheiros	Ilhas	0,593
Belém Novo: Vila Esperança	Extremo Sul	0,593
Floresta: Loteamento Santa Terezinha / Vila Central	Centro	0,593
Humaitá: Vila Santo André / Adubos Trevo	Humaitá/Navegantes	0,593
Mário Quintana: Chico Mendes	Nordeste	0,593
Mário Quintana: Recanto do Sabiá	Nordeste	0,593
Mário Quintana: Vila Jardim Protásio Alves	Nordeste	0,593
Praia de Belas: Vila Chocolateão / Vila Aldeia	Centro	0,593
Restinga: Quinta Unidade	Restinga	0,593
Restinga: Vale do Salso	Restinga	0,593
Restinga: Vila Castelo	Restinga	0,593
Rubem Berta: Vila Amazônia	Eixo-Baltazar	0,593
Santa Tereza: Vila Ecológica	Cruzeiro	0,593
São João: Vila Dique I	Noroeste	0,593
São Sebastião: Vila Nazaré	Noroeste	0,593
Sarandi: Vila Amazônia	Norte	0,593
Sarandi: Vila Santíssima Trindade	Norte	0,593
Vila Nova: Condomínio Cristal / Sócio ambiental	Centro-Sul	0,593
Vila Nova: Cristiano Kraemer / Cinco Mil Cento e Vinte	Centro-Sul	0,593
Vila Nova: Kanazawa I e II	Centro-Sul	0,593

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Análise dos indicadores do IVS de Porto Alegre

O Índice de Vulnerabilidade Social é um instrumento extremamente recente de análise da realidade social no país. Por estar ainda em consolidação, alguns indicadores não possuem valores para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHS), utilizadas como padrão de espacialida-

de também para esta ferramenta, assim como não está disponível ainda a consulta dos indicadores e do índice separados por Região do Orçamento Participativo (ROP), como havíamos trabalhado até agora. Desta forma, iremos utilizar alguns indicadores semelhantes, já pesquisados pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA).

O IVS de Porto Alegre, como já aludido anteriormente, teve uma diminuição de 0,075 pontos entre os anos de 2000 e 2010, representando uma melhoria de 23,1% no índice global. Em 2000, o município teve o valor do índice de 0,324 ligeiramente mais baixo do que o do estado do Rio Grande do Sul, que era de 0,327, mas esta situação se inverteu no segundo ano da série histórica, em 2010, quando os 0,249 pontos de Porto Alegre encontravam-se acima dos 0,234 do RS.

A primeira dimensão que analisaremos dentro do IVS é a de Infraestrutura Urbana. No Rio Grande do Sul, a média é de 0,170 em 2010 e no Brasil o índice é de 0,295. Em Porto Alegre, esta é a dimensão que menos avançou dentro da série histórica, passando de 0,329 em 2000 para 0,322 em 2010, uma melhoria de 2,1%.

O IVS Infraestrutura Urbana utiliza três indicadores descritos acima, dois quais vamos utilizar dois como referência para este estudo, adaptando sempre que possível para os dados disponíveis com mais precisão. Incluiremos também a análise de um terceiro indicador não apontado no IVS Infraestrutura Urbana, que é o percentual de domicílios com energia elétrica, pois consideramos que assim a análise fica mais completa acerca das características domiciliares do município.

Sobre o percentual da população residente em domicílios com banheiro e água encanada, o Brasil apresenta uma média de 87,16% em todo o território nacional. Em Porto Alegre, a Região do Orçamento Participativo que apresenta o mais alto valor é a ROP Centro, com 99,53% no indicador. A pior delas encontra-se na ROP Ilhas, com 81,57% dos domicílios, abaixo da média nacional.

Na análise feita pelo ObservaPOA na Revista Observando, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado e o percentual de domicílios com abastecimento de água adequado encontram-se separados, o que ajuda a demonstrar os problemas enfrentados na cidade. Podemos observar que todas as Regiões do Orçamento Participativo possuem percentual de domicílios com abastecimento de água adequado superiores a 90%, enquanto o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado é bem variável. Observe o demonstrativo a seguir:

Quadro 2.13 - Percentual dos domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário, por ROPs em Porto Alegre (2010)

Território	% de domicílios com abastecimento de água adequado		% de domicílios com esgotamento sanitário adequado	
	%	Absoluto	%	Absoluto
Centro	99,78	125.853	99,60	125.623
Centro-Sul	99,55	37.655	93,44	35.345
Cristal	99,15	1.025	90,26	9.331
Cruzeiro	99,63	20.738	97,30	20.252
Eixo Baltazar	99,83	35.774	96,16	34.459
Extremo Sul	91,27	10.141	76,91	8.546
Glória	98,80	13.596	87,52	12.043
Humaitá / Navegantes	99,25	15.299	96,29	14.843
Ilhas	97,63	2.512	58,73	1.511
Leste	99,09	37.953	94,97	36.375
Lomba do Pinheiro	98,03	18.764	76,21	14.587
Nordeste	99,43	10.829	81,33	8.858
Noroeste	99,92	51.624	98,05	50.660
Norte	99,58	29.707	92,79	27.682
Partenon	99,44	38.867	92,96	36.331
Restinga	98,68	17.831	90,59	16.369
Sul	99,47	27.522	94,85	26.245
Porto Alegre	99,35	505.146	94,26	479.273

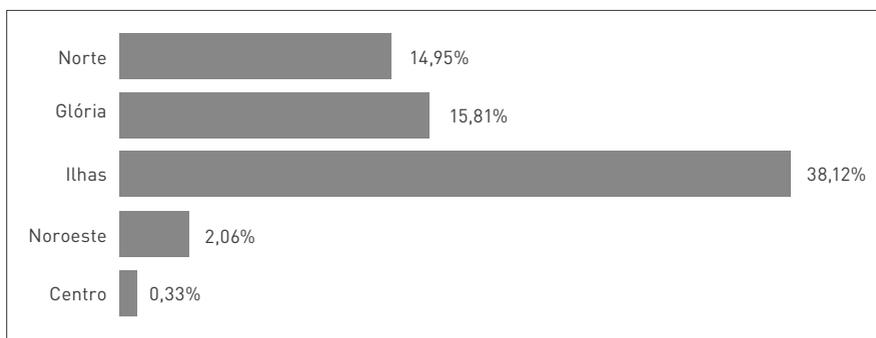
Fonte: IBGE - Censo Demográfico.
Elaboração: ObservaPOA - Observatório da Cidade de Porto Alegre.

Se em Porto Alegre o número de domicílios em 2010 era de 508.456, isto significa que pelo menos 3.310 domicílios não possuíam abastecimento de água adequado na cidade e 29.183 não tinham esgotamento sanitário adequado no ano de referência.

Com relação ao indicador de população que vive em domicílios com coleta de lixo, Porto Alegre possui um alto índice do destino adequado do lixo, com um total de 99,64% dos domicílios atendidos. No Rio Grande do Sul este índice também é bem alto, chegando aos 99,24%. Na esfera intramunicipal, duas ROPs se destacam por apresentarem coleta de lixo em 100% dos domicílios: Região Cristal e Região Sul. Ambas são próximas, e se encontram na Zona Sul da cidade. Próxima às duas áreas, a Região Glória é a que apresenta o percentual mais baixo do indicador, com 98,28% dos domicílios atendidos, ainda superando o índice nacional, que é de 97%.

Com relação às UDHS, o indicador da população que vive em domicílios com coleta de lixo é o melhor entre todos os analisados: das 335 UDHS de Porto Alegre, 150 unidades possuem 100% dos domicílios nesta condição e outras 137 unidades com o índice acima de 99%. 12 UDHS, no entanto, apresentam os valores mais baixos, de 96,58%, localizadas no Sarandi (3), DC Navegantes, Vila Nossa Senhora da Glória no bairro Cascata, Vila Maria da Conceição no Partenon, Restinga Velha, São Martilho no bairro Cristal, Mário Quintana, bairro Serraria e Vila dos Sargentos, e Vila Silva Paes no bairro Teresópolis. Ainda assim, o percentual de lixo acumulado no entorno dos domicílios é um fator preocupante e está bem presente em algumas regiões da cidade, conforme o infográfico elaborado pelo ObservaPOA:

Infográfico 2.14 - Percentual de domicílios com lixo acumulado por ROPs em Porto Alegre (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Disponível em www.observapoa.com.br.

O indicador seguinte, o último relacionado à dimensão de Infraestrutura Urbana que vamos analisar, refere-se ao percentual da população que vive em domicílios que possuem energia elétrica. Praticamente a totalidade da população de Porto Alegre vive em domicílios que possuem energia elétrica, com um índice que chega em 99,91%, levemente superior às médias do Rio Grande do Sul (99,71%) e do Brasil (98,58%). Ao analisarmos o indicador dentro das ROPs, cinco regiões apresentam o índice de 100%, sendo elas: Região Cristal, Região Glória, Região Partenon, Região Sul e Região Humaitá/Navegantes. O menor índice fica mais uma vez na Região Ilhas, com 99,33%, ainda assim superior à média nacional.

Analisando as Unidades de Desenvolvimento Humano, a população que vive em domicílios com energia elétrica apresenta os maiores percentuais de Porto Alegre, sendo 196 das 335 UDHS com índice de 100%. As

demais UDHs todas possuem valores acima de 99% de cobertura, sendo que sete apresentam o índice mais baixo, que é de 99,21%. São elas: Resbaldo no bairro Cristal; Vila Colina Verde no bairro Glória; Morro Alto em Ipanema; Ocupação Otaviano José Pinto/ Pontal / Reserva Biológica no bairro Lami; Condomínio Amizade no bairro Mário Quintana; Santa Rosa / Parque dos Mayas / Nova Gleba e Vilas Caiu-do-Céu / Ipê São Borja / Nossa Senhora Aparecida no Sarandi.

A próxima dimensão do IVS é a de Capital Humano, que se referencia em dois elementos ou estruturas que determinam as perspectivas (atuais e futuras) da inclusão social dos indivíduos: educação e saúde. Os indicadores utilizados, no entanto, são diferentes dos utilizados na composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IVS Capital Humano utiliza oito indicadores na sua composição, mas neste estudo iremos utilizar apenas três, como aludido anteriormente, quais sejam: a) Mortalidade até um ano de idade; b) Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; c) Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola.

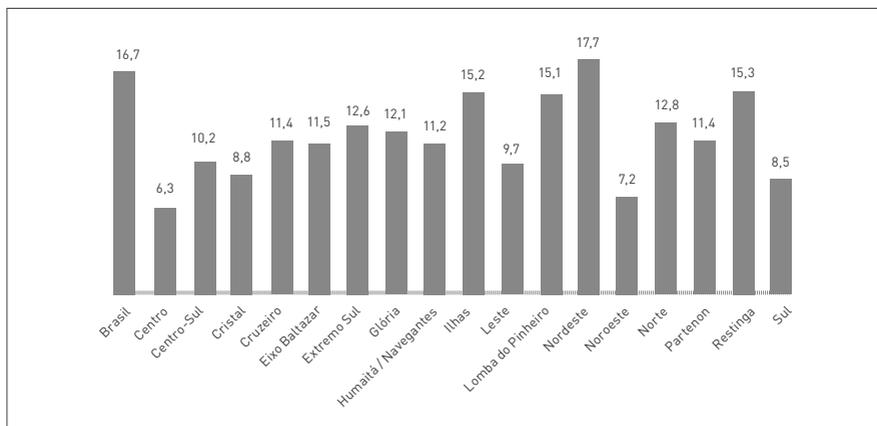
O subíndice IVS Capital Humano é de 0,263 no município de Porto Alegre, um dos mais baixos da RMPA. Comparado aos subíndices do Rio Grande do Sul (0,300) e do Brasil (0,362), o município enquadra-se na faixa de Baixa Vulnerabilidade Social, enquanto os outros estão na faixa de Média Vulnerabilidade Social. Na série histórica, Porto Alegre evoluiu cerca de 26% do ano 2000, quando apresentava o subíndice de 0,355, para o ano referência de 2010.

O primeiro indicador que será analisado é o de mortalidade infantil, que mede a vulnerabilidade de crianças até um ano de idade, por mil nascidos vivos. Em Porto Alegre, a série histórica evoluiu de 21,1 por mil em 1991 para 16 por mil em 2000 e 11,6 por mil em 2010. No Rio Grande do Sul esse valor é ligeiramente maior, de 12,4 por mil nascidos vivos, e no Brasil o índice chegou a 16,7 por mil; com esta taxa, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil no ano de 2015.

Dentro do âmbito intramunicipal, a Região Centro novamente é o destaque com a menor taxa de mortalidade infantil, de 6,3 por mil. Novamente também a Região Nordeste figura com o pior resultado, com 17,7 por mil nascidos vivos. Dentro das UDHs, nove unidades apresentam a menor taxa de mortalidade infantil, com 5,1 óbitos por mil, sendo as mesmas apresentadas no IDHM Longevidade. Coincidentemente (ou não), as mesmas dezessete unidades com o pior IDHM Longevidade são as que apre-

sentam a maior taxa de mortalidade infantil do município, com 19,3 óbitos por mil nascidos vivos, número superior à média nacional. A questão da mortalidade infantil requer uma atenção especial dos governos relacionados à promoção da saúde, condições sanitárias e acesso ao pré-natal das mulheres, para que problemas no primeiro ano de vida das crianças possam ser prevenidos.

Gráfico 2.15 - Mortalidade infantil por ROPs de Porto Alegre (2010)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Os próximos dois indicadores analisados referem-se ao elemento da educação dentro do IVS Capital Humano, e só não se encontram juntos pois se referem a dois níveis de ensino diferentes no Brasil. Primeiramente, analisamos o percentual de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola, ou seja, da educação infantil. Além do indicador apontado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, pertencente ao Índice de Vulnerabilidade Social, utilizaremos o estudo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) publicado em 2014 chamado *Radiografia da Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Sul em 2013*, que apresenta dados atualizados como o percentual de atendimento na creche e na pré-escola, e o número de vagas a criar para o atendimento das metas do Plano Nacional de Educação e da Emenda Constitucional nº 59 de todos os municípios do RS.

No Brasil, o percentual de crianças de 0 a 5 anos de idade que estão fora da escola é de 56,85%; no Rio Grande do Sul, o mesmo indicador é de 64,6%. Em Porto Alegre, o percentual de 2010, referente ao IVS, era de

59%, situada na 15ª posição entre os municípios da RMPA. Já no estudo do TCE-RS, referente ao ano de 2013, o percentual diminuiu para 50,25%, situando o município na 207ª posição entre os 497 municípios do estado. A demanda de vagas necessárias para atingir a meta do PNE é de quase de 16 mil vagas.

Quadro 2.16 - Atendimento da Educação Infantil em Porto Alegre (2013)

Alunos		População		Taxa de Atendimento			Novas Vagas a Criar - Meta 1 PNE		
0 a 3 anos	4 e 5 anos	0 a 3 anos	4 a 5 anos	0 a 3 anos	4 a 5 anos	0 a 5 anos	0 a 3 anos	4 a 5 anos	0 a 5 anos
25.042	22.188	63.468	31.461	39,46%	70,53%	49,75%	6.692	9.273	15.965

Fonte: Radiografia da Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Sul em 2013, TCE-RS.

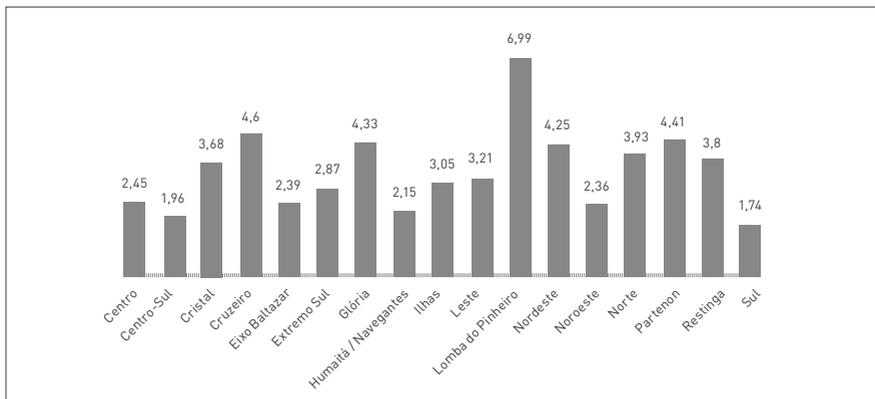
Na análise intramunicipal, utilizaremos os percentuais disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referentes a 2010, pois são os únicos disponíveis para tais especialidades. Nas Regiões do Orçamento Participativo, a Região Centro apresenta o melhor percentual, de 41% e a Região Nordeste o pior percentual, com 73,7%. Dentro das UDHS, oito unidades apresentaram o melhor valor, de 26,2%: bairro Santana, bairro Farroupilha, bairro Praia de Belas, Marquês do Pombo no bairro Floresta, Vasco da Gama na Independência, Jardim Lindóia, Parque do Sol no Jardim Sabará e Country Club no Passo d'Areia. Os piores valores são apresentados em 21 UDHS sendo: Arquipélago (2), Mário Quintana (3), Restinga (3), Sarandi (2), Vila Nova (3) e ainda Vila Esperança no bairro Belém Novo, Loteamento Santa Terezinha no Floresta, Vila Santo André no Humaitá, Vila Amazônia no Rubem Berta, Vila Dique I no São João e Vila Nazaré no bairro São Sebastião, todas com o percentual de 79,14% no indicador.

Já o indicador de percentual de crianças de 6 a 14 anos de idade fora da escola apresenta percentuais bem menores, provavelmente por influência da obrigatoriedade do Ensino Fundamental, o que provoca uma maior oferta de vagas pelo poder público de todos os níveis. A média percentual nacional é de 3,31% de crianças fora da escola, e no Rio Grande do Sul é de 2,76%. Porto Alegre, no entanto, possui um percentual acima da média do estado e do país, com 3,37%.

No município de Porto Alegre, temos que a ROP Sul apresenta o melhor indicador, de 1,74% enquanto a ROP Lomba do Pinheiro apresenta o pior indicador, com 6,99%. Dentre as Unidades de Desenvolvimento Humano, 11 apresentam o melhor indicador, que é de 0%. São elas: Centro Histórico, Higienópolis, Boa Vista, Chácara das Pedras, Mont'Serrat, Jar-

dim Isabel, Vila Assunção, Vila Conceição, Mariante no bairro Rio Branco, e as unidades Coronel Marcos e Dea Coufal no bairro Ipanema. O pior indicador foi localizado nas mesmas 21 UDHs do indicador anterior, referente ao percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, com 8,05% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola.

Gráfico 2.17 - Percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, por ROPs de Porto Alegre (2010)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração própria.

Quanto à dimensão Renda e Trabalho do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), seus indicadores já foram descritos no Quadro 2.1. A dimensão IVS Renda e Trabalho é a que o município de Porto Alegre tem o melhor índice, ou seja, a menor vulnerabilidade, estando na 5ª posição entre os municípios da RMPA. O IVS Renda e Trabalho é de 0,161 em Porto Alegre e foi a dimensão que mais evoluiu dentro do Índice entre os dois anos de referência: 44,1% desde o ano 2000, quando a dimensão estava em 0,288.

Capítulo 3

Grupos vulneráveis



Por um mundo onde sejamos
socialmente iguais,
humanamente diferentes
e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

Capítulo 3

3.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Segundo último Censo Demográfico de 2010, o Brasil conta com 59,7 milhões de crianças e adolescentes. Mudanças demográficas vêm acompanhadas de uma melhora nos indicadores sociais, como por exemplo, a queda da mortalidade infantil, o maior acesso à educação e a redução da pobreza. Entretanto, indicadores referentes à desigualdade social continuam preocupantes, assim como não há uma uniformidade de melhoria destes indicadores em diferentes regiões do país, ou seja, nem todas as crianças e adolescentes estão sendo contemplados com estas melhorias. (Unicef Brasil, 2015).

Em Porto Alegre, o percentual de crianças vem reduzindo ao longo dos anos, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 3.1.1 – População de Crianças e Adolescentes de Porto Alegre em série histórica 1991, 2000 e 2010

Agrupamento Populacional	1991		2000		2010		Taxa de Crescimento
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	
Crianças	273.808	21,67	248.405	18,26	204.332	14,5	-0,34
Adolescentes	149.843	11,86	164.450	12,09	141.594	10,05	-0,06
Crianças + Adolescentes	423.651	33,53	412.855	30,34	345.926	24,55	-0,22
Total da Cidade	1.263.403	100,00	1.360.590	100,00	1.409.351	100,00	0,10

Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre - ObservaPOA/SMGL/PMPA - 2015.

Criado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, representou uma mudança significativa com relação ao Código de Menores que o precedeu: através do ECA, crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direitos, sendo respeitada sua condição peculiar de desenvolvimento. Com o Estatuto, foram deliberadas responsabilidades ao Estado, família e comunidade para a garantia de uma proteção integral a estes indivíduos.

Quadro 3.1.2 - Legislação sobre crianças e adolescentes

Legislações sobre o tema		
1988	Constituição Federal	Art. 227 estabelece a "prioridade absoluta" na proteção da infância e na garantia de seus direitos.
Decreto nº 99.170 de 21 de novembro de 1990	Convenção do Direitos da Criança e do Adolescente	A Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente é ratificada por 193 países.
Lei nº 9.069 de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente	Assegura a proteção integral aos crianças e adolescentes e estabelece diretrizes para sua proteção.
Lei nº 12594 de 18 de janeiro de 2012	Sinase	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e estabelece as medidas socioeducativas a adolescentes que cometam atos infracionais.

Ocorreram avanços nestes 25 anos, porém a realidade tem nos mostrado que as políticas e serviços que deveriam estar funcionando em prol desta população estão ainda muito distantes do necessário. Acompanhamos cotidianamente a violação destes direitos, com a ausência ou total precariedade na oferta de serviços socioassistenciais, esportivos, culturais e educativos, assim como através dos números alarmantes de violência cometida contra a juventude. Além da distância entre o que está consolidado em lei e a realidade, a sociedade brasileira vem discutindo a redução da maioridade penal, como se a retirada de direitos fosse capaz de resolver os problemas da segurança pública enfrentados por todos nós. Conforme veremos posteriormente, longe de serem os principais agentes da violência social, os adolescentes são atualmente as principais vítimas.

Conselhos Tutelares

Conforme o artigo 131 do Estatuto da Criança e Adolescente, "o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei".

Os Conselhos Tutelares cumprem papel fundamental na sociedade, pois são encarregados por esta a zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, dando o devido encaminhamento frente a qualquer denúncia

de violação de direitos. Cada equipe de CT deve contar com 5 pessoas idôneas com experiência na área da criança e adolescente, devendo ser escolhidas através do voto por sua comunidade. É um órgão autônomo de funcionamento permanente. Suas ações devem ser fiscalizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), autoridade judiciária e comunidade em geral. Em Porto Alegre estão em funcionamento 10 equipes de CT, porém o Ministério Público do RS recomenda o funcionamento de 14, tendo em vista a dimensão da população do município.

A Lei nº 11.061, de 1º de abril de 2011, definiu a nova área de abrangência de cada uma das microrregiões.

Quadro 3.1.3 – Microrregião de abrangência dos Conselhos Tutelares, bairros, endereços e contatos

Microrregião	Bairros de atendimento	Endereço e contato
Microrregião 1 (Ilhas, Humaitá e Navegantes)	Anchieta, Arquipélago, Farrapos, Humaitá, Marcílio Dias, Navegantes e São Geraldo	Rua Dr. João Inácio, 549 - Navegantes Tel.: (51) 3289-8498 / Fax: 3343-0676
Microrregião 2 (Sarandi/Norte)	Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Floresta, Jardim Lindóia, Jardim Itú Sabará, Jardim São Pedro, Passo D'Areia, Santa Maria Goretti, São João, Sarandi, São Sebastião e Vila Ipiranga	Rua Maria Josefina da Fontoura, 424 Tel.: (51) 3289-8466 / Fax: 3364-8733
Microrregião 3 (Leste)	Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Itú Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim	Rua São Felipe, 140 Tel.: (51) 3289-8461 / Fax: 3381- 5430
Microrregião 4 (Partenon)	Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa	Rua Manoel Vitorino, 10 Tel.: (51) 3289-8455 / Fax: 3339-2233
Microrregião 5 (Glória, Cruzeiro e Cristal)	Belém Velho, Cascata, Cristal, Glória, Medianeira, Santa Tereza	Av. Professor Oscar Pereira, 2603 Tel.: (51) 32898488
Microrregião 6 (Centro Sul/Sul)	Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Jardim Isabel, Nonoi, Pedra Redonda, Serraria, Teresópolis, Tristeza, Vila Assunção, Vila Conceição e Vila Nova	Estrada Engenheiro Coelho Parreira, 585 Tel.: (51) 3289-8440 / Fax: 3259-7141
Microrregião 7 (Restinga/Extremo Sul)	Restinga, Aberta dos Morros, Belém Novo, Chapéu do Sol, Hípica, Moradas da Hípica, Ponta Grossa, Lageado, Lami.	Rua Eugênio Rodrigues, 4951 Tel.: (51) 3289-8472 / Fax: 3250-1515
Microrregião 8 (Centro)	Auxiliadora, Azenha, Beta Vista, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Marcílio Dias, Meninos Deus, Moinhos de Vento, Mont' Serrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana	Rua Jerônimo de Ornelas, 161 Bairro Santana Tel.: (51) 3289-8484
Microrregião 9 (Lomba do Pinheiro)	Agronomia e Lomba do Pinheiro	Estrada João de Oliveira Remião, 5450 Tel.: (51) 3289-8452 / Fax: 3315-4099
Microrregião 10 (Nordeste/Eixo Baltazar)	Mário Quintana, Passo das Pedras, Região Eixo Baltazar - Bairro Rubem Berta, Bairro Protásio Alves, Planalto (Parte Dele); Bairro Sarandi	Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2132 Tel.: (51) 3289-8445 / Fax: 3344-4821

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2015.

Em função da eleição do Conselho Tutelar, realizada em 2015, o Caderno de Prestação de Contas dos CT's estava em fase de elaboração quando da finalização deste Mapa. A Gerência dos Conselhos Tutelares nos passou os dados que já estavam totalizados até o presente momento. No Quadro a seguir, podemos analisar os tipos de violações atendidas pelos Conselheiros por Microrregião referentes aos dados de 2014.

Quadro 3.1.4 – Registros por tipo de violação por Microrregiões do Conselho Tutelar no ano de 2014

Tipo de Violação	Micro 1	Micro 2	Micro 3	Micro 6	Micro 7	Micro 8	Micro 10
Negligência Educação	263	648	375	292	47	18	762
Negligência Saúde	97	64	21	256	29	-	88
Negligência Família	-	188	56	300	22	10	67
Abandono	22	122	30	13	40	-	17
Mendicância	9	48	2	16	1	-	-
Situação de Rua	6	-	-	-	-	-	-
Negligência Assistência Social	71	-	7	-	-	-	-
Violência Psicológica	101	82	-	98	67	9	15
Violência Física	142	48	61	61	49	13	36
Violência Sexual	-	46	-	87	46	-	22
Abuso Sexual	49	24	26	68	-	20	53
Exploração Sexual	9	64	-	3	1	-	2
Uso de Drogas	98	30	20	221	6	-	36
Exploração no Trabalho	-	12	-	-	-	-	3
Conduta	-	96	-	-	-	-	-
Prática de Ato Infracional por Criança	-	8	-	-	-	-	-

Fonte: Gerência dos Conselhos Tutelares, 2015.

No tipo de violações observamos a maior parte das ocorrências relacionadas ao atendimento em educação em todas as suas modalidades: foram 47% das ocorrências relacionadas à educação, seguidas de 12,6% relacionadas à negligência da família e 10,8% à negligência com relação ao atendimento em saúde. Na Micro 10 (Nordeste/ Eixo Baltazar) destaca-se o maior índice de negligência na educação com 762 casos, seguida pela Micro 2 (Sarandi/Norte) com 648.

Criança e Adolescente Vítima de Violência

Infelizmente, os indicadores de violência contra as crianças e adolescentes mostram uma realidade perturbadora: o Brasil apresenta altos índices de homicídios contra adolescentes, na sua grande maioria homens. Além disso, enfrenta outro problema complexo que é a violência doméstica, aquela que ocorre no seio familiar. Nos dados que seguem, é possível observar a violência contra a criança e o adolescente em Porto Alegre.

Conforme Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, a maioria das denúncias recebidas pelo serviço estava relacionada a violações de direitos das crianças e adolescentes. Das 71.116 denúncias do ano de 2014, 49.248 eram relacionadas a este segmento, 69%.

Quadro 3.1.5 – Denúncias de violência contra crianças recebidas pelo Disque 100 entre os anos de 2011 e 2014

Ano	Número de denúncias
2011	628
2012	2.030
2013	1.838
2014	1.839

Fonte: Mapa 2014 e LAI 00083.000376/2015-36.

Notamos a manutenção de altos registros de violações, com um aumento de 197,5% na série histórica 2011-2014:

Quadro 3.1.6 – Tipo de violações identificadas contra as crianças e adolescentes, recebidas pelo Disque 100 (2014)

Tipo de violação	Número de denúncias
Abuso financeiro e econômico / violência patrimonial	2
Discriminação	3
Exploração do trabalho infantil	55
Negligência	689
Outras violações / outros assuntos relacionados a direitos humanos	7
Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes	0
Tráfico de pessoas	6
Violência física	410
Violência institucional	3
Violência psicológica	493
Violência sexual	171
Total	1.839

Fonte: Disque 100, LAI 00083.000376/2015-36, 2014.

Das violações denunciadas 37,4% foram casos de negligência, seguido por violência psicológica com 26,8% das denúncias, violência física com 22,3% e a violência sexual com 9,3% dos registros.

Casos de Violência Notificados pela Secretaria Municipal de Saúde

Segundo relatório elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (2012) no ano de 2012, 137 crianças e adolescente vieram a óbito por causas externas, representando 13,9% do total de óbitos entre

as demais faixas etárias. Do total de 137 óbitos, 102 foram causados por homicídios (74,4%). O dado mais alarmante refere-se aos adolescentes entre 15 e 19 anos homens: foram 85 mortos por homicídios.

Os casos notificados de violência que resultaram ou não em morte estão distribuídos por regiões conforme o quadro a seguir:

Quadro 3.1.7 - Distribuição dos casos de violência notificados por residência das vítimas

Gerência Distrital	Nº	%
Centro	46	7,0
Noroeste, Humaitá, Navegantes, Ilhas	76	11,5
Norte, Eixo Baltazar	123	18,7
Leste, Nordeste	103	15,6
Glória, Cruzeiro, Cristal	88	13,3
Sul, Centro-Sul	74	11,1
Partenon, Lomba do Pinheiro	84	12,7
Restinga, Extremo Sul	67	10,1
Total	661	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2012.

Os percentuais de violência mais elevados ocorrem nas regiões da cidade mais pobres e com significativa presença do tráfico de drogas, como é o caso da região Norte Eixo Baltazar (18,7%), seguida da região Nordeste (15,6%).

O quadro seguinte mostra os números de notificações de violência que não resultaram necessariamente em morte, segundo a faixa etária e sexo da vítima. A violência, conforme as notificações, é classificada por: violência doméstica, sexual e/outras:

Quadro 3.1.8 - Notificação de violência segundo faixa etária e sexo da vítima

Idade	Feminino	Masculino
< 1	16	19
1 - 4	81	59
5 - 9	93	51
10 - 14	139	49
15 - 19	92	54
Total	421	232

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2012.

As notificações de violência que não necessariamente resultaram em morte têm maior incidência das mulheres (64%). Estes dados retratam que, mesmo entre a faixa etária que comporta crianças e adolescentes, o sexo feminino está mais vulnerável a sofrer violência, principalmente doméstica e sexual. Os agressores, nesses casos, normalmente são familiares com ou sem laços sanguíneos (pai, mãe, padrasto ou madrasta).

Ocorrências criminais com crianças e adolescentes como vítimas

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul dispõe em Porto Alegre de um Departamento Estadual da Criança e do Adolescente que administra duas (02) Delegacias para o Adolescente Infrator (1ª e 2ª DP), a primeira sobre titularidade do Delegado Christian Nedel e a segunda com o Delegado Raul Vier como Titular, e uma (01) Delegacia para Criança e Adolescente Vítima que tem como titular a Delegada de Polícia Andreia Magno. Por fim, possuem uma Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento, que possuem delegados em regimes de plantão (24 horas). Conforme a DECA, atualmente contam com 82 policiais civis e 18 viaturas.

Como serviços à comunidade, a DECA destaca o Serviço de Prevenção e Educação, que tem como responsável o Delegado Adalberto Mattos Lima, que realiza palestras em escolas e participa de eventos de outros órgãos.

Quadro 3.1.9 – Ocorrências com crianças e adolescentes como vítimas (2012 - 2014)

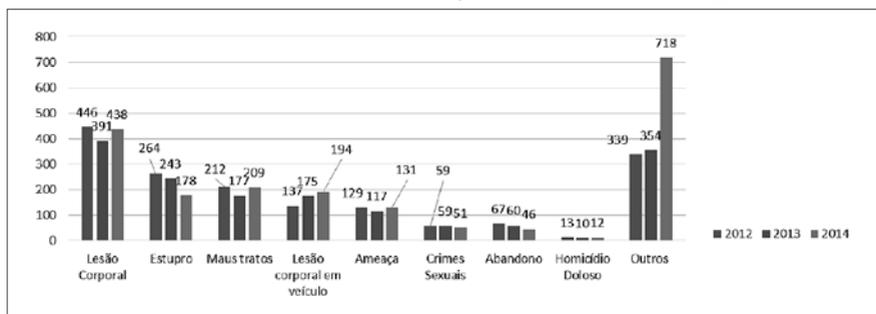
Crianças e adolescentes vítimas	Total em Porto Alegre		
	2012	2013	2014
Menor de 12 anos	1.665	1.586	1.977
12 a 17 anos	6.301	6.916	8.961
Total	7.966	8.502	10.938

Fonte: Mapa 2014 e DECA.

Podemos observar um aumento considerável (37%) de delitos contra crianças e adolescentes entre 2012 e 2014. Quanto aos crimes contra crianças até 12 anos, os registros saltaram de 1.586 em 2013 para 1.977 em 2014, um aumento de 12%. Com relação às vítimas entre 12 e 17 anos, houve um incremento de 2045 registros de crimes, totalizando um crescimento de 29%.

No gráfico a seguir, apresentamos as ocorrências criminais registradas pela DECA no ano de 2012, 2013 e 2014 pelos principais tipos:

Gráfico 3.1.10 – Ocorrências criminais crianças como vítima Porto Alegre 2012 a 2014



Fonte: Mapa 2014 e DECA.

Os principais crimes cometidos contra crianças em 2014 registrados na Delegacia Especializada foram, respectivamente, lesão corporal (438 casos), Maus-tratos (209), estupro (178) e lesão corporal em veículo (195). Com relação aos registros de estupro tivemos uma diminuição de 26,5% das ocorrências entre 2013 e 2014, enquanto os registros de lesão corporal aumentaram 12% no mesmo período. Outro índice de expansão considerável foi a lesão corporal em veículo (10%). Quanto ao homicídio de crianças ou infanticídio, passou-se de 10 casos em 2013 para 12 em 2014, totalizando um aumento de 20%.

No quadro a seguir apresentamos as ocorrências de adolescentes como vítimas entre os anos de 2012 e 2014 em Porto Alegre.

Quadro 3.1.11 – Tipificação e Número de ocorrências de crimes contra adolescentes, registrados na DECA

Tipo de Crime	2012	2013	2014
Lesão Corporal	1693	1677	1548
Roubo	1596	2069	3056
Estupro	199	234	165
Maus-tratos	102	90	82
Lesão corporal em veículo	290	279	277
Ameaça	952	879	866
Crimes Sexuais	32	46	51
Furto	622	722	885
Homicídio Doloso	139	148	136

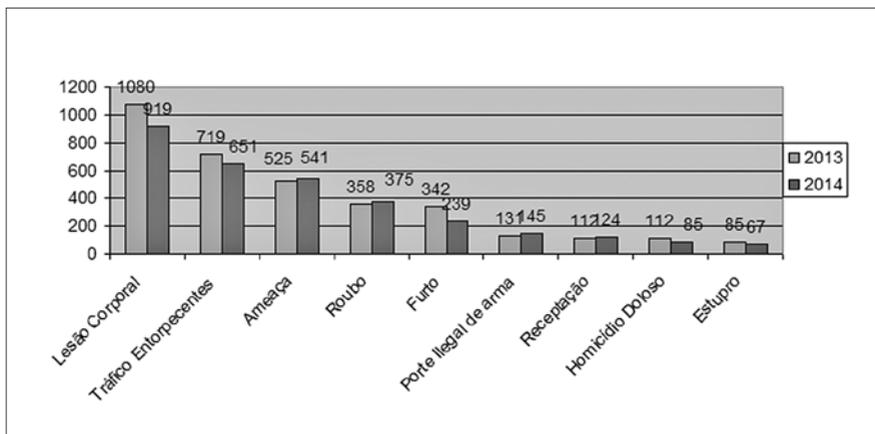
Fonte: Mapa 2014 e DECA.

Comparando a série histórica 2012-2014, percebemos um aumento vertiginoso de adolescentes vítimas de roubos e de furtos. No caso de roubo, registramos um aumento de 91% das ocorrências registradas na DECA, e no caso de furtos, 42%. Embora, possamos observar uma redução de homicídios dolosos, 139 casos em 2012, 148 em 2013 e 136 em 2014, temos que a cada 2,6 dias um adolescente foi vítima de homicídio na cidade de Porto Alegre.

Ocorrências criminais Adolescente Infrator

O gráfico a seguir apresenta as ocorrências criminais registradas na DECA com adolescentes infratores no ano de 2014 e a comparação com os dados do MAPA referentes aos registros em 2013.

Gráfico 3.1.12 – Ocorrências Adolescente Infrator 2013-2014



Houve uma redução significativa das ocorrências relacionadas à lesão corporal (14,9%). Registramos ainda um aumento de 10% de posse ilegal de armas. Os delitos ameaça e roubo tiveram aumentos respectivos de 3% e 4,7%, enquanto o crime de homicídio doloso teve uma redução de 26,7%, passando de 112 ocorrências em 2013 para 85 em 2014. Com relação aos estupro, houve uma redução de 85 registros em 2013, para 67 em 2014.

O que os dados demonstram é que, apesar do aumento da posse ilegal de armas, os crimes contra a vida cometidos por adolescentes diminuíram, ao passo que a vitimização dos adolescentes aumentou. Mesmo com a redução de crimes contra a vida, é importante destacar a importância de buscar a efetivação de políticas públicas de prevenção à criminalidade.

Medidas Socioeducativas

Aos adolescentes em conflito com a lei, o Estatuto da Criança e Adolescente prevê Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade conforme determinação do Poder Judiciário. Cabe ressaltar que os adolescentes no Brasil são responsabilizados desde os 12 anos de idade por suas infrações, diferentemente do que foi propalado por muitos dos defensores da redução da maioridade penal.

O acompanhamento dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em semiliberdade é realizado pela FASC. Segundo dados desta fundação, 1.476 adolescentes estão em cumprimento de medidas, sendo 963 cumprem PSC (Prestação de Serviço à Comunidade) e 513 LA (Liberdade Assistida).

Em 2012, o número total era de 1.176, ou seja, houve um aumento de 300 casos. (FASC, 2015). As regiões com maior incidência de adolescentes que cometeram atos infracionais e que estão em cumprimento de medidas possuem características semelhantes, como o baixo IDH-M, baixo IBEU e forte presença do tráfico de drogas. A região da cidade com o maior índice de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é a que contempla os bairros Glória, Cruzeiro e Cristal; em segundo o bairro Parthenon e em terceiro a Região Restinga/Extremo Sul. (FASC, 2013).

Medidas socioeducativas com restrição de liberdade

Com relação às medidas socioeducativas com restrição de liberdade, as informações apresentadas pela FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) mostram números preocupantes sobre a superlotação das unidades de internação. As unidades da capital estão com um déficit de 126 vagas, sendo o caso mais problemático apresentado pelo CASE POA II com 70 adolescentes a mais do que a unidade comporta. O número total de adolescentes atendidos pela FASE em Porto Alegre é de 606, enquanto a capacidade das Unidades de Semiliberdade é de 497, apresentando um déficit de 109 vagas. (FASE, 2015).

Quadro 3.1.13 – Número de vagas existentes na Fase comparado ao número de adolescentes internados (2015)

Unidade	Nº vagas	Nº de adolescentes em 14/04/2014	Nº de adolescentes em 11/06/2015	Nº de vagas disponíveis em 11/06/2015
Comunidade Sócio Educativa - CSE	120	82	94	26
Centro de Atendimento Socio Educativo POA CASE POA I	62	138	118	-56
Centro de Atendimento Socio Educativo POA CASE POA II	72	126	142	-70
Centro de Atendimento Socio Educativo Feminino	33	30	30	3
Centro de Atendimento Sócio-Educativo Padre Cacique Case PC	80	87	87	-7
Centro de Internação Provisório Santos CIPCS	86	100	108	-22
Centro Sócio Educativo de Semiliberdade de POA-Masculino	20	12	16	4
Centro Sócio Educativo de Semiliberdade de POA-Feminino	12	1	4	8
Casa POA Masculino Lar Esperança	20	-	16	4
Total	497	576	606	109

Fonte: Mapa 2014 e FASE ofício respondido em 18/06/2015.

Observamos um aumento de 5% dos adolescentes privados de liberdade entre 2014 e 2015, sendo que 94,3% são meninos (572 meninos e 34 meninas).

A FASE também apresenta, ainda, um déficit de profissionais. Atualmente, são 146 vagas não preenchidas. O caso mais alarmante é o cargo de Agente Socioeducador: há a necessidade de contratação de 109 profissionais. Não restam dúvidas de que um quadro de profissionais deficitários representa uma perda na qualidade dos serviços prestados por esta instituição que possui uma função social tão importante: ressocializar adolescentes, oferecendo novas perspectivas de vida para a garantia dos seus direitos sociais.

Quadro 3.1.14 – Recursos Humanos da FASE, segundo cargos, lotação e déficit (2015)

Cargo	Lotados em POA (2014)	Lotados em POA (que atuam nas Unidades)	Lotados que atuam na sede administrativa	Déficit conforme FASE
Administrador	5	0	7	1
Advogado	20	12	6	3
Agente Socioeducador	565	606	40	109
Assistente Social		28	4	5
Pedagogo	15	15	10	2
Enfermeiro	6	7	3	-
Motorista	14	15	4	-
Psicólogo	16	19	10	9
Dentista	6	7	0	
Técnico em Recreação	5	6	3	-
Outros	70	85	117	17
Total	733	800	204	146

Fonte: ofício respondido pela FASE em 18/06/2015.

O quadro que segue apresenta os atos infracionais cometidos por adolescentes atendidos nas unidades da FASE em Porto Alegre:

Quadro 3.1.15 – Atos infracionais das unidades da FASE – Porto Alegre, 2015

Ato Infracional	CIPCS	CASE PC	CSE	CASE POA I	CASE POA II	CASEF	Unidades de semiliberdade			Total	
							Lar Esp.	Provis.	Fem.	Nº	%
I – Atos Infracionais com Grave Ameaça ou Violência a Pessoa											
Roubo	36	34	28	66	90	8	5	7	2	276	45,0
Homicídio	6	12	26	13	14	9	1	-	-	81	15,3
Latrocínio	5	2	10	3	4	4	-	-	-	28	4,4
Tentativa de homicídio	1	4	9	3	-	2	3	-	-	22	7,8
Sequestro	2	2	-	2	-	-	-	-	-	6	0,7
Tentativa de latrocínio	-	-	2	1	2	-	-	-	-	5	0,8
Tentativa de Roubo	-	-	-	1	-	2	-	-	-	3	0,7
Lesões Corporais	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,7
Total	50	54	75	89	110	26	9	7	2	422	77,2
II – Outra Infrações Graves											
Tráfico de Entorpecentes	28	22	10	33	24	4	3	4	2	130	14,5
Porto ilegal de armas	7	-	2	2	2	-	-	-	-	13	1,4
Furto	-	3	1	1	-	1	-	-	-	6	1,2
Dano ao Patrimônio	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,1
Receptação	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,1
Total	35	25	13	37	27	5	3	4	2	151	17,5
III – Descumprimento de medida do JIJ											
Não informado	2	3	-	10	3	1	-	-	1	20	3,2
Total geral	101	83	88	137	141	32	12	11	5	610	100

Fonte: Fundação de Atendimento Socioeducativo, 2015.

O roubo e o tráfico de entorpecentes são os atos infracionais mais frequentes. A soma de ambos representa quase 60% do total de atos infracionais cometidos pelos adolescentes atendidos pela FASE. A desigualdade social, somada à falta de oportunidades atraentes, tem levado cada vez mais os jovens a buscar no tráfico de drogas e em atos como o roubo uma alternativa de sobrevivência e de reconhecimento social no meio em que vivem. Neste sentido, é imprescindível a expansão de serviços públicos de qualidade dirigidos à população adolescente, como por exemplo, o Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos.

Quadro 3.1.16 – Escolaridade da população atendida pela FASE

Escolaridade da população atendida pela FASE em 3 de março de 2015			
	2014	2015	Percentual
1º ao 5º ano EF	87	167	27,4
6º ou 7º ano EF	260	243	39,9
8º ou 9º ano EF	125	100	16,4
1º ao 3º do EM	44	37	6,1
Não Informado	60	62	10,2
Analfabeto		1	0,2
Total	576	610	100

Fonte: Fundação de Atendimento Socioeducativo, 2015 e Mapa 2014.

Comparando com o Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de 2014, a população de jovens em medidas de internação aumentou 5,9%, mantendo-se a predominância de jovens entre 16 a 18 anos (73,7%).

Com relação à escolaridade, o Mapa de 2014 ainda não havia adotado a nova configuração das séries no Ensino Fundamental. Portanto, agrupamos do 1º ao 5º ano as séries iniciais do Ensino Fundamental para manter uma unidade lógica com os dados coletados no ano passado. Destacamos que 83,7% dos jovens não terminaram o Ensino Fundamental e 10,2% não informaram sua escolaridade. Registramos ainda que apenas 6,1% dos jovens haviam ingressado no Ensino Médio.

Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social em Porto Alegre é executada pela FASC, sendo esta responsável pela implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social – em todo o município. Por esta política passam diferentes programas e serviços responsáveis pela garantia, manutenção e consolidação de direitos sociais referentes a crianças e adolescentes, como por exemplo, o Programa Bolsa-Família.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem como objetivo o acompanhamento de crianças e adolescentes em caráter preventivo com vista a garantir e consolidar direitos. Atualmente, são atendidos 13.572 crianças e adolescentes. Considerando a população de crianças e adolescentes no município, somente 4% deste público está contemplado por este instrumento.

Quadro 3.1.17 – Número de Atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Porto Alegre - 2015

Rede	Faixa etária: 6 a 15 anos	Faixa etária: 15 a 17 anos	Total
Própria	559	1.317	1.876
Conveniada	9.843	1.853	11.696
Total	10.402	3.170	13.572

Fonte: Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2015.

A rede conveniada atualmente é responsável pela execução de 84% desses serviços, demonstrando que a maioria deste serviço é ofertada pela rede terceirizada.

Situação de Rua e Trabalho Infantil

É através do Serviço Ação Rua, criado em 2007 por meio de conveniamento, que se realiza a abordagem e a identificação de crianças e adolescentes em situação de rua e acompanhamento de suas famílias. Em 2015 estavam em funcionamento 13 núcleos do Ação Rua divididos nas regiões da cidade, estando cada um desses vinculado ao CREAS da mesma localidade. O serviço é terceirizado pela prefeitura por meio de convênios com entidades não governamentais, as quais firmam os contratos das equipes de trabalho via CLT, o que ocasiona numa grande rotatividade de profissionais e, conseqüentemente compromete o acompanhamento dos casos, tendo em vista a importância de selar vínculos com indivíduos que se encontram em situação de rua. As equipes são formadas por 3 profissionais de nível superior e 4 educadores de nível médio.

A maior concentração de crianças e adolescentes em situação de rua se dá na região Centro. Conforme o quadro que segue, a grande maioria está na rua por necessidade de sobrevivência (89% do total), materializando-se através do trabalho infanto-juvenil ou da mendicância. Já os que estão na rua tendo este espaço como sua moradia representam 11%.

Quadro 3.1.18 – Crianças e Adolescentes atendidos no Serviço Ação Rua – 2015

Situação	Faixa etária 0 a 12 anos	Faixa etária 13 a 17	Total
Rua Moradia	35	71	106
Rua Sobrevivência	488	405	893
Total	523	476	999

Fonte: FASC, 2015.

Situações de Violência e Risco Social Acompanhadas pela Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social tem como um dos seus objetivos fazer o acompanhamento de famílias em situação de risco social através de serviços direcionados à prevenção de violência. Nas situações em que a violência já ocorreu ou quando a mesma é presente no cotidiano dessas famílias, o trabalho deve estar voltado ao acompanhamento das vítimas e notificação junto à rede de proteção. Em casos de violência contra a criança e ao adolescente, a notificação deve ocorrer junto aos serviços de saúde e Conselhos Tutelares, com a finalidade de promover a proteção das vítimas.

Através do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias) e do PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos) são realizados o acolhimento e o atendimento dessas famílias. A tabela que segue apresenta o número de famílias acompanhadas por esses serviços de acordo com o tipo de violência apresentada:

Quadro 3.1.19 – Famílias em Situação e Vulnerabilidade e/ou Risco Social, atendidas pelo PAIF e PAEFI – 2014 e 2015

Programa/ Violência	Famílias em Situação de Violência Associada ao Uso de Substâncias Psicoativas		Famílias com Crianças e Adolescentes Vítimas de Negligência e Abandono		Famílias com Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Intrafamiliar (Física e/ou Psicológica)		Famílias com Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual		Famílias com Crianças e Adolescentes Vítimas de Exploração Sexual	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
PAIF	290	245	176	180	163	139	40	44	13	9
PAEFI	583	584	1507	1422	1242	1039	293	304	76	63
Total	873	829	1683	1602	1405	1178	333	348	89	72

Fonte: FASC, 2015.

O único dado que apresentou uma leve elevação de 4,5% com relação ao ano anterior foi o de famílias com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Nos demais casos, ocorreu uma pequena diminuição de ocorrências. Contudo, é preciso ser levada em consideração a redução do número de famílias acompanhadas pelos programas citados. De 2014 a 2015 ocorreu uma diminuição de 16,91% de famílias em acompanhamento, o que pode ter influenciado na queda dos indicadores.

Serviços de Acolhimento Institucional

De acordo com o SUAS, a rede de acolhimento está inserida na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. O objetivo desses serviços é acolher crianças e adolescentes que precisaram ser afastados do convívio familiar, devendo ser este de caráter excepcional e provisório, devendo minimizar ao máximo as consequências deste afastamento familiar. Desta forma, estes serviços devem funcionar em consonância com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O funcionamento desses serviços deve ocorrer conforme os seguintes princípios: excepcionalidade e provisoriedade do afastamento do convívio familiar, preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação, oferta de atendimento personalizado e individualizado, garantia de liberdade de crença e religião e respeito à autonomia da criança e do adolescente. (Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescente, 2009).

Dos 104 abrigos que a rede possui, 67 são vinculados à FASC, sendo 55 desses mantidos por convênio com instituições sociais. Um conjunto de 33 casas é mantido pela Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul (FPE), fundação de natureza privada, mas de cunho governamental. As quatro restantes são mantidas por Organizações Não Governamentais (ONGs). Ou seja, 96,15% são mantidas diretamente com recursos públicos. Atualmente, 1.332 crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional no município de Porto Alegre.

Um mutirão criado a partir de um levantamento do Ministério Público revelou que 10% das crianças e adolescentes acolhidos na Capital, ou seja, 128 jovens estavam fora do Cadastro Nacional de Adoção, mesmo após a destituição das famílias biológicas. No entanto, no ano de 2014, apenas 40 crianças foram adotadas e até maio de 2015 foram apenas oito.

Além disso, no Mutirão de vistoria dos abrigos realizados pelo MP em 2014, dos 47 visitados, 46 apresentavam graves problemas, tais como existência móveis quebrados, falta de iluminação, número de camas insuficientes (alguns adolescentes dormem no chão), ausência de armários para guardar pertences individuais (roupas, por exemplo), área de lazer sem manutenção, alimentos mal condicionados, péssimas condições de higiene, existência de ratos, morcegos e baratas, vaso sanitário entupido sem condição de uso, mofo, infiltrações, go-

teiras, sala de convivência inadequada para realização de trabalhos pedagógicos, ausência de inspeção do Corpo de Bombeiros e do laudo da Vigilância Sanitária, entre outros.

Atuação da CEDECONDH

A CEDECONDH realizou seminário para abordar o tema no dia 19 de maio de 2015, com a presença da juíza Sonáli da Cruz, da Promotora da Infância e Juventude de Porto Alegre Cinara Vianna Dutra Braga do Ministério Público, da representante do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre Leila Tomazzin, do Frei Luciano, Conselheiro Municipal da criança e do adolescente, da representante dos Conselhos Tutelares Salete, do presidente da FASC Marcelo Soares, representação da FPE Rodrigo Reis, representação da Governança Local Carlos Fernando, da SEMED Marcia Gil Rosa, da Secretaria Municipal de Saúde Sonia Silvestrin, representando a população em situação de rua Richard Campos. Entre os encaminhamentos desta audiência, iniciou-se uma série de visitas nos abrigos e elaboração de um relatório que estava sendo finalizado no momento de fechamento desta publicação. Foram visitados os abrigos João de Barro, Quero-Quero, Sabiá 7, Sabiá 9 e Casa Lar Sol Nascente.

Alguns pontos nos chamaram a atenção: a estrutura; as péssimas condições físicas dos locais e de trabalho; os recorrentes casos de evasão escolar; a superlotação dos abrigos que deveriam ter até 26 crianças e adolescentes, mas que, em alguns casos, crianças têm que dividir os colchões por falta de espaço; a saúde, pois em alguns casos se as questões de saúde mental fossem atendidas pela média complexidade, garantiria a permanência da criança sob a tutela da família ao invés do acolhimento institucional.

Apontamos ainda a falta de profissionais, a terceirização dos serviços e o modelo de gestão de uma equipe diretiva para cada dois abrigos, dificultando os vínculos com as crianças e adolescentes e a busca ativa com as famílias. Urge a mudança de modelo e destaca-se a necessidade do cumprimento da Lei 11.701 de 08 de outubro de 2014, que prevê a criação de 655 cargos preenchidos mediante concurso público para educadores sociais, pedagogo, psicólogo, dentre outros.

O princípio da provisoriedade dos acolhimentos também tem sido ignorado, tendo em vista a ausência de encaminhamento de adolescentes para famílias substitutas e do número irrisório de retorno à família de origem. Devido à escassez de profissionais e da precariedade do trabalho em rede, crianças e adolescentes passam por uma nova situação de abandono, vivendo por anos nos serviços de acolhimento.

O serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes recebeu de recursos próprios da FASC, no ano de 2014, R\$ 5.393.977,89, mas apenas R\$ 4.669.922,19 foram empenhados (teve 14% do orçamento contingenciado). Esta quantia representa 2,85% do orçamento total da Fundação naquele ano e 0,12% do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no ano de 2014 (fonte: TCE RS).

Já pelo Fundo Municipal de Assistência Social, o serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes executou, no ano de 2014, 3,8% do orçamento total da Fundação naquele ano e 0,42% do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no ano de 2014 (fonte: TCE RS). Em 2015, o Fundo Municipal de Assistência Social empenhou para o Serviço de Acolhimento Institucional 0,36% da receita líquida estimada para o exercício anual.

No dia 20 de outubro, realizamos uma reunião conjunta entre a CEDECONDH e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM), motivada pelas denúncias de tortura e revista vexatória, por parte da guarda municipal e da Brigada Militar, no abrigo Sabiá 3 em 2015 e noticiados pela imprensa.

3.1.1 Violência Escolar

As escolas como instituições construtoras do conhecimento se estabelecem como referência das comunidades e se relacionam com seus agentes de forma marcante. Um dos problemas mais relevantes é a violência nas escolas brasileiras.

Podemos definir violência escolar como:

Todos os atos ou ações de violência comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.

(ABRAMOVAY, M. 2006, p.19)

Diante da amplitude do fenômeno, precisamos levar em conta múltiplos fatores tanto externos como internos às instituições de ensino. No aspecto externo, influenciam as questões de gênero, raciais, midiáticas e socioespaciais. Entre os fatores internos, devemos levar em conta a idade e a série dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, bem como o impacto do sistema de punições, a relação professor-estudante.

Segundo o educador francês Eric Debarbieux (*apud* ABRAMOVAY, 2006), as escolas de periferia que atendem aos estudantes mais pobres estão mais suscetíveis aos aspectos externos como a questão do desemprego e da vulnerabilidade social das famílias. Nesses espaços, os estudantes também experimentam maior participação em gangues e grupos vinculados à criminalidade.

Embora os fatores externos sejam realmente importantes, a realidade interna apresenta uma série de possibilidades. As escolas devem encarar seu papel estratégico de proteção e garantia dos direitos, além da qualidade da educação.

Os pesquisadores em educação Elis Palma Priotto e Lindomar Wesler Boneti, no artigo intitulado *Violência Escolar: na Escola, da Escola e contra a Escola*, classificam a violência escolar em três formas:

a) **violência na escola** é caracterizada “por diversas manifestações no cotidiano da escola, praticados por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade, estranhos em que se encontra a escola”. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

b) **violência da escola** é compreendida como:

Todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam os seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar – abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim), a marginalização, as discriminações existentes quase que diariamente na escola, onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

c) **violência contra a escola** caracterizada por “atos de vandalismo, incêndios e destruição e roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares e outros”. (PRIOTTO, E.; BONETI, L., 2009)

Outra dimensão que precisa compor a análise sobre a realidade das escolas brasileiras é a precarização das condições dos docentes, sejam

elas em função dos baixos salários que se traduzem em longas jornadas de trabalho para compor a renda familiar ou no assédio moral promovido pelos gestores contra os trabalhadores. Como parte da composição do ambiente, é preciso relacionar as condições de todos os agentes da comunidade escolar. Além disso, temas como infraestrutura destes equipamentos são relevantes para compreender o todo, afinal o sucateamento dos equipamentos das escolas com a superlotação, ausência de laboratórios, bibliotecas, espaços de lazer ou convivência e a oferta de vagas distante da residência dos estudantes são dimensões que nunca podem ser desconsideradas.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, embasado em uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, “Educação motor de um país melhor” de 2014, 28% da população pesquisada percebe como principal problema da educação pública no Brasil a falta de segurança na escola/violência.

Na Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Prova Brasil 2013), as percepções sobre violência na escola são medidas pela opinião dos diretores e professores por Unidade da Federação e de estudantes por regiões do país.

Do total dos diretores respondentes, 1.687 responderam que professores e funcionários da escola que dirigem teriam sofrido agressão verbal ou física de estudantes, enquanto 999 responderam que tal violência não ocorreu nas escolas que dirigem.

Em outra pergunta, 2.195 responderam positivamente com relação a agressões verbais ou físicas de estudantes a outros estudantes da escola, apenas 490 negaram tal ocorrência.

Quando perguntados sobre a ocorrência de estudantes que frequentaram a escola portando armas: 546 responderam sim para arma branca e 77 responderam sim a arma de fogo, ao passo que as respostas negativas foram 2.146 para armas brancas e 2.612 para arma de fogo.

Sobre se teriam sido vítima de roubo (com uso de violência), 38 disseram que sim (1,4%) e 2654 disseram que não (98%). Entretanto, em relação a furtos teve 236 respostas sim (8,7%) e não 2.455 (90,7%).

Frente à pergunta: “Você foi ameaçado por algum aluno?”, 294 responderam sim e 2.397 responderam não. Com relação à pergunta “Você foi vítima de atentado à vida?”, 57 responderam sim enquanto 2628 responderam não.

Quanto a percepção de professores, 6.217 disseram ter ocorrido em sua escola agressão verbal ou física de estudantes contra professores ou funcionários, enquanto 4.971 disseram não (54,4% sim e 43,5% não). No que se refere à agressão verbal ou física entre estudantes, 8.525 disseram sim (74,6%) e 2.637 disseram não (23%).

Com relação à ocorrência de estudantes frequentando a escola portando armas, os professores responderam que 647 sim (5,7%) e 10.518 (92%) não para armas brancas e 88 sim (0,8%) e 11.065 (96,8%) não para armas de fogo.

Quando perguntados “Você foi ameaçado por algum aluno”, 1071 responderam que sim (9,4%) e 10.122 disseram que não (88,5%). Já na questão “Você foi vítima de atentado à vida”, 147 disseram que sim (1,3%) e 11.029 responderam que não (96,5%).

Quando perguntados se teriam sido vítima de roubo (com uso de violência), 97 disseram que sim (0,8%) e 11.093 disseram que não (97%). Entretanto, quanto à vitimização em relação furtos, teve 641 respostas sim (5,6%) e não 10.554 (92,3%).

De acordo com a pesquisa, 1 a cada 8 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental faltou à escola por não se sentir seguro no caminho entre sua casa e a escola ou na própria escola. Na Região Sul foram 11,2%, sendo a maior incidência sobre estudantes da rede pública de ensino (11,6%). Desse universo, 8,1% faltaram por medo de violência no trajeto até a escola, enquanto 7,4% por medo na própria escola.

Um percentual de 23,2% dos estudantes perguntados reconheceu que humilhou seus colegas de escola, tanto que as vítimas ficaram magoadas, aborrecidas, ofendidas ou humilhadas na Região Sul do país no ano de 2012, acima da média nacional que é 20,9%. Vale destacar que a maioria dos casos ocorre entre estudantes do sexo masculino (28,5%) matriculados na rede privada de ensino (25,4%).

Como reflexão dos dados supracitados, Pröglhöf:

É interessante perceber, no entanto, que, apesar da existência de situações graves e de fato criminais – como ameaças e o efetivo atentado à vida de professores e diretores, bem como porte de armas, furtos e roubos – são ainda as pequenas violências cotidianas e de nível interpessoal – agressões físicas e verbais, intimidações e humilhações – as que mais se verificam no ambiente escolar.

(Pröglhöf: 2015, p.130).

Violência Escolar em Porto Alegre

Apenas nos anos de 2014 e 2015, assistimos em Porto Alegre a fatos de violência documentados pela imprensa ou expostos nas redes sociais que demonstram a gravidade do problema e não estão disponíveis publicações oficiais sobre tais ocorrências.

São exemplos desse processo a agressão sofrida por um professor da Escola Municipal Ensino Fundamental Presidente Vargas no dia 26 de agosto de 2014 por um tio de um estudante. Diante do ocorrido, ficou evidenciado o mérito da preocupação da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa) em exigir por parte da Prefeitura Municipal que a Guarda Municipal tenha, no mínimo, um agente de segurança em cada escola da rede municipal, com formação específica para atuar no contexto escolar.

Na Escola Municipal Ensino Fundamental Heitor Villa Lobos, ocorreu evento semelhante em que a mãe de uma das estudantes desferiu golpes contra duas vice-diretoras. São exemplos de violência nas escolas contra os professores e a comunidade escolar.

Depois destes fatos, foi criada na Câmara Municipal de Porto Alegre, no mês de maio de 2015, uma **Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas** presidida pelo vereador Prof. Alex Fraga (PSOL) para criar um fórum de debates permanente sobre a violência escolar com todos os atores envolvidos no processo (entidades públicas, sociais e professores) com o objetivo de buscar políticas públicas que minimizem o impacto da violência nas escolas.

Dois exemplos podem ser classificados como violência contra a escola: assaltos frequentes e os chamados “toques de recolher”. Como primeiro exemplo, citamos o caso emblemático do estudante do Colégio Estadual Protásio Alves que foi esfaqueado no dia 08 de julho de 2015 ao sair da aula. Neste caso, a comunidade escolar e o movimento estudantil com a liderança do Grêmio Estudantil realizaram três protestos que transformaram o caso em pauta da imprensa.

Mas um fenômeno ainda não analisado em sua proporção e complexidade são os chamados “toques de recolher” que afetam o cotidiano das aulas de nossas escolas. Segundo matéria vinculada no Jornal Diário Gaúcho do dia 01 de julho de 2015, “41 colégios localizados em regiões de grande vulnerabilidade social: Arquipélago, Bom Jesus, Mario Quintana, Restinga, Rubem Berta e Santa Tereza. No total, foram 20 dias em que algum dos locais mudou sua rotina por toque de recolher, informação de tiroteio, arrombamento ou incêndio. A questão extrapola o “ficar sem aula”: a insegurança toma parte do cotidiano”.

Por fim, conseguimos neste breve apanhado perceber um pouco das complexidades do tema da violência escolar em Porto Alegre e que necessitamos de um esforço de políticas públicas. Entender em uma realidade socioeconômica marcada por profunda desigualdade social não serão as escolas “ilhas” de tranquilidade, mas um reflexo da complexidade social que vivemos.

O problema da segurança e da boa convivência nas escolas deveria ser tema de um Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas, integrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, Conselho Tutelar, Ordem dos Advogados do Brasil e secretarias municipais conforme estabelece a Lei Municipal nº 8541, de 04 de julho de 2000, que institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Este Fórum, bem como outras medidas importantes da lei, não foi aplicado na cidade.

Outras duas leis municipais com temas relacionados à violência escolar deveriam ser implementadas para atuar sobre este cenário das violências cotidianas e interpessoais: a Lei Municipal nº 10.866 sobre o *bullying* e a Lei nº 11.227 que estabelece medidas destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da Rede Municipal de Ensino.

O espaço escolar é marcado por uma série de conflitos e também por dois problemas que o despotencializam: um deles é o *bullying* e o outro é a evasão escolar.

As violências na escola e o *Bullying*

Porto Alegre conta com a Lei Municipal nº 10.866, de 26 de março de 2010, que “dispõe sobre o desenvolvimento de política ‘antibullying’ por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos”. A lei estabelece princípios como a busca para “evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os ‘círculos restaurativos’, a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento”.

Estabelece, ainda, o registro histórico das ocorrências de *bullying* em suas dependências. De acordo com a legislação: “As ocorrências registradas deverão ser descritas em relatórios detalhados, contendo as providências tomadas em cada caso e os resultados alcançados, que deverão ser enviados periodicamente à Secretaria Municipal de Educação”. Isto facilitaria as pesquisas sobre a dimensão e as formas de ocorrência do

fenômeno, mas que carecem de implementação por parte do governo municipal nas escolas. Tal carência também pode ser verificada nas Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAIs), não havendo a tipificação de *bullying* nos dados disponíveis, embora as categorias “Resistência do aluno” e “Problema de relacionamento escolar” possam estar relacionadas a tais práticas.

Evasão Escolar em Porto Alegre

Segundo o Relatório FICAI, produzido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessão (dados de janeiro de 2012 até setembro de 2014), foram abertas 45.140 Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente.

Quadro 3.1.20 - Abertura de Novas FICAIs (2012 a set. de 2014)

2012	4.707
2013	15.051
2014	25.382
Total	45140

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II (Procompa) FICAI Online.

Quanto aos motivos da infrequência, podemos observar no quadro a seguir as seguintes categorias:

Quadro 3.1.21 - Motivos da Infrequência (2012 a 2014)

Resistência do aluno	22.847
Suspeita de negligência	11.520
Distorção idade / série	6.310
Dificuldade de aprendizagem	5.986
Trabalhando	3.262
Reprovação / perspectiva reprovação	2.539
Problema de relacionamento escolar	2.374
Doença	2.004
Suspeita de envolvimento com drogas	1.780
Gravidez / maternidade / paternidade	1.213
Carência material	943
Falta de transporte	919
Frequentando outra escola	622
Violência no entorno da escola	504
Suspeita de violência familiar	405
Outros	16.895
Total	45.148

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II (Procompa) FICAI Online.

Dentre os motivos da infrequência, os mais altos são a resistência do aluno (22.847) e suspeita de negligência (11.520). Mas ainda incidem sobre este dado a dificuldade de aprendizagem (5.986), a entrada no mercado de trabalho (3.262), a reprovação/perspectiva de reprovação (2.539), problemas de relacionamento escolar (2.374), doença (2.004), suspeita de envolvimento com drogas (1.780) e gravidez na adolescência (1.213). Além disso, carência material, falta de transporte, violência no entorno da escola e violência familiar somam 2.771 registros, o que indica que a infrequência escolar é um problema multicausal e necessita de uma política transversal para ser superado.

No quadro a seguir, apresentamos a evasão no acumulado de 2012-2014, por nível de ensino em números absolutos:

Quadro 3.1.22 - FICAls por nível de ensino- 2012 a 2014

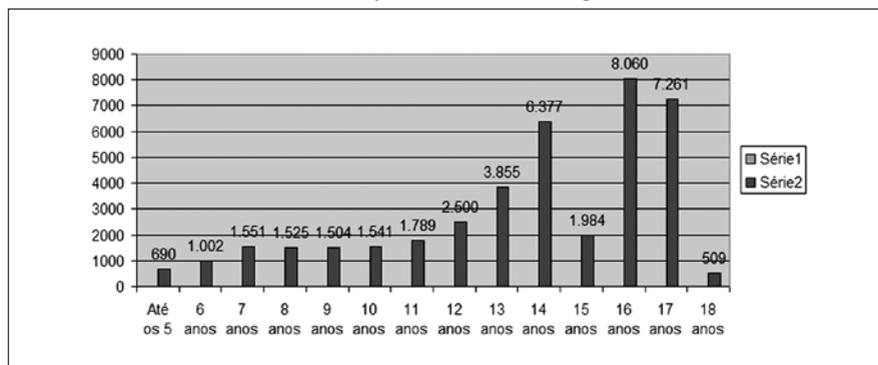
Educação Infantil	2.060
Ensino Fundamental	31.474
Ensino Médio	7.023
EJA	3.851

Fonte: Alípio José de Oliveira, Analista de Informações II (Procempa) FICAl Online.

Podemos verificar que a maior parte da evasão escolar ocorre no Ensino Fundamental (70,8%), seguida pelo Ensino Médio (15,8%).

Quanto à faixa etária da evasão escolar, podemos observar que 22.486 alunos que evadiram da escola entre os anos de 2012 a 2014 eram adolescentes. Ao passo que a idade escolar do Ensino Fundamental, segundo o MEC, é dos 6 aos 14 anos e do Ensino Médio é dos 15 aos 17 anos e a maior incidência de abandono escolar se dá no Ensino Fundamental, o fato dos adolescentes de 14 anos (6.377), 16 anos (8.060) e 17 anos (7.261) representarem os maiores índices de evasão pode indicar uma distorção entre a idade e a série.

Gráfico 3.1.23 – FICAls por idade - Porto Alegre - 2012 a 2014



Do total de FICAls abertas, 5.861 estudantes (13%) retornaram pela ação da própria da escola. Das 30.094 FICAls encaminhadas pelas escolas ao Conselho Tutelar, 6.783 (22,5%) retornaram à escola por ação do CT. Das 4.437 FICAls encaminhadas pelo CT ao Ministério Público (MP), 334 alunos retornaram, representado 7,52% de retornos.

Totalizando o retorno dos alunos evadidos, apenas 13.986 retornaram à escola. Portanto, temos 31.162 estudantes que abandonaram os estudos neste intervalo de 2 anos.

Ou seja, apenas 30,9% das comunicações de infrequência tiveram como resultado o retorno do estudante à escola, mediante a atuação da própria escola, Conselho Tutelar e/ou Ministério Público. O que podemos inferir desta taxa de retorno é que é pequena frente a uma realidade preocupante de abandono escolar que o conjunto das instituições vinculadas à educação e à promoção de direitos das crianças e dos adolescentes deve se debruçar sobre o tema e emergencialmente propor novas soluções que envolvam toda a comunidade escolar e o poder público.

3.2 IDOSOS

Conforme a Lei n.º 8.842 de 1994 e o Estatuto do Idoso, no Brasil são consideradas idosas pessoas com 60 anos ou mais. Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, existem no país 24.800.000 pessoas idosas. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 aponta uma população de 26,1 milhões de indivíduos neste segmento.

De acordo com o Censo, em 2010, Porto Alegre, contava com 15,04% de habitantes com mais de 60 anos de idade (total de 211.896).

O bairro Centro possui a maior concentração de idosos: 60.114 pessoas (21,7%), seguida pela região Noroeste com 25.784 (19,71%) (Observa-POA, 2015). Ademais, considerando que o aumento da expectativa de vida tem relação direta com a qualidade de vida, os percentuais mais baixos de incidência de população idosa encontram-se nas regiões de pior IDHM e onde esta população possui as menores médias de renda, como é o caso das regiões Nordeste, Lomba do Pinheiro, Restinga e Ilhas.

O envelhecimento populacional é uma realidade que deve ser comemorada, pois se trata de um fenômeno que é originado das melhorias nas condições de vida da população e do desenvolvimento da medicina e do acesso à saúde.

Do mesmo modo, o envelhecimento da população traz consigo inúmeros desafios à gestão das políticas sociais devido principalmente às particularidades que caracterizam esta fase da vida. No Brasil, estas particularidades andam juntas, com uma série de fatores que dificulta ainda mais o acesso adequado a direitos sociais, em decorrência principalmente da pobreza, da exclusão e dos altos índices de desigualdade. Frente a esta realidade, foi aprovado em 2003 o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos sociais às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O Estatuto é um marco legal importante para a garantia de direitos a população idosa. Em seu artigo 10º prevê que “é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Além da garantia de direitos no que tange à política de assistência social, saúde e trabalho, o Estatuto regulamentou os tipos de crimes contra idosos, estabelecendo penas para os mesmos.

Sobre a legislação nacional, temos:

Quadro 3.2.1 – Marco legal referente à população idosa no Brasil

Marco Legal – População Idosa		
1988	Constituição Federal	Inclui a pessoa idosa no capítulo de seguridade social, expandindo a rede de proteção para toda a população
Lei. nº 8,742, de 1993	Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)	Dispõe sobre a organização da assistência social. Prevê o benefício da prestação continuada (1 salário mínimo) às pessoas com mais de 65 anos que comprovem ausência de condições de sustento
Lei. nº 8.842, de 1994	Política Nacional da Pessoa Idosa	Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências
Lei nº10.741 de 2003	Estatuto da Pessoa Idosa	Regula e assegura direitos a pessoas com 60 anos ou mais

A cidade de Porto Alegre reproduz processos de exclusão e discriminação desses indivíduos, seja através de dificuldades impostas na mobilidade urbana, violência, abandono, dificuldade de acesso à saúde de modo geral (medicamentos, internação hospitalar, consultas especializadas etc.), entre outros problemas que impõem dificuldades no cotidiano desta população.

Considerando o alto percentual de idosos em Porto Alegre, poucos serviços de proteção social são oferecidos. O *Centro Dia do Idoso*, serviço de assistência social aos idosos em situação de risco pessoal e social e direitos violados, tem somente 2 equipamentos em funcionamento, sendo

atendidas, no total, 50 pessoas. Para as situações de abandono, quando estes indivíduos não podem viver de forma independente ou se encontram em situação de rua, o município oferece somente duas *Casas Lares*, que acolhem apenas 24 pessoas. Na rede conveniada, 800 idosos são acompanhados pelo *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* e 216 são acolhidos em 4 instituições não governamentais que prestam serviços de longa permanência (FASC, 2015).

As mortes de idosos por causas externas apresentaram percentuais consideráveis se comparados às demais faixas etárias: do total de mortes por causas externas – quando o óbito se dá por causas não naturais – 20% eram idosos, segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde (2012).

Violência contra idosos no Brasil (Fonte: Disque 100 - Brasil)

No Balanço Semestral do Disque 100, podemos observar que a população idosa foi o segundo segmento com o maior número de denúncias de violações de direitos neste serviço. No primeiro semestre de 2015, estas denúncias significaram 24,2% dos registros recebidos.

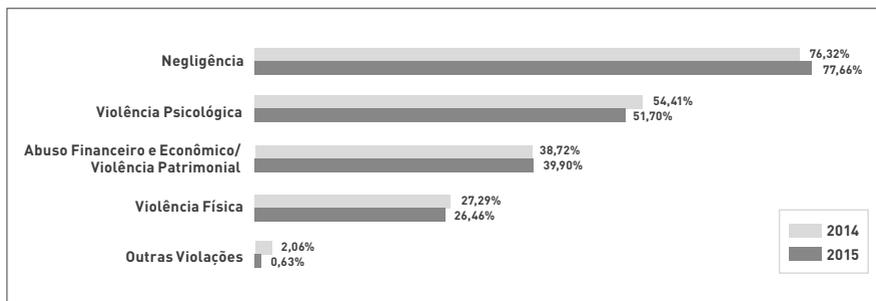
Quadro 3.2.2 – Comparativo de denúncias recebidas no Disque 100 entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015

Grupo	Janeiro a junho de 2014	Janeiro a junho de 2015
Pessoa Idosa	13.752	16.014
LGBT	541	532
Pessoa com Deficiência	4.254	4.863
Criança e Adolescente	49.248	42.114
População em situação de Rua	267	334
Pessoas em restrição de liberdade	2.126	1.745
Outros	928	916
Total	71.116	66.518

Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

As denúncias sobre violação a pessoas idosas tiveram um aumento de 16,4%, passando de 13.752 em 2014 para 16.014 no mesmo período de 2015. Quanto ao tipo de violação praticada contra a população idosa, temos que:

Gráfico 3.2.3 – Tipo de violação da Pessoa Idosa, 2014 e 2015

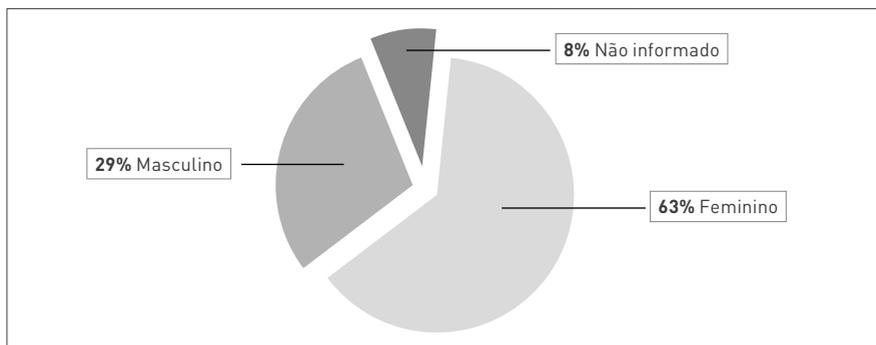


Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

As maiores ocorrências são de negligência (77,66%), seguidas por violência psicológica (51,7%), abuso financeiro/econômico, violência patrimonial (38,9%) e violência física (26,46%). As variações são pequenas, porém é possível observar que houve um aumento nos casos de negligência e de violência patrimonial, com uma diminuição mais significativa dos casos de violência psicológica.

Acerca do perfil das vítimas, destacamos que a maioria das vítimas é mulher, com 63% dos registros.

Gráfico 3.2.4 – Perfil da Vítima (Gênero)



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Quanto à faixa etária, 19% dos casos de violações de direitos humanos da pessoa idosa foram cometidos contra pessoas de 76 a 80 anos, 17% de 66 a 70 anos, 14% contra pessoas entre 71 e 75 anos, 13% de 61 a 65 anos, 12% de 81 a 85 anos, 10% de 85 a 90 anos e 5% com mais de 91 anos em 2015. É possível notar, ainda, que 10% das denúncias não tiveram a faixa etária informada.

Quanto aos indicadores do Rio Grande do Sul, de janeiro a junho de 2015 foram registradas 1.121 denúncias de violações de direitos da pessoa

idosa no Disque 100 advindas do estado, o que significa uma média de 7,4 denúncias diárias apenas sobre este segmento da população.

Violência contra idosos em Porto Alegre (Fonte: DPPI POA)

Desde 1994, o município de Porto Alegre dispõe de uma Delegacia Especializada em crimes contra a pessoa idosa. Criada pelo Decreto Estadual nº 31.548, a Delegacia de Polícia de Proteção ao Idoso funciona atualmente com 12 agentes policiais, 2 agentes administrativos (ambos em licença-saúde quando da coleta dos dados), 3 estagiários e 1 Delegado de Polícia, conforme ofício nº 286 de 11 de maio de 2015. Possuía três viaturas, uma em estado bom e outras duas em estado regular.

Quadro 3.2.5 – Série histórica de registros de crimes contra idosos em Porto Alegre, 2011 a 2014

Crimes contra o Idoso Porto Alegre 2011- 2014	
2011	198
2012	241
2013	334
2014	478
Total	1251

Fonte: Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e Ofício 286 de 11 de maio de 2015 – DPPI.

Entre 2011 e 2014 houve um aumento de 141% dos registros de crimes contra os idosos, ou seja, no ano de 2014, a cada 24 horas, 1,3 idoso foi vítima de algum crime em Porto Alegre.

Violência contra idosos em Porto Alegre (Fonte: Disque 100 POA)

Quadro 3.2.6 – Série histórica de denúncias de violência contra a pessoa idosa em Porto Alegre, 2011 a 2014

Disque 100 Porto Alegre	
2011	157
2012	536
2013	743
2014	657

Fonte: Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e LAI 00083.000376/2015-36.

Analisando a série histórica 2011-2014, o aumento de registros de ocorrências é de 418%. Contabilizamos o total de denúncias de violações cometidas contra a população idosa no ano de 2014 por tipos de violação que serão discriminados no quadro a seguir.

Quadro 3.2.7 – Violações dos direitos da pessoa idosa em Porto Alegre por tipo em 2014

Tipo de violação contra Pessoa Idosa em 2014	
Abuso econômico / violência patrimonial	107
Discriminação	3
Negligência	267
Outras violações	1
Tortura e outros tratamentos cruéis	1
Violência física	86
Violência institucional	5
Violência Psicológica	186
Violência Sexual	1
Total	657

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - LAI 00083.000376/2015-36.

Podemos observar que 40,6% das denúncias em Porto Alegre foram referentes à negligência, 28,3% foram relacionadas à violência psicológica e 16,2% à violência patrimonial. Infelizmente, o aumento da expectativa de vida não veio acompanhado de uma diminuição do número de crimes contra as pessoas idosas, o grande desafio é garantir a dignidade desta população crescente.

Rede de Proteção

Apesar do grande contingente populacional de idosos, Porto Alegre não possui uma rede de atendimento e proteção suficiente para esta população. Existem dois Centros Dia do Idoso, com atendimento apenas durante o dia, de segundas a sextas-feiras. Através do serviço de proteção social especial de Média Complexidade da FASC, o Centro Dia do Idoso Nascer do Sol e o Centro Dia do Idoso Portal da Felicidade oferecem atendimento especializado com equipes multidisciplinares e espaço de convivência diurna para pessoas idosas em situação de risco e/ou violação de direitos.

O principal problema diagnosticado é o número de atendimentos, que não passa de cinquenta (50) diários nos dois equipamentos. O Centro Dia do Idoso Nascer do Sol, localizado no bairro Cristo Redentor na Zona Norte da cidade, atende 24 pessoas idosas por dia. Já o Centro Dia do Idoso Portal da Felicidade, localizado no bairro Camaquã na Zona Sul da cidade, atende 25 pessoas idosas diariamente. Segundo o relatório de atividades de 2014 do Instituto Calábria, entidade conveniada com a FASC responsável pelo CDI Portal da Felicidade, no ano passado foram atendidos 35 idosos.

Além do serviço de média complexidade, desde abril de 2015 a FASC implantou duas Casas Lares para o atendimento de pessoas idosas em Porto Alegre. Conforme a Fundação, “a Casa Lar se caracteriza por um espaço de acolhimento de pequeno porte, com capacidade para atender até 12 idosos, em espaço com características residenciais. É uma alternativa de atendimento que proporciona uma melhor convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para sua maior participação, interação e autonomia”.

O acolhimento institucional em Casas Lares específicas para a população idosa é um avanço, pois o atendimento a este grupo que tem necessidades específicas precisa ser realizado em espaço adequado, para resguardar a dignidade e os direitos das pessoas idosas. No entanto, o oferecimento de apenas vinte e quatro (24) vagas públicas ainda é muito pouco. Com a proliferação de casas geriátricas particulares, que muitas vezes fixam preços abusivos e não são fiscalizadas, é dever do poder público se preparar para o aumento cada vez maior da demanda por atendimento digno e de qualidade à população idosa.

3.3 LGBTs - LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A luta da população LGBT por mais direitos cresceu muito nos últimos anos no Brasil, com o fortalecimento das Paradas LGBTs e impulsionada por uma nova onda de luta em defesa das liberdades democráticas.

Certamente as Jornadas de Junho de 2013, quando milhões de pessoas, sobretudo jovens, saíram às ruas do país, foram parte de um novo impulso destas lutas. Não é à toa que as passeatas que começaram questionando inicialmente as tarifas abusivas do transporte coletivo deram um salto no questionamento ao modelo de representatividade política, pautando os temas democráticos.

Estes movimentos têm conquistado direitos, muitas vezes, à revelia de governos e de parlamentos. Enquanto projetos importantes para o avanço das políticas públicas de promoção de igualdade e de combate ao preconceito não prosperam no Congresso Nacional, decisões do Supremo Tribunal Federal como a garantia da união civil estável à população LGBT e a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do dia 14 de maio de 2013 (que obriga os cartórios de todo país a oficializarem o casamento civil igualitário) são exemplos de conquistas. Essa resolução surge para preencher o vácuo deixado pelo Congresso Nacional, que se recusa a legislar sobre o tema.

Quadro 3.3.1 - Legislação associada à população LGBT em nível federal

Brasil Constituição Federal	Artigo 3º "Objetivo fundamental da República promover o bem-estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade ou quaisquer forma de discriminação"
Brasil Código Penal	Crimes contra a honra - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro
Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)	Garante proteção à mulher agredida pela companheira nos mesmos moldes que em uma relação heterossexual
Portaria 233 do Ministério do Planejamento (18/05/2010)	Assegura o direito de uso do nome social a pessoas trans servidoras públicas federais
Portaria nº 2836 do Ministério da Saúde (01/11/2011)	Possibilita o uso do nome social nas instâncias do Sistema Único de Saúde, combate a LGBTfobia institucional no SUS e garante acesso ao processo transexualizador na rede pública
Portaria 41 do Ministério de Trabalho e Emprego (28/03/2007)	Impede a discriminação no trabalho
Instrução Normativa do INSS nº 20 (10/10/2007)	Garante direitos previdenciários a companheiros (a) homossexual em caso de óbito ou prisão do (a) cônjuge, retroativo a 5 de abril de 1991
Parecer Técnico 141/2009 do Ministério da Educação	Aconselha Estados e Municípios a adotar o nome social nas escolas como forma de evitar evasão escolar das pessoas trans
Resolução 615/2011 do Conselho Federal de Serviço Social	Assegura direito ao uso do nome social a assistentes sociais nos documentos profissionais
Resolução nº 1/99 Conselho Federal de Psicologia	Impede ações relacionadas à "cura gay" e impede psicólogos de emitir opiniões que reforcem preconceitos e estereótipos e a idéia de homossexualidade como comportamento patológico

Podemos perceber que a maior parte das conquistas é portaria, parecer técnico e resolução de conselhos profissionais que impedem a discriminação. Na Constituição Federal e no Código Penal ainda não está expressa a discriminação quanto à orientação sexual. Tal fato inviabiliza inclusive estatísticas que permitam mensurar a totalidade dos crimes de ódio motivados por LGBTfobia no Brasil.

Neste sentido, tramita desde 2006 no Congresso Nacional o PL 122 que altera a Lei nº 7.716, de 1989, e o artigo 40 do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal) visando definir e punir os crimes de ódio e intolerância resultante de discriminação e preconceito. Entretanto, em janeiro de 2015, o PLC 122 foi oficialmente arquivado pelo Senado Federal. Uma demonstração de que parte significativa dos parlamentares pretende manter na invisibilidade os crimes motivados pelo ódio contra a população LGBT. Em 2015, este mesmo Congresso começou um projeto de autoria do deputado Eduardo Cunha que pretende tornar crime com punição de um a três anos de prisão a "heterofobia" como se pessoas heterossexuais fossem perseguidas pelas suas relações afetivas. É inexistente qualquer registro de violência contra heterossexuais em uma sociedade ainda pautada pela heteronormatividade como o padrão das relações afetivas, sendo esta proposta é incabível.

No entanto, algumas decisões judiciais criaram uma jurisprudência na defesa da população LGBT, como é o caso da união civil estável. Quanto à adoção, decisões de tribunais de treze Estados brasileiros já garantiram este direito aos casais LGBTs, incluindo decisões no Estado do Rio Grande do Sul.

Outras decisões quanto à entrada de cônjuge homossexual como dependente de companheiro empregado para fins de plano de saúde e declaração em Imposto de Renda, assim como decisões que garantem direito à pensão após o término da união, já foram tomadas. Decisões estas que precisamos reivindicar e estar atentos aos projetos de lei no Congresso que visam revogar estas conquistas.

Diante do avanço no acesso de direitos à população LGBT, uma reação conservadora tenta revogar e anular estas conquistas. Neste caso, se insere o Estatuto da Família, Projeto de Lei 6583/2013 proposto pelo deputado Anderson Ferreira (PR/PE), que em seu artigo 2º define família como o “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher (...)”. Um ataque claro às conquistas LGBTs e ao reconhecimento de todas as famílias que existem no Brasil. Além disso, se este projeto for aprovado significará, no mínimo, uma enorme disputa entre a decisão anterior do STF (da união civil estável) e a constitucionalidade do novo projeto, assim como uma insegurança jurídica com grande possibilidade de retrocesso no acesso a direitos como licença-maternidade, INSS, pensão, casamento etc. Por isso, é necessário fortalecer as vozes democráticas por mais direitos e contra estes verdadeiros retrocessos.

Quadro 3.3.2 - Legislação associada à população LGBT em níveis estadual e municipal

Decreto 48.118/2011	Garante as pessoas trans o direito de escolha do nome social nos procedimentos dos órgãos da administração direta e indireta do Estado
Decreto 49.122/2012	Institui a carteira de Nome Social em âmbito estadual
Parecer 739/2009	Aconselha escolas do Sistema Estadual de Ensino a adotar o nome social
Lei Estadual 11.872/2002	Lei antidiscriminação do Estado do Rio Grande do Sul
Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (art.150)	Impõe pena de multa até a suspensão do alvará a estabelecimento de pessoas físicas ou jurídicas que pratiquem ato de discriminação, incluindo a discriminação por orientação sexual
Lei 8.423/1999	Estabelece o conteúdo "Educação Anti-racista e Antidiscriminatória" na rede municipal de ensino público
PLL 151/14	Assegura direito ao uso do nome social constante na Carteira de Nome Social Estadual nos órgãos da administração direta e indireta do município

Projeto Escola Livre de Discriminação por Orientação Sexual e Gênero

Em audiência na Comissão de Direitos do Consumidor, Segurança Urbana e Direitos Humanos realizada no dia 30 de junho de 2015, logo após a votação que retirou as metas vinculadas a gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação, a Comissão definiu por unanimidade a redação de um projeto de lei de combate à violência contra LGBTs nas escolas. Foi constituído um grupo de trabalho composto por vereadores, Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) e movimentos sociais como: Juntos LGBT, Nuances, Gemis, Desobedeça LGBT, além da Secretaria Adjunta de Livre Orientação Sexual (SALOS) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Depois de quatro meses de pesquisa, foi protocolado o projeto que Institui o “Programa Municipal Escola Livre de Discriminação por Orientação Sexual e Gênero”.

Violências contra a população LGBT

Entendemos por LGBTfobia qualquer manifestação e atitude de ofensa psicológica, verbal ou física contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Podemos definir como violência institucional formas de discriminação promovidas por instituições, motivadas por preconceito quanto às formas de orientação sexual e identidade de gênero.

Como ainda não existe legislação com relação às formas de violência cometida contra LGBTs, é bastante escassa a estatística de crimes motivados por ódio. Nos indicadores criminais publicados semestralmente pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do RS, não constam os números de crimes de ódio quanto à orientação sexual.

Portanto, para fazermos uma análise certamente muito distante da realidade concreta de ocorrência das violências em todas as suas dimensões na vida dos LGBTs, utilizamos o relatório anual sobre a violência contra a vida das pessoas LGBTs de 2014 realizada pelo Grupo Gay da Bahia. Este levantamento, que nenhum órgão público faz, se constitui na principal referência a respeito de assassinatos de LGBTs no país. Sua fragilidade, contudo, reside no fato de ser um documento não oficial, baseado somente nas notícias divulgadas pela imprensa – ou seja, novamente podemos presumir que os dados são subestimados.

Ainda assim, em 2014 foram registradas 326 mortes de LGBTs no Brasil, incluindo 9 suicídios. Isso representa uma morte a cada 27 horas.

Dos 326 mortos, 163 eram gays, 134 eram travestis, 14 eram lésbicas, 3 eram bissexuais e 7 eram amantes de travestis. Este montante ainda consta de 7 heterossexuais assassinados por terem sido confundidos com homossexuais ou por estarem em espaços de socialização do público LGBT. Das 326 mortes, 5 ocorreram no Rio Grande do Sul e apenas uma foi em Porto Alegre.

Quadro 3.3.3 – Assassinatos de LGBTs em 2014

	2013	2014
Brasil	313	326
Rio Grande do Sul	13	5
Porto Alegre	2	1
Observação	Um assassinato a cada 28 horas	Um assassinato a cada 27 horas

Fonte: Grupo Gay da Bahia 2014.

Percebe-se um aumento de 4,1% de assassinatos em comparação com o estudo de 2013. No caso do Rio Grande do Sul, houve uma diminuição de 13 assassinatos em 2013 para 5 no ano de 2014, da mesma forma em Porto Alegre com o registro de um assassinato no ano de 2014.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil segue sendo campeão de assassinatos cometidos por homo-lesbo-transfobia, registrando que 50% dos assassinatos mundiais de transexuais em 2014 foram cometidos no Brasil.

Em 2015, contudo, até o mês de julho, o monitoramento do GGB computou duas mortes de LGBTs na capital gaúcha.

Denúncias de violência contra LGBTs - Disque 100

No Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos - Disque 100, temos:

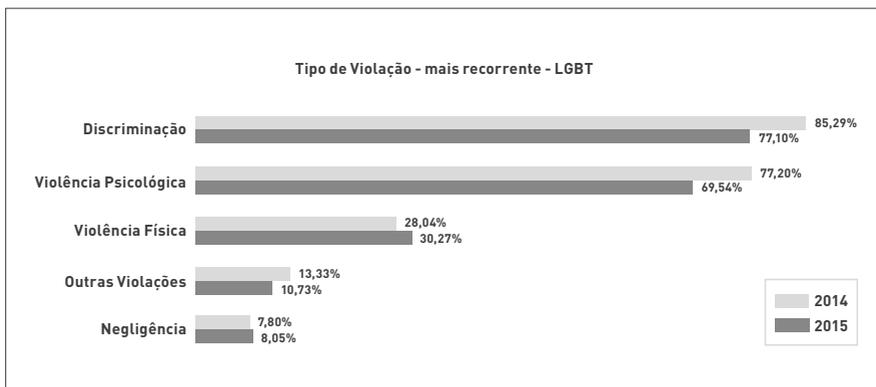
Quadro 3.3.4 - Denúncias recebidas pelo Disque 100 sobre população LGBT

Janeiro a junho de 2014	Janeiro a junho de 2015
541	532

Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos - Disque 100, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

Observando os números de denúncias recebidas pelo serviço, percebe-se uma pequena diminuição de registros, mantendo a mesma média de 1,5 caso de denúncias por dia quanto a violações de direitos de população LGBT.

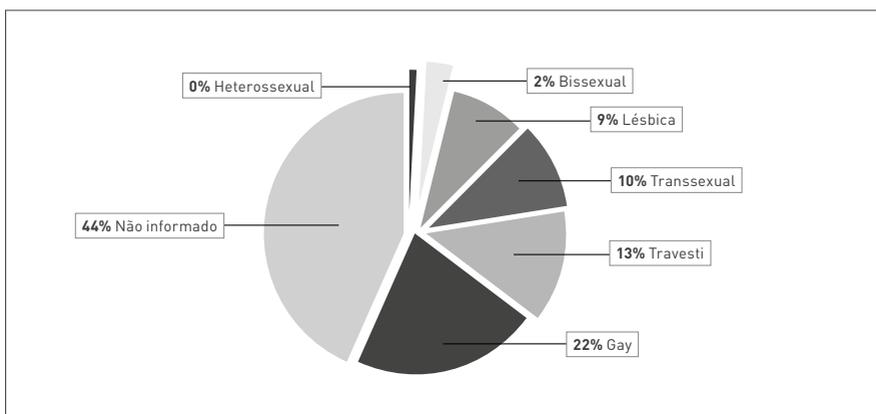
Gráfico 3.3.5 – Tipo de violação da população LGBT, 2014 e 2015



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Percebemos as taxas altas de registros quanto à discriminação com 85,29% em 2014 e 77,10% das ocorrências em 2015, seguida por denúncias de violência psicológica com 77,20% (2014) e 69,54% (2015). Com relação à violência física, observa-se um aumento das denúncias entre 2014 e 2015, passando respectivamente de 28,04% dos registros para 30,27%.

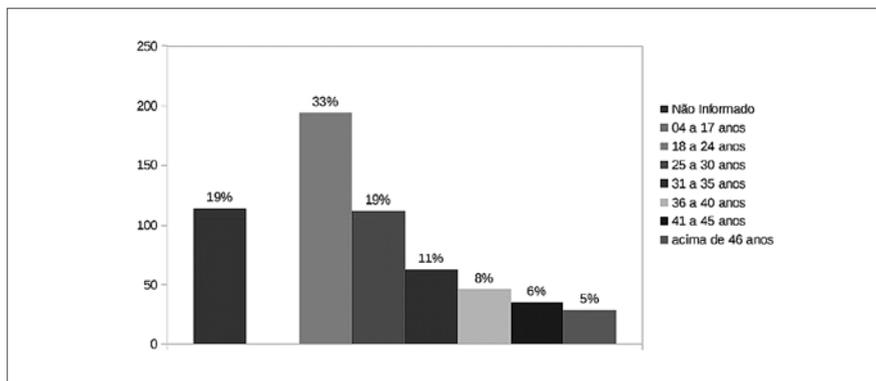
Gráfico 3.3.6 – Perfil da vítima, segundo identidade de gênero



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Segundo o próprio “Balanço”, a alta incidência de Não Informado (44%) pode ser reflexo dos demandantes do registro não terem relação com a vítima.

Gráfico 3.3.7 – Perfil das vítimas, segundo faixa etária



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Portanto, 52% das vítimas eram jovens entre 18 a 30 anos. Ademais, percebe-se a inexistência de registros entre adolescentes, o que pode estar relacionado ao fato da pouca divulgação do serviço aos adolescentes e poucas atividades de combate ao preconceito por orientação sexual dentro das redes de ensino.

Quadro 3.3.8 – Denúncias de Violência contra LGBTs

Denúncias de Violência contra LGBTs				
	2011	2012	2013	2014
Rio Grande do Sul	58	198	82	50
Porto Alegre	28	74	39	28

Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Em 2014 foram registradas 50 denúncias de violação a direitos LGBTs no Rio Grande do Sul, das quais 28 ocorreram em Porto Alegre. Em 2015, até o mês de julho, foram 25 denúncias no Estado e 9 na Capital.

Quadro 3.3.9 – Denúncias de violência contra LGBTs, por tipo em Porto Alegre

Denúncias em Porto Alegre por tipo(2014)	
Discriminação	11
Outras Violações	2
Violência Física	4
Violência Institucional	1
Violência Psicológica	10

Fonte: Disque 100. LAI 00083.000 376/2015-36.

No âmbito municipal, quem sistematiza as informações e realiza o atendimento aos LGBTs vítimas de violência é a Secretaria Adjunta da Livre Orientação Sexual (SALOS) e o Centro de Referência a Vítimas de Violência (CRVV).

De 2012 a julho de 2015, 47 casos envolvendo a população LGBT foram registrados no CRVV. Em 2014 foram 7 denúncias e, no primeiro semestre de 2015, 6.

Contudo, estas informações estão subestimadas – e isso é reconhecido, inclusive, por gestores que atuam na rede. Isso ocorre porque, especialmente a partir de 2014, o atendimento à população LGBT, em todas as suas demandas, passou a ser feito de forma mais intensa junto aos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Por isso, muitas vezes, as situações de violência acabam sendo relatadas nestes locais e não necessariamente chegam ao CRVV ou à SALOS.

Violações em Estabelecimentos Comerciais

Outro ponto que merece destaque em Porto Alegre diz respeito ao artigo 150 da Lei Orgânica do Município. Este dispositivo estabelece punições – que vão desde multas à cassação de alvarás – para estabelecimentos comerciais que perpetuem diversas formas de opressão, dentre elas as baseadas na discriminação de gênero e de orientação sexual.

O artigo 150 prevê sanções contra diversos tipos de opressões. Ao receber a denúncia do CRVV, a SMIC apenas autua o estabelecimento comercial, sem identificar, em seus registros a que tipo de opressão se refere a ocorrência. Desde 1997 até 2014, foram 55 estabelecimentos comerciais enquadrados pela SMIC no artigo 150. Contudo, a Secretaria não sabe informar quantos destes casos dizem respeito à discriminação contra a população LGBT.

Recursos orçamentários para a promoção de políticas públicas para a população LGBT

O baixíssimo orçamento destinado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) se reflete num montante ainda mais baixo a SALOS. É possível verificar, através dos dados disponíveis no portal do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que, em 2014, a rubrica de “Promoção de Políticas Públicas para a População LGBT” teve uma dotação orçamentária de R\$ 43 mil, dos quais R\$ 40.414,00 foram empenhados e apenas R\$ 16,3 mil foram efetivamente liquidados.

O panorama se mostra ainda mais preocupante quando analisamos a peça orçamentária de 2015, que destina apenas 150 mil reais para a Promoção de Políticas Públicas para a População LGBT e até a última con-

sulta ao Portal de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado apenas 26.275,82 reais (vinte e seis mil reais com duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) haviam sido empenhados. Ou seja, até outubro de 2015, apenas 17,5% do Orçamento foi efetivamente gasto, mostrando um contingenciamento de 82,5% do montante previsto para a promoção de políticas públicas.

Ao longo dos estudos que compõem este Mapa, foi possível verificar que absolutamente todas as estatísticas relativas à população LGBT em Porto Alegre estão, na verdade, abaixo do que poderia ser, de fato, colhido da realidade. Isso ocorre por diversos motivos, desde a imprecisão dos agentes policiais ao efetuarem um boletim de ocorrência até as falhas de comunicação entre a rede de atendimento da prefeitura. Como se constatou, o poder público municipal opera de forma extremamente precária no que diz respeito a políticas públicas para a população LGBT, com um orçamento extremamente baixo e uma estrutura quase inexistente – a própria SALOS possui apenas uma pessoa em sua titularidade e uma vaga de estagiário.

3.4 MULHERES

As mulheres são o maior segmento social da cidade de Porto Alegre, perfazendo um total de 53,61% dos habitantes da capital, segundo o Censo Demográfico de 2010. Nos últimos 40 anos, o número de mulheres residentes no município aumentou em 287.284 pessoas, continuando proporcionalmente superior à população de homens. Ainda assim, apesar da superioridade numérica no município, no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, a condição de vulnerabilidade das mulheres ainda é maior no que se refere às condições socioeconômicas, fruto de uma característica histórica de destinar às mulheres os piores postos de trabalho, a responsabilidade do cuidado com os filhos, à falta de acesso à educação formal e o preconceito. A esta característica histórica denominamos *machismo*.

No enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher, diversos programas e políticas locais têm sido implementadas no Brasil. Ainda assim, os cortes de verbas e o contingenciamento das despesas são os grandes vilões da efetivação destas políticas.

Ao programa “Política para Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, foi paga somente a metade do montante previsto para 2014. Dos R\$ 196,8 milhões orçados, só R\$ 97,2 milhões foram desembolsados, incluindo os compromissos assumidos em anos anteriores e pagos naquele ano.

No mesmo ano de 2014, no Rio Grande do Sul, dos R\$ 10,1 milhões reservados a Secretaria de Políticas para as Mulheres estadual, apenas R\$ 3,9 milhões foram de fato empenhados, segundo o Portal Transparência RS. Ainda assim, estes R\$ 10 milhões representam menos de 0,02% do orçamento total do estado. Para piorar a situação, uma das primeiras medidas do governo Sartori foi extinguir a SPM.

Em Porto Alegre, o orçamento de 2014 previa um investimento de R\$ 401.767,21 para as políticas das mulheres (apenas 0,009% do orçamento total). No entanto, mais de 50% foi contingenciado e apenas R\$ 191.633,48 foi executado. Em 2015, a previsão já é menor: de apenas R\$ 350 mil.

Quadro 3.4.1 – Execução orçamentária de políticas para as mulheres em 2014

Unidade Federativa	Orçamento	Valor empenhado	Percentual de empenho
Brasil	R\$ 196.800.000,00	R\$ 97.200.000,00	49,4%
Rio Grande do Sul	R\$ 10.100.000,00	R\$ 3.900.000,00	38,6%
Porto Alegre	R\$ 401.767,21	R\$ 191.633,48	47,7%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado e da União. Elaboração própria.

Trabalho e renda

As mulheres enfrentam maiores desafios na inserção do mercado formal de trabalho em comparação aos homens. Esta é a conclusão da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese, publicado em março de 2015. A pesquisa faz uma análise dos indicadores sobre a inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre no ano de 2014.

Nos últimos anos, os pesquisadores têm percebido uma redução na taxa de participação da força de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Enquanto a População em Idade Ativa (PIA – população com 10 anos ou mais de idade) feminina elevou-se em 1,4% de 2013 para 2014, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina sofreu uma retração de 3,1%. Isso indica que, apesar do aumento de mulheres em idade para participar do mercado de trabalho, houve uma queda da participação destas. Enquanto em 2013 eram 48,9% das PIA feminina participando do mercado de trabalho, no ano seguinte este índice caiu para 46,7% atuais.

A taxa de desemprego entre as mulheres, no entanto, atingiu o patamar mais baixo desde o início dos anos 2000: 6,6%. A taxa ainda é superior à taxa masculina, que se manteve estável em 5,4%. O contingente de mulheres desempregadas na RMPA foi estimado em 56 mil pessoas, representando mais da metade dos desempregados (51,1% do total). O tempo médio de procura do trabalho também foi um indicador que sofreu varia-

ção, com elevação no ano de 2014 para ambos os sexos: 23 semanas para as mulheres (duas semanas a mais do que no ano anterior) e 24 semanas para os homens (elevação de cinco semanas em relação ao ano anterior).

Na região Sul do Brasil, as mulheres ainda são apenas 22,6% das responsáveis pelos domicílios, a menor proporção entre todas as regiões brasileiras, que é de 24,9%. No estado do Rio Grande do Sul esta proporção sobe para 38,1% e em Porto Alegre a razão já é de 49,8% dos domicílios. Apesar deste número alto, e por conta de os rendimentos femininos serem em média 25% menores que os dos homens, as mulheres contribuem em média com 45% dos rendimentos das famílias.

A desigualdade de renda entre homens e mulheres praticamente se manteve no mesmo patamar de anos anteriores. Em média as mulheres na RMPA ganham o equivalente a 75,44% dos rendimentos dos homens, o que significa que elas recebem quase 25% a menos pela realização dos mesmos trabalhos. Essa subvalorização do trabalho feminino pode ser observada também no Rio Grande do Sul, onde as mulheres recebem 74,8% dos homens, e no Brasil, onde a proporção cai para 68% dos rendimentos masculinos. As explicações para este fenômeno são inúmeras, desde a desvalorização de profissões que historicamente são destinadas às mulheres (como educação, humanidades e artes) até a dupla jornada de trabalho: por terem que cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, algumas mulheres buscam escolher empregos de carga horária menor e, logo, salários mais baixos.

Violência contra a Mulher

Como já dissemos, as mulheres são um segmento social bastante numeroso, no entanto, nem por isso, menos propenso à violação de direitos. Pelo contrário, são inúmeros órgãos nacionais e internacionais que definem a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. A maior vulnerabilidade ocorre porque a violência contra a mulher tem por base conflitos de gênero, ou seja, se configura a partir de preconceitos culturais que difundem uma ideia equivocada acerca de uma suposta superioridade do homem em relação à mulher.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, podemos definir a violência contra a mulher como *“qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”*.

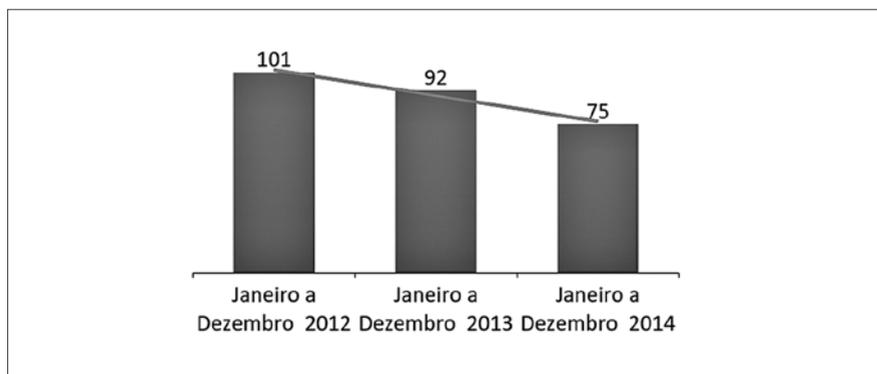
No ano de 2001, o Estado brasileiro foi condenado internacionalmente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) a pagar uma indenização à farmacêutica cearense Maria da Penha em razão da violência doméstica sofrida por ela e a omissão do Estado em proteger suas mulheres. Foi recomendado ainda ao Brasil que simplificasse os procedimentos penais para que fosse reduzido o tempo processual. A recomendação da OEA e a pressão do movimento organizado de mulheres no Brasil deu origem a Lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha.

No dia 9 de março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/15, que inclui no Código Penal brasileiro mais uma modalidade de homicídio qualificado: o femicídio. O femicídio é o assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres e se refere a um crime de ódio justificado por uma história de dominação da mulher pelo homem e estimulado pela impunidade e indiferença da sociedade e do Estado. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, esse crime envolve o assassinato intencional de mulheres apenas por serem mulheres.

Femicídios

No ano de 2014, o estado do Rio Grande do Sul totalizou 75 femicídios consumados. Em comparação com os últimos anos, houve uma queda de 25,74% dos casos. Segundo a delegada Tatiana Bastos, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Porto Alegre, apenas 20% dos homicídios tentados ou consumados tinham medida protetivas no RS. Confira o gráfico:

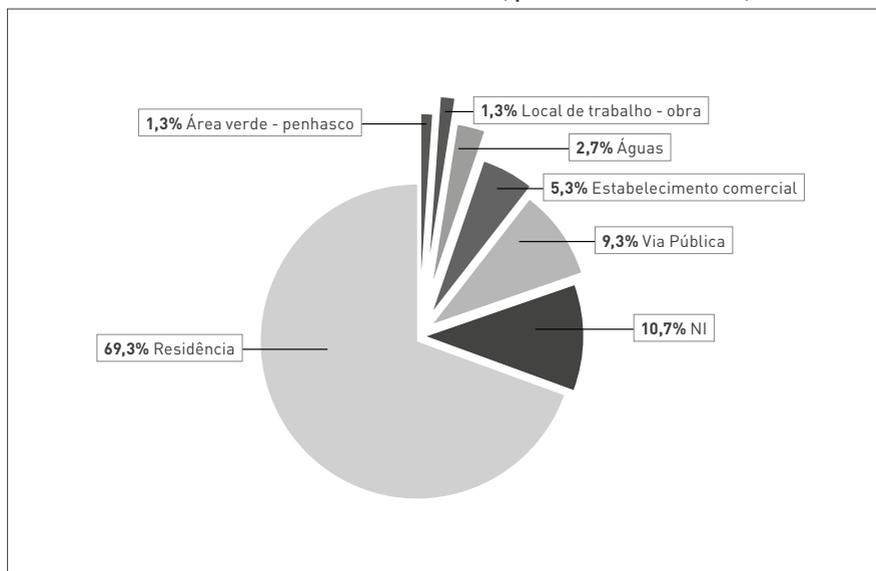
Gráfico 3.4.2 – Femicídio consumado no Rio Grande do Sul – 2012-2014



Fonte: Observatório da Violência contra a Mulher - SSP/RS.

A queda em relação aos números pode significar inúmeras coisas. Se, por um lado, houve um aumento nas políticas públicas de segurança e proteção das mulheres, os investimentos nos programas que permitem que as mulheres quebrem o ciclo da violência seguem tendo seus orçamentos contingenciados. O femicídio é, ainda, a expressão final do chamado ciclo de violência que se expressa no âmbito doméstico e familiar de maneira intensa. A residência, local que deveria ser de proteção às mulheres, é o principal local da prática dos femicídios. Isso acontece porque o lar também é um local encoberto e longe do alcance de outras pessoas, onde os atos de violência podem ser praticados sem a interrupção de terceiros (JUBB, 2010, p. 215). A seguir você confere os dados do femicídio no RS, por local, no ano de 2014:

Gráfico 3.4.3 – Perfil dos femicídios no RS, por local de ocorrência, 2014



Fonte: Observatório da Violência contra a Mulher - SSP/RS.

Porto Alegre segue sendo a cidade com o maior número de femicídios no estado, com 4 casos relatados em 2014. O número também revela uma queda de 50% em relação aos anos anteriores (8 casos em 2013 e 8 casos em 2012), mas continua um número alto, representando 7,46% das vítimas do estado nos últimos 3 anos. Apesar dos dados apontarem para uma diminuição dos números de feminicídios consumados, as tentativas tiveram um aumento de 25,3% no Rio Grande do Sul, conforme os quadros a seguir:

Quadro 3.4.4 – Mulheres vítimas de femicídios no RS, tentados e consumados, por meses de 2014

Mulheres vítimas - Lei Maria da Penha		Femicídio consumado	Femicídio tentado
2014	2014/Jan	5	38
	2014/Fev	9	24
	2014/Mar	11	29
	2014/Abr	8	15
	2014/Mai	4	17
	2014/Jun	3	17
	2014/Jul	4	24
	2014/Ago	3	23
	2014/Set	6	26
	2014/Out	5	24
	2014/Nov	9	30
2014/Dez	8	20	
Total		75	287

Fonte: SIP/PROCERGS Extração em: 02/01/2015.

Quadro 3.4.5 – Comparativo das cidades com maior número de tentativas de femicídios no RS, 2013-2014

Mulheres Vítimas Femicídio Tentado	2013	2014	Total	População de mulheres	% (vítimas/ total)
Porto Alegre	36	35	71	755.564	13,76
Passo Fundo	5	17	22	96.776	4,26
Caxias do Sul	10	9	19	221.952	3,68
Canoas	8	10	18	167.891	3,49
Rio Grande	11	7	18	49.863	3,49
Alvorada	6	11	17	90.502	3,29
Novo Hamburgo	8	9	17	123.174	3,29
Pelotas	5	11	16	174.077	3,10
São Leopoldo	8	8	16	109.845	3,10
Viamão	6	8	14	122.901	2,71

Fonte: SIP/PROCERGS Extração em: 02/01/2015.

O alto número de tentativas de assassinato enquadrado na Lei Maria da Penha demonstra que ainda há muito o que se avançar nas políticas de proteção às mulheres. A Patrulha Maria da Penha é um bom exemplo disso, pois tem auxiliado na fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) e, quem sabe, na diminuição dos casos de femicídio. A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Porto Alegre recebeu 51.762 denúncias no ano de 2014, tendo 6.629 MPUs expedidas. Neste ano, a Patrulha acompanhou 29 casos considerados graves e emitiu 28 certidões de mulheres em situação de risco. Do total de 1447 vítimas cadastradas, nem um dos casos de assassinatos de mulheres em Porto Alegre estava sendo acompanhado pela Patrulha Maria da Penha.

Estupros e violência sexual

No ano de 2014, 47.646 casos de estupro foram registrados no Brasil. Pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública estimam que apenas 35% dos casos sejam oficialmente registrados. Desta forma projeta-se que podem ter sido 143 mil casos de mulheres vítimas de estupro naquele ano. Isso significa que há uma vítima de estupro a cada 4 minutos no Brasil!

Desde 2009 a legislação que trata de estupros mudou no Brasil. O Código Penal Brasileiro sofreu uma modificação com a aprovação da Lei n. 12.015/2009, que alterou o título VI da parte especial do Código em que a nomenclatura “DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES” foi substituída para “DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL” transformando todo o sentido e significado do artigo 213 e revogando os artigos 214 e 224 que tratavam do atentado violento ao pudor e da presunção da violência. Esta mudança foi importante, pois incluiu no crime de estupro as vítimas de ambos os sexos (antes apenas as mulheres eram consideradas vítimas de estupro) e também passa a punir toda relação sexual ou ato considerado libidinoso sem consentimento da vítima, sem que haja a necessidade de penetração para configurar o crime.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde caracteriza como violência sexual *toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, contra a vontade, por meio de força física, influência psicológica, uso de armas ou drogas (Código Penal Brasileiro). Ex.: jogos sexuais, práticas eróticas impostas a outros/as, estupro, atentado violento ao pudor, sexo forçado no casamento, assédio sexual, pornografia infantil, voyeurismo etc.*

Desta forma, o crime de estupro é quantificado pela SSP/RS de três formas: os dados globais, independente de gênero e sexo; os dados de estupros cujas vítimas são mulheres; e os dados de violência sexual associada à Lei Maria da Penha, considerados como violência doméstica e/ou familiar. Trataremos dos dados globais de estupro no Capítulo IV, com a análise dos dados nacionais, estaduais e municipais. Aqui, vamos ater-nos aos dados de estupro cujas vítimas são mulheres.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança Pública registrou 2.489 estupros contra mulheres no ano de 2014. Em Porto Alegre, a cidade com mais casos, foram 321 neste mesmo ano.

Quadro 3.4.6 - Estupros consumados e tentados contra mulheres no RS e em Porto Alegre, 2011 a 2014

	Rio Grande do Sul		Porto Alegre	
	Consumado	Tentado	Consumado	Tentado
2011	1537	513	151	68
2012	2119	700	351	145
2013	2589	787	393	132
2014	2489	792	321	137

Fonte: SSP/SIP/PROCERGS Extração em: 02/01/2015.

Segundo informações do Instituto Geral de Perícias, o serviço denominado Sala Lilás atendeu 545 casos de conjunção carnal, que pode ser enquadrado no crime de estupro no ano de 2014 no RS. Os atos libidinosos diversos de conjunção carnal foram 222. A soma dos dois enquadramentos é de 767 casos, número inferior aos 1.051 estupros registrados pelo Observatório da Violência contra as Mulheres. Uma das hipóteses para a diferença dos indicadores é o fato de a vítima não poder escolher ser examinada por uma médica-perita mulher. Apontamos esta hipótese sabendo que os servidores que trabalham no Departamento Médico Legal são bastante qualificados, mas após sofrer uma violência brutal qualificada como estupro, é também bastante compreensível que as vítimas não se sintam à vontade na presença de qualquer pessoa do sexo masculino, que acaba por incorporar o estigma do agressor.

Outros indicadores de violência

Ainda dentro do rol de crimes de violência contra a mulher enquadrados na Lei Maria da Penha, temos os crimes de ameaça e lesão corporal, que apresentam uma diminuição modesta nos casos: em relação a ameaças, houve 0,2% a menos de ocorrências no RS comparadas ao ano anterior (de 43.789 para 43.680) e, quanto às lesões corporais, uma diminuição de 3,3% dos casos no estado no mesmo período de comparação (de 26.166 para 25.298).

Com relação às ameaças, Porto Alegre continua sendo o município do estado com mais casos: 4.722 em 2014. Este número representa 11% das vítimas. Os crimes de lesão corporal foram 3.756 em Porto Alegre, apresentando uma ligeira queda em comparação aos anos anteriores (4.124 em 2012 e 4.050 em 2013). Assim como nos outros crimes da Lei Maria da Penha, o município foi o que apresentou o maior número absoluto de casos, perfazendo 15,2% do total.

O monitoramento das ocorrências de ameaças e de lesão corporal tem uma importância estratégica para repensar as políticas de atendi-

mento e proteção à vida das mulheres. É uma pena que, apesar de todas as campanhas e projetos sociais que estão em curso, os números não têm diminuído de forma expressiva. Além de demonstrar a permanência do machismo em nossa sociedade, também mostra a falta de continuidade das políticas de proteção e a falta de investimentos nas esferas municipal, estadual e federal. A rede de proteção não pode ser unicamente de atendimento pós-violência: é necessário que sejam pensadas e executadas políticas efetivas de prevenção à violência, autonomia e empoderamento das mulheres, diminuindo assim a violação de seus direitos.

Rede de Proteção à Mulher

O município de Porto Alegre possui uma rede bastante centralizada, com serviços diferenciados para o atendimento e acolhimento dos casos de violência. A seguir listamos os principais serviços que podem ser acessados pelas mulheres em situação de violência:

Quadro 3.4.7 – Rede de Proteção às mulheres de Porto Alegre

Órgão	Unidade	Serviço	Contato
Secretaria Adjunta da Mulher	Centro de Referência da Mulher Márcia Calixto - CRAM	Realiza acompanhamento psicossocial e jurídico	Rua dos Andradas, 1643, 3º andar Fone: 3289-5110
Secretaria Municipal de Saúde	Casa de Apoio Viva Maria	Abriga mulheres vítimas de violência	Endereço indisponível para segurança das vítimas
Secretaria de Segurança Pública do RS	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM	Registra o Boletim de Ocorrência (BO)	Rua Freitas de Castro, s/nº - Palácio da Polícia - Bairro Azenha Fone: 3288-2172
	Patrulha Maria da Penha	Realiza a fiscalização das medidas protetivas nas comunidades	Contatos no Batalhão de Polícia Militar de sua região.
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do RS	Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado	Realiza acompanhamento psicossocial e jurídico	Travessa Tuyuty, 10 - Bairro Centro. Fone: 3252-8200
	Telefone Lilás	Acolhe por telefone as mulheres vítimas de violência	Tel.: 0800 541 0803
Defensoria Pública do RS	Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH	Presta atendimento jurídico, psicossocial e capacitação em direitos humanos	Rua Caldas Júnior, 353 - Bairro Centro. Fone: 0800 644 5556

Fonte: Elaboração própria.

A Comissão de Direitos Humanos publicou um “Diagnóstico da Rede de Proteção às Mulheres de Porto Alegre¹” depois de visitar todos os equipamentos e constatar o retrocesso na execução das políticas de vários deles, sobretudo o sucateamento do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado.

¹ Disponível em <<http://fernandapsol.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Diagn%C3%B3stico-da-rede-de-prote%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-mulheres-de-Porto-Alegre-CEDECNDH.pdf>>

3.5 NEGROS E NEGRAS

O Brasil é tido como um país miscigenado, herdeiro da dita integração entre diferentes povos, culturas e etnias. Até pouco tempo atrás, o mito da democracia racial figurou entre as principais teorias sociais e, infelizmente, segue tendo apelo entre o senso comum brasileiro. A crença de alguns estudiosos de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial foi reproduzida ao longo do século XX até começar a ser desmantelada pela organização do movimento negro em todo o território nacional. O racismo, seus efeitos e mecanismos de reprodução têm impactado de maneira expressiva e perversa a sociedade brasileira.

A população negra é entendida, segundo o Estatuto da Igualdade Racial, “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010).

Informações e dados que retratem a condição social da população negra em nível local ainda são pouco conhecidos ou divulgados. Neste sentido, ao analisarmos a situação global de inserção do povo negro nas políticas públicas do município de Porto Alegre e no contexto geral de violações de direitos, também questionamos a real inserção da população negra enquanto ator social e político na organização da estrutura local.

Em termos organizativos, o município de Porto Alegre possui uma Secretaria Adjunta do Povo Negro, que assim como outras faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. No ano de 2014, o programa de “Enfrentamento ao racismo institucional e promoção da igualdade racial” possuía um orçamento de R\$ 96.872,10. Não bastasse este ser um orçamento pequeno com relação ao restante das políticas públicas da Prefeitura Municipal, o valor empenhado foi de apenas R\$ 41.059,52 e o valor liquidado, ou seja, de fato pago foi de irrisórios R\$ 4.048,78. O contingenciamento de despesas, mais uma vez, prova-se o grande vilão do avanço das políticas de direitos humanos em nível local.

Dados Gerais

Segundo o último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, Porto Alegre possui uma população negra de 285.301 pessoas, ou 20,24% do total de habitantes. É a terceira capital com menos negros

na população em geral – Florianópolis (SC) é a primeira e Curitiba (PR) é a segunda – no Brasil, com um crescimento de 3,68% em um período de 10 anos. Nestes 10 anos, a população total de Porto Alegre teve um crescimento de 48.761 pessoas, enquanto a população negra aumentou em 59.945 pessoas.

Um dado que pode ter contribuído para o aumento da população negra, além do crescimento vegetativo, é o número de pessoas que não declararam sua cor/raça no Censo de 2000 (5.150 pessoas) para o Censo de 2010, em que apenas 21 pessoas deixaram de declarar esta informação. Mesmo sem ter como mensurar este indicador, o crescimento do debate sobre a autodeclaração e as políticas afirmativas para a população negra podem ser um importante marco na caracterização deste quadro.

No Brasil, segundo o Retrato das Desigualdades produzido pelo IPEA, 66,2% dos domicílios urbanos situados em favelas são chefiados por negros e negras. As condições de habitação e saneamento dos domicílios brasileiros materializam as desigualdades étnico-raciais, à medida que os indicadores demonstram a melhoria das condições de vida, mas a disparidade ainda existente entre as famílias chefiadas por brancos e por negros. Segundo o estudo:

O serviço que oferece menor cobertura populacional é o de esgotamento sanitário, com um percentual de domicílios atendidos de apenas 68,9% em áreas urbanas. (...) Enquanto entre a população branca em geral 77,1% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado, apenas 60% da população negra dispõe do serviço. As disparidades se mantêm quando olhamos para os domicílios chefiados por mulheres brancas e negras. Entre as primeiras, a cobertura é de 78,4%, enquanto, entre as últimas, é de apenas 61,8%.

[Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. – 4ª ed. – Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.]

Com relação à adequação das moradias, o IBGE considera um conjunto de fatores combinados, a saber: construção de alvenaria ou madeira tratada, com telhas ou lajes; acesso à água potável com canalização, coleta de esgoto e lixo; máximo de duas pessoas por dormitório com banheiro no domicílio; e acesso à telefonia e eletricidade.

No Rio Grande do Sul podemos observar a evolução do período 2001-2012 das condições de moradias das áreas urbanas metropolitanas no quadro a seguir:

Quadro 3.5.1 – Moradias adequadas em áreas urbanas metropolitanas, segundo Unidade da Federação e cor ou raça do chefe do domicílio (Brasil, 2001 e 2012)

	-	2001 (%)	2012 (%)	Diferença 2001-2012
Rio Grande do Sul	Total	57,1	74,7	+17,6%
	Brancos	59,5	76,7	+17,2%
	Negros	39,7	66,2	+26,5%

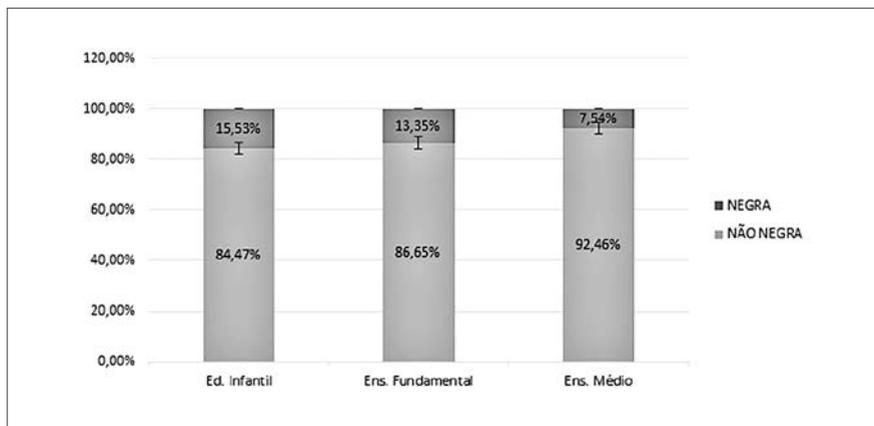
O quadro mostra que houve um aumento significativo da melhoria das condições de moradia dos negros no Rio Grande do Sul, no entanto este índice continua abaixo do índice geral da população branca.

Esta desigualdade está presente também em Porto Alegre à medida que os bairros com maior população negra são periféricos, em que as condições sociais estão mais precarizadas e apresentam índices de violência mais elevados. Os bairros Restinga, Sarandi, Santa Tereza, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Mário Quintana, por exemplo, somam uma população de 111.802 negros, que representam 39,2% da população negra do município. Enquanto isso, os bairros Moinhos de Vento, Bela Vista, Higienópolis, Boa Vista, Mont'Serrat e Três Figueiras possuem uma população de 1.700 negros, representando apenas 0,59% da população negra total do município. O primeiro conjunto de bairros possui 42,3% dos domicílios pobres de Porto Alegre (com renda de até ½ salário mínimo per capita), enquanto o segundo conjunto de bairros apresenta um percentual de 0,35% dos domicílios pobres do município – 178, em números absolutos.

Com relação à educação, a população negra ainda possui maiores taxas de analfabetismo no município. Enquanto a taxa geral de analfabetismo em Porto Alegre era de 2,27% em 2010, entre a população negra este índice subia para 4,4%. Em todas as regiões do Orçamento Participativo, os índices de analfabetismo entre a população negra eram superiores aos gerais, mas chama atenção especialmente as regiões das Ilhas, Centro e Noroeste, nas quais os valores são consideravelmente maiores para a população negra. Nestas regiões fica evidenciada a desigualdade de acesso e condições de permanência nas escolas para a população negra.

Outra análise importante refere-se ao acesso à educação básica em todos os seus níveis. Através do número de matrículas disponível no Censo Escolar de 2011, é possível perceber que conforme avançam os anos de estudo, há uma redução de aproximadamente 50% das matrículas dos jovens negros e negras. Aliás, os percentuais das matrículas da população negra em escolas da rede pública são inferiores ao percentual de 20% deste segmento populacional na cidade, mesmo comparando com a proporção das faixas etárias em idade escolar. Veja o gráfico:

Gráfico 3.5.2 – Evolução das matrículas de negros e não negros nas escolas de Porto Alegre, 2011



Fonte: Observatório da Cidade de Porto Alegre - ObservaPOA, 2013.

Sobre a inserção no mercado de trabalho da população negra, a PED da Região Metropolitana de Porto Alegre, realizada anualmente, apresenta uma diminuição na taxa de desemprego entre os anos 2012 e 2013. Os negros tiveram reduzida a taxa de desemprego total de 10,5% da respectiva População Economicamente Ativa (PEA) em 2012 para 8,7% em 2013, enquanto entre os não negros, esta passou de 6,5% para 6,0% da PEA não negra no mesmo período. Apesar da diminuição das taxas gerais de desemprego no ano, os dados mostram a dificuldade ainda existente na inclusão dos negros do mercado de trabalho, reflexo do racismo ainda persistente na sociedade.

Interessante também analisar a relação dos rendimentos entre a população negra e a população não negra de Porto Alegre. Segundo a PED-RMPA, o rendimento médio aumentou de R\$1.297 em 2012 para R\$1.335 em 2013 para o total dos ocupados negros. Enquanto isso, para os não negros a elevação foi de R\$1.851 para R\$1.901 no mesmo período. Novamente podemos concluir que, mesmo existindo variação positiva entre as duas populações, a média de renda da população negra é inferior à população não negra. Ainda sobre os rendimentos, analisando os bairros com maior população negra (Restinga, Sarandi, Santa Tereza, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Mário Quintana) e os que apresentam menor população negra (Moinhos de Vento, Bela Vista, Higienópolis, Boa Vista, Mont'Serrat e Três Figueiras), pode-se evidenciar a desigualdade de salários: enquanto no primeiro conjunto de bairros o rendimento médio dos domicílios é de 2,5 salários mínimos, no segundo conjunto este número passa para 14,4 salários mínimos.

Titulação dos Quilombos Urbanos

Quando se pensa em comunidades quilombolas, usualmente, o imaginário social cria a expectativa de que estes sejam grupos isolados, distantes dos centros urbanos e com um modo de vida rural. Entretanto, em meio às grandes cidades é que estavam os quilombos. A emergência da luta de comunidades remanescentes traz ao debate público a urgência da titulação destas áreas como forma de reparação histórica e manutenção da memória e cultura do povo negro de matriz africana. O Quilombo Família Silva, localizado no bairro Três Figueiras, é o primeiro quilombo urbano a receber titulação no Brasil, em 25 de setembro de 2009. Entretanto, a titulação foi parcial, sendo a luta neste momento para garantir a totalidade da área.

Segundo levantamento da Fundação Palmares, o Rio Grande do Sul possui 108 comunidades quilombolas, sendo 106 já certificadas pela Fundação. A luta pela titulação do território envolve processos através dos quais essas comunidades buscam preservar seus modos de vida, sendo tais territórios suportes de identidades coletivas, práticas culturais, memórias e vínculos de pertencimento. Nesse sentido, a titulação das comunidades remanescentes de quilombos trata da garantia da reprodução da diversidade cultural em nosso país. Desde 2003, a competência de registrar a titulação territorial destas comunidades é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em Porto Alegre, segundo a Frente Quilombola, atualmente seis territórios quilombolas estão esperando titulação. Além do Quilombo Silva, são eles: Quilombo Machado, Quilombo Flores, Quilombo Alpes, Quilombo Fidélix e Quilombo Areal da Baronesa. Todas estão aguardando sua titulação em fases distintas.

A luta contra a morosidade da titulação dos quilombolas ocorre em todo o país. Embora a Constituição desde 1988 preveja a regularização territorial e a preservação da sua cultura, o Estado tem avançado muito pouco nesta titulação.

Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

Foi lançada, na Câmara Municipal, no dia 28 de outubro, a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana com o objetivo de junto com os movimentos sociais e parlamentares lutar contra o

racismo, em defesa da reparação histórica aos povos de matriz africana e pela diversidade histórica, territorial e cultural dos povos que a compõem. O presidente da Frente é o vereador Engenheiro Comassetto.

Indicadores de Violência

Os negros são as principais vítimas dos processos de criminalização, violência policial e violência letal no Brasil, segundo o Mapa da Violência 2012: A cor dos Homicídios no Brasil (WAISELFI, J.). Também, a aplicação desigual de regras e procedimentos judiciais a indivíduos de diferentes grupos sociais é, desde a década de 1980, tema de diversas pesquisas. As conclusões salientam que aos negros eram aplicadas penas mais severas comparativamente aos brancos, fazendo com que fosse construída uma seletividade penal que aponta para esta ser a maior parte da população carcerária brasileira, apesar da notória inexistência de dados sobre a informação cor/raça em relatórios sobre o sistema carcerário em âmbito nacional.

Neste momento, para constituirmos um panorama mais geral da violência contra a população negra em Porto Alegre, serão analisados dois indicadores: 1) Ocorrências criminais de preconceito de raça e cor, extraídos do Sistema de Informações Policiais (SIP) referentes ao ano de 2014; e 2) Taxa de homicídios da população negra e não negra, extraídos do Mapa da Violência, do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e do ObservaPoa.

Racismo e injúria racial

Apesar de os dois crimes implicarem em responsabilidade penal, os conceitos jurídicos de racismo e injúria racial são diferentes. Neste sentido, a Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, também conhecida como Lei Caó, é um marco no combate ao racismo, pois define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O artigo 20 define como racismo “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

O crime de racismo é imprescritível e inafiançável no Brasil e se distingue da injúria racial por atingir uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça ou etnia.

Segundo o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 140, injuriar alguém é ofender-lhe a dignidade ou o decoro, especificando no seu parágrafo 3º: “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”.

Em geral, o crime de injúria está associado ao uso de palavras depreciativas referentes à raça ou cor com a intenção de ofender a honra da vítima. Os dois crimes prevêem a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. Entretanto, como o crime de racismo é inafiançável, observa-se, em situações que contrariam a lei, são enquadrados como injúria racial.

Os dados disponibilizados pela SSP/RS através do Sistema de Informações Policiais (SIP) fornecem o dado do crime de racismo através das ocorrências policiais resultantes da soma dos registros das polícias civil e militar. Já as informações sobre o crime de injúria qualificada advêm do número de inquéritos instaurados pela Polícia Civil em determinado ano.

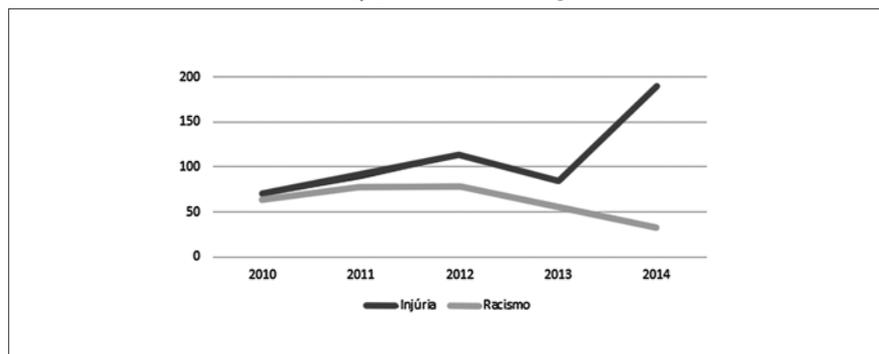
Quadro 3.5.3 – Ocorrências criminais de preconceito de raça/cor no Rio Grande do Sul e Porto Alegre

Ocorrências criminais de preconceito de raça/cor				
Ano	Injúria		Racismo	
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
2010	624	70	209	64
2011	844	89	241	78
2012	1013	114	226	78
2013	974	84	133	57
2014	1038	190	124	33

Fonte: SSP/RS, dados da Lei nº 11.343/99 e Lei nº 12.954/08.

Os números permitem perceber que, apesar de ter havido uma significativa queda no número de ocorrências relacionadas ao crime de racismo no último ano, o número de inquéritos referentes ao crime de injúria qualificada tem aumentado bastante. Este é um fenômeno que se observa tanto no município como no estado do RS. Observe o gráfico da evolução:

Gráfico 3.5.4 – Evolução da série histórica dos crimes de preconceito de raça/cor em Porto Alegre



Homicídios

No Brasil, as maiores vítimas de homicídios são as pessoas negras. Segundo a classificação por raça ou cor das certidões de óbito do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, podemos observar que, apesar de se manterem relativamente estáveis em número absoluto, de 2002 a 2013 houve um crescimento nos homicídios da população negra na mesma proporção da queda do número absoluto de homicídios na população branca. Veja o quadro:

Quadro 3.5.5 – Total de homicídios por raça/cor e ano no Brasil

Homicídios total								
Cor/Raça	Preta	Parda	Negra*	Branca	Outros	Total	Participação %	
Ano	–	–	–	–	–	–	Branca	Negra
2002	4.099	22.853	26.952	18.867	178	45.997	41	58,6
2006	3.949	25.976	29.925	15.753	216	45.894	34,3	65,2
2010	4.071	30.912	34.983	14.047	173	49.203	28,5	71,1
2013	4.450	34.314	38.764	14.076	269	53.109	26,5	73

*A população negra é a soma das populações preta e parda. Fonte: SIM – Sistema de Informações de Mortalidade – Ministério da Saúde. Extração em 16/08/2015; elaboração própria.

Dentre esses homicídios, podemos perceber na série histórica um aumento não apenas na proporção de homicídios da população negra, mas na participação do maior indicador dentre estes homicídios, o de disparos de armas de fogo. Enquanto em 2002 60,5% das vítimas de armas de fogo no Brasil eram de negros, em 2013 este número saltou para 75,6%. Na mesma proporção, diminuiu a participação de vítimas brancas neste mesmo indicador, em números absolutos e relativos, como é possível observar no quadro a seguir:

Quadro 3.5.6 – Vítimas de armas de fogo, por raça/cor, no Brasil

Agressão: disparo de arma de fogo								
–	Preta	Parda	Negra*	Branca	Outros	Total	Participação %	
–	–	–	–	–	–	–	Branca	Negra
2002	2.684	15.307	17.991	11.647	86	29.724	39,2	60,5
2006	2.589	17.566	20.155	9.899	94	30.148	32,8	66,9
2010	2.601	20.248	22.849	8.299	65	31.213	26,6	73,2
2013	2.822	22.821	25.643	8.198	67	33.908	24,2	75,6

*A população negra é a soma das populações preta e parda. Fonte: SIM – Sistema de Informações de Mortalidade – Ministério da Saúde. Extração em 16/08/2015; elaboração própria.

No Rio Grande do Sul é possível perceber a tendência do aumento do número de homicídios no geral, mas em proporção muito maior entre a população negra. Na comparação dos dados do Mapa da Violência 2012 e do SIM em 2013, temos a seguinte variação:

Quadro 3.5.7 – Total de homicídios por raça/cor e ano no Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul: total de homicídios por cor/raça		
–	Branco	Negro
2002	1555	322
2006	1567	379
2010	1602	433
2013	1777	487
Varição 2002-2013	+ 14,3%	+ 51,2%

Fonte: SIM – Sistema de Informações de Mortalidade – Ministério da Saúde. Extração em 16/08/2015; elaboração própria.

Em Porto Alegre as variações são semelhantes. Enquanto a taxa geral de homicídios teve aumento de 50,9% entre os anos de 2002 e 2014, o aumento de homicídios entre a população negra foi de mais de 100%. Além disso, observando apenas o percentual da mortalidade entre os negros vítimas de homicídio e comparando com o total de homicídios na cidade, esta parcela responde por 35,5% das vítimas de homicídios no ano de 2014, sendo superior aos 25,7% representados no ano de 2002 e superior também a proporção do total da população negra de Porto Alegre.

Quadro 3.5.8 – Total de homicídios por raça/cor e ano em Porto Alegre

Porto Alegre: total de homicídios por cor/raça				
–	Branca	Negra	Outros	Total
2002	314	111	7	432
2006	305	130	1	436
2010	291	157	10	458
2013	336	170	12	518
2014	412	231	9	652
Varição 2002-2014	+ 31%	+ 108%	-	+ 50,9%

Fonte: SIM - Sistema de Informações de Mortalidade - Ministério da Saúde. Extração em 16/08/2015; elaboração própria.

Juventude e vulnerabilização

Sabe-se que os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados SIM/Datusus mostram que mais da metade dos 56.804 mortos por homicídios em 2013 no Brasil eram jovens (30.213, equivalente a 53,18%), dos quais 72,3% eram negros (pretos e pardos) e 93,4% eram do sexo masculino. Com pequenas variações, estes números não têm melhorado ao longo dos últimos anos, o que nos permite constatar que há um verdadeiro genocídio da juventude negra no país.

A realidade de vulnerabilização da juventude negra não é diferente em Porto Alegre. O percentual de mortes por homicídio de jovens negros do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa mesma faixa etária, cor e sexo ultrapassa os 80% em regiões como Restinga, Lomba do Pinheiro e Cruzeiro. Isto demonstra uma fragilidade no conjunto das políticas públicas que atendem esta população.

A desconstituição deste processo de exclusão e marginalização construído ao longo dos anos só poderá ser atingida à medida que cresçam também o comprometimento das autoridades públicas na elevação dos níveis de igualdade e justiça social, especialmente para as populações mais vulneráveis.

3.6 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Conforme o artigo 1º do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, a população em situação de rua pode ser definida como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular”.

Os motivos que levam a população adulta à situação de rua são inúmeros e, segundo levantamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, realizado em 2008, as principais razões pelas quais essas pessoas estão nas ruas estão relacionadas ao abuso do uso de álcool e outras drogas, o desemprego e os problemas com familiares.

Conforme o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) no ano de 2014, esta população já contabilizava cerca de 3.000 pessoas na cidade de Porto Alegre. Além disso, a Universidade da Rua, projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) coordenado pela professora Themis Maria Dresh, estima que esta população seja de 3 mil a 5 mil pessoas em nossa cidade.

De acordo com a última pesquisa realizada no ano de 2011 pela FASC, sobre a população em situação de rua em Porto Alegre, cerca de metade dessas pessoas veio do interior do estado ou da região metropolitana. Em busca de melhores condições de vida, uma parte desta população migrante acaba se deparando com a falta de emprego e de habitação, e a consequente exclusão social acaba levando muitas pessoas a encontrar na rua seu único espaço de sobrevivência. Sendo expressão das desigualdades sociais, este fenômeno é mais uma face da segregação social que exclui diferentes grupos de pessoas que não são absorvidas no mundo do trabalho.

O resultado da dinâmica social em Porto Alegre é capaz de criar enormes espaços para a especulação imobiliária, para os condomínios de luxo e a concentração de renda em alguns espaços, enquanto uma parte da população ainda encontra-se segregada. O contexto de vulnerabilidade social e exclusão do espaço da cidade se traduz num estado de permanente conflito entre os governos, “proprietários” e população em situação de rua, expressa em medidas para repelir os moradores da rua, e não para acolhê-los como parte da cidade. Como explica a pesquisadora Paula R. Quintão,

Essa vulnerabilidade que acaba por expulsar estes indivíduos, arrancando-os da vida cotidiana como cidadãos, constitui sim um processo de exclusão, que é traduzida nos locais passíveis de se viver. Como para o morador de rua a questão do espaço – e da cidade – é a base para sua vida (...) não se trata aqui de inclusão/exclusão *social* apenas, mas também, e como resultado disto, *espacial*. Esta é a diferença básica entre os termos segregação e exclusão: segregação carrega o significado da exclusão no espaço.

(QUINTÃO, Paula Rochlitz. Morar na rua: há projeto possível? São Paulo, 2012)

As violações de direitos das pessoas em situação de rua são vivenciadas cotidianamente em Porto Alegre. A falta de acesso a oportunidades de trabalho, saúde, lazer, convivência familiar, somadas à hostilidade frente a sua presença em logradouros, portas de edifícios, marquises, a violência policial ou de seguranças privados, são alguns dos problemas enfrentados por quem encontrou na rua a única alternativa de moradia.

Dados gerais

O “Cadastro Censitário da População Adulta em Situação de Rua da cidade de Porto Alegre” apontou um crescimento de 12% nesta população, que passou a contar com 1.347 pessoas adultas em situação de rua em comparação com a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua em 2007.

Quanto ao gênero da população pesquisada: verificou-se que 81,7% era do sexo masculino e 17,1% do sexo feminino. O restante não declarou. A distribuição por faixa etária apontou uma diminuição do percentual de jovens (entre 18 e 24 anos) de 19,7% para 12,2% referentes à pesquisa anterior e um aumento significativo do número de idosos (60 anos ou mais), que duplicou com relação à pesquisa anterior, conforme a comparação apresentada a seguir.

Quadro 3.6.1 – Faixa etária da população em situação de rua

Faixa etária	2007		2011	
	Número	%	Número	%
De 18 a 24 anos	237	19,7	164	12,2
De 25 a 34 anos	361	30,0	414	30,7
De 35 a 44 anos	266	22,1	299	22,2
De 45 a 59 anos	263	21,9	317	23,5
60 anos ou mais	39	3,2	101	7,5
NS/NR	37	3,1	52	3,9
Total	1.203	100	1.347	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 e Cadastro dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2011.

Outro dado significativo é a origem da população em situação de rua em Porto Alegre: 49,9% da população é originária da própria cidade, em geral de bairros periféricos. O restante veio do interior do Estado (32,5%); da região metropolitana (10,5%) e de outras origens (inclusive outros países) ou não respondeu (10,1%). Este dado é bastante revelador e indica que a situação de rua acontece menos em decorrência de deslocamento ou migração campo/cidade do que com relação aos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos moradores do próprio município.

Parte significativa desta população se concentra na região do centro da cidade e adjacências (45% do total pesquisado). A concentração nesta região específica da cidade pode ser compreendida a partir de dois fatores: primeiro, é na região do centro que se concentra o maior número de serviços de atendimento destinados a essa população, sendo 27,3% no bairro Centro, 10% no bairro Floresta e 7,7% no Menino Deus. O segundo fator que ajuda a explicar este fenômeno é a possibilidade de oferta de trabalho, em sua maioria precária, como demonstra outro dado da mesma pesquisa referida. Entre as principais atividades desempenhadas pela população em situação de rua constata-se que mais de 60% exercia atividade reconhecida e aceita como inclusiva: catar material reciclável (19,8%), realizar atividade de reciclagem (15,9%), lavar ou guardar carros na rua (11,6%), construção civil (6,3%), entre outras.

Quadro 3.6.2 – Bairros e regiões onde se concentra a população em situação de rua em Porto Alegre, 2011

Bairro	Região OP	Nº Absoluto	Percentual
Centro	Centro	368	27,3
Floresta	Centro	134	10,0
Menino Deus	Centro	104	7,7
Navegantes	Humaitá/Navegantes	102	7,6
Cidade Baixa	Centro	67	5,0
Santa Cecília e Santana	Centro	62	4,7
Bom Fim	Centro	59	4,4
Praia de Belas	Centro	53	3,9
Azenha	Centro	47	3,5
Bom Jesus	Leste	45	3,3
Outros	-	306	22,6
Total	-	1.347	100%

Fonte: Cadastro dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2011.

Quanto à orientação sexual e identidade de gênero da população em situação de rua: 85,8% declararam-se heterossexuais, 4,3% bissexual, 1,0% declarou-se homossexual e 0,7% travestis e transexuais.

A autodeclaração de raça/etnia branca representou cerca de 1/3 dos entrevistados (30,6%), enquanto a raça/cor negra ou preta apareceu em segundo lugar, com 23,9%. No entanto, a raça/cor atribuída pelos entrevistadores aponta uma maioria da população negra (30,2% de pretos somados aos 25,1% de pardos), perfazendo um total de 55,3%. A atribuição de “brancos” pelos entrevistadores chegou a 37,3%, sendo a maior incidência de raça/cor isolada, mas nem de longe representando a proporção de brancos na cidade, que é de cerca de 80%. Esta desproporção representa, como já apontado, uma maior vulnerabilidade da população negra à situação de rua em Porto Alegre.

Através da pesquisa, contatou-se também a tendência deste público a procurar locais mais protegidos, assim como o aumento do número daqueles que perambulam durante o dia. A justificativa está diretamente relacionada à violência estatal praticada pela polícia e a remoções realizadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). São muitos os relatos de remoção à força de locais públicos com o recolhimento dos seus pertences e até mesmo documentos.

Percebe-se que o Censo da FASC está evidentemente defasado, já que nas ruas se pode verificar o aumento da população em situação de rua e que é urgente a realização de novo diagnóstico para embasar a busca por políticas públicas transversais para esta população.

Movimento Nacional da População em Situação de Rua²

“Grande parte da luta político-social da população que vive nas ruas agrega-se em torno do Movimento Nacional da População de Rua ou MNPR. O estopim para a criação do foi “Massacre da Sé” em 2004, quando seis moradores de rua foram brutalmente assassinados no centro de São Paulo e nove foram gravemente feridos. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

Em dez anos de existência, o MNPR declara, entre suas conquistas emblemáticas, a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do decreto 7053/2009.

Em Porto Alegre a mobilização iniciou em 2008 com o nome de Movimento Aquarela da População de Rua. Em 2009, a partir de uma aproximação com o movimento dos catadores de materiais recicláveis, passou a integrar-se ao MNPR. O MNPR reúne-se desde 2008 no Sindicato dos Municipários-SIMPA, na rua João Alfredo 61, Bairro Cidade Baixa, todas as sextas, às 14hs. As reuniões são frequentadas por ativistas, entidades sociais, universidades e pessoas em situação de rua.

Um dos principais instrumentos de mobilização e expressão das pessoas em situação de rua de Porto Alegre, com forte atuação no registro de denúncias de violação de direitos humanos, é o *Jornal Boca de Rua*. O projeto coordenado pela ONG ALICE (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua, desde agosto de 2000. Textos, fotos e ilustrações são elaborados pelos sem-teto durante oficinas semanais e o dinheiro arrecadado na comercialização do veículo reverte para os participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda.” (Fonte: www.alice.org.br)(Mapa, 2014)

Rede de Assistência

A FASC atualmente trabalha com dados de um levantamento censitário produzido em 2011 que estima a existência de 1.347 pessoas em situação de rua (FASC, Plano Municipal Plurianual de Assistência Social, 2014). Porém, conforme já apresentamos acima, a cidade possui uma

² Texto produzido pelo GT POP Rua e Segurança Pública da CEDECONDH em julho de 2014. Publicado originalmente no Mapa de Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014.

população em situação de rua bem maior, com estimativa entre 3 e 5 mil pessoas. Atualmente a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) oferece os seguintes serviços:

- 2 Centros POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua). Um dos maiores problemas é a falta de recursos humanos, uma vez que estas equipes contam com *somente 8 profissionais de nível superior* (6 assistentes sociais e 2 psicólogos).
- 9 equipes de Abordagem Social: estas 9 equipes contam com 86 profissionais no total. Porém estas mesmas equipes compõem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também são responsáveis por diversos outros programas. Além disso, estas equipes têm como referência extensos territórios de atendimentos, formados por uma grande população em situação vulnerável e de risco social. Não obstante, está prevista a construção de somente um novo CREAS.
- 4 Abrigos (2 próprios e 2 conveniados) e 3 Albergues (1 próprio e 2 conveniados): estes equipamentos somam 62 profissionais, sendo que dois cargos estão em processo de extinção: 8 cargos de auxiliar em enfermagem e 41 monitores. Atualmente a defasagem é de 51 profissionais.
- 2 Repúblicas que somam 24 vagas (12 vagas masculinas e femininas para adultos de 18 a 29 anos e 12 vagas masculinas e femininas para adultos de 29 a 59 anos).

O Quadro a seguir mostra a média mensal por serviço durante o ano de 2014 em abrigos e casas. Registramos que a última coluna refere-se ao atendimento individual, uma vez que a mesma pessoa pode ter sido atendida em diversos momentos:

Quadro 3.6.3 – Número de atendimentos à população em situação de rua em abrigos próprios e conveniados em 2014

Equipamento	Vagas	Atendimento individual (soma)
Abrigo Marlene	60 (mês)	1535
Abrigo Emanuel	50 (mês)	790
Abrigo Bom Jesus	60 (mês)	830
Abrigo Casa de Famílias	20 (5 famílias/mês)	1710
Abrigo Casa Lilás	30 (mês)	130
Casa de Passagem Viva com Esperança	-	62
Total	220	5057

Fonte: Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e ASSEVIS/FASC/PMPA, 2015.

Os abrigos são espaços de permanência temporária, diante do plano de atendimento individual. Em geral o período de permanência das pessoas é 6 meses. Do quadro da rede própria da FASC são o Abrigo Marlene e o Abrigo Bom Jesus.

Quadro 3.6.4 – Série histórica de atendimentos à população em situação de rua em albergues próprios e conveniados 2013-2014

Albergues, Vagas e Total de Atendimentos 2013 a 2014			
Equipamento	Vagas	Total de pessoas atendidas 2013	Total de pessoas atendidas 2014
Albergue Municipal	120 (diárias)	5.087	5.035
Albergue Felipe Diehl	145(diárias)	4.185	5.077
Albergue Dias da Cruz	90 (diárias)	5.149	1.718
Total	355	14.421	11.830

Fonte: Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e ASSEVIS/FASC/PMPA, 2015.

Os albergues são equipamentos para o pernoite da população em situação de rua. As entradas são diárias. Apenas o Albergue Municipal pertence à rede própria do município. Observa-se a diminuição do atendimento entre os anos de 2013 (14.421) e 2014 (11.830).

Sobre o conjunto das informações, observa-se a demanda urgente por concurso público para garantir o aumento de trabalhadores nos equipamentos, e a insuficiência de vagas – são apenas 623 vagas contando todos os tipos de equipamentos de Alta Complexidade e funcionamento noturno. Por fim, nota-se que a maior parte dos equipamentos de Alta Complexidade é terceirizada, pois menos da metade das vagas oferecidas para a população em situação de rua estão nos equipamentos próprios (Albergue Municipal, Abrigo Bom Jesus e Abrigo Marlene).

Com relação aos Centros POP, que se caracterizam como serviços de Média Complexidade, de atendimento diurno voltados à atividade de convivência, práticas culturais, alimentação e higiene, temos:

Quadro 3.6.5 – Número de atendimentos à população em situação de rua nos Centros POP em 2014

Centro POP		
Serviço	Vagas	Total de acessos em 2014
Centro POP 1	60 (pessoas/dia)	10.157
Centro POP 2	160 (pessoas/dia)	56.691
Total	220 (pessoas/dia)	66.848

Fonte: Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e ASSEVIS/FASC/PMPA, 2015.

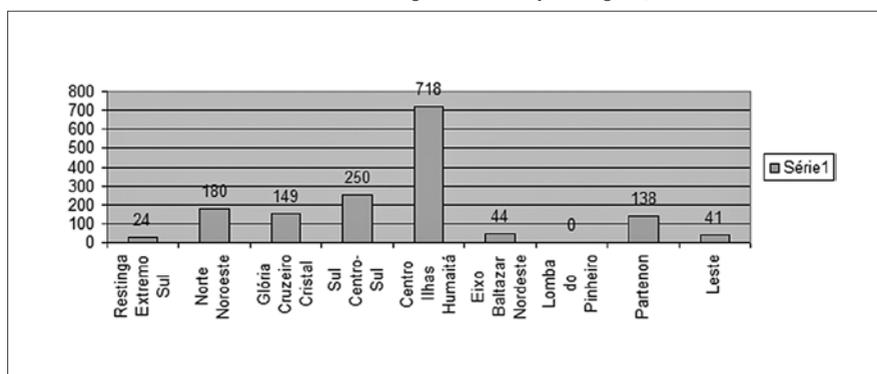
Quadro 3.6.6 – Número de abordagens à população em situação de rua pelos CREAS em 2014

CREAS e Total em Porto Alegre 2014						
Descrição	Abordagem População adulta em situação de rua					
	Masculino 18-59 anos	Feminino 18-59 anos	Total 18-59 anos	Masculino 60 anos ou mais	Feminino 60 anos ou mais	Total 60 anos ou mais
Restinga / Extremo Sul	16	6	22	2	0	2
Norte / Noroeste	130	35	165	13	2	15
Glória / Cruzeiro / Cristal	87	52	139	4	6	10
Sul / Centro-Sul	222	24	246	4	0	4
Centro / Ilhas / Humaitá	425	257	682	25	11	36
Eixo Baltazar / Nordeste	32	10	42	0	2	2
Lomba do Pinheiro	0	0	0	0	0	0
Partenon	109	26	135	2	1	3
Leste	19	16	35	4	2	6
Total	1040	426	1466	54	24	78

Fonte: ASSEVIS/FASC/PMPA.

Foram 1544 abordagens sociais em 2014, das quais 1040 homens e 426 mulheres entre 18 a 59 anos, 54 homens e 24 mulheres acima de 60 anos. Seguindo a dinâmica do último Censo da população em situação de rua, a maioria dos abordados pela FASC foi de homens, em um total de 71,7%. Os idosos, independente de sexo, foram 5,1% entre o total de pessoas abordadas.

Gráfico 3.6.7 – Abordagens sociais por Região, 2014



Fonte: ASSEVIS/FASC/PMPA, 2015. Elaboração própria.

Quanto ao atendimento por região, temos que 46,5% das abordagens deram-se nas regiões Centro, Ilhas e Humaitá, seguida por 16,1% nas regiões Sul e Centro-Sul e 11,6% nas regiões Nortes/Nordeste.

Diante da evidente falta de vagas na rede municipal de abrigagem para as pessoas em situação de rua, a 4ª Vara da Fazenda Pública moveu a Ação Civil Pública nº 001/1.07.007488273 em 2013 com determinação para ampliação dos serviços. A prefeitura de Porto Alegre recorreu contra a

decisão que definia este cronograma de ampliação da rede de assistência social para amparar as pessoas em situação de rua. Em agosto de 2014, o Tribunal de Justiça decidiu que esta ação civil pública era improcedente. Felizmente, o Ministério Público fez um Recurso Especial. Agora, os méritos serão analisados pelo Superior Tribunal de Justiça em Brasília.

Quadro 3.6.8 – Determinações da Ação Civil Pública nº 001/1.07.007488273 de 2013

Determinações	Prazo	Penalidade
Construção de duas Casas Lares para idosos com no mínimo 10 vagas; Construção de duas Repúblicas com no mínimo 40 vagas.	Até 1 ano	Multa diária de R\$ 2.000 caso não sejam criadas as vagas
Criação de duas Repúblicas de no mínimo 40 vagas; Criação de um Abrigo para famílias em situação de rua, com vagas para no mínimo cinco famílias; Criação de uma Casa de Cuidados Transitórios para atendimento de pessoas com alta hospitalar e com necessidade de cuidados especiais, com no mínimo 8 vagas.	Até dois anos	Multa diária de R\$ 2.000 mil
Triplidar o número de vagas existentes em Residenciais Terapêuticos Tipo 1, com estabelecimento de no mínimo 8 vagas cada.	Até 3 anos	Multa diária de R\$ 2.000,00

Fonte: Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 e consulta a ação.

Atuação da CEDECONDH

A atuação da CEDECONDH com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua iniciou após a Comissão receber uma série de denúncias de usuários e trabalhadores acerca das péssimas condições estruturais. Como encaminhamento, foram realizadas visitas nos Abrigos Marlene, Bom Jesus e Albergue Municipal para avaliar a situação dos equipamentos para abrigagem da população em situação de rua. Junto com o Sindicato dos Municipários (SIMPA) e o MNPR, a CEDECONDH entregou o *Relatório das Visitas aos Equipamentos de Abrigagem da Prefeitura Municipal de Porto Alegre* para o então presidente da FASC, Kevin Krieger, em dezembro de 2013.

A partir do relatório, foi recomendada a necessidade urgente de reformas nos equipamentos, da aprovação do Projeto de Lei que previa o reordenamento dos cargos da FASC e da busca pela gestão pública das políticas de assistência social.

Do cronograma apresentado pela FASC na ocasião, apenas as obras do abrigo Marlene foram concluídas.

Seminário População de Rua e o Direito à Cidade

No dia 23 de junho de 2015, a CEDECONDH realizou o Seminário *População de Rua e o Direito à Cidade: das políticas públicas às ações de higienização*. A reunião foi realizada em dois turnos e com grande representação da população em situação de rua e dos trabalhadores da assistência social. Uma das principais críticas foi a ausência de diálogo do governo, pois no dia seguinte estava sendo lançado o novo Plano de Atenção à População de Rua sem a construção coletiva com o alvo da política pública, nem tampouco o convite para o MNPR participar do evento. O Seminário teve como foco o debate das remoções, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, das políticas de moradia e casos de violência institucional sofridos pela população de rua.

Sobre os temas trabalhados no Seminário, apontamos a seguir alguns dos principais problemas e demandas da população em situação de rua que a CEDECONDH acompanha e vêm trabalhando ao longo dos últimos anos.

Remoções

No ano de 2014, a CEDECONDH realizou a *Patrulha de Direitos Humanos*, em função das denúncias de remoções forçadas de pessoas em situação de rua que estavam em pontos turísticos ou pontos próximos ao perímetro da Copa do Mundo FIFA 2014.

Dos relatos colhidos em audiência ou nas patrulhas, dois inquéritos foram abertos pela Promotoria dos Direitos Humanos do MP. Naquele momento, a Promotora Dra. Liliane Pastoriz abriu o primeiro expediente referente a um grupo de pessoas que se abrigava na Usina do Gasômetro e foi retirado pela Brigada Militar. O segundo, que tramitava em sigilo, também se referia a um caso de violência policial em que a vítima foi incluída no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Diante das recorrentes violações contra esta população em situação de extrema vulnerabilidade social, a Promotoria dos Direitos Humanos expediu uma recomendação em dezembro de 2014 sobre a atuação em casos de remoção.

O próprio prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, na ocasião do lançamento do projeto Plano de Atenção a População de Rua, afirmou ser difícil a articulação com a Brigada Militar, por estar sujeito à instância estadual e não municipal. Entretanto, muitas das remoções foram promo-

vidas junto aos órgãos municipais, como a que ocorreu na Praça da Matriz. No caso do Viaduto Otávio Rocha, uma ação da Brigada Militar com o pretenso argumento de limpeza removeu todas as pessoas em situação de rua do local, sem presença da FASC ou qualquer órgão municipal e com explicações bastante desconstruídas sobre os fatos. Uma ação irregular, em descompasso com as recomendações e com a perspectiva de abordar a questão desta população como uma questão social. Mais um episódio lamentável de criminalização da pobreza.

Quadro 3.6.9 – Outros inquéritos abertos na Promotoria dos Direitos Humanos

Inquérito	Resumo
Inquérito 0118.00201/2009	Instaurado com intuito de regularizar as inadequações apontadas na visita fiscalizatória do Centro POP.
Inquérito 01128.00045/2010	Averiguar falta de políticas para adultos e moradores de rua.
Inquérito 01128.0019/2014	Sobre a remoção compulsória de população em situação de rua na esquina das ruas João Alfredo e Aureliano Pinto pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
Inquérito 01128.00167/2013	Averiguar a situação da população em situação de rua que habita o Arroio Dilúvio ao longo da Avenida Ipiranga.
Inquérito 01128.00152/2014	Averiguar a situação da população em situação de rua instalada na Praça da Matriz.
Inquérito 01128.00158/2014	Averiguar a situação das pessoas em situação de rua instaladas no Viaduto Otávio Rocha.

Fonte: Visita à Promotoria.

Destacamos, ainda, o Inquérito 01128.0019/2014 sobre a remoção compulsória de população em situação de rua da Rua João Alfredo esquina com a Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Embora vários órgãos tenham sido oficiados pela Promotoria (Prefeitura, SMAM, DEMHAB, GM/FASC) sobre quem determinou a remoção, nenhum até o presente momento assumiu a responsabilidade. Entretanto, em ofício enviado pela Secretaria Municipal de Segurança, fica claro que a Secretaria de Meio Ambiente tem sido demandante de ações de remoções da população em situação de rua.

É preciso articulação das ações, políticas de assistência para quem está em situação de rua, prevenção e ação social, e, sobretudo, a investigação e punição de agentes da segurança pública envolvidos nas violações a esta população já tão vulnerabilizada.

Escola Porto Alegre

A Escola Porto Alegre funciona há 20 anos como uma escola que atende prioritariamente jovens e adultos em situação de rua, garantindo sua escolarização no Ensino Fundamental. Em 14 outubro de 2014, a Secre-

taria Municipal de Educação (SMED) notificou a escola, informando que seria fechada para “ceder” espaço a uma escola de educação infantil e os estudantes e equipe de professores seriam transferidos para o Centro Municipal Paulo Freire. A comunidade escolar, Movimento Nacional da População de Rua, Comissão de Direitos Humanos (CEDECONDH) e Comissão de Educação (CECE) da Câmara de Vereadores, junto ao apoio dos mais variados movimentos, começaram uma luta para a permanência desta escola tão importante.

Com cerca de 110 estudantes matriculados no Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, a EPA ainda oferece oficina de cerâmica, reciclagem de papel, informática e biblioteca. Além do ensino formal, a EPA tem uma metodologia voltada a esta população como o Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento para orientações para confecção de documentos. Destaca-se a permanente preocupação com a inclusão como a busca por horários das aulas compatíveis, o oferecimento de duas refeições e uma metodologia de redução de danos para as pessoas que tem problemas com uso abusivo de drogas. Por isso, a EPA se constituiu não só como escola com a oferta de vagas a esta população, mas é, sobretudo, um espaço de acolhimento e permanência com a atenção voltada a uma política reparatória.

A comunidade apontou uma série de locais para a construção de novas escolas de educação infantil sem a necessidade do fechamento da EPA, tentando mostrar ao governo que não se fecha uma escola para construir outra no lugar, mas a SMED se mostrou irredutível, mudando apenas a data de fechamento, não mais em dezembro de 2014 para junho de 2015.

A luta organizada, somada com a atuação das Defensorias do Estado e da União, garantiu uma importante vitória: a 2ª Vara da Fazenda Pública determinou, em fevereiro de 2015, a proibição do fechamento da EPA. Como a decisão foi em caráter liminar e o governo municipal disse que recorreria da decisão, é fundamental manter a defesa permanente da EPA como espaço educacional da inclusão. Além disso, destacamos que a escola sofreu com a falta de professores.

Restaurante Popular

A audiência na CEDECONDH foi marcada pela luta em defesa da reabertura do Restaurante Popular, fechado há dois anos. Depois de muita mobilização, um Restaurante Popular provisório foi aberto junto ao Albergue Municipal, na rua Comendador Azevedo, nº 215. Este espaço serve

apenas 215 refeições diárias. O restaurante definitivo está previsto para funcionar na rua Santo Antônio, n.º 64, com capacidade para servir 600 refeições diárias junto a outros equipamentos destinados ao atendimento de pessoas adultas em população de rua, tais como saúde, assistência social e cursos de qualificação profissional. A promessa de entrega do novo equipamento era final de outubro de 2015, mas, até o fechamento desta publicação, o prazo não havia sido cumprido.

Moradia

Segundo o Plano de Enfrentamento a Situação de Rua, 3% do total de moradia entregue do Programa Minha Casa Minha Vida deveriam ser destinadas a esta população. Após o ingresso da Defensoria Pública da União, com o Defensor Dr. Geórgio Endrigo Carneiro da Rosa, foi publicada pelo governo a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2015 do DEMHAB/FASC, sem construção efetiva com a população em situação de rua.

A Instrução Normativa estabelece procedimentos para a concessão do aluguel social, no valor de até R\$ 500,00, à população em situação de rua. O período de concessão é de 12 meses, podendo ser prorrogado a critério do gestor. O DEMHAB é responsável pela garantia da concessão, mas cabe a FASC o encaminhamento e o acompanhamento dos beneficiários do programa.

Conforme dados da DPU, desde a publicação do ato normativo, foram beneficiadas 34 pessoas até 22 de outubro de 2015, sendo que somente na Defensoria há o requerimento de mais 17 pessoas que solicitam ser contempladas pela política de aluguel social.

No Plano de Atenção à População de Rua do Executivo Municipal existe a previsão de concessão de 50 benefícios mensais a partir de junho de 2015, portanto o total de beneficiados já deveria ser de 200 pessoas e chegar a 300 até dezembro do mesmo ano. Infelizmente, mais um episódio de não efetivação da política pública.

Percebendo as dificuldades de implementação desta política pública, a DPU fez sugestões para alterar a Instrução Normativa, para garantir a ampliação do acesso. Até a data de conclusão desta publicação, as tratativas com DEMHAB e FASC por parte da DPU estavam em andamento. As sugestões de acréscimo à IN 01/2015, são em linhas gerais no sentido de:

- Garantir a participação da população em situação de rua no acompanhamento da execução da política;

- A garantia da prorrogação do benefício a quem possuir renda inferior a um salário mínimo e estiver estudando em estabelecimento oficial de ensino com frequência mínima de 60%, assim como acompanhado pelos serviços de saúde;
- Diversos beneficiários podem acumular seu benefício para a locação de um imóvel único;
- O encaminhamento do pedido do benefício e da documentação abaixo relacionada poderá ser feita pela FASC, estabelecimentos de ensino público oficial da modalidade de EJA, unidades da rede pública de saúde, órgãos do sistema de Justiça como a Defensoria Pública e o Ministério Público;
- Poderá haver o adiantamento do pagamento do 1º (primeiro) aluguel como garantia da efetivação do contrato.

Indicadores de violência - Disque 100

Analisando os indicadores apresentados pelo Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos, temos que:

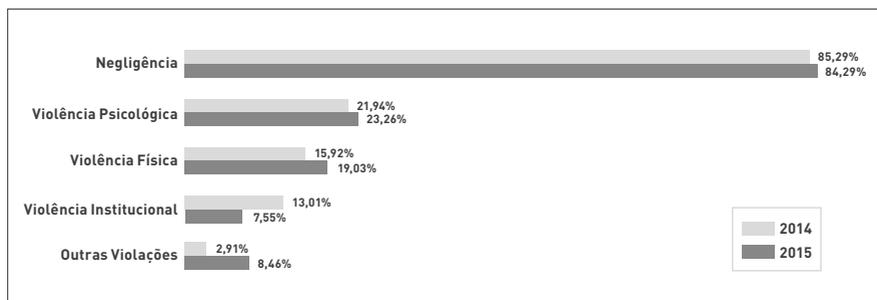
Quadro 3.6.10 – Denúncias recebidas pelo Disque 100 sobre a população em situação de rua

Violência contra população em situação de rua	
Janeiro a Junho 2014	Janeiro a Junho 2015
267 casos	334 casos

Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Analisando os dados, percebemos que houve um aumento de 25% dos registros de denúncias de violações de direitos humanos contra a população em situação de rua entre o mesmo período dos dois anos.

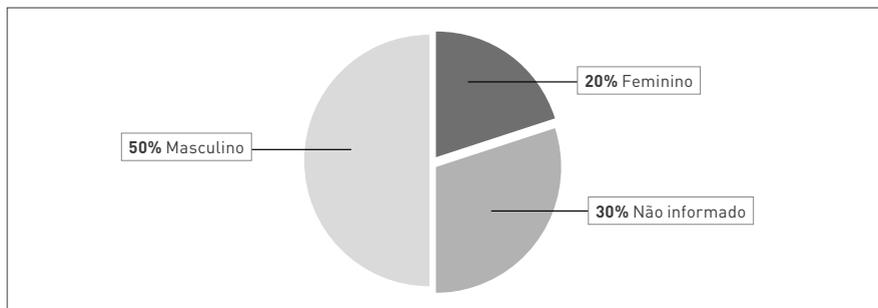
Gráfico 3.6.11 – Tipo de violação da População em situação de rua, 2014 e 2015



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

As maiores ocorrências são de negligência (84,29%), seguidas por violência psicológica (23,26%), violência física (19,03%) e violência institucional (7,55%). Os três primeiros tipos de violação apresentaram aumento entre os índices de 2015 em comparação a 2014, e apenas a violência institucional teve redução.

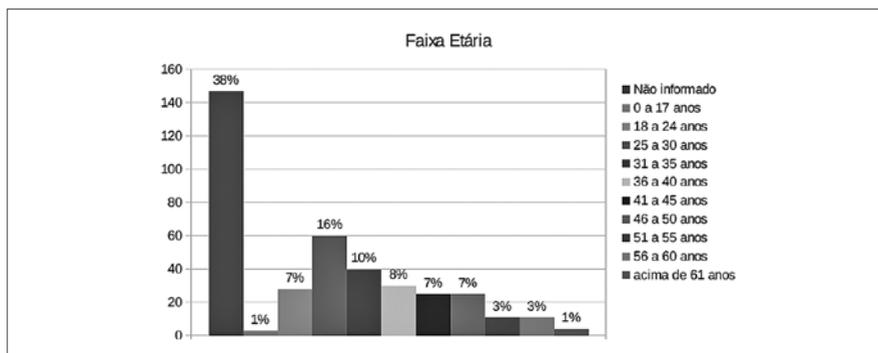
Gráfico 3.6.12 – Perfil das vítimas, segundo sexo biológico



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Quanto ao sexo biológico, temos que 50% era do sexo masculino, 20% do sexo feminino e 30% não foi informado. Este último dado reforça a relevância do próprio Disque 100 como ferramenta de denúncia, pois as denúncias podem ser feitas por qualquer cidadão ou cidadã de forma anônima, mesmo que este desconheça a vítima.

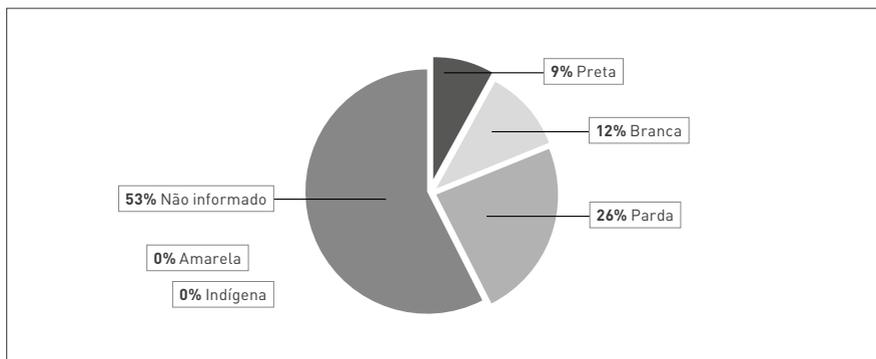
Gráfico 3.6.13 – Perfil das vítimas, segundo faixa etária



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Como podemos observar, a maioria dos registros não tem idade informada pelo denunciante. Do total de denúncias, 23% eram de jovens entre 18 a 30 anos, 10% entre 31 a 35 anos, 8% entre 36 a 40 anos, 7% de 41 a 45 anos, 7% de 46 a 50 anos, 3% de 51 a 55 anos, 3% de 56 a 60 anos e 1% acima de 60 anos.

Gráfico 3.6.14 – Perfil das vítimas, segundo raça/cor



Fonte: Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2015.

Quanto ao perfil de raça/cor das vítimas, 53% não foi informado, 26% é de pardos, 12% de brancos e 9% de negros.

Sobre os casos em Porto Alegre, segundo a resposta pela LAI 00083.000 376/2015-36 da SDH, no ano de 2014 foram registrados 14 denúncias de violações pelo Disque 100 no município, sendo 10 registros por negligência, 1 por violência física, 1 por violência psicológica e 1 por violência sexual. No primeiro semestre do ano de 2015, já haviam sido contabilizados 13 casos na cidade.

Frente Parlamentar de Situação de Rua

A Frente Parlamentar para abordar os temas relativos à situação de rua na cidade foi instalada no dia 3 de junho de 2015, tendo como presidente a vereadora Sofia Cavedon. Dentre outros temas, a Frente realizou visitas a Escola Porto Alegre, ao Centro Pop II, aos abrigos para adolescentes João de Barro e Quero Quero, além de instituir um grupo de trabalho para abordar as questões da moradia para esta população.

Capítulo 4

Segurança Pública em Números



A primeira condição
para mudar a realidade
consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

Capítulo 4

Introdução

A questão da segurança pública precisa ser analisada com toda sua complexidade, com os aspectos territoriais, sociais, econômicos e culturais que a compõe. Por meio de uma aproximação, pretendíamos estabelecer um quadro, ainda que impreciso, extremamente necessário, de ligação entre desigualdade social, periferização e violação de direitos humanos. Como a Secretaria de Segurança Pública do RS, apesar de nossa solicitação, não forneceu dados territorializados dos indicadores criminais, não será possível georreferenciar os crimes.

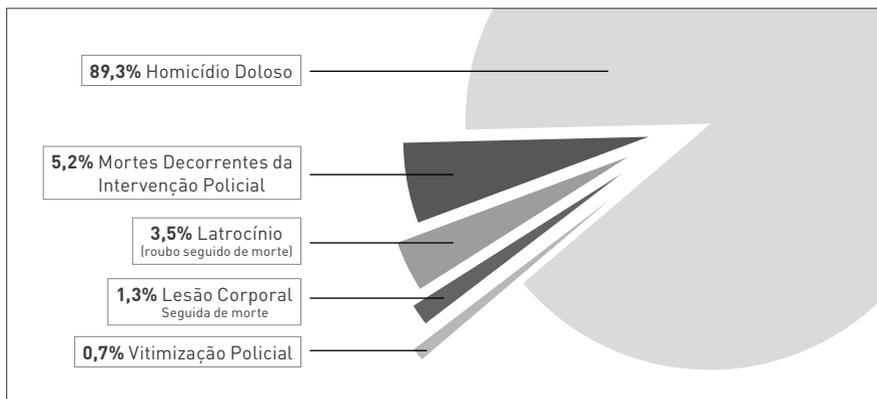
Muito mais do que um entrave a esta publicação, tal insuficiência prejudica a formulação de políticas transversais no que tange à segurança pública, dificultando a modificação do grave quadro atual. Esperamos que este trabalho sirva como provocação às pesquisas posteriores e amparo empírico para o desenvolvimento de políticas menos focalizadas e mais profundas.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015

O aumento da violência social e da sensação de insegurança é perceptível em todas as esferas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, no ano de 2014 foram registradas **58.497 mortes violentas intencionais no país**, uma média de 160,2 mortes por dia. O cálculo das mortes violentas intencionais utiliza como indicadores o número de homicídios dolosos, latrocínios, lesão seguida de morte, morte por intervenção policial e vitimização policial.

No quadro a seguir, são apresentados os percentuais de composição das mortes violentas intencionais no Brasil, na qual percebemos que os homicídios dolosos correspondem a 89,3% das mortes. Esta categoria é seguida por mortes provocadas pela polícia (5,2%), latrocínio (3,5%), lesões seguidas de morte (1,3%) e vitimização policial (0,7%).

Gráfico 4.1 – Composição das mortes violentas intencionais, Brasil, 2014

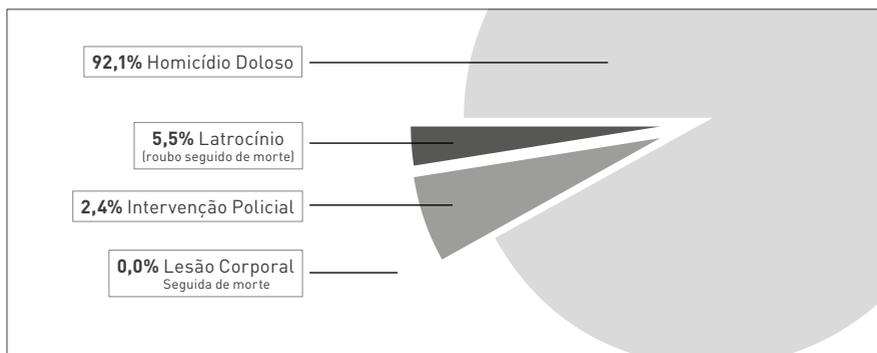


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Deste total assustador de mortes violentas, **28,4%** delas ocorreram em **capitais**. Para Pedro Abramovay, no ano de 2014 nenhum país do mundo sem guerra declarada teve mais homicídios que o Brasil. É um verdadeiro genocídio da nossa população. Em geral, o perfil das vítimas é de população jovem, pobre e negra, conforme dados demonstrados pelo Mapa da Violência de 2015, em que se comprovou que morrem 2,5 mais negros por armas de fogo do que brancos.

No Rio Grande do Sul, o total de mortes de violentas intencionais em 2014 foi de **2.483**, apresentando uma taxa de 22,2 mortes para cada 100 mil habitantes. Comparando com o ano de 2013, houve um aumento de 21,1% de ocorrências. A composição das mortes violentas intencionais no estado está expressa no quadro a seguir:

Gráfico 4.2 – Composição das mortes violentas intencionais Rio Grande do Sul, 2014



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. Elaboração própria.

Outra variante de crimes praticados por agentes do estado, a letalidade policial, tem sido tratada com tabu pelos gestores. Nas esferas de poder, pouco ou quase nada se fala das estatísticas preocupantes com relação à atuação das forças policiais, tanto civis quanto militares, especialmente no que diz respeito a mortes decorrentes de intervenção policial.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 registrou que, entre 2009 e 2013, **11.197 pessoas foram mortas pela polícia**, bem como **1.770 policiais mortos no Brasil**. Concluiu ainda que em apenas cinco anos as polícias do país mataram tantas pessoas quanto a polícia norte-americana em três décadas. Portanto, o país também aparece à frente das estatísticas internacionais como um dos países em que a polícia mais mata e também mais morre no mundo.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, em 2014, o Brasil registrou um aumento de 37,2% da letalidade policial em relação a 2013. Foram 3.009 vítimas em todo país, considerando que estados como Rio Grande do Norte e Roraima não informaram seus registros de mortes causadas por intervenção policial. Pela média, **a cada 3 horas** em 2014, uma pessoa foi morta pela polícia no país.

A morte decorrente de intervenção policial representou 4% do total de mortes violentas registradas pelo estudo, sendo superior em 46,6% ao número de latrocínios registrados no mesmo ano de 2014.

Quanto à vitimização de policiais, representou 0,7% dos homicídios ocorridos no país, sendo que 70% dos registros se referem a policiais que estavam fora de serviço. Cano (2015, p. 29), ao analisar a razão entre a morte de civis por intervenção policial e policiais assassinados em serviço, demonstra que esta razão ultrapassa **20 para 1**, o que já está consagrado na literatura internacional como um claro indício do uso excessivo da força por parte do Estado.

O **Rio Grande do Sul** acompanhou a dinâmica nacional, pois registrou um **aumento de 37% de casos de mortes decorrentes da ação policial**, uma vez que foram de 42 (2013) para 62 (2014). Com relação à vitimização policial, ocorreu uma diminuição de registros, passando de 5 policiais mortos em serviço no ano de 2013 para 1 em 2014 (também assassinado em serviço).

Quanto ao crime de **estupro**, o Anuário aponta que foram registrados **47.646 casos** no país em 2014, uma redução de 6,7% comparando com 2013. Entretanto, os pesquisadores alertam para a subnotificação. O crime de estupro é um dos mais subnotificados, sendo a média de registros

policiais de crime de apenas 35% das ocorrências, segundo pesquisas internacionais. Conforme Bueno (2015), uma pesquisa do **IPEA** intitulada *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* indica que apenas 10% dos casos são notificados e estima que, **no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas anualmente no país**. A subnotificação pode ocorrer por inúmeras variáveis: o estupro ser próximo da vítima, incluindo familiares; a cultura machista de criminalização da vítima; a violência sexual contra crianças e a dificuldade de adultos em perceberem esta brutal violência, ou até mesmo a negligência. De qualquer maneira, os dados com relação a este crime hediondo, majoritariamente praticado contra as mulheres, são estarrecedores.

No **Rio Grande do Sul** foram notificados **2.722 casos de estupros** no ano de 2014, uma taxa de 24,3 ocorrências a cada cem mil habitantes. Em 2013 a notificação foi de 3.147 registros, logo ocorreu uma variação negativa de 13,5%. Entretanto, aplicando o estudo do IPEA quanto à taxa de notificação, é possível estimar que ocorreram 27.220 casos de estupros no estado em 2014.

Frente a este quadro grave é urgente uma reformulação nas políticas de segurança pública. Entretanto, são corriqueiros nos debates sobre a crise da segurança pública os discursos (e projetos) de perpetuação e até aprofundamento da lógica atual de encarceramento massivo, seletividade penal, criminalização da pobreza e execuções extrajudicial justificadas pela falida Guerra às Drogas. O aumento anual dos indicadores de violência, como as mortes intencionais, deve levar estados e municípios a analisarem estes resultados como parte destas decisões e/ou a ausência delas.

Violência no Rio Grande do Sul e Porto Alegre

A seguir analisaremos as informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e pelo Estado-Maior da Brigada Militar a CEDECONDH. Na seqüência, apresentaremos os indicadores criminais de Porto Alegre no intervalo de quatro anos para analisarmos os percentuais de aumento ou diminuição de ocorrências criminais.

A Segurança Pública em Números – Porto Alegre

Em Porto Alegre, conforme o quadro a seguir, atuam os seguintes batalhões:

Quadro 4.3 - Batalhões da PM (BPM) atuantes em Porto Alegre (2014)

1º BPM - Batalhão de Ferro	Rua Dezesete de Junho, 387 Bairro Menino Deus, Porto Alegre	(51) 3288.3265 / 3280
9º BPM - Batalhão Voluntários da Pátria	Av. Praia de Belas, 800 Bairro Praia de Belas, Porto Alegre	(51) 3288.3200 / 3201
11º BPM - Batalhão do Coronel Farrapos	Rua Roque Callage, 58 Bairro Passo D'Areia, Porto Alegre	(51) 3341.1881 / 3088
19º BPM - Batalhão Partenon	Av. Cel. Aparício Borges, 2505 Bairro Partenon, Porto Alegre	(51) 3288.4273 / 4272
20º BPM - Batalhão Sarandi	Rua Emílio Stefani Aluizio, 89 Bairro Jardim Lindóia, Porto Alegre	(51) 3368.9050 / 9051
21º BPM - Batalhão Restinga	Rua Valter Perachi Barcelos, 4616 Bairro Restinga, Porto Alegre	(51) 3250.1284 / 1265
4º RPMON	Av. Cel. Aparício Borges, 2351 Bairro Partenon, Porto Alegre	(51) 3288.4300 / 4307
1º BOE	Rua Silvado, 630 Bairro Partenon, Porto Alegre	(51) 3288.4243 / 4221

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar.

Na série a seguir é possível observar o crescimento dos homicídios dolosos (com intenção de matar). O ano de 2014 registrou o maior número de homicídios dolosos da série. Em comparação com indicadores de 2011 a 2014, contabilizando um aumento de **70,12%** deste tipo de crime.

Também os delitos relacionados a armas e munições chegaram à maior marca no intervalo, com mais de mil ocorrências. Em relação a 2013, muitos crimes cresceram: furtos, furto de veículo, roubos, latrocínio, roubo de veículo, extorsão mediante sequestro e estelionato. Diminuíram, com relação a 2013, homicídios dolosos de trânsito, extorsão, delitos relacionados à corrupção, posse de entorpecentes e tráfico de entorpecentes.

Quadro 4.4 – Série de indicadores criminais Porto Alegre – 2011 a 2014

Porto Alegre	Homicídio Doloso	Homicídio Doloso de Trânsito	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio
2011	395	7	33.258	2.775	14.111	12
2012	457	3	33.720	3.586	15.815	15
2013	459	4	35.875	3.911	19.182	25
2014	572	2	37.432	4.075	24.308	26
Porto Alegre	Roubo de Veículo	Extorsão	Extorsão Mediante Sequestro	Estelionato		
2011	5.507	103	5	5.326		
2012	6.135	89	2	5.140		
2013	6.488	98	5	4.970		
2014	6.936	70	6	4.974		
Porto Alegre	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos. Relacionados à Armas e Munições	Entorpecente - Posse	Entorpecente - Tráfico	Total	
2011	25	812	1.024	2.747	57.177	
2012	66	557	839	2.957	60.357	
2013	82	941	1.003	3.082	66.577	
2014	52	1.010	842	2.831	73.162	

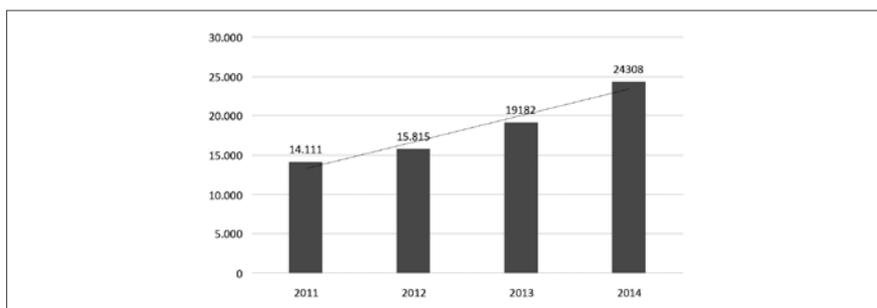
Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar.

Em linhas gerais podemos constatar que houve um aumento progressivo de crimes em Porto Alegre. À exceção de estelionato, homicídio doloso no trânsito, extorsão e entorpecentes – posse, todos os demais indicadores tiveram aumento de ocorrências entre 2011 a 2014.

Com relação aos furtos, estes passaram de 33.258 em 2011 para 33.720 em 2012, 35.875 em 2013 e 37.522 em 2014. Um aumento de **11,36%** entre 2011 e 2014.

Os roubos tiveram um aumento bastante elevado. Saltaram de 14.111 registros em 2011 para 24.347 em 2014. Um aumento de 72,53% na série histórica, sendo que apresentou crescimento anual.

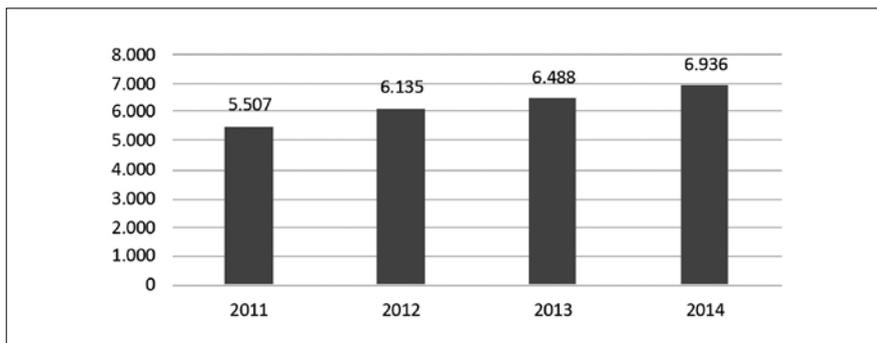
Gráfico 4.5 – Roubos em Porto Alegre – 2011 a 2014



Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar. Elaboração própria.

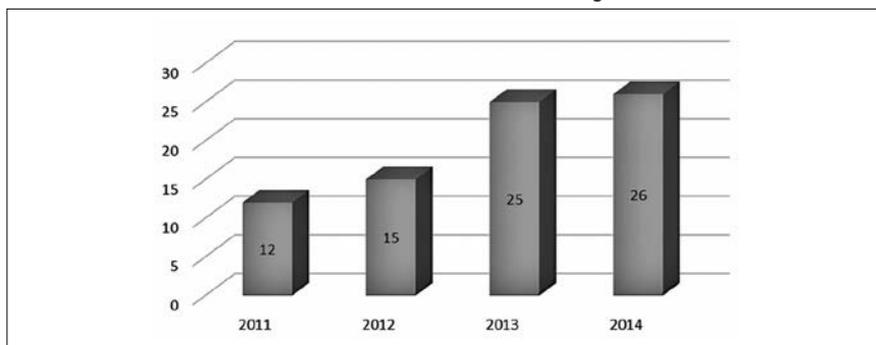
Com relação aos furtos de veículos, observamos um aumento de 46,99%. Já os roubos de veículos passaram de 5.507 em 2011, 6.135 em 2012, 6.488 em 2013 para 6.938 em 2014, representando 25,98% de aumento entre 2011 a 2014. A média de carro roubados no ano de 2014 foi de 19 por dia.

Gráfico 4.6 – Roubos de veículos em Porto Alegre – 2011 a 2014



Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar. Elaboração própria.

Gráfico 4.7 – Latrocínio em Porto Alegre – 2011 a 2014

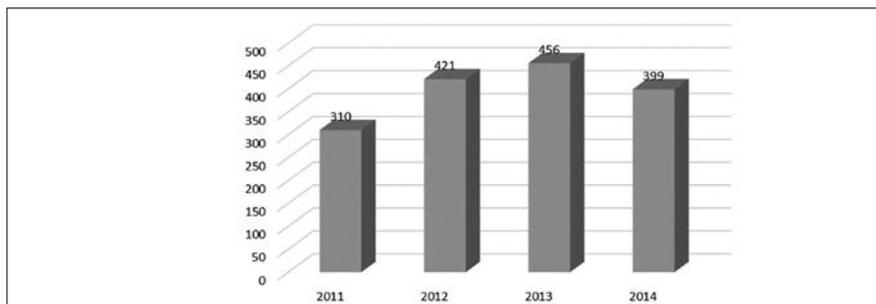


Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar. Elaboração própria.

Os furtos de veículos também aumentaram 46,99%, com uma média de 11,17 veículos furtados diariamente em Porto Alegre no ano de 2014. No caso de **latrocínio**, roubo seguido de morte, temos que passaram de 12 em 2011 para 26 casos em 2014. Em termos percentuais o aumento foi de **116,6%**.

Quanto ao crime de estupro, já referido no *Capítulo III – Mulheres e no título Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, observamos um aumento com relação ao ano de 2011 para 2014 de 28,7%, ainda que no último ano da série tenha havido uma diminuição do número total de estupros de 12,5%.

Gráfico 4.8 – Estupros consumados em Porto Alegre – 2011 a 2014

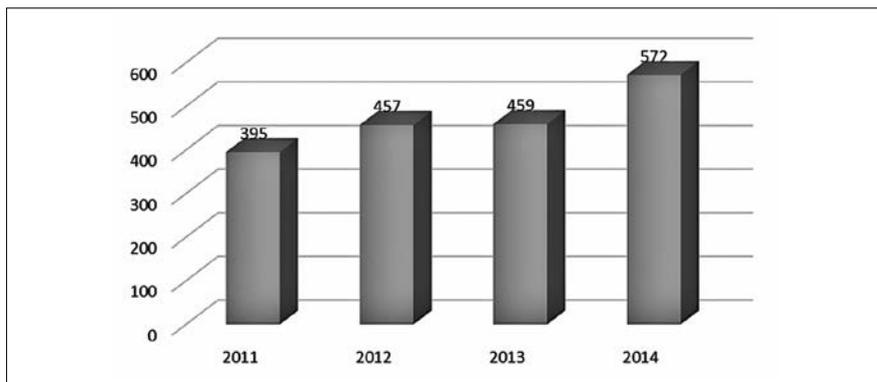


Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar. Elaboração própria.

Os delitos relacionados a armas e munição tiveram um aumento de 24,87% entre a série histórica. O registro de tráfico de entorpecentes teve pequeno aumento entre os anos de 2011 e 2012 (de 2747 casos para 2.957 e 3082 respectivamente) e pequena diminuição em 2014, com 2836, comparando com o ano anterior, 246 registros a menos. Na série histórica de 2011 a 2014, temos um aumento de 3% nas ocorrências criminais com este delito.

No caso dos homicídios dolosos (quando há intenção de cometer o crime), constatamos um aumento progressivo, de 44,8% dos registros entre 2011 e 2014.

Gráfico 4.9 – Homicídio doloso em Porto Alegre – 2011 a 2014



Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar. Elaboração própria.

Pelos dados da Brigada Militar, em 2014, a cada dia, 1,5 pessoa perdeu a vida fruto da violência social no município.

Registro de Homicídios por Batalhão da Brigada Militar

De acordo com os dados do Ofício nº 1396/Sec Exec EMBM/2015, do Estado-Maior da Brigada Militar, a instituição registrou a ocorrência de 208 homicídios por Batalhão em Porto Alegre, no ano de 2014. A diferença entre os registros totais da Brigada Militar e as ocorrências por Batalhão podem ser decorrentes de aplicação de metodologias diferentes, por exemplo quando a vítima já é encontrada sem vida (indo direto para o IML) ou quando é encontrada ferida e é dada entrada em hospitais.

Dos 208 homicídios, 53 ocorrências foram contabilizadas nas áreas de atuação do 19º BPM e do 21º BPM (Sudeste e Extremo Sul da Capital, respectivamente). Outras 43 foram registradas na área de atuação do 1º BPM (Sul), 28 no 20º BPM (Nordeste), 26 no 9º BPM (Região Central e bairro Arquipélago) e 5 no 11º BPM (Norte).

Quadro 4.10 – Homicídios divididos por Batalhão em Porto Alegre, 2014

OPM	1º BPM	11º BPM	19º BPM	20º BPM	21º BPM	9º BPM	Total
Homicídios	43	5	53	28	53	26	208

Fonte: Módulo de Cadastramento de Operações da Brigada Militar.
Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar.

Identificamos que as áreas centrais da cidade registram menos ocorrências de homicídios, assim como a Zona Norte, nas imediações do bairro Passo d'Areia. Por outro lado, as áreas que possuem maior vulnerabilidade socioeconômica, tais como Extremo Sul (bairros Restinga, Lajeado, Lami, entre outros), Sudeste (Lomba do Pinheiro, Agronomia, entre outros), Sul (Vila Nova, Cavalhada e outros) e Nordeste (Sarandi, Rubem Berta, Mário Quintana e outros), somadas significam 84% do total de ocorrências registradas de homicídios (175 casos).

Homicídios em Porto Alegre, segundo registros de Saúde

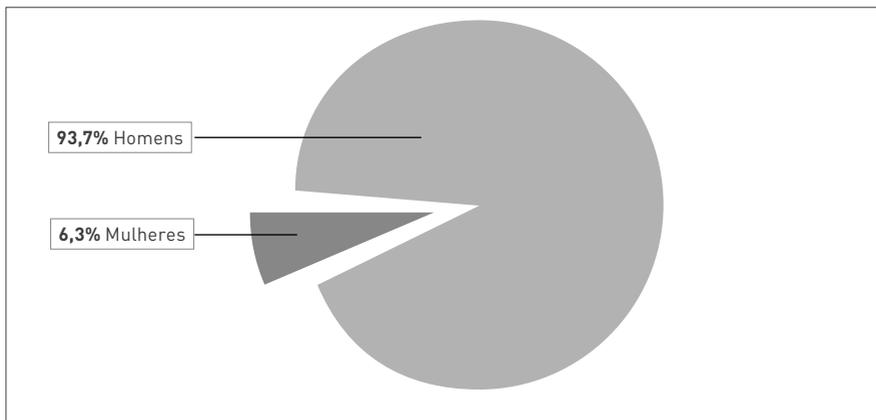
Conforme os dados ainda não consolidados do SIM¹, em 2014, foram 652 pessoas vítimas de homicídio. Utilizamos os dados apresentados pela SMS de Porto Alegre, observando o indicador **de taxa de mortalidade – causas externas, contabilizando todas as agressões consideradas indicadores de homicídios**. Este é o mesmo método de coleta de dados e análise utilizado no Mapa da Violência.

Comparando os dados do SIM com os publicados pela SSP, há uma diferença entre eles. O fato dos latrocínios não serem contabilizados dentro de homicídios dolosos pela SSP pode ser um dos fatores que acarretem nesta diferença, bem como o fato do SIM não separar vítimas de outras cidades que vieram a óbito na cidade de Porto Alegre ou o número de homicídios culposos (sem intenção de matar).

Pelo SIM podemos apresentar o perfil das vítimas. Quanto ao sexo biológico foram 41 mulheres, das quais 25 brancas, 8 pretas e 8 pardas, e 611 homens, dos quais 387 brancos, 116 pretos, 99 pardos, 1 indígena e 8 não informados.

¹ O SIM é de responsabilidade do Ministério da Saúde, fruto da unificação de mais de 40 procedimentos de coleta de informações sobre mortalidade utilizados até 1975 no país. A fonte de coleta de dados é causa *mortis* atestado pelo médico. As secretarias municipais de saúde têm a responsabilidade da coleta dos dados entre os estabelecimentos de saúde e outras instituições.

Gráfico 4.11 – Perfil das vítimas de homicídio por sexo biológico, segundo SIM

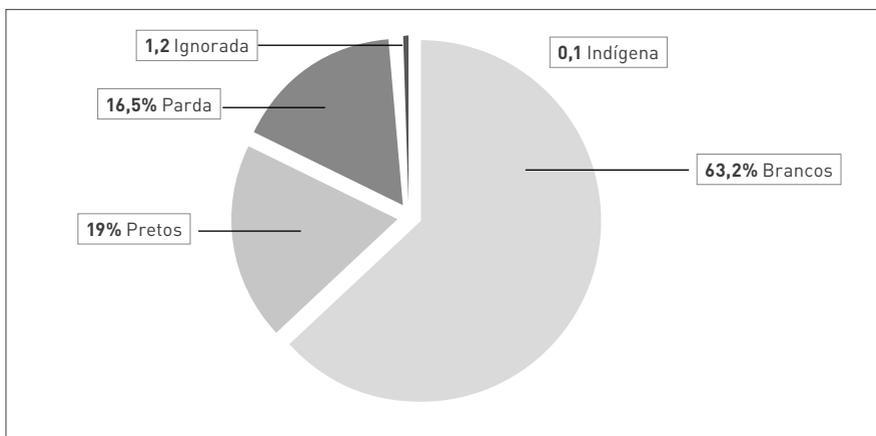


Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade, Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde/SMS/PMPA, 2014.

Quanto às vítimas por raça, temos que 412 eram brancos, 124 pretos, 107 pardos, 1 indígena e 8 com raça/cor ignorada.

No que tange à raça/cor é importante frisar que a totalidade “negros” é a soma das pessoas autodeclaradas pretas e das autodeclaradas pardas. Portanto, observamos que 63,2% das vítimas eram brancas, 35,5% negras e 0,1 indígenas. Pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010, 20,2% da população de Porto Alegre é negra.

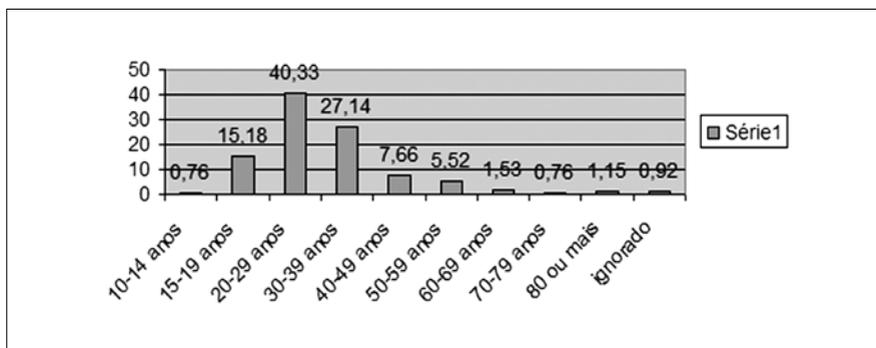
Gráfico 4.12 – Perfil das vítimas de homicídio por raça/cor, segundo SIM



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade, Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde/SMS/PMPA, 2014.

Quanto à faixa etária, 5 tinham entre 10 e 14 anos, 99 entre 15 a 19 anos, 263 de 20 a 29 anos, 177 de 30 a 39 anos, 50 de 40 a 49 anos, 36 de 50 a 59 anos, 10 de 60 a 69 anos, 5 de 70 a 79 anos, 1 com 80 anos ou mais e 6 idade ignorada. No gráfico a seguir podemos observar em termos percentuais a composição das vítimas por faixa etária.

Gráfico 4.13 – Perfil das vítimas de homicídio por faixa etária, segundo SIM



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade, Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde/SMS/PMPA, 2014.

A maior parte das pessoas que foram vítimas da violência era de jovens de 10 a 29 anos, 56,27% das pessoas assassinadas no ano de 2014, seguida por 27,14% de pessoas entre 30 a 39 anos.

Indicadores de eficiência da Brigada Militar

Os dados com relação aos indicadores de eficiência da Brigada Militar e da Polícia Civil são disponibilizados no site da SSP pelo Departamento de Gestão da Estratégia Operacional (DGEO) – Divisão de Estatística Criminal. Os dados são de 2007 em diante. Escolhemos a mesma série histórica de 2011 a 2014 para analisar.

Quadro 4.14 - Indicadores de Eficiência da Brigada Militar no RS 2011 - 2014

	2011	2012	2013	2014
Armas de fogo apreendidas	4548	5391	5.129	5.482
Armas brancas apreendidas	10.053	13.731	12.919	11.866
Assistências realizadas	309.575	570.886	645.917	522.781
CNH Apreendidas	16.897	18.696	17.366	15.914
Drogas apreendidas (g)	3.635.724	2.975.231	1.795.296	4.510.037
Inspeção em bares	471.361	542.350	409.490	358.261
Inspeção em casas noturnas	60.136	50.877	49.079	41.187
Inspeção em desmanches	15.976	8.765	4.898	5.623

Continua na próxima página ➔

Prisões de foragidos	3.919	3.872	3.592	3961
Prisões realizadas pela instituição	139.971	148.726	153.525	146.185
Veículos autuados	389.467	477.176	502.868	558.723
Veículos fiscalizados	8.432.641	6.707.577	6.816.641	5.894.956
Veículos recolhidos	86.026	95.291	96.785	92.029
Veículos recuperados	7.593	10.687	11.813	13.118

Fonte: Secretaria de Segurança Pública.

Podemos observar o aumento de 20,5% na apreensão de armas de fogo entre 2011 a 2014. A apreensão de armas brancas apresentou um aumento de 18%. Chama a atenção a diminuição de inspeção em desmanches, com o decréscimo de 31,5% entre este período. Os indicadores de criminalidade relacionados a roubo de veículo e furto de veículo tiveram aumento de 25,98% e 46,99%, respectivamente, em Porto Alegre na série histórica 2011 a 2014. Justamente uma das principais linhas de investigação e de combate a este tipo de delito que é a inspeção em desmanches teve uma diminuição significativa de registros de atuação.

Com relação à inspeção de veículos, embora observemos a diminuição do total de veículos fiscalizados (de 8.432.641 em 2011 para 5.894.854 em 2014), houve aumento de veículos recuperados, passando de 7.593 em 2011 para 13.118 em 2014, um aumento de 72,76%.

No quadro a seguir apresentamos os indicadores de eficiência da Brigada Militar por Batalhão das instituições em Porto Alegre.

Quadro 4.15 - Indicadores de Eficiência dos Batalhões da BM em Porto Alegre - 2014

Indicadores de Eficiência da Brigada Militar por Batalhão					
Unidade	Foragidos	Estabelecimentos Fiscalizados	Veículos Recolhidos	Veículos Autuados	Veículos Fiscalizados
1º BPM	183	2535	675	1616	7874
9º BPM	233	6515	1877	2284	20646
11º BPM	188	18553	898	2607	28247
19º BPM	107	5401	1061	1133	7332
20º BPM	116	5014	248	517	15825
21º BPM	78	1327	271	342	2547
4º RPMON	5	504	45	472	660
BOE	58	1291	62	202	8545
Total	898	41140	5137	9180	91676

Com relação à eficiência por Batalhão, temos que o 11º BPM foi responsável pelos maiores registros de estabelecimentos fiscalizados (18.553), veículos autuados (2.607) e veículos fiscalizados (28.247). Quanto a veículos recolhidos e o maior número de prisão de foragidos, o 9º BPM foi o que efetuou o maior número de ocorrências, 1.877 e 233 respectivamente.

Nos próximos quadros, temos o registro de apreensão de armas e drogas por Batalhão da Brigada Militar:

Quadro 4.16 – Número de Armas Apreendidas por Batalhão – 2014

Unidade	Pistola	Espingarda	Carabina	Submetra- lhadora	Trabuco	Fuzil	Garrucha	Revólver
1º BPM	127	21	1	1	1	0	6	329
11º BPM	42	5	1	0	0	1	0	187
19º BPM	49	4	2	2	0	0	1	119
20º BPM	81	21	4	1	0	4	3	185
21º BPM	62	23	0	0	0	0	3	202
4º RPMON	0	0	0	0	0	0	0	3
9º BPM	22	1	0	0	0	0	2	96
BOE	48	2	1	5	0	3	2	105
Total	431	77	9	9	1	8	17	1226

Fonte: Módulo de Cadastramento de Operações da Brigada Militar.

Conforme o Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014, foram 1.126 armas apreendidas no ano de 2013. De acordo com os dados disponibilizados pela BM, em 2014 foram 1.778. O 1º BPM, responsável pela Zona Sul da cidade, foi o responsável pelo maior número de apreensão de armas (com 486 armas apreendidas), seguido pelo 20º Batalhão, responsável pela Zona Norte da cidade (com 299 armas apreendidas).

Indicadores de Eficiência da Polícia Civil

No quadro a seguir apresentamos os indicadores de eficiência da Polícia Civil em Porto Alegre, em um comparativo entre os anos de 2011 até 2014. Os dados podem ser consultados no site da Secretaria de Segurança Pública do RS.

Quadro 4.17 – Indicadores de Eficiência da Polícia Civil do RS – 2011 a 2014

	2011	2012	2013	2014
Ocorrências criminais	736.516	761.264	775.160	780.415
Armas de fogo apreendidas	7.283	7.563	8.256	7.912
Flagrantes elaborados	26.940	25.947	30.670	27.254
Presos em flagrante	27.910	27.959	33.433	30.240
Inquéritos Policiais remetidos	222.160	191.548	186.529	171.589
Termos Circunstanciados remetidos	165.191	153.642	151.510	141.910
PEAs remetidos	25.525	24.001	24.998	23.617
Diligências atendidas para a justiça	54.673	35.616	30.728	25.482
Foragidos recapturados	5.036	5.780	5.662	4.035
Prisões realizadas	5.275	5.653	4.988	5.476
Mandados de busca e apreensão	16.146	13.839	14.907	14.406
Veículos recuperados	15.430	16.524	18.698	20.047
Apreensão de adolescente	27.817	28.506	30.692	30.704

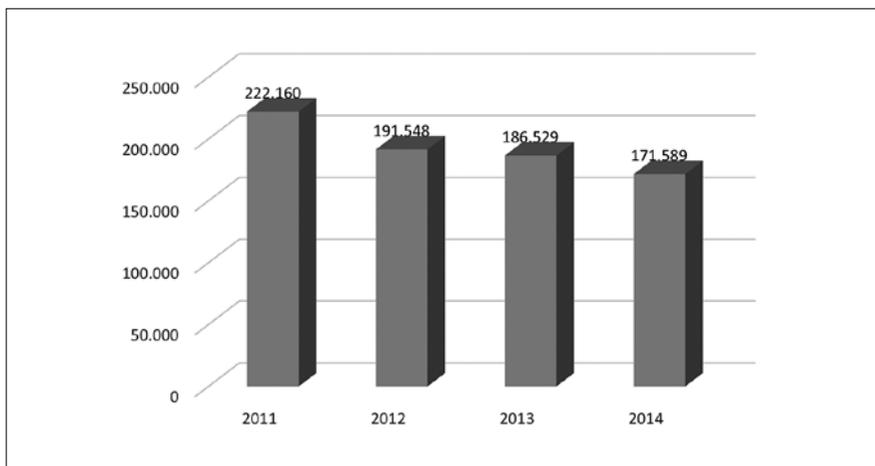
Fonte: Diplanco – Polícia Civil – 12/01/2015.

Em comparação com 2011, temos um aumento de 5,22% dos registros de ocorrências criminais, contabilizando 780.415 ocorrências no ano de 2014.

A apreensão de armas foi um dos indicadores que mais cresceu entre 2011 a 2013, registrando 13,5% de aumento, com redução de 4,16% de ocorrências entre 2013 e 2014. Uma diminuição pequena, sendo que os números ainda demonstram grande quantidade de armas circulando na sociedade. A média de apreensões diárias no ano de 2014 foi de quase **22 armas por dia**.

Com relação a veículos recuperados, temos um aumento de 29,92% dos índices de eficiência quanto a este quesito, saltando de 15.430 veículos recuperados em 2011 para 20.047 em 2014.

Gráfico 4.18 – Inquéritos Policiais remetidos pela PC no RS – 2011 a 2014



Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Polícia Civil. Elaboração própria.

Com relação aos inquéritos remetidos, os números são decrescentes desde 2011. Na série histórica, a redução é de 22,59%. Um dado extremamente preocupante, pois significa a redução da remissão dos inquéritos ao Poder Judiciário para eventual punição dos delitos. É impossível fazer uma avaliação qualitativa das provas apresentadas (prova pericial e outras provas além de testemunhos) nestes inquéritos, pois se a redução dos inquéritos remetidos fosse em decorrência da melhoria da composição dos mesmos, o aumento das investigações dos crimes contra a vida seria um dado importante para a efetivação de uma política de Segurança Pública. Para isso, seria importante a Polícia Civil apresentar Relatórios Anuais qualitativos, indicando não só as ocorrências criminais, mas quantas delas geraram o inquérito além do tipo de provas apresentadas.

Secretaria Municipal de Segurança Pública

Diferentemente da SSP/RS, a Secretaria Municipal de Segurança (SMSeg) respondeu nosso ofício ainda em maio de 2015, apresentando o efetivo e distribuição da Guarda Municipal, os índices de produtividade relacionados ao exercício de 2014 e as ocorrências atendidas por território.

As atribuições da SMSeg foram instituídas pela Lei nº 11.399/2012 (que separou as Secretarias de Segurança e de Direitos Humanos), com competência para atuar no planejamento, coordenação e controle das políticas de segurança comunitária e prevenindo a violência com a participação da sociedade através dos Fóruns Regionais de Segurança e Conselho Municipal de Justiça. A SMSeg é responsável pelo Gabinete de Gestão Integrada (GGIM) e pela Guarda Municipal (GM).

A Guarda Municipal de Porto Alegre atualmente dispõe de um efetivo de 507 agentes. Apresenta uma defasagem de 38 agentes em comparação com o Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014 (quando a GM contava com 545 integrantes), e uma defasagem de 125 agentes comparada com o número de cargos de guardas municipais.

Como estrutura, a GM dispõe de 75 veículos, sendo 7 carros administrativos, 2 do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), 30 viaturas operacionais e 27 motocicletas. Administra 47 câmeras de videomonitoramento próprias da GM, espelhamento com a EPTC em 101 câmeras e 506 da SMED. Conta ainda com 99 guarnições motorizadas durante o dia e 95 no turno da noite.

Quadro 4.19 – Distribuição do efetivo de guarnições motorizadas da Guarda Municipal (2015)

Distribuição Efetivo Guarnições Motorizadas + COGM		
	Dia	Noite
Humaitá	6	6
M. Deus	6	5
Cruzeiro	7	6
Partenon	5	6
Leste	6	6
Restinga	9	6
Norte	6	6
E. Baltazar	5	6

Continua na próxima página ➤

Pinheiro	6	6
E. Sul	6	6
Fiscalização	0	8
COGM - CEIC - GMO'S EQ.	17	21
Equipe Operacional	3	2
Serviço de Inteligência	0	3
GEM	17	2
Total por turno	99	95
Total Geral Efetivo	194	

Fonte: Ofício nº 203, de 29 de maio de 2015 - SMSeg.

Indicadores de produtividade da Guarda Municipal

A atuação da Guarda Municipal é dividida por áreas geográficas. São elas: Humaitá, Menino Deus, Cruzeiro, Partenon, Leste, Restinga, Norte, Baltazar, Pinheiro e Extremo Sul. Como metodologia de avaliação de produtividade, a SMSEG utiliza a divisão das áreas de atuação por tipo de ocorrência: 1) Ocorrência Geral; 2) Ocorrências nas escolas municipais; e 3) Ocorrências atendidas pelo Disque Pichação.

Para efeitos deste trabalho, realizamos uma comparação com os índices de produtividade de 2013, constatando-se uma redução de 32% das ocorrências registradas pela Guarda Municipal, foram 945 atendimentos em 2013 e 649 em 2014.

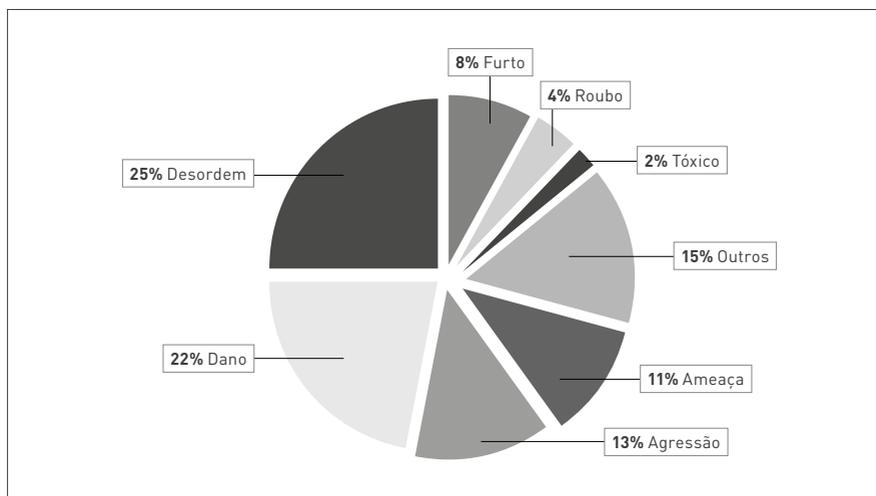
Quadro 4.20 – Produtividade da Guarda Municipal, por ocorrências, em 2014

Ocorrências 2014													
Tipificações	*Hm	MD	Cz	Pt	Lt	Rt	Nt	EB	Pi	ES	Gem	Totais	
Agressão	6	7	12	7	11	13	8	4	13	3	1	85	
Ameaça	1	0	13	6	2	7	8	10	7	13	2	69	
Ato Obsceno	1	2	0	0	1	0	0	1	0	0	6	11	
Dano	14	18	21	6	18	17	15	4	3	14	15	145	
Desacato\Desobediência	1	3	0	1	0	2	1	1	1	1	1	12	
Desordem	8	12	25	11	23	15	18	21	14	11	0	158	
Embriaguez	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	4	
Encontro de Cadáver	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
Furto	5	8	4	2	6	7	4	5	1	4	8	54	
Furto de Veículos	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2	1	5	
Homicídio	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	4	
Incêndio	3	0	0	0	2	1	1	0	1	0	2	10	
Invasão Pública	0	0	3	1	1	1	3	8	0	1	1	19	
Manifestação Pública	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	
Oc. videomonitoramento	6	0	1	0	0	0	1	0	0	0	16	24	
Roubo	5	0	4	1	0	3	1	0	0	1	8	23	
Tóxicos	0	0	1	0	1	4	1	1	1	2	4	15	
Total	54	50	81	36	63	70	61	55	43	53	63	649	

Fonte: Ofício nº 203, de 29 de maio de 2015 - SMSeg.

As áreas que registraram mais ocorrências foram respectivamente: Cruzeiro (81), Restinga (70) e Zona Leste (63), representando 32%. Em relação a 2013, houve uma redução bastante acentuada de registro de ocorrências gerais e por região. Por exemplo, a Restinga em 2013 contabilizou 113 ocorrências, enquanto em 2014, 70, ou seja, uma redução de 39%. Esta diminuição de ocorrências ocorreu em todas as dez regiões, podendo representar uma subnotificação da GM.

Gráfico 4.21 – Ocorrências da Guarda Municipal por tipo, 2014



Fonte: Ofício nº 203, de 29 de maio de 2015 – SMSeg. Elaboração própria.

A maior parte das ocorrências foi: Desordem (25%), Dano (22%) e Agressões (13%). Segue a mesma dinâmica dos dados coletados em 2014, embora o total de ocorrências tenha diminuído.

A SMSeg forneceu os dados referentes aos principais tipos das ocorrências gerais atendidos no ano de 2014 separadas por bairros e Regiões do Orçamento Participativo. Os registros são divididos em: ocorrências contra a sociedade, ocorrências contra a pessoa e ocorrências contra o patrimônio. Apresentamos a seguir cada categoria os registros referentes a crimes contra a pessoa, divididos pelas ROPs do município.

Ocorrências contra a pessoa

A Guarda Municipal considera ocorrências contra a pessoa os indicadores de “roubo”, “agressão/ameaça/desacato” e “homicídio”.

Sobre as ocorrências de roubo, temos que das 23 atendidas em 2014, 13 foram na ROP Centro (sendo 5 no bairro Centro, 3 no bairro Praia de Belas, 2 no bairro Farrroupilha, 1 no bairro Independência, 1 na Cidade Baixa e 1 no bairro Santana). No bairro Restinga (ROP Restinga) foram atendidas quatro (4) ocorrências de roubo, além de duas no bairro Medianeira e uma no bairro Santa Tereza (ambas da ROP Cruzeiro).

As ocorrências de agressão, ameaça e desacato foram informadas agregadas, sendo impossível separá-las por bairros. Ainda assim, das 166 ocorrências (85 de agressão, 69 de ameaça e 12 de desacato) temos a ROP Centro e a ROP Lomba do Pinheiro praticamente empatadas, com 22 e 21 ocorrências, respectivamente. Os bairros que apresentaram os maiores valores no indicador são: Lomba do Pinheiro (ROP Lomba do Pinheiro) com 21 registros; Restinga (ROP Restinga) com 18 registros; Sarandi (ROP Norte) com 11 registros; São José (ROP Partenon) e Bom Jesus (ROP Leste), com 10 registros cada; e Centro (ROP Centro) com 9 registros.

Sobre as quatro (4) ocorrências de homicídio atendidas pela Guarda Municipal no ano de 2014, um (1) aconteceu no bairro Cascata (ROP Glória, registrada na região “Cruzeiro” da referência da GM), um aconteceu no bairro Campo Novo (ROP Centro-Sul, registrada na região “Extremo Sul” da referência da GM) e dois (2) aconteceram no bairro Vila Nova (ROP Centro-Sul).

É possível perceber que entre as ocorrências contra a pessoa, assim como as contra a sociedade, novamente concentram-se mais na ROP Centro (35 ocorrências – 18,1%), seguidas pelas ROPs Restinga (22 ocorrências – 11,4%) e Lomba do Pinheiro (21 ocorrências – 10,9%). Novamente a ROP Ilhas não apresentou nenhum registro no indicador, assim como a ROP Noroeste; a ROP Humaitá-Navegantes apresentou uma única ocorrência deste tipo – uma agressão/ameaça/desacato no bairro Humaitá.

Ocorrências nas escolas

A Guarda Municipal atendeu 248 ocorrências nas 96 escolas na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Isso significa uma média de 2,5 ocorrências por escola. Em 2013, foram 342 ocorrências, constando-se a diminuição de 27,5% do total das ocorrências. As escolas das regiões Restinga (47), Zona Norte (36) e Eixo-Baltazar (31) foram as que registraram mais ocorrências.

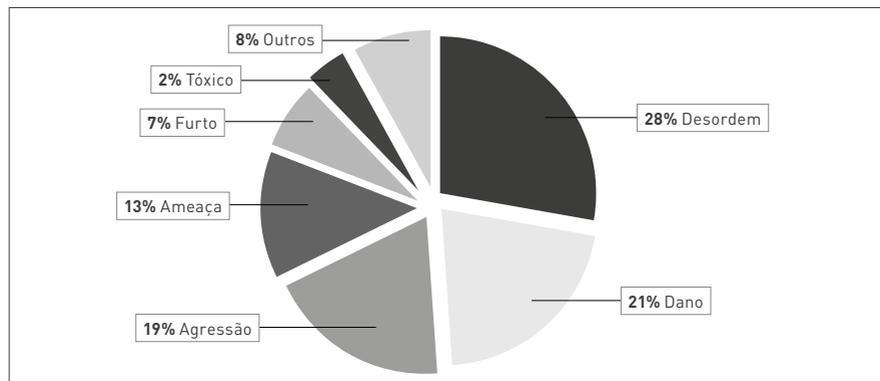
Quadro 4.22 – Ocorrências nas escolas atendidas pela Guarda Municipal, 2014

Mapa de Ocorrências 2014 - SMED											
Tipificação	Hm	MD	Cz	Pt	Lt	Rt	Nt	EB	Pi	ES	Total
Agressão	3	2	3	6	3	10	5	4	11	0	47
Ameaça	0	0	6	2	0	3	6	6	4	5	32
Ato Obsceno	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Dano	2	1	6	3	13	12	5	2	1	8	53
Desacato / Desobediência	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3
Desordem	0	1	7	5	5	9	14	13	8	6	68
Embriaguez	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Encontro de Cadáver	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Furto	1	1	2	2	4	4	1	3	0	0	18
Furto de Veículos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Homicídio	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	4
Incêndio	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Invasão Pública	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Manifestação Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oc. vide monitoramento	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Roubo	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	4
Tóxico					1	4	1	1	1	2	10
Total	7	5	25	19	26	47	36	31	25	27	248

Fonte: Ofício nº 203, de 29 de maio de 2015 - SMSeg.

O gráfico a seguir apresenta o tipo de ocorrências atendidas nas escolas municipais em 2014.

Gráfico 4.23 – Ocorrências atendidas pela GM nas escolas por tipo, 2014



Fonte: Ofício nº 203, de 29 de maio de 2015 - SMSeg. Elaboração própria.

Houve uma alteração nas dinâmicas, pois os casos em que a GM foi chamada por questões de desordem em 2013 significaram 49% dos registros, enquanto em 2014 foram 28%. Entretanto, ameaça e agressão apresentaram aumento de registros em termos percentuais. Em 2013, foram 11% e 15% respectivamente, já em 2014 representaram 13% e 19%.

Com relação aos registros recebidos pelo serviço de Disque Pichação: foram contabilizados 33 registros em 2014, sendo que houve 23 ocorrências, ou seja, uma variação negativa de 42%, pois em 2013 este serviço registrou 56 ocorrências. Diferentemente do Mapa de 2014, a região com maior concentração de pichações foi o Centro Histórico, com 19 ocorrências, totalizando 50% das ocorrências.

Sistema carcerário

O Brasil atualmente possui a quarta população carcerária do mundo, segundo o Infopen, sistema de informações estatísticas sobre o sistema penitenciário brasileiro sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Conforme o último levantamento:

Quadro 4.24 – População carcerária no Brasil, 2014

Brasil 2014	
População Prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança / Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	385
Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	229,7

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

Em função da grande população carcerária e da falta de vagas no Sistema Penitenciário, o Brasil tem um **taxa de ocupação de 161%**. Segundo o Relatório da Subcomissão da Situação Prisional do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, o Brasil é a nação com maior superlotação prisional do mundo.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, mantendo o ritmo de evolução da população carcerária no Brasil (213,4% de 1999 a 2014), **em 2030 o Brasil terá 1,9 milhão de adultos encarcerados**.

De acordo com o Infopen, **o RS é o sexto estado em número absoluto de presos**. São 250,4 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Entre 2005 e 2014, o estado apresentou um crescimento de 5.420 presos (24%).

Segundo o *Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil* publicado em junho de 2014, a população carcerária no Rio Grande do Sul até aquele momento era de 27.336 pessoas encarceradas, enquanto as vagas ofertadas nas casas prisionais totalizava 21.063, ou seja, uma superlotação **de 6.273 vagas**.

Das pessoas em privação de liberdade, 37% eram presos provisórios, ou seja, pessoas que aguardam detidas sem condenação. Isso significa que 10.114 estavam nesta condição em junho de 2014 no RS.

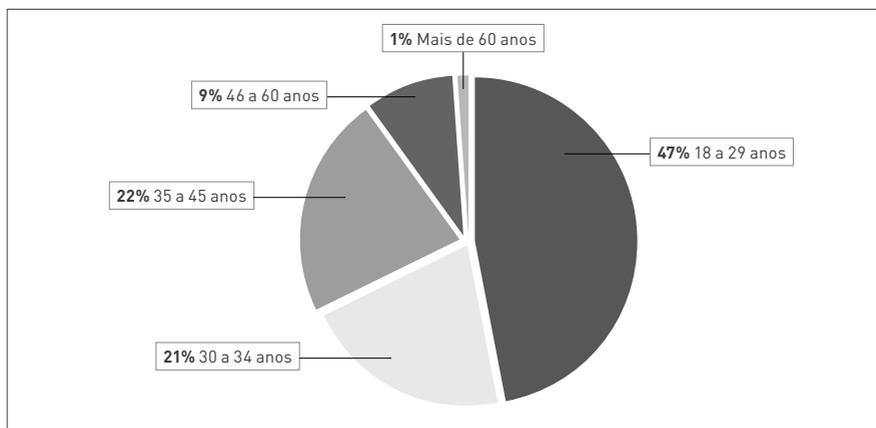
Já os que cumpriam pena em prisão domiciliar totalizavam 3.177. Contabilizando o déficit de vagas com as prisões domiciliares, **a população carcerária totalizava 30.513** e o déficit de vagas em casas prisionais **9.450** no RS.

Já o Relatório da Subcomissão da ALERGS informa que 35% dos detentos do RS estão em condição de provisórios, ou seja, estão detidos sem condenação. Mais grave ainda é que 73% destes aguardam mais de 90 dias para o julgamento.

O Mapa Carcerário da Susepe tem dados mais atualizados que incluem o ano de 2015. Entretanto, para efeitos da presente pesquisa utilizaremos os dados do Infopen e o Relatório da Subcomissão da ALERGS, pois estas duas fontes proporcionam mais profundidade na análise do perfil das populações carcerárias brasileira e gaúcha.

Com relação à faixa etária das pessoas privadas de liberdade no RS, é preciso registrar que a coleta de informações precisas é difícil. Os dados disponibilizados pelo InfoPen correspondem a 82% da população prisional no estado, o que significa que existe ausência de condições das unidades prisionais para fornecer os dados com precisão (no Brasil, apenas 55% das casas prisionais informaram ter condições de fornecer os dados da totalidade da população encarcerada em suas dependências).

Gráfico 4.25 – População carcerária no RS, por faixa etária, 2014



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

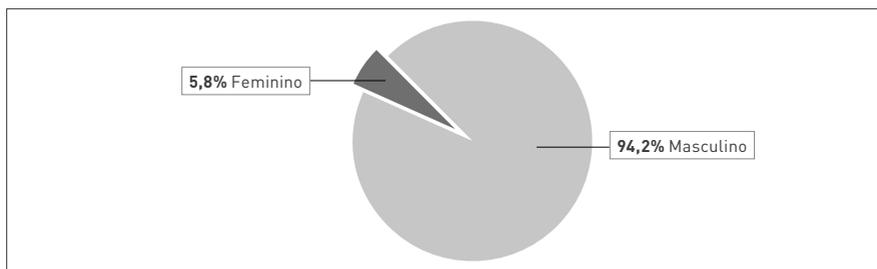
Ao passo que 46% dos apenados são jovens, esta parcela populacional significa 21% do total da população do Rio do Grande do Sul.

Gênero no sistema carcerário

Segundo o *Levantamento: Evolução da população de mulheres no sistema penitenciário brasileiro entre 2000 e 2014*, a população de mulheres no sistema penitenciário aumentou 567%. Enquanto a taxa total de aprisionamento no Brasil cresceu 119% no mesmo período, a taxa de aprisionamento feminino expandiu 460%.

Em 2000, tínhamos 6,5 mulheres presas para cada 100 mil habitantes, em 2014 passamos a 36,4 mulheres presas por 100 mil habitantes. No RS, a população carcerária feminina representa 5,8% do total de pessoas privadas de liberdade, conforme distribuição ilustrada no gráfico a seguir.

Gráfico 4.26 – Distribuição da população prisional segundo gênero, 2014



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

O estudo de Daniela Canazaro de Mello *apud* Relatório da Subcomissão da ALERGS mostra que o perfil da mulher presa gaúcha é predominantemente solteira, jovem, tem no mínimo dois filhos e, geralmente, pobre. Também se caracteriza por ter tido contato com ambiente prisional antes do encarceramento, por meio de visitas, possuindo algum integrante da família preso. O perfil relatado apresenta ainda grande incidência de histórico de violência sexual e não sexual.

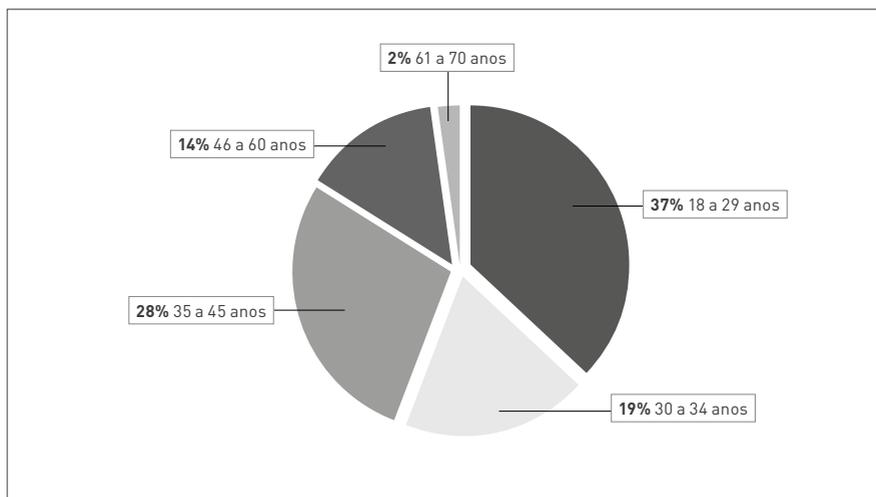
Quanto ao tipo de crime cometido pela população feminina encarcerada no RS, temos que:

Segundo, o InfoPen/2014, temos um total de 1614 mulheres cumprindo pena restritiva de liberdade no RS. O tráfico de drogas é o crime com maior percentual no RS (66%), ou seja, 1062 mulheres cumprem pena por este motivo. Homicídio Simples (19), Homicídio Qualificado (4), Lesão Corporal (1), Sequestro e

Cárcere Privado (2), Outros contra a pessoa (4). O segundo grupo de crimes que mais responde ao aprisionamento é o “Crimes Contra o Patrimônio” (119).

(ALERGS, 2015, p. 16)

Gráfico 4.27 – População carcerária feminina do RS, por faixa etária (2014)



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, InfoPen - Mulheres, junho de 2014.

Quanto à escolaridade, 3% das mulheres encarceradas no RS são analfabetas, 4% são alfabetizadas sem cursos regulares, a maioria (56%) tem o Ensino Fundamental incompleto, 11% tem o Ensino Fundamental completo, 12% tem o Ensino Médio incompleto, 11% tem o Ensino Médio completo, 3% Superior incompleto, 1% Superior completo e não há registros de mulheres presas com ensino acima do superior completo.

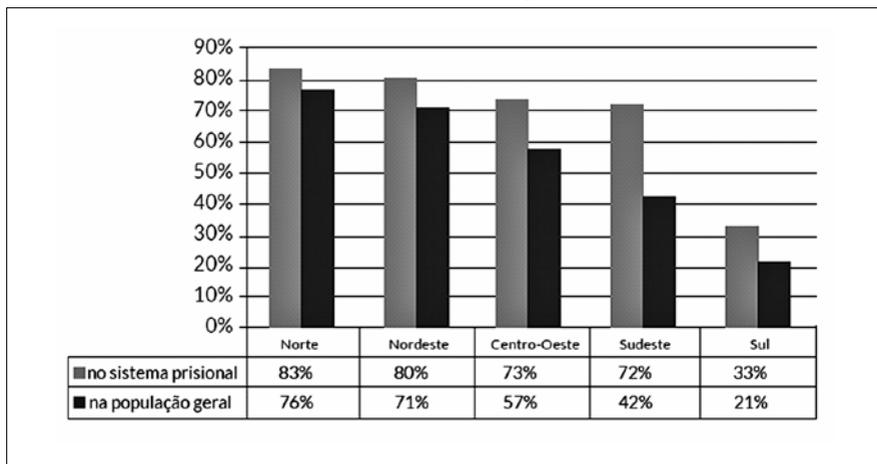
Segundo os dados do InfoPen, 68% das mulheres encarceradas são negras no Brasil. Entretanto no Rio Grande do Sul, assim como no Paraná e em Santa Catarina, esta proporção é inversa. No RS, 67% das mulheres presas são autodeclaradas brancas, enquanto 33% se auto-declaram negras.

Raça, cor ou etnia da população carcerária do RS

Apenas na região Sul (Santa Catarina 36%, Paraná 33% e Rio Grande do Sul 32%) a população prisional não é majoritariamente negra. Este dado, entretanto, deve ser comparado ao perfil demográfico destes Esta-

dos, pois há uma sobrerrepresentação desta parcela da população, dado que representa 21% da população da região.

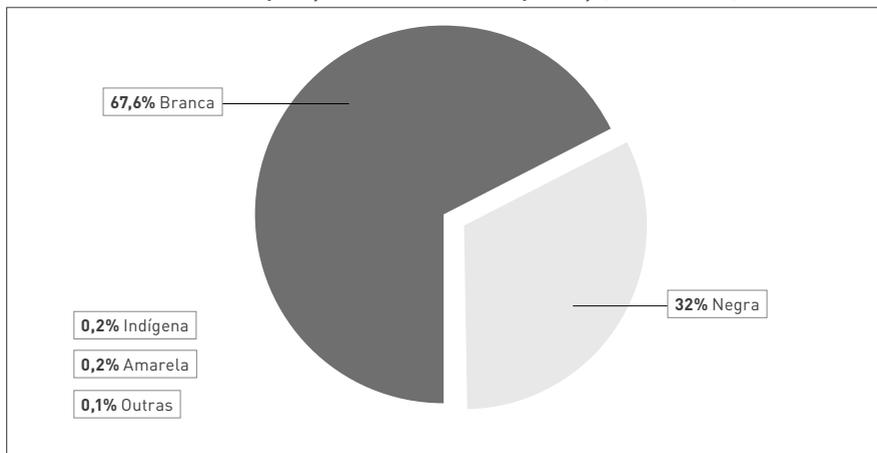
Gráfico 4.28 - Percentual de população negra no sistema prisional comparada com a população geral



Fonte: InfoPen - junho 2014.

No Rio do Grande do Sul, a proporção da população carcerária negra é quase duas vezes maior (32%) que a proporção dos negros na população geral (16,3%, segundo Censo do IBGE 2010).

Gráfico 4.29 – População carcerária do RS por raça, cor ou etnia, 2014

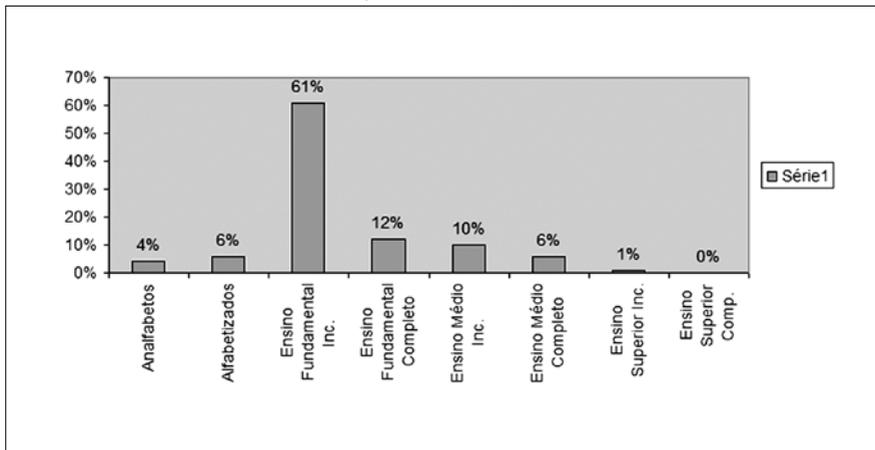


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

Escolaridade

No gráfico a seguir sobre a escolaridade, podemos notar a predominância de apenas com baixa escolaridade, 93% não tem o Ensino Médio completo, sendo que 61% não tem sequer o Ensino Fundamental completo.

Gráfico 4.30 – População carcerária por escolaridade, 2014



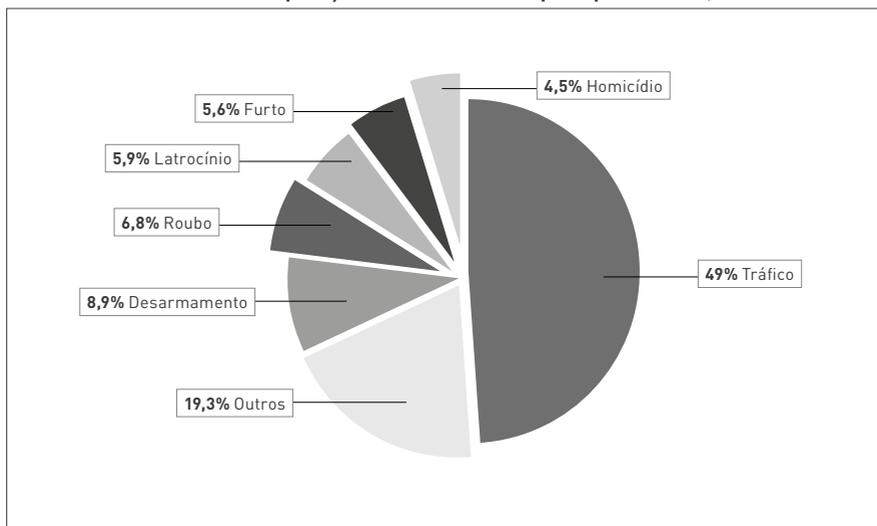
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

Dados que apresentamos no capítulo II sobre a falta de vagas nas instituições de ensino, ausência de equipamentos públicos de educação em várias ROPs e taxas elevadas de evasão escolar podem favorecer o desenvolvimento da tendência apresentada neste capítulo, visto que a ausência de perspectivas e de referência no espaço escolar tende a favorecer práticas criminais.

Tipos criminais

No gráfico a seguir, apresentamos o perfil da população quanto ao tipo de crime cometido. Cabe ressaltar que em função da falha no envio das informações já relatadas anteriormente, os dados totalizados pelo InfoPen sobre o RS correspondem a 68% da população.

Gráfico 4.31 – População carcerária do RS por tipo criminal, 2014.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - junho 2014.

Os crimes contra a vida representam apenas 10,6% somando-se homicídio e latrocínio, enquanto tráfico de drogas equivale a quase metade da população carcerária gaúcha. Infelizmente, estes dados parecem indicar que a prioridade das políticas de segurança pública está voltada à Guerra às Drogas e, ao passo que o número de homicídios aumentou 21,9% entre 2013 e 2014 no RS, não se verifica a mesma dinâmica de resolução de tais crimes.

Estabelecimentos Prisionais em Porto Alegre

No quadro a seguir apresentamos os estabelecimentos prisionais existentes em Porto Alegre que estão sob responsabilidade da Susepe, com os respectivos tipos de penas cumpridos em cada instituição, populações e endereço:

Quadro 4.32 – Estabelecimento Prisionais em Porto Alegre, 2014

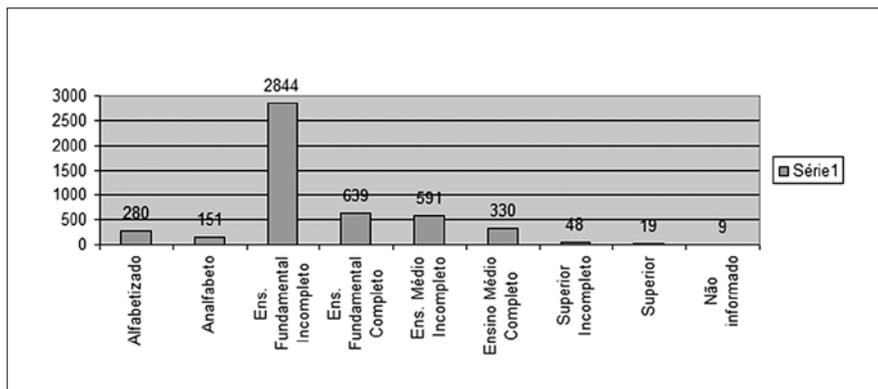
Nome	Regime de Pena	População	Endereço
Instituto Penal Feminino de Porto Alegre	Semiaberto	80	Av. Salvador França, 150
Instituto Penal Pio Buck	Semiaberto Aberto	54	Av. Roccio, 900
Instituto Psiquiátrico Forense	Fechado Semiaberto Provisório Medida de segurança internação	346	Av. Bento Gonçalves, 2850
Instituto Penal Irmão Miguel Dario	Semiaberto Aberto	81	R1 Beco dos Marianos
Patronato Lima Drummond	Semiaberto Aberto	72	Av. Teresópolis, 2380
Presídio Central de Porto Alegre	Fechado Provisório	4035	Av. Roccio, 1100
Penitenciária Feminina Madre Pelletier	Fechado Provisório	196	Av. Teresópolis, 2727

Fonte: Ofício 0398 de 2 de julho de 2015.

Quanto às penas alternativas administradas pela Susepe em 2014, fomos informados de que a ÚNICA pena alternativa administrada pela Instituição é a de limitação de final de semana, tendo uma média de 20 a 30 em todo o estado do Rio Grande do Sul no ano de 2014 e são cumpridas de acordo com as determinações de cada localidade.

Quanto às características da população carcerária nas instituições penais em Porto Alegre, das 4.911 pessoas cumprindo pena em privação de liberdade nas instituições penais de Porto Alegre, 66,68% não tinham sequer o Ensino Fundamental completo, sendo que apenas 8% Ensino Médio completo, confirmando-se as mesmas tendências gerais do país e do estado.

Gráfico 4.33 – População carcerária de Porto Alegre por escolaridade, 2014



Fonte: Susepe Ofício 0398 de 2 de julho de 2015.

Quanto ao número de pessoas privadas de liberdade que estudaram no ano de 2014 nas casas prisionais de Porto Alegre, apresentamos o quadro a seguir, dividido pela instrução:

Quadro 4.34 – População carcerária que estudou nas casas prisionais de Porto Alegre por grau de instrução (2014)

Nível de Instrução	Total
Alfabetização	1.184
Ensino Fundamental	2.702
Ensino Médio	637

Fonte: Ofício 0398 de 2 de julho de 2015.

Quanto ao número de apenados que trabalharam no ano de 2014, a Susepe informa que foram 15.710 homens e 2.930 que realizaram algum tipo de trabalho.

Em resposta ao ofício da Comissão quanto ao total de apenados que ingressaram nas casas prisionais em 2014, a Susepe informou 1.122 ingressantes. Entretanto, no quadro apresentado com as proporções entre pessoas condenados e presos provisórios, contabilizamos 1.057, sendo 940 em situação provisória, ou seja, aguardando julgamento.

Com relação à média de ingresso diário no Presídio Central em 2014, informaram que foram 75 pessoas/dia, enquanto no Madre Pelletier foi de 30 pessoas/dia, a grande maioria das mulheres na faixa dos 20 anos.

Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)

O Presídio Central de Porto Alegre é considerado um dos piores presídios do país. Conhecido pelos graves problemas decorrentes da superlotação e péssima infraestrutura, foi motivo de representação pública por parte do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a CPI sobre suas condições à Comissão dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em janeiro de 2013.

Como parte das medidas cautelares apresentadas apontadas pelo CDH - OEA ao Brasil sobre o PCPA, uma delas foi a recomendação de tomada de ações imediatas para reduzir substancialmente a lotação no interior do PCPA, entretanto, conforme o relatório da ALERGS, de 2013 em diante a média de ingressantes por dia neste prédio é 69.

De acordo com o Tenente Coronel Marcelo Gayer Barbosa (*apud* ALERGS, 2015), anteriormente a Lei de Drogas nº 11.343/2006, apenas 5% dos presos em flagrante eram enquadrados pelo crime de tráfico de

drogas. Atualmente, estes representam mais de 50% dos casos, acrescentando que estas pessoas geralmente são detidas com poucas quantidades de drogas ilícitas. Tais flagrantes, via de regra, se convertem em prisões provisórias. Estes números podem ser fruto de uma contradição da referida Lei de Drogas com sua aplicação no país, pois embora a norma legal tenha despenalizado a posse de entorpecentes para uso pessoal, o fato do enquadramento por tráfico ficar a cargo da autoridade judiciária ou policial tem gerado distorções e uma seletividade penal, que incrementa a vulnerabilidade de determinados grupos sociais analisados no decorrer desta publicação. Para enfrentar tal problema, é necessária uma nova política de drogas no país.

Dados Gerais

Embora o PCPA tenha capacidade para 1.986 pessoas, contava com uma população em outubro de 2015 de 4.270, ou seja, uma superlotação de 115% a mais que sua capacidade estrutural. Longe de cumprir a medida cautelar expedida pela Comissão de Direitos Humanos da OEA, o PCPA se mantém como um espaço em que “as pessoas privadas de liberdade [...] se encontram com suas vidas e integridades pessoais em risco” (OEA, 2013).

Quadro 4.35 - Dados Gerais do PCPA - 2015

População	PCPA 4025	Superlotação carcerária 115% a mais do que a capacidade estrutural
	Anexo 245	
Capacidade	1.986	
Presos ingressos em 2014	27.218	Circulação de presos Mais de 27 mil pessoas circularam pelo PCPA em 2014
Média diária de ingresso de presos	74	
Visitas realizadas	228.074	Predominância das Visitas femininas 195.236

Fonte: Juizado do Central 19/10/2015.

Na comparação com 2013, percebe-se que houve um aumento de 101% de presos ingressos no PCPA, sendo que a média diária de ingressantes saltou de 37 pessoas/dia para 75.

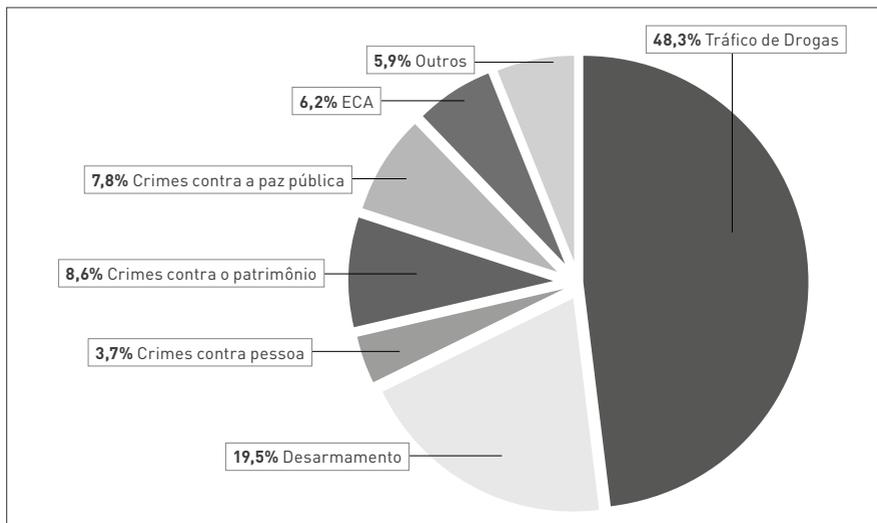
Quadro 4.36 - Comparação 2013-2014 PCPA

	2013	2014	Variação
Presos ingressos	13.535	27.218	101%
Média presos por dia	37	74	101%
População total	4.083	4270	5%

Fonte: Mapa 2014 e Juizado do Central 19/10/2015.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição da população carcerária por delito. A dinâmica nacional é mantida no PCPA com 48,3% da população carcerária presa por tráfico de drogas. Destacamos que apenas 3,7% desta população está privada de liberdade em função de crimes contra a pessoa.

Gráfico 4.37 – População carcerária PCPA por tipo de delito, 2014



Fonte: Juizado do Central, 2015.

Quanto à faixa etária do PCPA e escolaridade, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 4.38 - População Carcerária PCPA por Faixa Etária e Escolaridade

Faixa etária	18 a 24 anos	1.600
	25 a 29 anos	997
	30 a 34 anos	709
	35 a 45 anos	650
	46 a 60 anos	185
	61 a 70 anos	23
	Mais de 70 anos	2
Escolaridade	Analfabeto	89
	Alfabetizado	228
	Ensino Fundamental incompleto	2.466
	Ensino Fundamental completo	535
	Ensino Médio incompleto	518
	Ensino Médio completo	268
	Ensino Superior incompleto	38
Ensino Superior completo	19	
Não informado	5	

Fonte: Juizado do Central, dados 19/10/2015.

A população de jovens (entre 18 a 29 anos) foi de 2.597 pessoas, 62,3% da população carcerária desta instituição. Quanto à escolaridade, 2.783 apenados (66,8%) não tinham sequer o Ensino Fundamental completo, enquanto apenas 6,4% (268 pessoas) havia concluído o Ensino Médio.

O Relatório da Subcomissão da ALERGS aponta ainda que “em 15 anos, houve apenas quatro rebeliões no PCPA. Entretanto, nada consta sobre os necessários acordos que os agentes do Estado são obrigados a firmar com as facções organizadas” (ALERGS, 2015, p.17). O controle do crime organizado sobre a gestão do PCPA demonstra a falência do sistema carcerário e o completo descontrole do Estado sobre uma instituição.

Percebemos que se mantém no PCPA a mesma dinâmica das populações carcerárias gaúcha e brasileira quanto à faixa etária, escolaridade e tipo de delito. A única diferença encontrada foi justamente o fator raça, cor ou etnia, uma vez que a composição demográfica da Região Sul é diferente das demais regiões do país. Mesmo assim, observamos que no Rio Grande do Sul a proporção da população carcerária negra é o dobro da proporção dos negros na população geral, fator de exemplificação da persistência de um perfil de pessoas privadas da liberdade: em geral pobres, com baixa escolaridade, jovens e com maior representação de negros, comparando-se com as populações demográficas. Muitos debates se impõem com relação ao acesso ao sistema de Justiça, a necessidade de uma nova política de drogas, a busca por penas alternativas, por uma política de segurança pública que priorize a investigação e a ampliação de resolução de crimes contra a vida.

Recomendações

Para facilitar e unificar as recomendações, apresentaremos por temas. Entretanto, serão unificadas por esfera de governo quando da oficialização das mesmas.

Infelizmente, algumas recomendações do *Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014* tiveram que ser repetidas, já que boa parte delas não foi implantada pelos governos.

Do Direito à cidade

- Que o governo municipal regule a Função Social da Propriedade, prevista na Constituição Federal e Estatuto da Cidade, com vistas a evitar a especulação imobiliária e ampliar as políticas habitacionais, utilizando mecanismos como o IPTU Progressivo no Tempo;
- Que os governos estaduais e municipais listem suas propriedades ociosas na cidade e que as destinem à moradia popular ou equipamentos públicos necessários para a população de Porto Alegre;
- Que seja disponibilizada pela internet a lista de contrapartidas sociais, urbanas e ambientais exigidas em todos os projetos de impacto urbano de nível 1, 2 e 3 e o grau de execução de cada uma delas, atualizadas mensalmente;
- Ampliação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida na modalidade 0 a 3 salários mínimos, sobretudo na forma Minha Casa Minha Vida Entidade, em diálogo com os movimentos sociais;
- Que a prefeitura apresente um Programa de Regularização Fundiária com precisão anual orçamentária e metas anuais de execução, com vistas a regularizar as 740 comunidades irregulares do município. Realizar um mutirão de assistência técnica em parceria com instituições como o Instituto dos Arquitetos do Brasil e movimentos sociais;

- Que a prefeitura disponibilize suas equipes técnicas com vistas a determinar Áreas Especiais de Interesse Social para habitação de baixa renda como forma de demarcar no Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre estas áreas e combater a especulação imobiliária;
- Que a prefeitura retire as Ações Indiretas de Inconstitucionalidade sobre os projetos de AIES aprovados pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre;
- Que a Prefeitura produza um censo das pessoas com deficiência em Porto Alegre com vistas à construção democrática de políticas públicas, assim como implemente as diretrizes do Plano Diretor de Acessibilidade.

Dos direitos das Crianças e Adolescentes

- Ampliação da Oferta de Vagas na Educação Infantil, como forma de suprir a carência apontada pelo TCE/RS. Que a prefeitura apresente um calendário de garantia das 6.692 vagas faltantes para as crianças de 0 a 3 anos e das 9.273 vagas que faltam para as crianças de 4 a 5 anos, ou seja, 15.965 deficitárias na Educação Infantil para a efetivação da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.
- Criação de um Plano Municipal de Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes, garantindo a participação popular e a previsão de publicação de indicadores semestrais;
- Ampliação dos Conselhos Tutelares (CT) para 14 Microrregiões conforme recomendação do Ministério Público Estadual, em função das dimensões territoriais do município;
- Reforma das sedes degradadas dos CTs, promoção de cursos de qualificação aos conselheiros e um projeto de informatização e digitalização dos arquivos de documentos e registros de atendimentos;
- Cumprimento da Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, que assegura vaga na escola pública na Educação Infantil e Ensino Fundamental mais próxima a sua casa;
- Criação de uma rede de Segurança Pública no Estado do RS integrada no atendimento às violências envolvendo crianças e adolescentes, nos moldes da rede de atendimento à mulher da SSP/RS, com monitoramento e divulgação sistemática dos dados de atendimento e solução de casos;
- Que o Poder Judiciário amplie a Vara da Infância e Juventude com vistas à proteção integral desta população;

- Que o Poder Judiciário incremente a política pública estadual de penas e medidas alternativas, atingindo o maior número de adolescentes.
- Que o Serviço de Acolhimento Institucional seja, de fato, um espaço provisório para as crianças e adolescentes, com vistas ao retorno a convivência familiar seja ela na família original ou substituta, garantindo a proteção integral prevista no ECA;
- Investimentos e reformas nos abrigos destinados às crianças sob tutela do Estado, bem como a reformulação do modelo com equipe diretiva própria para cada equipamento, com plano de fortalecimento da gestão pública e capacitação permanente aos servidores;
- Cumprimento da Lei de Reordenamento da FASC que prevê a abertura de concurso público para 655 cargos nas áreas vinculadas à assistência social.

Dos direitos dos Idosos

- Elaboração do Plano Municipal do Idoso com participação popular, metas de execução e previsão orçamentária;
- Ampliação da rede de abrigagem dos idosos, com a criação de, no mínimo, mais duas Casas Lares para Idosos;
- Divulgação semestral dos dados referentes à violação dos direitos da população idosa, com tipificação das violações e dos crimes contra os idosos;
- Que o Poder Judiciário garanta o desenvolvimento de um projeto de mediação de conflitos entre o parente agressor e o idoso vítima;
- Que o município de Porto Alegre elabore um Plano Emergencial de Acessibilidade para pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais com vistas à inclusão destas pessoas nos espaços públicos, nos passeios públicos e no transporte coletivo.

Dos direitos da população LGBT

- Que a prefeitura de Porto Alegre implemente o artigo 150 da Lei Orgânica do Município que prevê penas (desde multa até a suspensão do alvará) para estabelecimentos comerciais que praticarem atos discriminatórios contra a população LGBT quanto a sua orientação sexual e identidade de gênero;

- Que o governo do Estado crie a Delegacia da Diversidade Sexual, com atendimento especializado à população LGBT aos mesmos moldes da DEAM, DPPI e DECA;
- Inclusão no Boletim de Ocorrência e Termo Circunstanciado do Nome Social e da motivação do crime, a tipificação de crime de ódio contra a população LGBT;
- Pesquisa de Vitimização com a População LGBT;
- Incluir na Ficha de Comunicação de Infrequência a discriminação contra a orientação sexual e identidade de gênero como motivação da evasão escolar;
- Elaboração de Relatórios Semestrais de crimes vinculados à discriminação contra a orientação sexual e identidade de gênero;
- Capacitação continuada para os servidores dos órgãos de segurança na temática dos direitos humanos, com ênfase no assunto LGBT, em especial aqueles que atuam em áreas com predominância de profissionais do sexo;
- Que a prefeitura crie um programa de promoção de empregos a transexuais e travestis.

Dos direitos das Mulheres

- Ampliação da Patrulha Maria da Penha, com no mínimo a disponibilização de duas patrulhas por Batalhão;
- Que o governo do Estado reaparelhe e dê condições de funcionamento pleno ao Centro Estadual de Referência Vânia Araújo Machado;
- Construção de um novo abrigo para atender as mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus filhos;
- Retorno do Ônibus Lilás nas comunidades para efetuar a busca ativa das vítimas da violência doméstica e familiar;
- Que a SSP/RS inclua nos relatórios semestrais dados georreferenciados acerca da violência contra a mulher;
- A descentralização das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher;

- A recriação de uma Secretaria Estadual da Mulher com autonomia e recursos próprios;
- Execução de 100% do Orçamento Municipal previsto para o ano de 2015 nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e na Secretaria Adjunta da Mulher de Porto Alegre. Ampliação substancial do Orçamento Municipal para as políticas para as mulheres a partir de 2016.
- Execução da Lei 11.552, de 20 de janeiro de 2014, que inclui a Lei Federal nº11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio das escolas da rede municipal de Porto Alegre.
- Aplicação do parágrafo 3º do Artigo 6º da Lei 636, de 13 de janeiro de 2010, que prevê prioridade para mulheres chefes de família em caso de empate para os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre.
- Construção de relatórios da Vigilância Sanitária sobre as notificações de violência contra a mulher nos órgãos de saúde, com georreferenciamento e divulgação via site, preservado o endereço das vítimas;
- Realização de campanha informativa de divulgação da Lei Maria da Penha e serviços da rede de proteção às mulheres vítimas de violência;
- Que a Caixa Econômica Federal permita a transferência de mulheres beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida e que estão em situação de risco de vida por conta da violência doméstica e familiar para outros imóveis inseridos nesta política habitacional;
- Que o Poder Judiciário amplie as Varas de Atendimento à Violência Doméstica e Familiar, diminuindo o tempo de tramitação dos processos;
- Que o Poder Judiciário crie um programa de acompanhamento psicossocial e de mediação com vistas a reeducar o agressor.

Dos direitos dos Negros e Negras

- Que a Secretaria Nacional de Segurança Pública crie um banco de dados que integre as ocorrências criminais de discriminação racial, civis mortos em confronto com a polícia e homicídios com o critério cor/raça ou etnia, publicando os resultados na internet;

- Ampliação substancial do Orçamento Municipal para as políticas de combate ao racismo;
- Que os governos do estado e município implementem a Lei 10.639/03, que determina o ensino de história afro-brasileira nas escolas;
- Instituir o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, como feriado oficial da cidade de Porto Alegre;
- Que a governo federal dê celeridade aos processos de titulação dos territórios quilombolas;
- Que o governo municipal promova campanhas de combate à intolerância contra as religiões e manifestações culturais de matriz afro-brasileira;
- Que os órgãos de segurança pública promovam capacitações no sentido de combater o racismo nas instituições.

Dos direitos da População em Situação de Rua

- Ampliação da rede de abrigagem de alta complexidade para a população em situação de rua, no mínimo nos parâmetros da ação civil pública;
- A realização de um novo diagnóstico da FASC com o MNPR sobre o tamanho e o perfil da população em situação de rua;
- Inclusão na Instrução Normativa 01/2017 entre FASC e DEMHAB das sugestões da Defensoria Pública da União quanto às políticas habitacionais;
- Abertura imediata do Restaurante Popular em espaço definitivo, com a oferta de no mínimo 600 refeições por dia;
- Reforma no Abrigo Bom Jesus e Albergue Municipal;
- Permanência e valorização da Escola Porto Alegre no mesmo local e o reconhecimento dos espaços de educação e acolhimento voltados à reparação dos direitos desta população tão vulnerabilizada;
- Inclusão de campo de identificação da População em Situação de Rua nos Boletins de Ocorrência e Termos Circunstanciados com registro semestral destes dados;

- Que o Ministério Público divulgue relatórios anuais contendo o total de denúncias recebidas relativas ao tema da população em situação de rua;
- Que o governo estadual crie uma Política de Prevenção à Violência de Estado contra a população em situação de rua sintonizada com a Portaria nº53/2011 da SENASP;
- Que a Secretaria Municipal do Trabalho crie políticas de geração de emprego, renda e capacitação focadas na inclusão da população em situação de rua.

Das políticas de Segurança Pública

- Disponibilização no site da BM as regiões de abrangência de cada BPM, indicando os bairros, o nome do comandante e as formas de contato;
- Realização de concursos públicos e chamamento dos concursos já realizados para provimento de cargos da BM, Polícia Civil, Susepe e Corpo de Bombeiros;
- Equiparação do efetivo da Brigada Militar em Porto Alegre aos percentuais populacionais da cidade;
- Criação de mecanismos administrativos internos que garantam a equidade de gênero (50% para mulheres) e equidade racial (20% para negros), em especial nos postos de comando;
- Que a SSP/RS apresente os dados de indicadores criminais com georreferenciamento das ocorrências;
- Que os governos nacional, estadual e municipal, em conjunto com a sociedade civil, construam um *Pacto de Redução de Homicídios* com planejamento e metas de execução;
- Inclusão dos dados de raça/cor e local de origem de vítimas nos relatórios de vitimização e letalidade da ação policial;
- Criação de um fluxo único para recebimento de denúncias e violações entre os diversos órgãos, estabelecendo um prazo para resposta e relatório único (evitando sobreposição de casos);

- Disponibilização de Relatório de Correição nas diversas esferas de tramitação, divulgando o ciclo completo de correição, apuração, absolvição;
- Que a Brigada Militar instale equipamento de GPS em todas suas viaturas;
- Que a Brigada Militar faça filmagens de todas as ações e abordagens policiais;
- Que a polícia crie sistema de registros de todas as atividades que utilizem o uso da força e publiquem relatórios permanentes sobre o tema;
- Que o estado do Rio Grande do Sul crie o Conselho Estadual de Segurança Pública para discutir com os órgãos da sociedade civil as políticas públicas de segurança;
- Que o governo do Estado do RS adote as medidas necessárias e urgentes para que os policiais militares atuem, em qualquer circunstância de policiamento ostensivo, com clara e visível identificação de seu nome e patente;
- Que o Sr. Governador crie uma carreira de Corregedoria externa, autônoma e independente que unifique as correições da Brigada Militar, Polícia Civil e Susepe com cargos preenchidos mediante concurso público.
- Que Ministério Público do Estado exerça a responsabilidade do controle externo da atividade policial, publicando na internet seus relatórios e dando conta das providências que tem tomado e/ou sugerido para que a violência policial e o abuso de autoridade não sigam sendo rotina.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas: o bê-á-bá da intolerância e da discriminação**. In: OLIVEIRA, H (Org). Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil (p. 29-53). Brasília. UNICEF. 2006. p. 19.
- ALERGS. Relatório final da SUBCOMISSÃO com diagnóstico do sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul, análise crítica e proposições. Agosto de 2015. Disponível em < http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/SubSist_Prisional/Rel_Final.PDF>.
- Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre.
- Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015.
- Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** - disponível em <www.atlasbrasil.org.br>.
- CABRAL, Gilberto Flores. **Distribuição espacial dos usos residenciais do solo: o caso de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1982.
- CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- CANAZARO DE MELLO, Daniela. Quem são as mulheres encarceradas? Dissertação de mestrado para o curso de Psicologia Clínica da PUCRS em 2008. Disponível em < <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/5009>>.
- CANO, Ignácio. Letalidade e vitimização policial. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. 2015.
- CARVALHO, M. C. A Copa do Mundo de 2014: **Brasil entre Cidades de Exceção e Cidades Rebeldes**. USP, 2014.
- Correio do Povo. Escola suspende aulas após caso de agressão a professoras na Lomba do Pinheiro. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/542436/Escola-suspende-aulas-apos-caso-de-agressao-a-professoras-na-Lomba-do-Pinheiro>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.
- Correio do Povo. Professor agredido por tio de aluno é afastado para licença médica em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/534389/Professor-agredido-por-tio-de-aluno-e-afastado-para-licenca-medica-em-Porto-Alegre>>. Acesso 19 de agosto de 2015.
- DIEESE, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Desempenho do mercado de trabalho em 2014 interrompe processo de formalização do emprego feminino. Março de 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisedped/2015/2015pedmulherpoa.pdf>>. Acesso em 8 de junho de 2015.
- Diário Gaúcho. Oito escolas fecharam por violência em Porto Alegre neste ano. Disponível em: <<http://diariogaoucho.clicrbs.com.br/rs/policial/noticia/2015/07/oito-escolas-fecharam-por-violencia-em-porto-alegre-neste-ano-4792633.html>>. Acesso em 02 de julho de 2015.
- DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (Org.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1. ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. 126 p.
- FAGUNDES, J. R., & WARTCHOW, J. (2015). Organização social do território e formas de provisão de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre-2000-2010, p. 219. In: FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R.(org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**, 2015.
- FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R.(org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/serie_ordemurbana_portoalegre.pdf.
- FURTADO, C. R. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. Cadernos Metropolitanos, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov. 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf>. Acesso em: 7/11/2015.

GLASS, Ruth. **London: Aspects of Change**, ed. Centre for Urban Studies, London, 1964.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

História dos Bairros de Porto Alegre, s.d. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

JUBB, Nadine. **Delegacias da Mulher na América Latina: uma porta para deter a violência e ter acesso à justiça**. Quito: CEPLAES, 2010.

KOPITKE, A. W.; BASSANI, F. [Org.]. **Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre 2014**. Porto Alegre: Bestiário, 2014. 270 p.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 10.866, de 26 de março de 2010, que dispõe sobre o desenvolvimento de política "antibullying" por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 11.227, de 5 de março de 2012, estabelece medidas preventivas e orientadoras destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da Rede Municipal de Ensino.

Lei Municipal de Porto Alegre nº 8541, de 04 de julho de 2000, institui o Programa de Prevenção à Violência nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Mammarella, R., Pessoa, M. L., da Silva Ferreira, G., & Tartaruga, I. G. P. (2015). **Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre-1980-2010**. In: FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R.[org.]. Porto Alegre: transformações na ordem urbana, 2015.

Mapa Prisional da SUSEPE. Disponível em: < http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=31>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen** – Junho de 2014. Disponível em < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-dependencia-web.pdf>>.

NOVO Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>.

OBSERVANDO: **Revista do Observatório da Cidade de Porto Alegre**. – v.4, n.1, 2014. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Secretaria Municipal de Governança Local, 2009.

PARK, R. E. **On social control and collective behavior**. University of Chicago Press, 1967.

PMPA, FASC. Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre, documento impresso, 2012.

PMPA, FASC. Plano Municipal de Enfrentamento à Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre. Documento impresso, 2011.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. **Malocas**. Porto Alegre, 1973.

Portal Atlas da Vulnerabilidade Social - disponível em <<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/pt/>>.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. **Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola**. Rev Diálogo Educ. 2009;9(26):161-79.

Radiografia da Educação Infantil no Estado do Rio Grande do Sul em 2013 - Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

Rádio Guaíba. "Não temos violência dentro das escolas municipais", garante secretária de Educação da Capital. Disponível em: <<http://www.radioguaiba.com.br/noticia/nao-temos-violencia-dentro-das-escolas-municipais-garante-secretaria-de-educacao-da-capital/>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

SINDUSCON-RS. **16º Censo do mercado imobiliário de Porto Alegre - Imóveis Novos**. Porto Alegre, 2013.

SILVEIRA, Rafael. A Morte do Policial. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (São Paulo). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. 2015.

Sobre a questão do abandono escolar e os índices educacionais em Porto Alegre ver Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre. KOPITKE, Alberto. BASSANI, Fernanda. Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014.

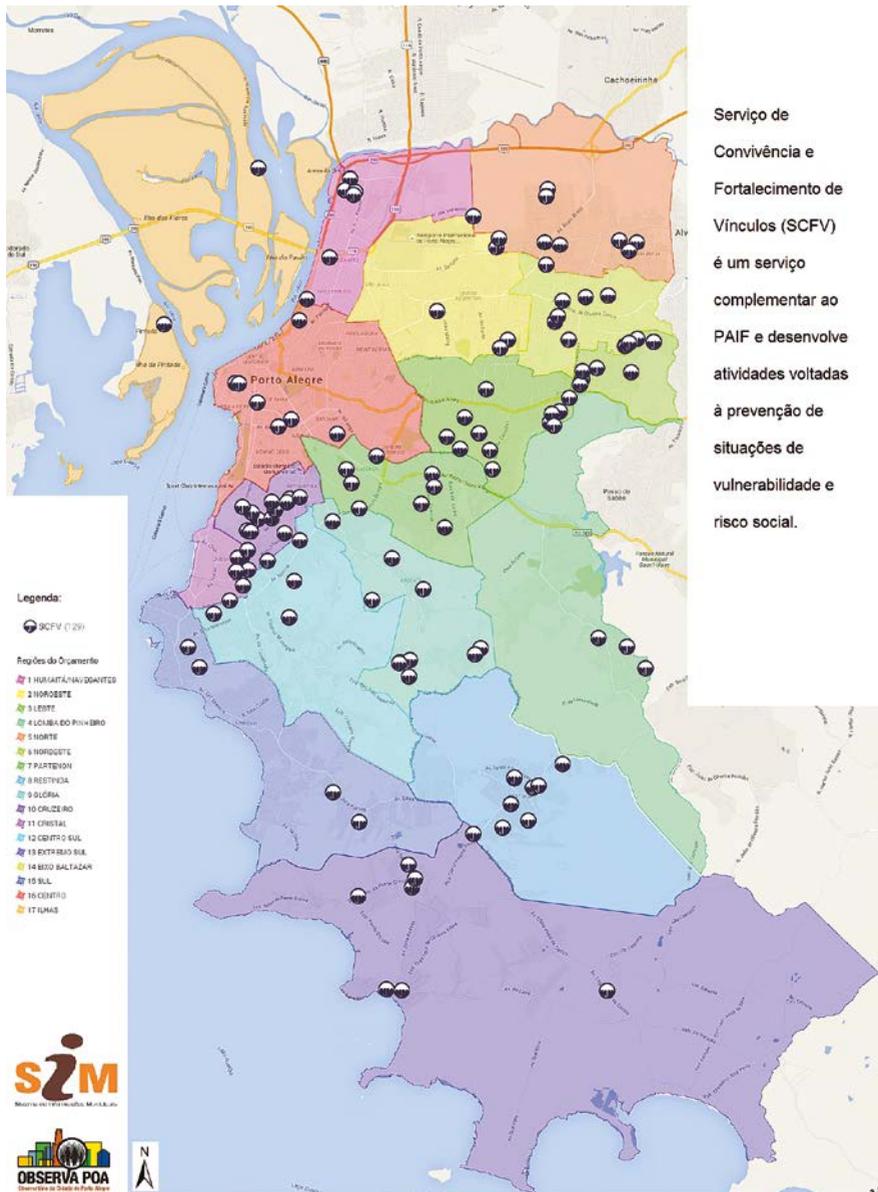
SOUZA, Silberth Steffany de. **Lei do Estupro e suas consequências**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8236. Acesso em 30/07/2015.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Disponível em < <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em 10/11/2015.

Zero Hora. Jovem esfaqueado perto do Protásio Alves tem alta e, com medo, não voltará ao colégio. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/07/jovem-esfaqueado-perto-do-protasio-alves-tem-alta-e-com-medo-nao-voltara-ao-colegio-4801487.html>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

Infográficos

Distribuição dos locais com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Porto Alegre (2015)

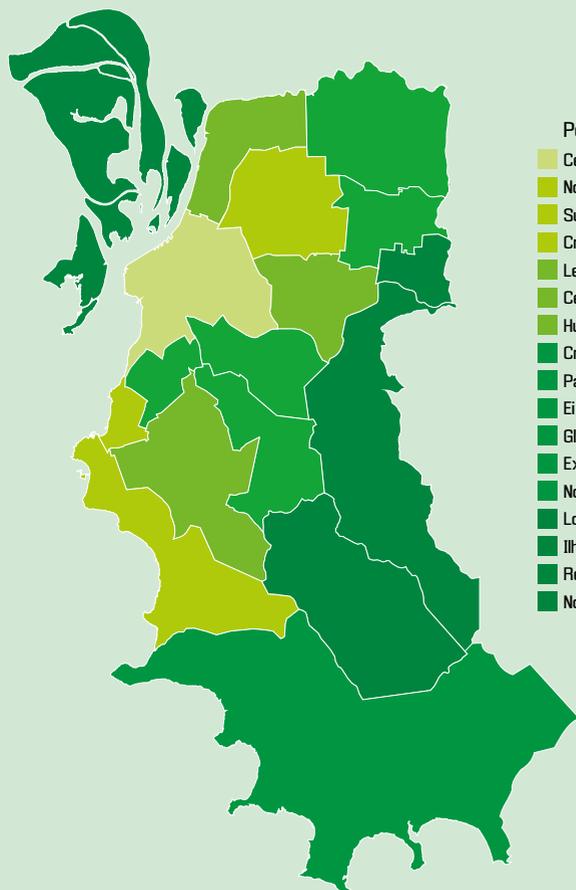


Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço complementar ao PAIF e desenvolve atividades voltadas à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

Em 2010, no Município de Porto Alegre, a expectativa de vida ao nascer era de 76,42 anos.

Melhores - Intermediárias - Piores



	INDICADOR
Porto Alegre	76,42
Centro	80,72
Noroeste	79,80
Sul	78,50
Cristal	78,22
Leste	77,42
Centro Sul	77,06
Humaitá / Navegantes	76,22
Cruzeiro	76,07
Partenon	76,04
Eixo Baltazar	75,95
Glória	75,48
Extremo Sul	75,10
Norte	74,95
Lomba do Pinheiro	73,35
Ilhas	73,27
Restinga	73,18
Nordeste	71,67

FATOR DE DESIGUALDADE

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor; em 2010, foi de:

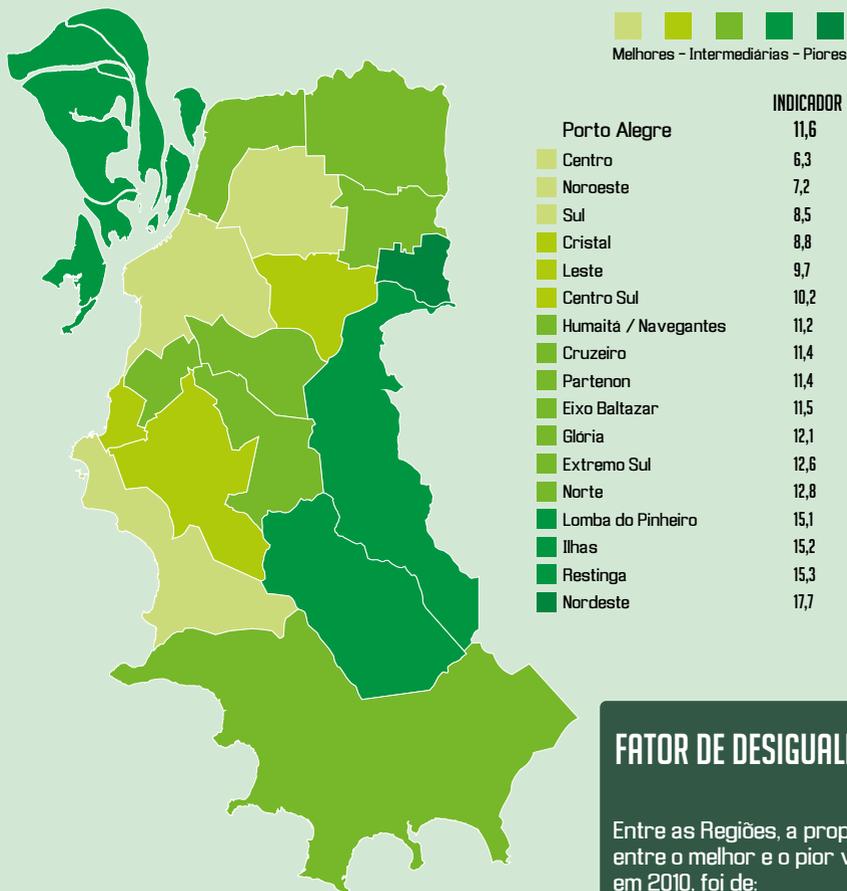
1,13 VEZES

O QUE É?

Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano em que nasceram permanecerem constantes ao longo da vida.

MORTALIDADE INFANTIL

Em 2010, no Município de Porto Alegre, houve 11,6 óbitos de crianças com até 364 dias de vida a cada mil nascidas vivas.



FATOR DE DESIGUALDADE

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor em 2010, foi de:

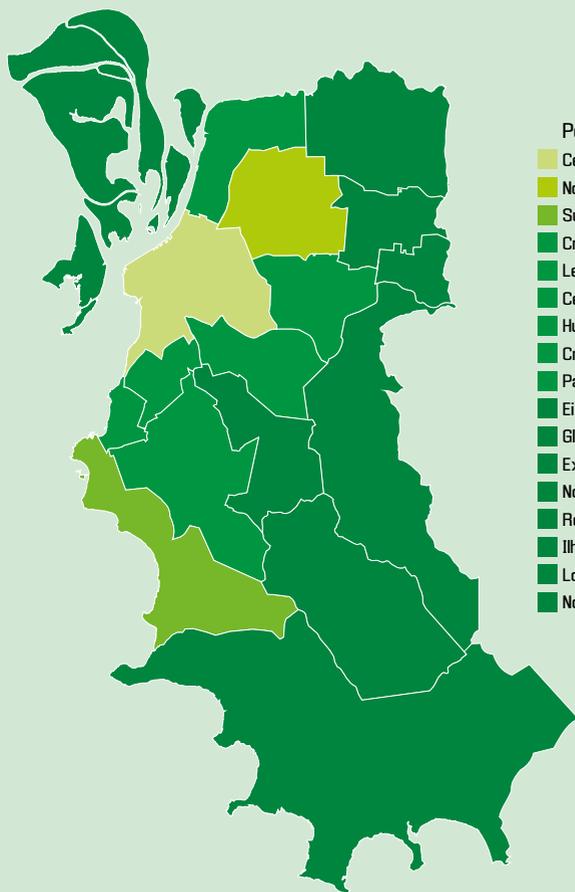
2,8 VEZES

O QUE É?

Proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.

RENDA PER CAPITA

Em 2010, no Município de Porto Alegre, a Renda Média era de R\$ 1758,27.



Melhores - Intermediárias - Piores

	VALOR MÉDIO
Porto Alegre	1758,27
Centro	3646,91
Noroeste	2470,49
Sul	2127,79
Cristal	1665,45
Leste	1409,81
Centro Sul	1294,89
Humaitá / Navegantes	1216,93
Cruzeiro	1139,73
Partenon	1127,81
Eixo Baltazar	1057,42
Glória	994,49
Extremo Sul	881,30
Norte	852,07
Restinga	644,32
Ilhas	642,58
Lomba do Pinheiro	590,83
Nordeste	469,88

FATOR DE DESIGUALDADE

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor em 2010, foi de:

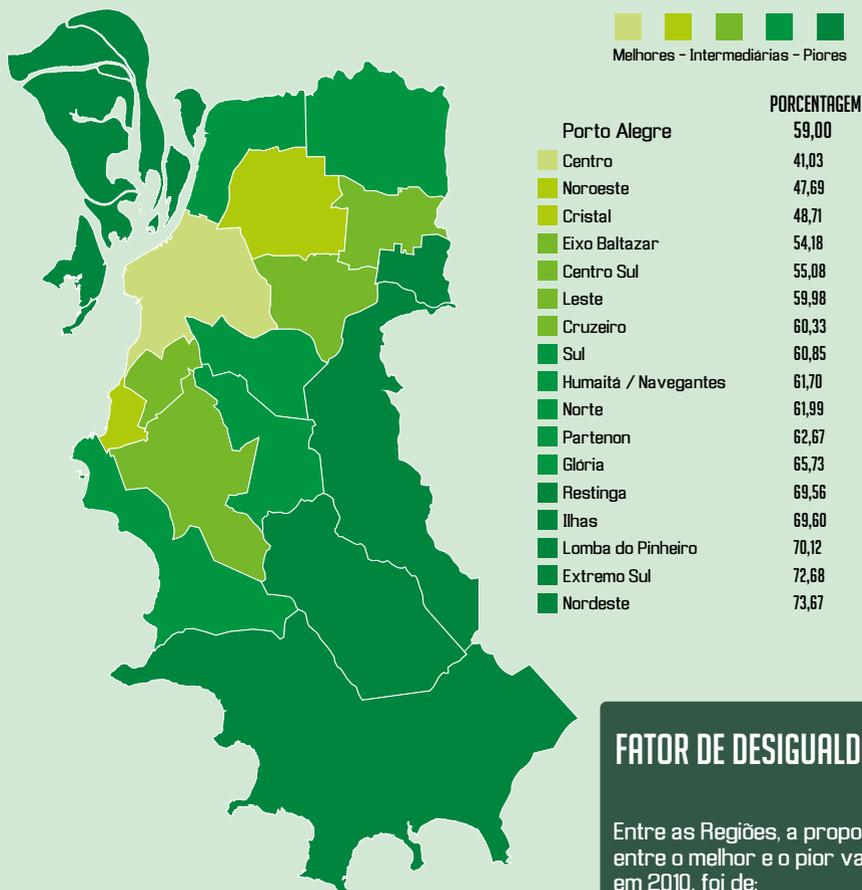
7,76 VEZES

O QUE É?

Renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar; expressa em reais de 1º de agosto de 2010.

CRIANÇAS DE ZERO A 5 ANOS FORA DA ESCOLA

Em 2010, no Município de Porto Alegre, 59,00% das crianças com até 5 anos não frequentavam a escola.



FATOR DE DESIGUALDADE

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor em 2010, foi de:

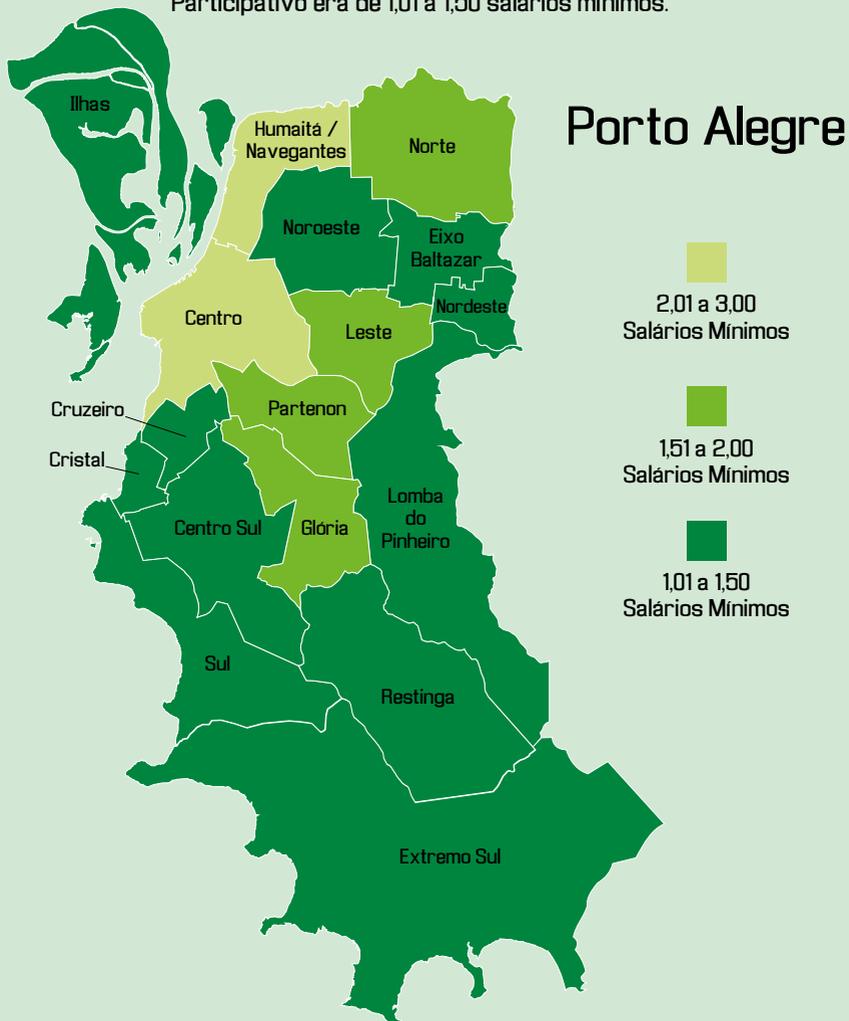
1,79 VEZES

O QUE É?

Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam a escola e o total de crianças nesta faixa etária, multiplicada por 100.

FAIXA SALARIAL MENSAL

Em 2012, a predominância segundo faixa salarial mensal em 11 Regiões do Orçamento Participativo era de 1,01 a 1,50 salários mínimos.



O QUE É?

Faixa de salário mensal, expressa em salários mínimos, representa a remuneração média mensal recebida pelo trabalhador

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PORTO ALEGRE

Lei 8.069/1990: criança até 12 anos incompletos
adolescente de 12 a 18 anos.



Porcentagem de Crianças e Adolescentes por ROP



FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO E VULNERABILIDADE E/OU RISCO SOCIAL - 2014 E 2015

Famílias em Situação de Violência:

2014: 873
2015: 829

Famílias com Vítimas de Abandono:

2014: 1683
2015: 1602

Famílias com Vítimas de Violência:

2014: 1405
2015: 1178

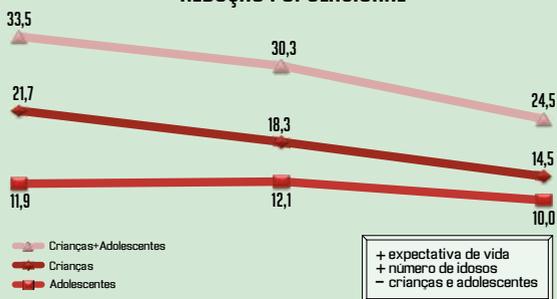
Famílias com Abuso Sexual:

2014: 333
2015: 348

Famílias com Exploração Sexual:

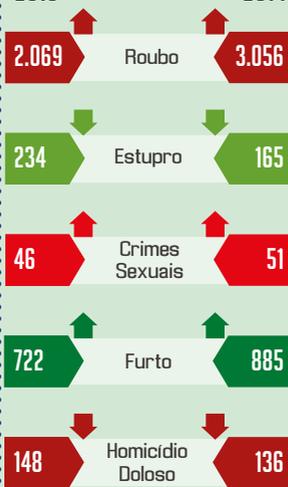
2014: 89
2015: 72

REDUÇÃO POPULACIONAL

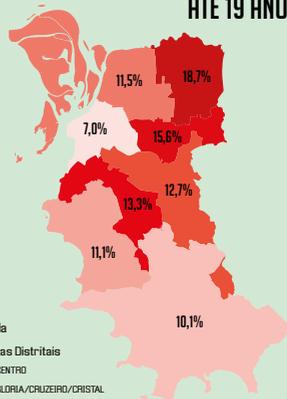


ADOLESCENTES COMO VÍTIMA

2013 2014



CASOS DE VIOLÊNCIA NOTIFICADOS SEGUNDO A RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS ATÉ 19 ANOS



Legenda



SCFV

Criança 10.402

Adolescente 3.170

Ação de Rua

Criança 523

Adolescente 476

104 Serviços de Acolhimento

59 Abrigos

45 Casas Lares

836 Vagas

Superlotação

1026 Atendidos



MULHERES EM PORTO ALEGRE

Rede de Proteção às Mulheres de POA

Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araujo Machado
 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM
 Centro de Referência da Mulher Marcia Calixto - CRAM
 Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH
 Casa de Apoio Viva Maria
 Patrulha Maria da Penha
 Telefone Lilás



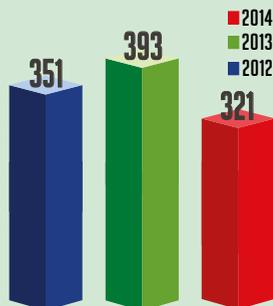
Mulheres representam:
53,61% da população de POA

755.564
 Mulheres em POA

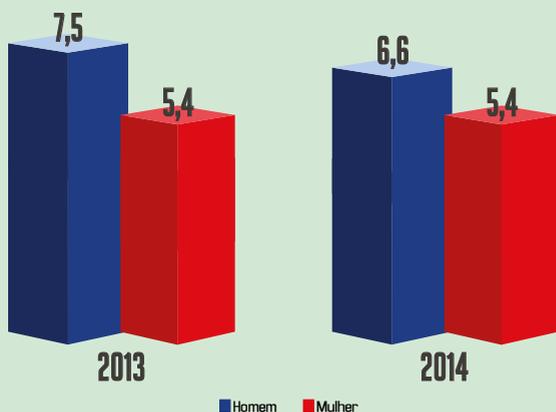
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM POA LEI MARIA DA PENHA



ESTUPRO



TAXA DE DESEMPREGO



\$ Em média as mulheres na RMPA ganham o equivalente a 75,44% dos rendimentos dos homens

a cada
1H30M
 uma mulher é assassinada
 no Brasil
 mulheres jovens
 são as principais vítimas
31%
 na faixa de 20 a 29 anos
 mulheres negras
 são mais vulneráveis
61%
 das vítimas são negras



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE



3.000 ESTIMATIVA MNPR DA POPULAÇÃO DE RUA EM 2014



81% HOMENS



50% JOVENS ENTRE 18 E 34 ANOS

Atualmente o total de vagas de abrigamento oferecido à população em situação de rua é de 599 vagas e um total de 1.6887 atendimentos em 2014.

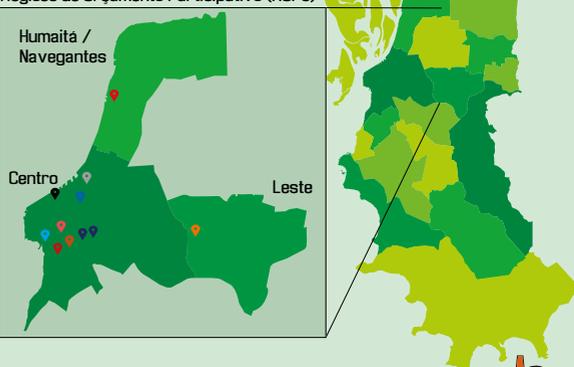
ABORDAGENS SOCIAIS POR TERRITÓRIO



BAIRROS E REGIÕES ONDE SE CONCENTRA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE

Bairro	ROPs	Nº
Centro	Centro	368
Floresta	Centro	134
Menino Deus	Centro	104
Navegantes	Humaitá/Navegantes	102
Cidade Baixa	Centro	67
Santa Cecília e Santana	Centro	62
Bom Fim	Centro	59
Praia de Belas	Centro	53
Azenha	Centro	47
Bom Jesus	Leste	45
Outros	---	306
Total		1.347

Regiões de Orçamento Participativo (ROPs)



IDOSOS EM PORTO ALEGRE

Idosos são pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (Art. 1º, lei 10.741/03)



211.896 população idosa



62,25% mulheres



37,75% homens



Maior concentração: Bairro centro

60.014 Idosos

TIPO DE VIOLAÇÃO CONTRA PESSOA IDOSA EM 2014

Abuso econômico/
violência patrimonial

107

Discriminação

3

Negligência

267

Tortura e outros
tratamentos cruéis

1

Violência física

86

Violência institucional

64

Violência Psicológica

186

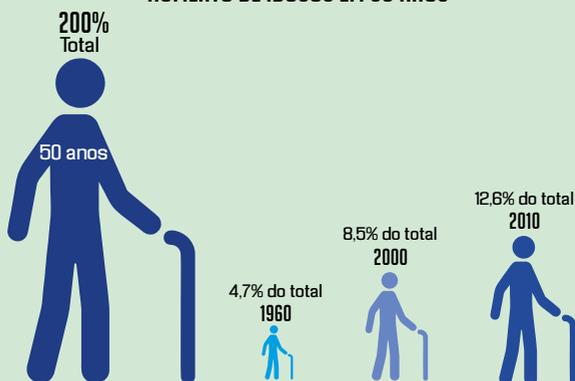
Violência Sexual

1

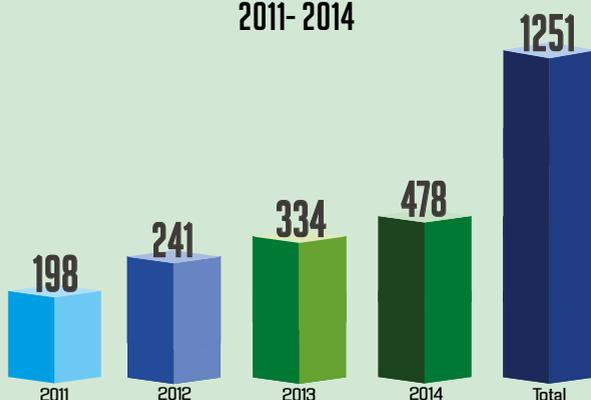
Outras violações

1

AUMENTO DE IDOSOS EM 50 ANOS



EVOLUÇÃO CRIMES CONTRA O IDOSO PORTO ALEGRE 2011- 2014



FICAIS

(FICHA DE COMUNICAÇÃO DE INFREQUENCIA)



Das 45.140 FICAIS abertas desde 2012, apenas 13.986 retornaram à escola. Portanto, temos 31.162 estudantes que abandonaram os estudos neste intervalo de 2 anos. Em termos percentuais, 69,1% estudantes que evadiram não retornaram à escola.

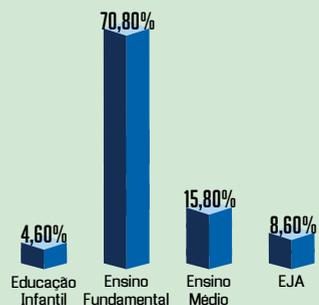
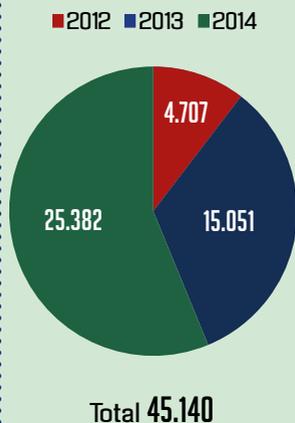
MOTIVOS DA INFREQUÊNCIA 2012 - 2014



FICAIS POR IDADE - POA 2012 A 2014



ABERTURA DE NOVAS FICAIS: EVASÃO POR NÍVEL DE ENSINO



LGBT EM PORTO ALEGRE

LGBT – sigla para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Denúncias registradas pelo Disque 100 quanto à violações de direitos contra LGBTs – Brasil



541

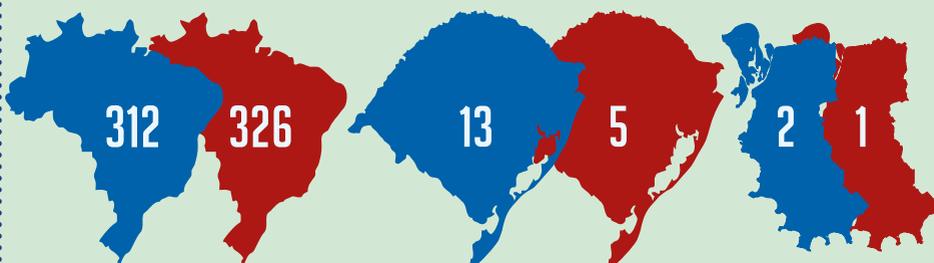
Janeiro a junho de 2014

532

Janeiro a junho de 2015

ASSASSINATOS DE LGBTs 2013

■ 2013 ■ 2014



CASOS ENVOLVENDO A POPULAÇÃO LGBT REGISTRADOS NO CRVV

Discriminação 11

Violência Psicológica 10

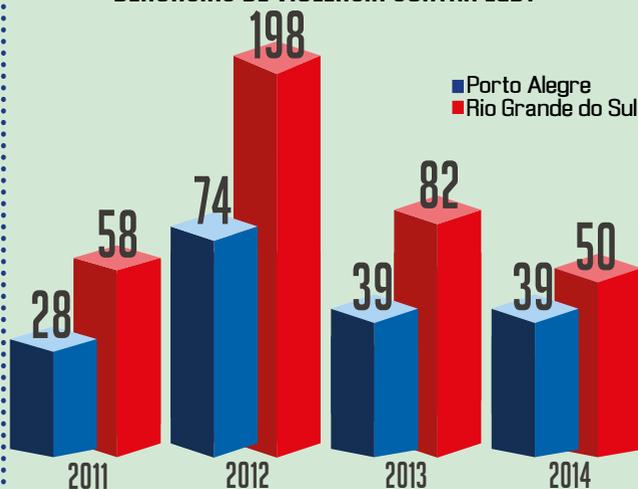
Violência Física 4

Violência Institucional 1

Outras Violações 2

DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA LGBT

■ Porto Alegre ■ Rio Grande do Sul



NEGROS E NEGRAS EM PORTO ALEGRE



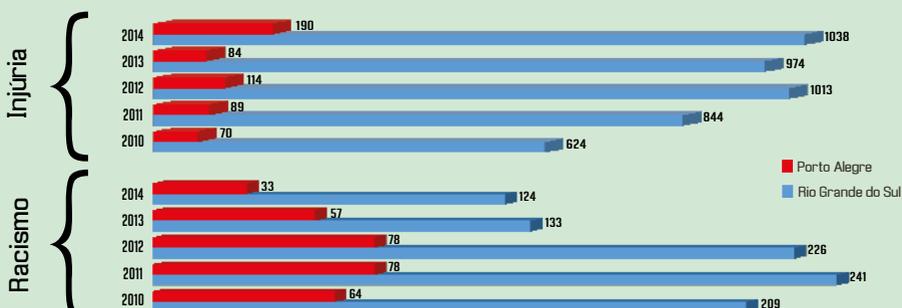
20,2%

O povo negro representa 20,2% da população de POA
285.301 PESSOAS

4,4%

ANALFABETISMO EM POA
TAXA GERAL DE POA: 2,27%

CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA E COR TOTAL ENTRE 2008 E 2013



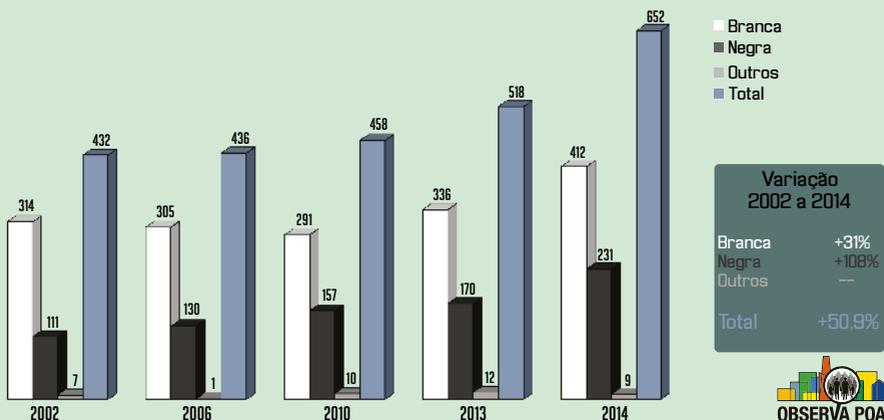
Injúria racial

Consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem (Previsão Legal: artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal).

Racismo

Implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade praticando, induzindo ou incitando a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Previsão Legal: artigo 20, da Lei 7.716/89).

HOMICÍDIOS POR COR EM PORTO ALEGRE DE 2002 ATÉ 2013



VIOLÊNCIA EM PORTO ALEGRE

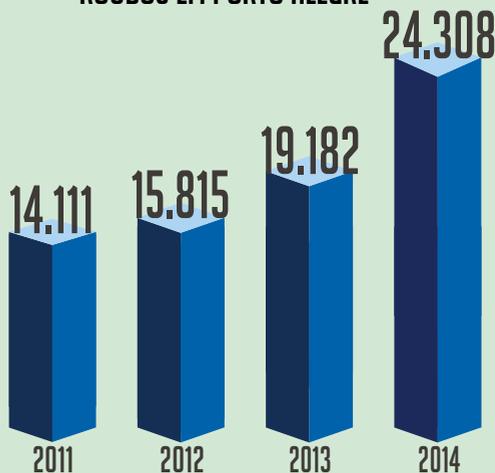


Fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas, a violência como dado social complexo interfere na dinâmica da vida cotidiana.

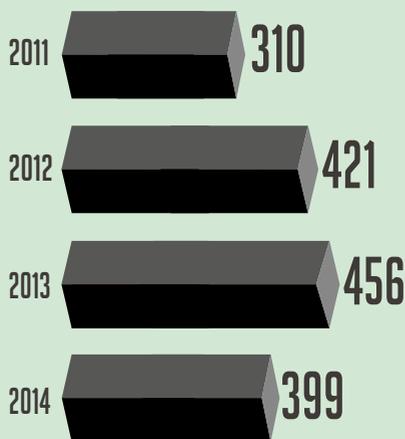
LATROCÍNIO



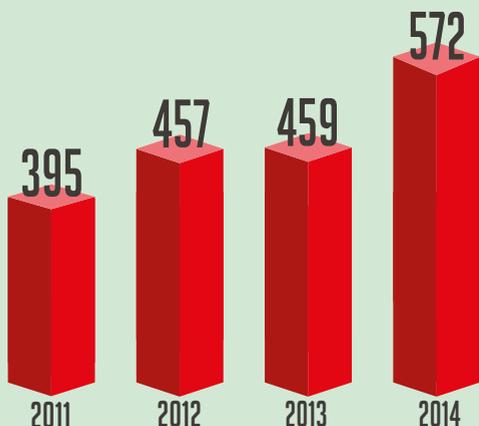
ROUBOS EM PORTO ALEGRE



ESTUPROS CONSUMADOS



HOMICÍDIOS DOLOSOS



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99242-07-0



9 788599 242070